

HISTÓRIAS & HISTORIOGRAFIA

Teoria e prática

Lêda Rodrigues Vieira
Organizadora

Lizzas Maxia
Fruitos do Mar



EDUESPI

HISTÓRIAS & HISTORIOGRAFIA

Teoria e prática

Lêda Rodrigues Vieira
Organizadora

Lizas Masvai
Fruitos do Mar



Lêda Rodrigues Vieira
Organizadora

HISTÓRIAS & HISTORIOGRAFIA

Teoria e prática



EDUESPI



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

Evandro Alberto de Sousa
Reitor

Jesus Antônio de Carvalho Abreu
Vice-Reitor

Mônica Maria Feitosa Braga Gentil
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Josiane Silva Araújo
Pró-Reitora Adj. de Ensino de Graduação

Raurys Alencar de Oliveira
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Fábia de Kássia Mendes Viana Buenos Aires
Pró-Reitora de Administração

Rosineide Candeia de Araújo
Pró-Reitora Adj. de Administração

Lucídio Beserra Primo
Pró-Reitor de Planejamento e Finanças

Joseane de Carvalho Leão
Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças

Ivoneide Pereira de Alencar
Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários

Marcelo de Sousa Neto
Editor da Universidade Estadual do Piauí



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI



Rafael Tajra Fonteles **Governador do Estado**
Themístocles de Sampaio Pereira Filho **Vice-Governador do Estado**
Evandro Alberto de Sousa **Reitor**
Jesus Antônio de Carvalho Abreu **Vice-Reitor**

Conselho Editorial EdUESPI

Marcelo de Sousa Neto **Presidente**
Algemira de Macedo Mendes **Universidade Estadual do Piauí**
Ana de Lourdes Sá de Lira **Universidade Estadual do Piauí**
Antonia Valtéria Melo Alvarenga **Academia de Ciências do Piauí**
Cláudia Cristina da Silva Fontineles **Universidade Federal do Piauí**
Fábio José Vieira **Universidade Estadual do Piauí**
Sammy Sidney Rocha Matias **Universidade Estadual do Piauí**
Gladstone de Alencar Alves **Universidade Estadual do Piauí**
Maria do Socorro Rios Magalhães **Academia Piauiense de Letras**
Nelson Nery Costa **Conselho Estadual de Cultura do Piauí**
Orlando Maurício de Carvalho Berti **Universidade Estadual do Piauí**
Paula Guerra Tavares **Universidade do Porto - Portugal**
Pedro Pio Fontineles Filho **Universidade Estadual do Piauí**

Marcelo de Sousa Neto **Editor**
Lêda Rodrigues Vieira **Projeto Gráfico e Diagramação**
Lêda Rodrigues Vieira **Capa**
Autores **Revisão**
Editora e Gráfica UESPI **E-book**

Endereço eletrônico da publicação: <https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/book/247>

H637 Histórias e historiografia: teoria e prática / Lêda Rodrigues Vieira, organizadora. - Teresina, PI: EdUESPI, 2025.
334 p.: il.
ISBN: 978-65-81376-73-4
1. Historiografia. 2. História do Piauí. 3. Prática de pesquisa. I. Vieira, Lêda Rodrigues (Org.) . II. Título.

CDD 981.22

Ficha elaborada pelo Serviço de Catalogação da Biblioteca da UESPI
Nayla Kedma de Carvalho Santos (Bibliotecário) CRB-3ª/1188

Editora da Universidade Estadual do Piauí - EdUESPI

Rua João Cabral • n. 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI

Todos os Direitos Reservados

SUMÁRIO

HISTÓRIAS E HISTORIOGRAFIA	11
---	-----------

Lêda Rodrigues Vieira

PARTE I: HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

ASPECTOS DA VIDA SERTANEJA NAS CANÇÕES NORDESTINAS: ASA BRANCA E A SAGA DE UM VAQUEIRO	15
---	-----------

Antonia Maria de Sousa Queiroz

A FILOSOFIA POR TRÁS DA VADIAÇÃO DO JOGO DE CAPOEIRA: UMA ANÁLISE FILOSÓFICA E MÍSTICA DA CAPOEIRA PRATICADA EM BURITI DOS LOPES ENTRE OS ANOS DE 1990 E 2024	37
--	-----------

Francisco Mateus Machado de Oliveira

GILBERTO FREYRE, UM RIVAL DE PEDRO ÁLVARES CABRAL?: O BRASIL “(RE)DESCOBERTO” EM CASA GRANDE & SENZALA	55
---	-----------

Jardel Santos da Costa

ENTRE O DOMÍNIO E A RESISTÊNCIA: O VIVER FEMININO NO BRASIL COLONIAL E O CONTROLE RELIGIOSO	71
--	-----------

Luana Maria de Moraes Souza

“HÉRCULES-QUASÍMODO”: O HOMEM SERTANEJO E REPRESENTAÇÕES NO CINEMA NACIONAL (1953-1964)	87
--	-----------

Luiz Ayrton Silva Furtado

Lêda Rodrigues Vieira

ACERVO DOCUMENTAL DA CRECHE TIA NEUZA: A IMPORTÂNCIA DO ARQUIVO ESCOLAR PARA A PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO LOCAL	105
---	------------

Maria Eduarda Santos de Sousa

O PAPEL DA RELIGIÃO NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO SERTANEJO NORDESTINO SEGUNDO UMA PERSPECTIVA EUCLIDIANA.....	143
--	------------

Pedro Felipe Oliveira de Melo

VIDA COTIDIANA E FAMILIAR NO PERÍODO COLONIAL NA VISÃO DE GILBERTO FREYRE	155
--	------------

Sandy Kemylle dos Santos Oliveira

O ESTEREÓTIPO DO NORDESTINO NA NOVELA NO RANCHO FUNDO (2024)	175
---	------------

Silvia Klariscy Fontenele Vieira

HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA SOBRE AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA.....	193
---	------------

Thayla Kaylanne Oliveira Dantas

PARTE II: HISTORIOGRAFIA PIAUIENSE: RESENHAS

OS LITERATOS E A REPÚBLICA	213
---	------------

Ana Carolina Oliveira Costa

NO PIAUHY: NA TERRA DOS TREMEMBÉS O ESFACELAMENTO DO PATRIMÔNIO	219
--	------------

Ana Vitoria Campos Moura

CADERNOS HISTÓRICOS.....	225
<i>Andreza da Costa dos Santos</i>	
MULHERES PLURAIS	233
<i>Caio Wilson da Rocha Loureno</i>	
MULHERES PLURAIS	243
<i>Francisco Mateus Machado de Oliveira</i>	
BOLSONARO E A COVID 19	249
<i>Kaylane Moraes da Costa</i>	
O ÍNDIO NO SOLO PIAUIENSE (ENSAIO DE MONOGRAFIA HISTÓRICA)	257
<i>Larissa Conceição dos Santos</i>	
O ÍNDIO NO SOLO PIAUIENSE (ENSAIO DE MONOGRAFIA HISTÓRICA)	263
<i>Larissa de Abreu Freitas</i>	
RIO PARNAÍBA: CIDADES-BEIRA (1850-1950)	267
<i>Laryssa dos Santos Ribeiro</i>	
PARNAÍBA, CADA RUA – SUA HISTÓRIA	275
<i>Luiz Henrique Galeno Pereira</i>	
MULHERES PLURAIS	281
<i>Maria Julia Silveira Hortencio</i>	
OS LITERATOS E A REPÚBLICA	289
<i>Sabrina Veras Souza</i>	

(IN) JUSTIÇAS NO SERTÃO	297
<i>Stephanny Lima Cruz</i>	
MARCAS DA DITADURA MILITAR NO PIAUÍ	309
<i>Sylvia Lenny Marçal Sousa</i>	
SOBRE A ORGANIZADORA E OS(AS) AUTORE(A)S	315

HISTÓRIAS E HISTORIOGRAFIA

No âmbito acadêmico universitário os discentes são estimulados por diferentes metodologias científico-pedagógicas a alcançar o conhecimento crítico e reflexivo da realidade social, cultural, política e econômica, bem como, fornecer à sociedade os resultados desse processo de aprendizado. As principais metodologias comumente utilizadas pelos docentes são as produções textuais – fichamentos, resumos, resenhas críticas, artigos científicos etc., que permitem aos discentes a oportunidade de exercitar a pesquisa e a produção científica, fornecendo a comunidade tanto acadêmica quanto externa os resultados das leituras indicadas durante as disciplinas e do aprofundamento dos estudos.

A coletânea *Histórias e Historiografia: teoria e prática* foi idealizada como resultado de duas disciplinas do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira: *Historiografia Brasileira*, ofertada aos alunos do 4.º bloco e *Historiografia do Piauí*, aos alunos do 6.º Bloco, que foram ministradas durante o segundo semestre letivo de 2024 pela Professora Dra. Lêda Rodrigues Vieira, reunindo algumas das produções dos graduandos em processo de formação.

A proposta da coletânea foi estimular os graduandos à iniciação à pesquisa e produção acadêmica através da escrita de artigos científicos na disciplina de *Historiografia Brasileira* e resenhas críticas de obras de autores piauienses em *Historiografia do Piauí*. Ao longo das disciplinas, foram apresentados os critérios de escrita acadêmica e os cuidados com questões éticas, gramaticais, ortográficas e normas técnicas da ABNT. Os alunos inicialmente se sentiram preocupados, pois acreditavam que não conseguiriam produzir um texto em pouco tempo capaz de contribuir com a *Historiografia brasileira e piauiense*. No entanto, ao término das disciplinas, os artigos científicos e as resenhas críticas foram enviados pelos alunos, avaliados e, os que atendiam aos critérios estabelecidos, selecionados para compor a coletânea.

A coletânea é composta por artigos que discutem aspectos da historiografia brasileira, sobretudo temáticas que envolvem os conceitos de sertão, sertanejo e nordestino, a cultura da capoeira, a religiosidade, o patrimônio educacional, as mulheres e a vida cotidiana no período colonial brasileiro, dentre outras. Além disso, resenhas que apresentam uma análise crítica de obras de autores da historiografia piauiense que contribuíram significativamente com o conhecimento da História do Piauí e temáticas da história do país sobre as populações indígenas e negra, a escravidão no período colonial, a política piauiense e as mulheres na primeira metade do século XX, o rio Parnaíba e a cidade de Parnaíba, além da ditadura militar no Piauí.

Com a publicação dessa coletânea esperamos contribuir com o estímulo à pesquisa e, sobretudo, à formação científica tanto dos alunos do curso de História quanto dos demais interessados em conhecer os resultados dos esforços de pesquisadores em processo de formação acadêmica em História da Universidade Estadual do Piauí.

Profa. Dra. Lêda Rodrigues Vieira
Parnaíba-PI, março de 2025.

PARTE I

Historiografia Brasileira

Pizzas Massas
Frutos do Mar



ASPECTOS DA VIDA SERTANEJA NAS CANÇÕES NORDESTINAS: ASA BRANCA E A SAGA DE UM VAQUEIRO*

Antonia Maria de Sousa Queiroz¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar alguns trechos de canções nordestinas que apresentam os aspectos que constituem as características de identidade sertaneja, tais como a seca, a capacidade de resistir aos empecilhos do cotidiano, a religiosidade e as identidades culturais. As músicas nordestinas são uma forma de expressar as experiências e a identidade sertaneja. As identidades de um determinado lugar variam de acordo com o passar do tempo e se tornam múltiplas com as contribuições de quem compõem a sociedade, por meio de conhecimentos globalizados, culturais e políticos. O trabalho se baseia em autores como Euclides da Cunha, Gilberto Freyre e Durval Muniz que discutem sobre o sertão e suas complexidades. Através de exemplos como os artistas Luiz Gonzaga e Mastruz com Leite em suas composições, podemos observar que as músicas vão além de um simples entretenimento, vale ressaltar que as canções são um meio de preservar e valorizar as memórias, identidades e histórias do sertão nordestino.

Palavras-chave: Canções Nordestinas, Aspectos Sertanejos, Artistas.

As artes estão inseridas em todos os meios de expressões, ligadas entre tantos meios de comunicação e de regionalismo, que vai da

* Artigo apresentado à disciplina de Historiografia Brasileira, ministrada pela Profa. Dra. Lêda Rodrigues Vieira como requisito parcial avaliativo.

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí (UE-SPI).

literatura à sétima arte². O foco deste artigo são músicas nordestinas, tendo um papel essencial na cultura do Nordeste, especialmente na representação da vida sertaneja na qual há um aspecto intrínseco da identidade regional. Dessa forma, reforça Melo; Nóbrega (2024):

A música consegue reconhecer o Nordeste e o nordestino, caracterizando uma identidade local, que mais representava uma autenticidade através de um sentimento de pertencimento ao falar da terra, do povo, dos seus valores, usos e costumes. Os sertanejos nordestinos passaram a ouvir uma música que trazia no seu conteúdo a consciência de seus autores em relação aos valores da região (Melo; Nóbrega, 2024, p. 257).

O sertão, com as belezas áridas e seu clima desafiador, é mais que um cenário: é um espaço de força e de resiliência, dessa forma, a música se torna um meio de onde essas experiências são narradas e compartilhadas. Os estilos musicais como forró, música de vaquejadas, o repente e as toadas são expressões artísticas que remetem ao cotidiano, as tradições, as festas, as relações familiares e aos empecilhos que os moradores encontram no lugar em que vivem, que apesar disso se mantém fortes e vibrantes.

As músicas são extremamente importantes, servindo como um grito de resistência cultural, e como forma de reafirmar a importância de uma identidade nordestina, abordando aspectos de permanência cultural marcante para o Brasil e o mundo. Sendo uma forma de mostrar que podemos transformar a “dor” em arte em diferentes realidades, não só ela, mas as alegrias também. Desta forma,

Percebe-se que nesse percurso de luta e vontade de vencer as dificuldades o sertanejo pôde contar com

² O cinema é uma forma de arte e entretenimento que envolve a projeção de imagens em movimentos para contar histórias, transmitir emoções e expressar ideias.

uma “voz” e um discurso que fez divulgar o sertão por todo o país. De algum modo, através dos versos, a música passou a dar a devida visibilidade que o sertão desejava há tantas décadas (Melo; Nóbrega, 2024, p. 262).

Com base nessa perspectiva temática, o presente artigo visa analisar como as músicas sobre o Nordeste ajudam a perceber os aspectos e as dificuldades vividas pela população nordestina e que apesar do passar dos anos, artistas da atualidade ainda tentam resgatar culturas tradicionais, vivenciadas por seus antepassados em suas canções de forma moderna, mas contendo a mesma essência.

O trabalho foi escrito de forma qualitativa, por meio de utilização de artigos de autores que pesquisam sobre temáticas semelhantes, e foram trabalhados argumentos de autores que abordaram aspectos sobre o sertão e o sertanejo, como Euclides da Cunha, Gilberto Freyre e Durval Muniz. Além disso, analisamos trechos de músicas cantadas por bandas como Mastruz com leite e compositores como Luiz Gonzaga. Desta forma, esse trabalho irá contribuir para a produção de outras pesquisas futuras, que pretendem fazer parte dessa temática.

Alguns aspectos do sertão

O sertão é uma região semiárida do Brasil, caracterizada pelo clima temperado e pela aridez, apresentando um cenário único com aspectos distintivos de paisagens de caatinga, vegetação xerófila, onde coexistem cactos, arbustos e árvores de pequeno porte, adaptadas às condições de escassez de água. Essa região abrange algumas áreas do centro oeste. “No entanto, o sertão (interior), diferentemente do litoral, foi marcado pela ausência dos aparatos administrativos e estatais, sendo um local de difícil acesso, devido praticamente não existir estradas” (Ramos; Arouche, 2020, p. 23).

Dentre os pensadores que fazem análise e reflexões sobre o sertão brasileiro, destacam-se Euclides da Cunha, Gilberto Freyre e Durval Muniz, cujos abordam perspectivas sobre o sertão, a sociedade e identidades.

Em sua obra *Os sertões* (2020), Euclides da Cunha em boa parte da produção descreve sobre o sertão e o sertanejo. O autor se dedicou a iluminar as “dores” e as dificuldades dessa região, mostrando assim, parte da identidade nacional sertaneja. O ambiente é retratado de forma complexa como um território hostil de dureza e aflição para sobreviver em meio às dificuldades que o próprio espaço impõe. Toda essa visão é reforçada ao analisar a Guerra de Canudos (1896-1897), na qual Euclides da Cunha foi escalado para fazer essa cobertura, que foi um episódio de combate liderado por Antônio Conselheiro. A guerra é descrita não só como um confronto militar, mas como uma batalha pela preservação das tradições e identidade da comunidade sertaneja de Canudos, na Bahia.

Ao longo da obra, é traçado um contraste entre o sertão e as cidades, especialmente o Rio de Janeiro, que na sua visão representava a civilização e a modernidade. No entanto, também descreve o sertão como abandonada e submissa a condições desumanas. Para Euclides, o sertão, apesar de seus aspectos de dificuldades, possui uma singularidade, visto que a civilização urbana não tem ou não consegue preservar, como a cultura e as tradições, e não apresenta uma visão tão simplista do sertão, como os estereótipos negativos, apesar disso, ele reconhece a beleza paisagísticas, as tradições culturais e os costumes.

O jornalista, adota uma visão determinista, onde o sertão é um lugar que molda e é moldado pelas condições da terra, onde o caráter sertanejo é influenciado pelo ambiente severo e hostil em que vive, que acaba influenciando o comportamento, atitudes e fisionomia humana. E o comportamento de aparência irracional e primitivo do sertanejo é associando-o à adaptações impostas a circunstâncias desfavoráveis do sertão, como a seca e a fome. Segundo o autor, “é um condenado à vida. Compreendeu-se envolvido em combate sem tréguas, exigindo-lhe imperiosamente a convergência de todas as energias” (Cunha, 2020, p. 70). Na sua ótica, o sertanejo como um ser que já está predestinado a sofrer, por

conta do ambiente que vive, especificamente com o calor extremo do sol, porém, ao passo que vê como um homem de grande fortaleza e coragem, capaz de suportar sofrimentos imagináveis.

Mas o nosso sertanejo faz exceção à regra. A seca não o apavora. É um complemento à sua vida tormentosa, emoldurando-a em cenários tremendos. Enfrenta-a, estóico. Apesar das dolorosas tradições que conhece através de um sem-número de terríveis episódios, alimenta a todo o transe esperanças de uma resistência impossível (Cunha, 2020, p. 78).

Por outro lado, essa força pode ser vista como uma forma de resignação, uma aceitação passiva do destino, como se estivesse sempre conformado com sua condição de vida. No entanto, tal resignação não é uma fraqueza, pelo contrário, é uma forma de resistência interna que permite ao sertanejo sobreviver diante da dor e da aflição.

Ao contrário de Euclides da Cunha, que tem uma visão mais “trágica” e árida sobre o Sertão, Gilberto Freyre aborda o Brasil a partir de uma perspectiva mais íntegra e cultural. Em sua obra *Casa Grande e Senzala* (2000), estabelece uma perspectiva importante sobre o Brasil e, em certo sentido, também sobre o sertão. Através de suas concepções, é perceptível analisar como ele interpretou a formação social do Brasil e a função que o sertão desempenhou nesse processo.

Construiu uma ideia de que a sociedade foi moldada pela mestiçagem entre três grandes grupos: os africanos, os indígenas e os portugueses. Esse processo de mestiçagem é importante para compreender o sertão em sua visão, pois Freyre considera que a interação entre esses diferentes grupos gerou uma cultura e uma identidade que se difundiram por todo o país, mais precisamente no sertão. Na obra, a Casa Grande é representada pelas grandes propriedades rurais, enquanto a senzala corresponde às condições de vida dos trabalhadores, principalmente os pobres e os negros, que no sertão enfrentava as dificuldades de uma vida de trabalho árduo em um ambiente rigoroso, essa ideia se aplica ao

contexto de sertão. Embora o sertão em si não seja o foco principal de sua obra, vindo de forma mais ampla a cultura brasileira, o sociólogo também reconhece as dificuldades do sertão, como a seca e o esforço para sobreviver.

A ótica Freyriana sobre o sertão não é apenas sobre uma região caracterizada pela aridez, mas como um ambiente de interação e troca cultural entre os diferentes povos que ali estabeleceram-se. A interação entre o colonizador português, os africanos escravizados e os indígenas, contribuiu para a criação de uma cultura específica no sertão, definida pela combinação de diferentes tradições, crenças e estilos de vida. Colaborando assim para um dos aspectos de identidade brasileira, na qual o sertão se destaca como parte desse processo de construção cultural.

Embora não tendo o mesmo alvo de Euclides, Freyre reconheceu que o sertão, em seu contexto social e cultural, tornou-se um espaço onde a vida teve que ser reinventada, mas de maneira que preservasse muitas das particularidades originais da cultura mestiça, da qual estudava. Freyre como um pesquisador, não se limitava a estudar as regiões, mas se via como parte dela, influenciado por seus valores e princípios.

O Nordeste, para o historiador Durval Muniz, é uma região específica do Brasil, que começou a ser reconhecida apenas no início do século XX, quando o país anteriormente era dividido de forma mais simplista entre Norte e Sul. Todo esse discurso sobre a região nordeste foi primordial em formar a percepção de Sertão, na qual todo esse processo se manifestou de diferentes formas, tanto na historiografia como na artística, formando uma identificação tão intensa que outras regiões passaram a se referir a suas áreas mais distantes como interior, enquanto o Nordeste consolidava a imagem de sertão.

Ademais, para Durval, no imaginário coletivo, o sertão está associado, muitas vezes, a um tempo que remete ao passado, um tempo que antecede os avanços da civilização, urbanização e desenvolvimento. Sendo assim, o Sertão não é visto apenas como um espaço geográfico, mas, também, como algo distante tanto física quanto temporal, que repassa uma impressão de isolamento e atraso, onde tem ligação à ideia de

pobreza, ao artesanato, tradições, na qual isso acaba reforçando sua singularidade na cultura e na identidade nordestina, onde essa representação não é isolada, mas se entrelaça com a formação do imaginário do nordeste. A figura do “cabra-macho”, por exemplo, simboliza a masculinidade demonstrada pela valentia, coragem e força.

O sertanejo seria, inclusive, aquele que ganhava status à medida que se mostrava com coragem para afrontar pessoalmente, corporalmente, um embate com o outro. O mito do cabra macho, o mito do valente, do valentão, a honra masculina que passava por isso (Melo; Rocha, 2021, p. 315).

A construção social nordestina é idealizada por uma elite que perdeu seu poder no Brasil, onde foi superada quando o país começou a se urbanizar e se industrializar. Nessa lógica, o Nordeste foi moldado como uma forma de suportar essa mudança, buscando manter uma sociedade com estruturas sociais antigas como o patriarcado e a hierarquia, que existiam quando a região detinha o poder político e econômico do Brasil.

Para o historiador, o nordeste é uma invenção reacionária, na tentativa de resgatar e manter valores e estruturas sociais que estão em desuso diante das transformações modernas. Figuras importantes como Euclides da Cunha, Luiz Gonzaga e entre outros também estão envolvidos nessa invenção do Nordeste, na qual essa região só existe por conta da construção social, moldada pela qualidade e por toda a carga extrema de debates da época em torno do sertão. Durval acredita que as artes desempenham um papel fundamental nesse processo, mais eficaz do que a academia, para desafiar as narrativas simplistas que frequentemente reduzem o sertão a uma imagem de atraso, pobreza e seca. Durval considera que com toda essa construção das elites e desses inventores, os estereótipos que muitas vezes cercam a região, se tornam algo difícil de se desconstruir.

Mas o sertão é sempre visto como um recuo no tempo, quer dizer quando Euclides diz que andar para o sertão era como que recuar séculos, é a reafirmação dessa ideia de que o sertão é o passado. O passado contraposto ao mundo moderno, a modernidade, a sociedade capitalista, burguesa, urbana. A maior parte dos inventores do Nordeste inventaram o Nordeste sob o signo da saudade, da saudade do mundo senhorial, escravista, patriarcal, estamental, um espaço que estava desaparecendo, ou seja, o Nordeste surge a partir da saudade de uma elite que está perdendo centralidade política e econômica no plano nacional, inclusive, no plano regional, como é o caso dos senhores de engenhos que estavam sendo substituídos pelos usineiros (Melo; Rocha, 2021, p. 319).

Durval enfatiza que o sertão não deve ser limitado, pois acaba colocando limites na sua verdadeira multiplicidade e variedade, na qual não deve ser associada a imagens de atraso e pobreza. O sertão representa uma experiência rica e variada, embora seja retratado por meio de clichês, atualmente é um lugar de modernidade e pós-modernidade, com grandes cidades e contrastes internos. Com base nisso, “a identidade nordestina é fortíssima porque ela é vivida pelas pessoas, ela é vivida e reivindicada” (Melo; Rocha, 2021, p. 313). O historiador faz uma reflexão sobre a identidade do Nordeste, onde é construída por quem habita a região e se conhece por meio da cultura.

A base fundamental da população sertaneja é a agricultura, e a escassez de água no sertão é algo constante, que impõe limite na agricultura e acaba dificultando os estabelecimentos de práticas agrícolas mais desenvolvidas. Essa situação da falta de água que prejudica a produção de alimentos, se torna um ciclo vicioso, onde a carência de alimentos intensifica a pobreza e a vulnerabilidade da comunidade sertaneja. Ocorrem em sua maior parte, as chuvas irregulares, durante a estação chuvosa, que varia de um ano para o outro, tornando a agricultura uma

atividade repleta de obstáculos. Vale lembrar que só há duas estações no Nordeste: inverno e verão, “duas estações únicas da região. Dissociam-na nos verões queimosos; degradam-na nos invernos torrenciais” (Cunha, 2020, p. 13).

As origens sertanejas são marcadas por um forte laço com a terra e a natureza, onde a estabilidade, muitas vezes, depende da agricultura familiar e da criação de animais, visto que estas são algumas das principais rendas e atividades econômicas praticadas pelo nordestino. Porém, a falta d'água e o clima quente impõem limitações rígidas à produção.

A seca, fenômeno implacável, se revela como um elemento que caracteriza a configuração da vida dos sertanejos. A escassez de água, que se impõe como um dos maiores obstáculos enfrentados pelas comunidades sertanejas, não é apenas um desafio, é um fator determinante que molda a cultura, a economia e, sobretudo, a sobrevivência desses povos. “Ajusta-se ao sertão o cautério das secas; esterilizam-se aos ares urentes; empedra-se o chão, gretando, ressecando... a caatinga estende sobre a terra as ramagens de espinhos. Os napaleas e cactos, nativas em toda parte, entram na categoria das fontes vegetais de Saint-Hilaire, típicos clássicos da flora deserta” (Cunha, 2020, p. 27).

Mesmo com o sol escaldante, a população sertaneja tem seus momentos felizes e não se deixa levar pelo cansaço solar, enfrenta impondo-se sobre as complicações em seus trabalhos no campo, sem nenhum pingo d'água para beber e as plantações entrando em declínio em plena seca. Euclides, ainda prossegue sua visão sobre o fenômeno da natureza: “[...] de horas felizes e horas cruéis, de abundância e misérias – tendo sobre a cabeça, como ameaça perene, o sol, arrastando de envolta no volver das estações, períodos sucessivos de devastações e desgraças” (Cunha, 2020, p. 70).

Religiosidade e tradições

É na religião, sobretudo a Católica, que os sertanejos encontram consolo em meio às dificuldades da vida. “O seu primeiro amparo é a fé

religiosa” (Cunha 2020, p. 80), pois as tradições que existem nas regiões sertanejas e em algumas partes do mundo, é de pedir a bênção, especialmente, aos parentes mais velhos. Um dos costumes tradicionais, é de realizar o sinal da cruz, às 12 horas do dia e às 18 horas da tarde, como um ato de devoção. Há também as festas de padroeiros, com novenas e tríduos. No último dia do Santo padroeiro, tem a procissão passando pelas ruas da cidade. A fé se torna um refúgio. As romarias, procissões e rezas, são os momentos de extrema importância, é onde se reúnem para pagar e fazer suas promessas, expressar suas preces em meio às dificuldades onde pedem proteção, cura e fartura para sobreviver. Durante a época das secas, ocorre o ápice das orações, rogando pelas chuvas, para garantir a sobrevivência do trabalho no campo e do gado.

Nesses meses dos Santos Padroeiro da região Nordeste, em sua homenagem, são praticadas as danças tradicionais como as quadrilhas, o bumba meu boi, tidos como um símbolo de representação, tudo isso nos meses de junho e julho. As danças, também são uma marca de identidade cultural. Para Gilberto Freyre (2000, p. 326), “uma das primeiras festas meio populares, meio igreja, de que nos falam as crônicas coloniais do Brasil é a de São João já com as fogueiras e as danças”. Ou seja, “meio popular, meio igreja”, quer dizer que há a mistura de danças como as quadrilhas nas festas juninas, e o meio religioso como o de São João, com as tradicionais fogueiras e com músicas de forró.

Na interpretação de Del Priore, sustenta que as danças não são só um entretenimento, mas uma base sustentável fundamental que ajuda a moldar e expressar a cultura popular, definindo assim um tipo de identidade:

A dança está presente também como resquícios da catequese. A Igreja permitia que índios e negros bailassem, pois a dança era considerada uma maneira de glorificar a Deus. Depois do Concílio de Trento tais danças tornaram-se um elemento para enriquecer e tornar as formas externas do culto católico (Del Priore, 1992, p. 55).

Essas danças mostram que se tornaram um espaço de união entre diferentes culturas. Trazendo uma transição como a indígena e africana, como forma de glorificar a Deus, essa aceitação ajudou a incorporar elementos culturais, formando assim um aspecto de sincretismo, que também é bastante praticado no Nordeste. Algo que veio junto com a mestiçagem na época colonial:

Quanto ao sincretismo religioso, Freyre verificou que se tratava de um fenômeno que aconteceu tanto entre europeus cristãos com os negros escravizados, quanto entre os indígenas com os europeus. Essa observação explicaria porque o “gosto com que os nativos cumpriam as penitências católicas”, seria uma forma de assimilação de parte do seu processo de purificação e esconjuração, “aplicado em particular rigor ao menino e à menina ao iniciar-se na puberdade” (Freyre, 2003, apud Araújo, 2021, p. 379).

Socialmente, o sertão é um território que carrega uma vasta herança cultural, resultado da mistura de influências que se entrelaçam ao longo do tempo. Com “O indo-europeu, o negro e o brasílio-guarani” (Cunha, 2020, p. 64) que se formou o processo de mestiçagem, na qual não só criou a identidade regional, mas também contribuiu para o enriquecimento do patrimônio imaterial e tradições locais. Como por exemplo a música, as festas populares e a culinária sertaneja, se tornaram algo forte com a mistura de vários costumes. Assim, torna-se um verdadeiro caldeirão cultural, formando um aspecto central da cultura sertaneja, propício para a formação de identidade, tradições e costumes.

Meio de se identificar

O significado de algo, não é intrínseco, mas construído a partir de interpretações e contextos. A construção social pode ser reavaliada e

transformada, conforme as circunstâncias mudam, na interpretação de Albuquerque Júnior (1999):

Quando se toma a região Nordeste como objeto de um trabalho, [...] este não é um objeto neutro. Ele traz em si imagens e enunciados que foram fruto de várias estratégias de poder que se cruzaram; de várias convenções que estão dadas, de uma ordenação consagrada historicamente [...] São tipos e estereótipos constituídos como essenciais (Albuquerque Júnior, 1999, p. 217).

Os aspectos acerca do nordeste do Brasil, não é simplesmente um algo que pode ser tratado de forma imparcial, a região traz consigo uma carga de representações e estereótipos que foram moldados ao longo do tempo. Ou seja, a forma como a região é percebida e retratada não é espontânea, mas resultado de invenções e interpretações que foram construídas historicamente. Essas imagens de estereótipos, muitas vezes, acabam se tornando essenciais, ou seja, são tomadas como verdades, podendo ser redutoras ou distorcidas e que as narrativas são sustentadas pela forma como a história foi contada. Segundo a percepção de Hall (2006):

A identidade é formada na "interação" entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o "eu real", mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores" e as identidades que esses mundos oferecem (Hall, 2006, p. 2).

O modo de ser reconhecido por meio de uma identidade é algo complexo, na qual há interação entre o indivíduo e o meio social. A partir disto, o indivíduo vai se desenvolvendo e criando essências únicas, que variam de lugar para lugar ao longo do tempo, por meio de contribuições cultural, política e histórica, nisso o mundo intelectual e globalizado, vai

ajudando a se reinventar cada vez mais na sua identificação da forma que se reconhecem. Nesse sentido, as informações são necessárias para ter uma carga de conhecimento, através de ideias que o conhecimento vai evoluindo e acaba influenciando os valores e percepção de realidade, muitas das vezes, de forma inconsciente.

O conhecimento é elementar, possuindo traços regionais que permite a formação da identidade cultural dos indivíduos. Ao considerar que ao passo que tais indivíduos tendem a compor uma comunidade, passam a extrair dela informações cruciais a sua formação individual, como argumenta Silva e Souza (2006):

A informação permite ao indivíduo construir seus saberes no que se refere à realidade cultural; esses elementos vão sendo absorvidos quase sempre sem que a comunidade tenha consciência disso. As informações vão se somando, permitindo a elaboração de um sistema de valores que contribuem para a formação da identidade cultural desse povo (Silva; Souza, 2006, p. 215).

A música, sendo uma das principais formas de expressão, seja dentro de diversos meios de culturas diferentes, muitas ponderam sobre a cultura sertaneja, nos quais tais aspectos de cultura visam refletir sobre a vida no sertão nordestino, com as suas complexidades, dificuldades e riquezas culturais traçando, assim, uma forma de identidade, “[...] nos faz perceber o quanto é importante esses processos discursivos através das músicas” (Melo; Nóbrega, 2024, p. 279).

Os aspectos culturais são variados. As músicas, por exemplo, são elementos centrais que servem como entretenimento, além de uma forma de contar histórias, repassar saberes e preservar as memórias. As letras abordam majoritariamente a seca, o amor, a saudade, a fé e a luta diária, pois “o sertão tem múltiplas interpretações, seja a dos flagelos e dores, ou das belezas e imponências. A música sertaneja nordestina é essencial para

a construção do sertão e da identidade dos sujeitos que ocupam a região” (Melo; Nóbrega, 2024, p. 257).

Cabe destacar que em determinadas músicas, a figura do vaqueiro, por exemplo, é a mais ressaltada, mostrando não só o trabalhador com a lida do gado, mas a bravura do povo, principalmente do homem do sertão em meio às dificuldades do cotidiano sertanejo:

[...] Seu porte atlético remete a um ideal de masculinidade eugênica, que lhe confere estatuto de exemplo a ser seguido pelo homem nordestino: bravo, forte, viril, imagem de “uma raça forte e homogênea” a ser inscrita e difundida socialmente (Albuquerque Júnior, 2013 apud Viana; Brito, 2016, p. 263).

Entre os principais gêneros musicais que representam essa cultura, os que entram em destaque são o forró, o xote e o baião. Cada uma com suas características únicas, e a conexão especialmente com o cotidiano do sertão. O forró se apresenta como um dos mais emblemáticos gêneros musicais, com uma dança e um estilo musical que se tornou símbolo de festa nordestina com suas sanfonas, batidas e triângulos, retratando a vida simples e a alegria do povo, abordando amor, saudade e luta pela sobrevivência. O xote, sendo uma variação de forró apresenta-se com um ritmo mais lento e dança característica. O baião, outro gênero importante, é uma mistura de ritmos que traz sonoridade contagiante com forte presença da sanfona e percussão popularizada por artista como o Luiz Gonzaga, o baião fala sobre a vida rural, os costumes da região e as dificuldades enfrentadas, principalmente em tempos de seca, com letras muitas vezes poéticas.

Neste viés, com o passar dos anos, outros artistas começaram a gravar músicas que também contribuíram para o renascimento de músicas do Nordeste, com um pouco mais da metade do século XX com a

MPB³, mudando apenas o ritmo, mas os aspectos essenciais continuaram. Na dimensão musical nordestina, um dos principais nomes artísticos que deixou um estigma em relação com os marcos da historiografia nordestina e, em suas músicas que traça as vivências, como *Asa Branca*⁴ e *Xote das meninas*⁵, abordam temas como a seca, migração e amor pela terra. Foi o cancionista Luiz Gonzaga (1912-1989) que em 1930, viajou ao estado do Rio de Janeiro pretendendo tornar-se músico, no qual seu foco seria repassar os aspectos de cultura para o mercado musical, sendo que 1939 dispôs-se a potencializar sua carreira de músico (Fernandes, 2008, p. 6). No início da sua carreira começou a conhecer outros músicos que estavam iniciando também, especialmente Humberto Teixeira, que foi com ele que sua carreira teve um salto em relação ao sucesso de canções, na qual foi intitulado como “Asa branca”. Desta forma:

Em 1945 tornou-se amigo de Humberto Teixeira, advogado e poeta cearense natural de Iguatu. Logo ambos chegaram à conclusão de lançar o baião, um tema nordestino desconhecido no Rio. Concordaram em lançá-lo nacionalmente, já que, segundo eles, o baião era o mais urbanizável dentre todos os ritmos do Nordeste, começaram a compor músicas refletindo sobre o cotidiano sertanejo e as condições de

³ MPB (música popular brasileira) é um gênero musical surgido no Brasil em meados da década de 1960.

⁴ A canção “Asa branca” retrata a migração dos nordestinos em busca de uma vida melhor, devido à seca que assolava o sertão. Escrita por Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, porém interpretada por Luiz Gonzaga, lançada no ano de 1947 logo se tornou grande sucesso, é considerada um hino no nordeste brasileiro sendo um dos maiores clássicos da música brasileira. Sendo gravada no primeiro álbum de estúdio do próprio cantor “A História do Nordeste na voz de Luiz Gonzaga” lançado pelo selo RCA Victor em 1955.

⁵ Uma das composições mais conhecidas de Luiz Gonzaga é “Xote das Meninas”, feita em parceria com o compositor Zé Dantas, em 1953. A canção descreve sobre a vida das meninas, abordando temas como o amor, a inocência e as relações familiares. Se tornou uma das canções mais queridas do repertório e rapidamente virou sucesso popular. Sendo gravada no primeiro álbum de estúdio “A História do Nordeste na voz de Luiz Gonzaga” lançado pelo selo RCA Victor em 1955.

vida e suas relações com a terra, meio religioso, as dificuldades do dia a dia em meio a seca etc (Fernandes, 2008, p. 6).

O “rei do baião”, com sua sanfona, trouxe representações que transitam entre o realismo e a poesia, contribuindo, assim, para a construção de uma identidade nordestina para um público mais amplo, tendo sido influenciado pela percepção social sobre a vida no sertão brasileiro. De acordo com Albuquerque Júnior:

Não é só o ritmo que vai instituir uma escuta do Nordeste, mas as letras, o próprio grão da voz de Luiz Gonzaga, sua forma de cantar, as expressões locais que utiliza, os elementos culturais populares e, principalmente, rurais que agencia, a forma de vestir, de dar entrevistas, o sotaque, tudo vai “significar” o Nordeste (1999, p. 176).

Como já ressaltado, na década de 1940, o forró era conhecido como o baião, na voz de Luiz Gonzaga. Segundo Rios (2008), o gênero musical passou a ser uma reinvenção nos anos 1990, com a banda pioneira *Mastruz com Leite*, pois o forró estava passando por um período de desgastes, pelo motivo que na época, artistas internacionais estavam tomando a frente. O estilo foi reinventado, dessa vez com um pouco mais de criatividade: o forró eletrônico, nesse contexto que o empresário cearense Emanuel Gurgel, forma o grupo, com músicas de alguns forrós conhecidos na época, canções de Teixeira, incluindo, bregas, solos consagrados e até baladas internacionais. Tudo com ritmo de forró e para atrair um público mais jovem e, que alcançasse sucesso nacionalmente. Isto que perdura até os dias de hoje tem se difundido cada vez mais.

Os primeiros vocalistas eram compostos por Japinha e Tony Silveira. Com o passar do tempo, surgiu a necessidade de uma voz feminina no grupo, elegeram, assim, uma cantora para a banda *Mastruz com Leite*. Chegava então Kátia Cilene, e com o passar do tempo, Bete Nascimento

foi outra integrante. Nessa época, muitas outras bandas se espelhavam para produzir músicas e fazer shows no mesmo estilo. Foi nesse contexto de mudanças que começaram a deixar um pouco de trazer as temáticas, como a seca, migração e começaram a escrever sobre temas festivos. A banda fez mais sucesso com o reconhecimento nas figuras de França, Kátia, Bete e Aduílio, as vozes reconhecidas. Vale ressaltar que grande parte das canções interpretadas pela banda *Mastruz com Leite*, foram escritas pela compositora Rita de Cássia, que majoritariamente faz referências sobre o vaqueiro, amor e as vivências sertanejas, como ela retrata nas letras de *Saga de um vaqueiro*; *Meu vaqueiro*, *Meu peão*; *Razões* e entre outras.

Nos dias de hoje a evolução musical é constante, com novos artistas e gêneros musicais expandindo limites tradicionais, sempre trazendo as representações do meio em que vive, nessa seara do Nordeste brasileiro.

Análise das músicas

A análise do corpus deste trabalho está baseada nos principais trechos das canções *Asa Branca*, de Luiz Gonzaga, e *A Saga de um Vaqueiro*, da banda *Mastruz com Leite*, nas quais abordaremos alguns aspectos que compõem a identidade do sertão. Então, se faz necessário o reconhecimento do presente trabalho para uma melhor compreensão do conteúdo desta pesquisa.

A música *Asa Branca*, composta por Humberto Cavalcanti Teixeira mais conhecido por Humberto Teixeira e Luiz Gonzaga do Nascimento, em 1947, sendo escrita com a linguagem sertaneja e retrata o aspecto de seca do sertão nordestino: “Quando olhei a terra ardendo/ Qual fogueira de São João/ Eu perguntei a Deus do céu, ai/ Por que tamanha judiação?” na qual traz comparações da devastação da terra que arde, com a fogueira de São João, visto que as fogueiras são típicas das festas juninas ocorridas na região. Este questionamento: “perguntei a Deus do céu” expressa clamor ao mundo espiritual por respostas sobre os sofrimentos causados pela seca.

Ao seguir a canção, “Que braseiro, que fornalha/ Nem um pé de plantaçãõ/ Por falta d’água perdi meu gado/ Morreu de sede meu alazãõ”, a música segue com a temática da seca e em, “*que braseiro, que fornalha*”, evoca a ideia de um calor intenso, dificultando que as plantas floresçam. Devido a isso, a escassez de água, leva a morte, vitimando pessoas e animais, como do seu alazãõ, um cavalo de pelagem avermelhada, seu companheiro da labuta diária.

A ave natural do sertãõ, denominada de “Asa branca” é referenciada na cantiga: “Até mesmo a asa branca/ Bateu asas do sertãõ/ Entonce eu disse, adeus Rosinha/ Guarda contigo meu coraçãõ”, representando também o aspecto da imigraçãõ que se deriva da seca. Na qual o homem sertanejo deixa a sua terra natal e sua amada chamada “Rosinha” com o coraçãõ apertado, que mesmo estando a distância, existe uma conexãõ de afeto que irá perdurar.

Nos próximos versos temos: “Hoje longe, muitas léguas/ Numa triste solidãõ/ Espero a chuva cair de novo/ Pra mim voltar pro meu sertãõ” é destacado o sentimento de saudade: a solidãõ que é citada na música, remete ao fato de não estar no seu meio familiar, devido a longa distância. A espera pela chuva, não é frustrante, pois há de tempos em tempos, e torna-se um anseio.

Em, “Quando o verde dos teus olhos/ Se espalhar na plantaçãõ/ Eu te asseguro não chore não, viu/ Que eu voltarei, viu/ Meu coraçãõ” vemos que seguindo essa sequênciã da espera pela chuva, “*o verde dos teus olhos*” representa a beleza e esperançã onde a cor remete a fertilidade e ao crescimento da agricultura, onde irá florescer as plantações, uma fonte econômica do sertãõ. O eu-lírico da cançãõ faz uma promessa de retornar a sua terra e conforta a pessoa que ficou à sua espera.

Em *Saga de um vaqueiro*, interpretada pela banda *Mastruz com leite*, foi composta por Rita de Cassia Oliveira dos Reis, conhecida por Rita de Cássia. Nessa música observamos aspectos do homem sertanejo: “Como um vaqueiro tem suas perdas e suas glórias/ Mesmo sendo forte, o coraçãõ é um menino/ Que ama e chora por dentro, e segue o seu destino”, logo neste trecho da música, o próprio vaqueiro se reconhece como um

ser forte, não só reflete sobre força física, mas, que suporta coisas duras da realidade, como o sol escaldante, a seca, a pobreza, o cansaço do trabalho árduo entre outros empecilhos da vida. Como a famosa frase de Euclides da Cunha “O sertanejo, é antes de tudo, um forte” (2020, p. 68), onde até mesmo o autor reconheceu e que apesar da dureza da vida, o ser é feito por um coração de afeto, mesmo nos seus dias de glória e luta.

Em outro trecho da canção, temos: “Desde cedo assumi minha paixão/ De ser vaqueiro, de ser um campeão/ Nas vaquejadas sempre fui batalhador/ Consegui respeito por ser um vencedor [...]”. Vemos que desde pequeno os homens se acostumam com a cultura de ser vaqueiro e a praticar os trabalhos de sobrevivência. Como disse Cunha (2020, p. 70), “aprestou-se, cedo, para a luta”. E quando se tornam homens feitos, se tornam respeitosos pela sociedade.

Das músicas do forró inspirado no “rei do baião”, uma das temáticas foi sobre o amor afetivo, como vemos nestes versos: “Da arquibancada uma morena me aplaudia [...] / [...] Perdi um boi naquele dia lá na pista, mas um grande amor surgia em minha vida...” Aqui demonstra as paixões do homem do sertão, a vaquejada como paixão de esporte, e sua nova paixão humana, a “morena” como relata na canção.

A figura do vaqueiro, remete ao arquétipo de forte, valente, como ressaltado: “[...], mas um bom vaqueiro, nunca pode vacilar [...] / [...] Eu fiquei impressionado, como ele era valente/ Tão jovem e tão forte, e tão insistente...” isso demonstra um homem jovem, determinado, forte. Demonstrando que um vaqueiro nunca desiste fácil, surpreende com sua garra. “Fez-se forte, esperto, resignado e prático” (Cunha, 2020, p, 70).

No aspecto de religiosidade, em um dos versos desta canção destaca-se: “Esse é o nosso filho, que você não conheceu / Sempre quis ser um vaqueiro, como você, um campeão / E pela primeira vez, quer a sua Bênção [...]” trazendo uma reflexão de costume e tradição, onde os filhos pedem a bênção aos pais. Na música, retrata o filho pedindo a bênção ao pai, onde se encontram pela primeira vez, e mesmo sem o

conhecer antes, já admirava o pai por ser vaqueiro, se espalhou e tornou-se um vaqueiro determinado.

Considerações finais

Os fatores que compõem o sertão encontram na música um terreno fértil para expressar e oferecer uma representação heterogênea da vida sertaneja que vai além do simples retrato do sofrimento. Elas nos remetem a ilustrar as adversidades da seca, e alguns aspectos do Nordeste. Ao abordar esses temas, artistas como o pernambucano Luiz Gonzaga que traz elementos na música como, por exemplo, o modo de falar e as coisas que faziam parte de sua vida, assim transparecendo o caráter regional, que contribuiu para entender como é a grande seara do Nordeste brasileiro, e refletindo em outras figuras artísticas, como a banda *Mastruz com Leite*, que modernizou o mesmo modelo de gênero musical por meio de novos instrumentos e atribuindo um ritmo mais diferente, demonstram que não é apenas mostrar o sertão, mas uma forma de perpetuar a cultura, os sentimentos e valorizar as tradições. No entanto, o que se observou por meio do presente trabalho, foi que na região Nordeste, a música (especificamente, o forró) desempenha uma função fundamental que ajuda a difundir os aspectos da região, atribuir identidades e formar o imaginário da sociedade e região local.

Diante dessa produção, com análises de alguns trechos de músicas citadas e abordadas no tópico anterior, o trabalho buscou aprofundar as informações sobre a temática e contribuir com futuros pesquisadores que se interessam a esse campo de pesquisa sobre o sertão nordestino. Seguindo essa linha de raciocínio sobre conhecer os aspectos da vida sertaneja, será essencial transmitir saberes e conhecer identidades que formam as regiões do mundo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999.

ARAÚJO, A. P. de. O Candomblé e a desconstrução da noção de sincretismo religioso: Entre utopias do corpo e heterotopias dos espaços na Diáspora Negra. *Abatirá - Revista de Ciências Humanas e Linguagens*, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 357–388, 2021.

CONTIERI, Amanda Ágata. Mulheres do campo: análises de representações do feminino em canções sertanejas. *Estudos Linguísticos*, São Paulo. [S. l.], v. 44, n. 2, p. 545–558, 2016.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Editora Ciranda Cultura. 2. ed. São Paulo. 2020.

DEL PRIORE, Mary Lucy. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

FERNANDES, Glauco Vieira. “Reterritorialização” Da Cultura Sertaneja Em Luiz Gonzaga. Universidade Regional do Cariri – URCA, *Cadernos de Cultura e Ciência*, v. 3, n. 1, 2008.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GONZAGA, Luiz; TEIXEIRA, Humberto. *Asa Branca*. Recife: RCA Victor: 1955. CD, (2 min 49 seg).

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*, DP&A Editora, 1a edição em 1992, Rio de Janeiro, 11a edição em 2006, 102 páginas, tradução: Tomaz da Silva e Guacira Lopes Louro.

MASTRUZ COM LEITE. *A Saga de um vaqueiro*. Fortaleza: Continental: 1995. CD 8 min 45 segs.

MELO, F. D.; ROCHA, T. B. T. da. “O sertão é uma palavra que designa sempre o outro”: entrevista com Durval Muniz de Albuquerque Júnior. *Revista Historiar*, [S. l.], v. 13, n. 24, p. 308–327, 2021.

NOBRE DE MELO, Dayanne; DA CUNHA NÓBREGA, Pedro Ricardo. A música como possibilidade geográfica de compreensão acerca do imaginário de sertão nordestino. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 20, n. 1, 2024.

RAMOS, C. B; AROUCHE, I. L. R. Olhares sobre o sertão a partir dos estudos historiográficos e literários. *Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar*. Mossoró, v. 6, n. 19, 2020.

SILVA, Fernanda Isis C. da; SOUZA, Edivânio Duarte de. Informação e formação da Identidade cultural: o acesso à informação na literatura de cordel. *Inf. & Soc. Est.*, João Pessoa, v.16, n.1, p.215-222, jan./jun. 2006.

VIANA, Francisco Cleisson Sousa; BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. Heróis de gibão de couro: história e identidade dos vaqueiros campomaiorenses através da literatura. *Voices, Pretérito & Devir*, Ano III, v. V, 2016.

A FILOSOFIA POR TRÁS DA VADIAÇÃO DO JOGO DE CAPOEIRA: UMA ANÁLISE FILOSÓFICA E MÍSTICA DA CAPOEIRA PRATICADA EM BURITI DOS LOPES ENTRE OS ANOS DE 1990 E 2024*

Francisco Mateus Machado de Oliveira¹

Resumo: Para Soares² (2002), a capoeira, nasce nas terras brasileiras no século XVIII, através dos africanos que aqui chegaram para trabalhar como escravos, e através da junção de elementos culturais africanos criaram essa arte marcial disfarçada de dança, que era usada para a autodefesa dos negros escravizados frente às situações de violência. E após sair das senzalas e ganhar as ruas do império, a capoeira segue numa linha de evolução, cada vez mais se aperfeiçoando e refinando. Hoje, patrimônio cultural imaterial do Brasil desde 2008 pelo IPHAN³, a capoeira vem se tornando cada vez mais um esporte propriamente dito com campeonatos transmitidos ao vivo e com regras específicas, como a exemplo o *vmb*⁴, tem nas suas raízes uma farta bagagem filosófica e mística, que geralmente apenas as pessoas praticantes assíduas e dedicadas da arte conseguem de fato perceber e/ou sentir. Essa atmosfera filosófica e mística sempre esteve presente na capoeira, muito embora venha esfriando com

* Artigo apresentado à disciplina de Historiografia Brasileira, ministrada pela Profa. Dra. Lêda Rodrigues Vieira como requisito parcial avaliativo.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira. E-mail: franciscomateusmachadodeoliveira@aluno.uespi.br

² Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1988), mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1993) e doutorado em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (1998)

³ O Iphan é o órgão responsável pela preservação, proteção e divulgação do patrimônio cultural brasileiro.

⁴ O *Vmb*, *volta do mundo bambas* é uma competição internacional que reúne capoeiristas de todos os lugares do mundo com premiação em dinheiro.

a modernização do esporte e perdendo a relevância para aqueles que não conseguem enxergar o jogo da capoeira para além da prática esportiva, para além do corpo físico. E é exatamente essa metafísica, essa filosofia por trás do jogo da capoeira juntamente com a misticidade e tudo que não é visível a olho nu que será abordado nessa produção, buscando entender melhor esse universo mágico de acesso apenas aos capoeiristas mais íntimos da arte, como esse pensamento influencia no jogo da capoeira, como os capoeiristas na cidade de Buriti dos Lopes pensam a respeito disso desde o surgimento da capoeira na cidade, até os dias atuais.

Palavras-chave: Capoeira; Filosofia; Misticismo; Jogo.

Introdução

O referido artigo tem como objetivo realizar uma leitura mais aprofundada e filosófica da prática da capoeira, analisando a sua história no Brasil, e dando ênfase especialmente nos discursos e ideias dos capoeiristas moradores de Buriti dos Lopes⁵ sobre essa temática, após, contextualizar a origem e desenvolvimento da capoeira no Brasil e depois especificadamente nesta cidade.

Para isso, também serão analisadas algumas produções literárias e audiovisuais que tratam sobre a capoeira, além dos depoimentos dos capoeiristas buritienses—que praticaram a arte entre as décadas de 1990 (quando a capoeira chega na cidade) e 2024.

O próprio surgimento da capoeira no Brasil por si só já carrega uma mística e uma atmosfera quase que espiritual, carregada de sentimentos melancólicos, de bravura e de resistência do povo africano que chegaram no Brasil de forma forçada para realizar o trabalho escravo, e a forma como se desenvolveu no início se assemelha em partes com o

⁵ Cidade piauiense fundada pelo português Francisco Lopes e elevada à categoria de Vila em 02 de agosto de 1890, com área territorial de 690, 540 km² e por volta de 19.654 habitantes.

que é visto em Buriti dos Lopes na década de 1990, onde há os primeiros depoimentos do surgimento da capoeira, que assim como no período colonial, nasceu no anonimato de seus praticantes, sendo praticada escondida em descampados, de forma rudimentar e sob o olhar preconceituoso de grande parte da população.

Nesse artigo, para além da parte técnica, será trabalhado um lado pouco conhecido da Capoeira e que geralmente só quem a prática que consegue perceber e sentir, pois muito embora seja um esporte, pode-se perceber que a capoeira ultrapassa o campo físico e toma uma postura filosófica e, conseqüentemente um tanto quanto mística, sendo discutido como isso influencia o jogo de capoeira.

A origem da capoeira no Brasil

Como explica Souza Vieira (2004), a capoeira é uma mistura de culturas, tanto dos negros africanos, português e os indígenas brasileiros, que indiretamente deram o nome “capoeira” para a arte, já que essa é uma palavra tupi: *ka’apuera*⁶, mas, embora a origem do seu nome seja legitimamente brasileira, a capoeira tem sua matriz africana, pois como é discutido por Cruz (2022), a capoeira é criada pelos africanos vindos da África no período da escravidão, que após uma mistura de algumas manifestações culturais africanas, principalmente o “n’ golo”⁷, criaram essa luta disfarçada de dança para evitar desconfiança e represália do senhor da casa grande, fato inclusive ilustrado na canção de Paulo Cesar Pinheiro⁷, *jogo de Angola*:

⁶ Palavra de origem tupi onde “ka’a” significa “mata” e “puera” significa “que foi corado”, fazendo referência ao mato recém roçado.

⁷ Dança que acontecia no sul de Angola, onde os jovens entrando na puberdade iriam lutar no centro de uma roda com coices e cabeçadas, imitando as zebras. O vencedor ganharia o dote de uma jovem. ⁷ Compositor e poeta brasileiro, nascido em 29 de abril de 1949, no rio de Janeiro.

No tempo em que o negro chegava fechado em gaiola,
Nasceu no Brasil,
Quilombo e quilombola,
E todo dia, negro fugia, juntando a corriola.

E a dança que era uma festa para o dono da terra,
Virou a principal defesa do negro na guerra,
Pelo que se chamou libertação,
E por toda força coragem, rebeldia,
Louvado será todo dia,
Esse povo cantar e lembrar o Jogo de Angola, Da escravidão do Brasil
(Paulo Cesar, 1980)

A capoeira então se consolida como uma ferramenta de sobrevivência do negro escravizado, que após a abolição da escravatura em 1888, se vê jogado no meio urbano, sem instrução ou profissão, e como é visto em Souza Vieira (2004) chegam a utilizar a capoeira de forma mercantilista, criando grupos denominados “malhas de capoeira”, que por vezes eram contratados para utilizar da força física da capoeira, seja em assuntos políticos ou particulares, até que em 1890 a capoeira entra oficialmente para o código penal da República dos estados unidos do Brasil:

Art. 402 - Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação de capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal; Pena- De prisão celular de dois a seis meses. A penalidade é do art. 98 (Brasil, art. 402).

E, assim, vai se manter proibida até 1930 e, em 1972 é homologada pelo ministério da educação e cultura como modalidade desportiva e, posteriormente considerada patrimônio cultural imaterial do Brasil.

O movimento capoeirístico em Buriti dos Lopes

Com um breve esclarecimento sobre a origem da capoeira no Brasil, nesse tópico direcionaremos ao surgimento e desenvolvimento dela, mas agora especificadamente no território de Buriti dos Lopes, cidade situada no Norte do Piauí, a 297 quilômetros da capital para assim inseri-lo no contexto da discussão proposta no nesse artigo.

Para entender melhor a história da capoeira em Buriti dos Lopes, tomei como base as entrevistas concedidas por Antônio Diniz⁸ (apelidado “nego toim”) e Josivaldo⁹ (apelidado “corisco). Duas figuras emblemáticas na cidade de Buriti dos Lopes, presentes nos primeiros anos da arte na cidade, porém, atualmente ambos “aposentados” da prática, mas com todo o prestígio dos capoeiristas atuais.

De acordo com Antônio Diniz, 45 anos, a capoeira chega em Buriti dos Lopes em 1991, através de primos que vieram de Teresina e trouxeram a capoeira de um bairro chamado Mocambinho, e através dos golpes que os primos dele viam em Teresina, eles reproduziam no campo do esquerdo, praticamente de forma autodidata.

Antônio frisa que nesse momento inicial, os treinos eram quase que escondidos, pois a população não via a capoeira com bons olhos, e aliás, o preconceito com a capoeira acontecia de forma geral no Brasil e ainda acontece, mas, hoje em dia, com menor frequência e de forma velada. A teoria e a técnica da capoeira eram escacas, deixando os primeiros praticantes à mercê do que viam em outras cidades, ou em fitas cassete (fato comentado por Josivaldo).

⁸ A entrevista foi realizada por Francisco Mateus no dia 23 de março de 2023 na residência de Antônio Diniz com duração de 25 minutos.

⁹ A entrevista foi realizada por Francisco Mateus no dia 30 de abril de 2023 na residência de Josivaldo de Araújo e teve duração de 60 minutos.

Os praticantes eram poucos até então, e as comunicações com outros grupos só começaram a acontecer quando eles ganham uma relevância intermunicipal ao se juntarem à um grupo de Parnaíba que fez o convite, e a partir daí se inicia de fato o desenvolvimento da capoeira de maneira mais formal. Então no ano de 1995 Antônio Diniz junto de alguns camaradas começa a ministrar aulas de capoeira, agora em clubes fechados e sob a supervisão de um contramestre de capoeira oficial, chegando inclusive a marca impressionante de 160 alunos treinando de forma simultânea, sendo necessário uma divisão de turmas.

A partir desse momento começam a surgir uma nova leva de capoeiristas que já superavam a leva anterior no quesito técnica e teoria, e nomes como; Duílio, Josivaldo e naninha e Bruce, que podem ser considerados a segunda geração de capoeiristas, e sendo a geração que revolucionou o acervo de acrobacias e técnicas na cidade, como é o caso do próprio Josivaldo, aclamado e conhecido por quase todos os capoeiristas e não capoeiristas da cidade.

Em sua entrevista, Josivaldo, 44 anos, comenta a dificuldade financeira que a capoeira enfrentava, sendo inclusive necessário fazer uma vaquinha para tirar uma foto na época. O primeiro contato de Josivaldo foi com um indivíduo chamado Otávio filho também em 1991, no clube Fumacê, onde a metodologia de ensino era bem agressiva e Josivaldo passa pelas mãos de alguns capoeiristas até chegar no capoeirista chamado "nego fofo", quem ele diz considerar como de fato o seu mestre. Os ensinamentos eram bem rudimentares, e a gama de movimentos desenvolvidos por Josivaldo foram fruto de um autodidatismo e estudo através de fitas e dvd's.

O movimento capoeirístico segue de maneira formal, mas se mantém um tanto quanto amador até meados de 2015, quando chega a terceira geração de capoeiristas, estes com um aporte teórico bem mais afiado, participando de workshops em outras localidades e em contato direto com outros capoeiristas de fora, e o trabalho segue firme até os dias atuais, realizando eventos, apresentações e projetos sociais.

O nascimento das figuras místicas da capoeira

Contextualizada a história da capoeira no Brasil como um todo e em Buriti dos Lopes, agora vamos caminhar para iniciar a discussão central desse artigo, a começar pelo nascimento de figuras místicas, que até os dias de hoje existem e influenciam no imaginário da maioria dos capoeiristas.

De acordo com o que pode ser analisado em Amado (1998), os capoeiristas na Bahia sempre foram sujeitos que estiveram no meio do povo, sempre sendo vistos ou mesmo participando ativamente de algum evento público, como nas festas de Iansã, ou Santa Bárbara, fazendo rodas de capoeira nas praças para entreter o povo, e claro, ganhar algum dinheiro. Essa proximidade dos capoeiristas com a população pode ser evidenciada no seguinte trecho do livro *Bahia de todos os santos*:

Assim cantam nas rodas de capoeira os lutadores da Bahia. Podem ser vistos nas festas populares lutando graciosamente para divertir o povo, mostrando suas habilidades, cantando seus cantos, a orquestra tocando. É a mais bela luta do mundo e feliz quem assistiu Traíra e Pastinha num desafio de capoeira (Amado, 1998, p. 327).

Essa presença marcante dos capoeiristas no imaginário popular, por vezes serviu como um catalizador dos casos que aconteciam com os mesmos, seja numa confusão com os guardas de polícia, como o lendário manduca da praia que enfrentava desafiantes em maior número, ou seja por conta de brigas pessoais, como é o caso de mestre Traíra, indivíduo que após cometer um homicídio ficou preso por 11 anos, saiu e foi procurar o mestre Waldemar para lhe treinar (Lopes, 1987). Fato interessante é que esse mesmo mestre Traíra é citado por Jorge Amado em *Bahia de todos os Santos* de forma quase mística, como sendo o único

homem capaz de se equiparar a mestre pastinha ¹⁰no jogo de capoeira, visto que mestre pastinha também é uma figura envolva por uma aura mística e filosófica, sendo considerado “guardião da capoeira de Angola”.

Seguindo esse raciocínio, tínhamos sujeitos que muito provavelmente de fato realizavam alguns feitos, e o boca a boca do povo abrilhantava o ocorrido, e o melhor exemplo para essa teoria, é o lendário Besouro mangangá, de nome Manoel Henrique Pereira, citado no documentário *Memórias do recôncavo: besouro e outros capoeiras*, (2008) dirigido por Pedro Abib. Besouro é descrito como um capoeirista valente, que não aceitava desaforo e que tinha o corpo fechado, conseguindo assim escapar da polícia ileso, mesmo se fosse atingido por tiros, podendo também se transformar em um besouro para fugir.

Nesse mesmo documentário, pode-se analisar uma série de depoimentos que descrevem os capoeiristas emblemáticos de antigamente (Traíra, Siri de Mangue, Gajé, Andú, Cobrinha Verde) como aventureiros, valentes, agentes de acontecimentos mágicos, como se transformar em uma casa de cupim ou um animal, sempre carregando suas mandingas ⁹e seus patuás.¹¹

Todos esses indivíduos que tiveram suas imagens construídas pelo imaginário popular e pelas histórias contadas de boca em boca, foram transformados em mitos da capoeira, heróis e por vezes justiceiros, pois estavam sempre brigando com a polícia que por vezes era muito violenta, e não se subordinando aos padrões exploradores, como era o caso de Besouro. Esses indivíduos através desses feitos, da aprovação do povo e da popularidade que tinham, incrementam a magia das lendas no mundo da capoeira.

¹⁰ Vicente Ferreira Pastinha foi um mestre de capoeira nascido em 5 de abril de 1889 e é considerado por muitos como o guardião da capoeira de Angola, sendo o mestre mais famoso da capoeira de Angola.⁹ No contexto da capoeira, as mandingas eram um conjunto de ações religiosas, como orações protetoras ou pode também se referir à uma série de habilidades inexplicáveis.

¹¹ Amuletos usados pelos capoeiristas para proteção do corpo, ligado ao candomblé.

Não há como deixar de comentar também o arquétipo que os apelidos davam a esses sujeitos, como Zacarias Boa Morte, Siri de mangue, e Cobrinha Verde, por exemplo, que recebeu esse apelido do próprio besouro, pois ele era muito ágil, sendo capaz de agarrar facas que lhe fossem arremessadas. Esses pequenos detalhes como os apelidos, manias e características físicas dão forma e aumentam a aura mística em torno desses lendários capoeiristas.

Esses indivíduos na maioria das vezes eram ditos mandingueiros, e sempre andavam carregando amuletos e orações (Santos, 1991), o que reforçava o arquétipo místico e quase que divino: “Eu já trazia inclinação, aí ele começou a me ensinar. Ele botou 5 orações na minha cabeça. Eu sei o pai nosso positivo, eu sei o pai nosso de palma, o pai nosso pequenininho e o pai nosso de Antônio conselheiro com qual eu venci a guerra” (Santos, 1991, p.17).

Todos os grandes capoeiristas do passado, notáveis por seus feitos, sejam eles lendários como as magias de besouro, ou a sabedoria de mestre pastinha, ou mesmo os berimbau de afinação surpreendente de mestre Waldemar, como citado em Amado (1986), acabaram por transformar os seus atos em fundamentos, respeitados pelo povo e tomados como filosofia a ser seguida.

A filosofia dentro da roda de capoeira: os detalhes metafísicos que compõe o momento da vadiação.

Após essa discussão a respeito da construção da imagem dos capoeiristas lendários, podemos iniciar uma reflexão acerca do ato da roda de capoeira, onde esses capoeiristas antigos estabeleceram uma série de fundamentos que muito embora as vezes não tenham uma explicação lógica, são seguidos sem contestar, pois como foi comentado pelo capoeirista batista filho, 28 anos, de apelido coruja, numa entrevista concedida, os mandamentos do mestre não são questionados, pelo contrário, são absorvidos e perpetuados.

A seguir, irei destrinchar os elementos físicos e filosóficos que compõem a metafísica da capoeira, baseado nas entrevistas que realizei com os capoeiristas João Paiva e Batista Filho além das obras de Jorge Amado e José Luiz (Mestre Bola Sete).

O perfil do capoeirista: filosofia e crenças místicas dentro da roda

Dentro da capoeira, os capoeiristas adotam uma postura condizente com a capoeira, quase que um *halter ego*, existindo um João Paiva fora da vadiação, e dentro da vadiação existe o João Navalha, com atitudes e condutas específicas para o momento da capoeira. Aqui, no momento da vadiação, o sujeito João-Navalha não fala palavrão, em respeito ao momento e nem boceja, pois isso seria uma demonstração de preguiça e desrespeito para com a capoeira.

O ritual da roda de capoeira começa antes mesmo do dia da roda, pois o capoeirista começa a entrar no clímax na noite anterior, enquanto separa a sua roupa. E há o detalhe de que essa roupa, caso seja de um bom capoeirista, não pode estar suja depois da roda, fato citado inclusive por Jorge Amado em *Bahia de Todos os Santos*:

O traje branco completo, como já foi dito anteriormente, é próprio dos mestres. É sinal de sabedoria, experiência e maturidade. Portanto, o ato de livrar-se dos golpes desferidos pelos seus camaradas nas rodas de capoeira, desde quando os mesmos não sejam executados de forma violenta, permanecendo com a sua roupa impecavelmente branca, é um sinal de perícia, de maestria, e não o fato de ser poupado, com o golpe sempre passando distante ou apenas sendo simulado, em sinal de respeito, o que em nada irá contribuir para o seu reconhecimento, a não ser que ele já esteja com a idade bastante avançada ou impossibilitado de jogar com desenvoltura, o que é perfeitamente compreensível (Cruz, 2022, p. 39).

Batista Filho cita também o fato de que alguns capoeiristas não gostavam de lavar a sua graduação, acreditando que limpar o suor acumulado dos treinos iria também expurgar a energia contida na corda.¹²

Ambos defendem que não há como fazer uma boa vadiação com a “energia pesada”, que seria aquele dia em que algo negativa aconteceu, mesmo que fosse simples, como uma pequena discussão com um parente em casa. Tanto Batista quanto João acreditam na influência que a “energia espiritual” vai ditar a sua participação na roda, sendo mais seguro nesses dias de energia pesada, ficar apenas na bateria¹³, tocando os instrumentos e cantando, pois, se tentarem jogar, certamente acontecerá um jogo “preso”, ou seja, sem o entrosamento com o outro camarada.

Outro fato que tanto João quanto Batista concordam é que há uma crença ou misticismo na escolha das roupas que vão usar, pois cada um acredita que determinada roupa dá uma espécie de ajuda para o jogo ser mais orgânico, e as movimentações saírem de forma mais orgânica e leve, “na pisada do gato”, como cita João Paiva.

Há outras pequenas manias e crenças que o capoeirista acredita, como cita Batista Filho, explicando que quando o berimbau quebra o arame 3 vezes é um sinal para que você não jogue ou não toque naquele dia, e que alguma coisa está errada espiritualmente falando.

A formação da roda: bateria e cordão.

A formação da roda conta com uma bateria ou conjunto também chamada de orquestra por alguns mestres. Construída de 3 berimbaus, sendo um gunga (som mais grave, esse comanda a roda, ditando o ritmo e estilo de jogo), um médio (esse vai ser o berimbau que vai fazer a marcação e inverter o toque o gunga) e um viola (berimbau menor que vai

¹² Atualmente, cordas são usadas como graduação na maioria dos grupos de capoeira, diferenciando cada grau por cores.

¹³ Bateria na capoeira é o conjunto de instrumentos utilizados.

ficar responsável por fazer os repiques¹⁴), um pandeiro, um atabaque, um agogô e um reco-reco, podendo haver mudanças na quantidade de instrumentos, mas nunca nas suas funções, pois o gunga sempre vai começar a roda e o viola sempre vai fazer repiques.

A bateria inicia e dita o ritual da seguinte forma: O gunga inicia o toque (geralmente angola), em seguida o berimbau médio entra invertendo o toque (geralmente essa inversão é o São Bento pequeno), e encerrando os berimbaus vem a viola repicando (geralmente esses repiques tem base no São Bento grande de angola). E aí vem o restante dos instrumentos, atabaque, pandeiro, agogô e reco-reco respectivamente.

O capoeirista que está com o gunga vai cantar uma ladainha, que nada mais é do que uma canção relativamente longa que vai geralmente contar uma estória, seja sobre a vivência dos escravizados, sobre os lendários capoeiristas já citados ou acontecimentos passados relacionados à capoeira.

A ladainha sempre vem seguida de uma louvação, e alguns exemplos foram inclusive citados por Jorge Amado:

Aruande
Ê aruande, camarado
Galo cantou
Ê galo cantou, camarado
Cocorocô (Amado, 1986, p.326).

A louvação nada mais é do que um momento de reverência, e todos os capoeiristas no cordão¹⁵ devem responder à louvação dita pelo cantador que após esse momento de reverência, inicia um corrido, que seria uma pequena canção dinâmica em que o cantador fala um verso e o cordão vai dar uma resposta. Os corridos são repletos de misticismo e

¹⁴ Repiques são variações de notas dentro de um toque, também podendo ser chamado de floreio.

¹⁵ Cordão é o nome que se dá para o conjunto de pessoas que estão formando a roda e respondendo o coro.

fundamento, podendo inclusive o cantador passar uma mensagem implícita aos jogadores, por exemplo quando o cantador percebe “ más intenções” em um dos jogadores:

Essa cobra me morde
Senhor São Bento
Olha o bote da cobra
Senhor são bento
Ela é venenosa
Senhor São Bento (Mestre Suassuna, 2010)

É nesse momento, que os dois capoeiristas que estavam ao pé do berimbau, escutando a louvação vão ter permissão para iniciarem o jogo, após saudarem a bateria. O cordão vai ter o papel fundamental de fornecer a energia para os jogadores, de acordo com João Paiva. O formato circular da roda vai ser fundamental para concentrar a energia, sendo importante então que não haja grandes espaços entre os membros do cordão, que também deverão estar atentos ao jogo e ao que está sendo cantado, podendo haver palmas para enfeitar a musicalidade da bateria.

O jogo de capoeira: o desenvolvimento da vadiação.

Iniciado o jogo, os dois camaradas irão tentar fazer um jogo de pergunta e resposta, sem “ aperreios” e “ na manhã”, como disse João Paiva, para assim o jogo se desenrolar de forma fluida.

Fato interessante é que não necessariamente o capoeirista vai precisar acetar um golpe no outro camarada. O fato de ele apenas demonstrar que não acertou porque não quis, já é o suficiente para demonstrar a sua habilidade, de acordo com as falas de Batista Filho e João.

Nesse momento os capoeiristas utilizam de toda a malícia e subjetividade da capoeira, as vezes até interpretando, como em uma peça teatral, fingindo que foi pego, para atrair o outro capoeirista para uma armadilha, e essa “manha” do capoeirista pode ser visto na fala de mestre pastinha:

A capoeira tem negativa, a capoeira nega, a capoeira é fugitiva, tem verdade. Negativa é fazer que vai e não vai, e na hora que menos espera o capoeirista vai e entra ganha e quando ele vê que perde, ele então deixa a capoeira na negativa." Trecho do documentário: Pastinha, Uma Vida pela Capoeira, 1998)

Quando um capoeirista é derrubado, geralmente eles fazem a "volta ao mundo", um momento de reflexão e cautela, que os jogadores andam em sentido anti-horário, repensando suas estratégias e descansando, e a partir daí pode acontecer uma "chamada", uma espécie de coreografia onde o capoeirista pode tentar armar uma armadilha para revidar a queda, ou apenas descansar. E assim, o jogo segue até que o gunga sinalize ou até que um dos capoeiristas fique cansado.

A filosofia e o misticismo da capoeira: de que forma essa metafísica se manifesta na vida dos seus praticantes e qual a sua importância.

Numa conversa com outro capoeirista de buriti dos Lopes, de nome Islano Ramabir, 31 anos, apelidado por maracujá, a respeito da filosofia dessa arte marcial disfarçada de dança, pude analisar que para esses indivíduos, a capoeira os envolve filosoficamente de tal forma que chega a ditar algumas escolhas, hábitos e pensamentos no seu cotidiano.

Para ele, a capoeira se tornou a sua filosofia de vida, pois os aprendizados e fundamentos que ele teve dentro da capoeira, ele leva para o seu dia a dia. Desde não passar numa esquina sem antes observar atentamente, até um passeio onde passe em frente à uma árvore que seja ideal para a produção de um instrumento. Ele ainda reflete que há uma parte na filosofia da capoeira que o deixa mais seguro em relação à vida, pois sabe que mesmo com o passar dos anos e a velhice chegando, consequentemente limitando seu corpo, ele ainda terá lugar para participar das atividades, seja na bateria tocando os instrumentos e dando energia para os jogadores, seja repassando os fundamentos para os mais jovens, ou até mesmo escrevendo livros sobre a capoeira, assim como mestre pastinha também fez.

Batista filho reflete a importância de se repassar para os mais jovens os fundamentos filosóficos, a misticidade, as lendas e as crendices da capoeira, pois são justamente esses elementos que permitem que a arte da capoeira sobreviva e que a cultura não seja perdida, comentando também sobre o rumo mais “mecanizado” que a capoeira está tomando mediante o surgimento de campeonatos que limitam a capoeira a unicamente a arte marcial, e faz com que” a demanda por atletas seja maior que a demanda de capoeiristas’.

João Paiva argumenta que não há como ter capoeira sem essa parte filosófica e mística, pois são aspectos necessários para que o ritual do jogo aconteça de forma completa, e que o capoeirista precisa estar presente de corpo e alma tanto na hora do treino, quanto na hora do jogo. Joao ainda defende que a filosofia que ele aprendeu dentro da capoeira o influenciou de forma positiva fora da capoeira, se transformando em um cidadão mais disciplinado, cauteloso e calmo. Curiosamente, esse pensamento se conecta com a terceira parte que compõe a capoeira de acordo com Jose Luiz (Mestre bola sete):

A terceira é a filosófica, o capoeirista deixa de fazer a capoeira para viver a capoeira. Percebe que tem de ser equilibrado. Todos os seus movimentos e atitudes agora devem ser dirigidos pela calma, para saber agir nos momentos decisivos. Aprende a comportar-se no ‘mundo de fora’ no cotidiano da vida, da mesma forma que se comporta no ‘mundo de dentro’, a roda de capoeira (Cruz, 2022, p .31).

Sobre o conceito de misticidade dentro da capoeira, Batista Filho explica que para ele, a misticidade da capoeira não está totalmente ligada à religião (a exemplo o batismo na capoeira, que nada tem a ver com religião, e sim com a iniciação do aluno na prática), muito embora sim, a capoeira tenha raízes de religiões africanas. Entretanto, na sua vivência ele entendeu que a misticidade na capoeira está mais ligada ao imaginário popular, as lendas e crendices que lhe foram ensinadas, e aos

acontecimentos que não podem ser explicados, por exemplo quando na hora da roda o capoeirista sente um arrepio quando a viola toca, ou quando escuta determinada ladainha.

Conclusão

A capoeira, para além de uma arte marcial, pode ser compreendida de diferentes formas. Desde a sua origem, os praticantes a utilizaram como uma ferramenta de sobrevivência, seja no combate nas fugas da senzala, seja com as maltas, seja com apresentações para arrecadar dinheiro, ou até como uma atividade de lazer que alivia os estresses e ansiedades do dia a dia.

O negro, depois de um dia exaustivo no corte de cana ou na estiva, se reunia com os seus camaradas para batucar, cantar e fazer um jogo, uma vadiação, num momento de prazer que transporta o capoeirista para outra dimensão, como é entendido na obra de Cruz (2022).

Sendo assim, a capoeira desde sempre já é tida como uma companheira, que na hora da luta é uma arma, e na hora da dor, serve como uma válvula de escape para o capoeirista, então, não tem como ignorar que a capoeira é para além de uma arte marcial, uma filosofia de vida, que tem a sua parte mística construída através das heranças afro, dos capoeiristas lendário do passado, do imaginário popular, das estórias, e principalmente da interpretação pessoal de cada capoeirista sobre esses aspectos como é evidenciado nas falas concedidas por Batista Filho.

Essa parte “não palpável” da capoeira é de um valor inestimável para a perpetuação da cultura da capoeira, principalmente no momento vivido no mundo, em que a tecnologia está difundida de tal forma que acaba por jogar algumas formas de cultura no esquecimento

A misticidade e a filosofia presente na capoeira torna esse patrimônio imaterial do Brasil em algo de uma magnitude de importância tão grande, que hoje a capoeira se espalhou por todo o globo, fazendo fama entre os estrangeiros. Os capoeiristas carregam uma carga de conhecimento popular de uma importância inestimável, e em Buriti dos Lopes,

mesmo que sendo uma cidade pequena, sem muito incentivo político e com pouco tempo atividade mais aprofundada de capoeira, está conseguindo ser uma referência de cultura e fundamento para este presente trabalho

REFERÊNCIAS

MESTRE PASTINHA E SUA ACADEMIA. *Capoeira Angola*. Bahia: Philips, 1969.

MEMÓRIAS DO RECÔNCAVO: BESOURO E OUTROS CAPOEIRAS. Direção: Pedro Abib. Salvador: Dodoma Filmes, 2008. 1 DVD (54 min).

AMADO, Jorge. *Bahia de todos os santos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CRUZ, José Luiz Oliveira. *Capoeira Angola: uma filosofia de vida*. 2. ed. Salvador: Clube de Autores, 2022. 226 p.

VIEIRA, Sérgio Luiz de Sousa. *Da capoeira: como patrimônio cultural*. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004. 39p.

LOPES, Ramon. M. *Negoativo entrevista Mestre Waldemar da Liberdade em 1987*. Liberdade, Bahia, 1987. Disponível em: <https://youtu.be/1ddFVY1yyKw?si=8HVILPfvA8akKUKD>. Acesso em: 02 dez. 2024.

SANTOS, Marcelino dos. *Capoeira e mandingas: Mestre Cobrinha Verde*. 1. ed. Salvador: A Rasteira, 1991.

ANEXOS

<https://youtu.be/gvP42zM5axM?si=ckEIY009EtT-NVBk>

<https://youtu.be/iOuxaIr1uN4?si=S-1IstN2sFVKyGC0>

<https://youtu.be/t8bQmUmt-3o?si=Om6bbBhFzcFb3EJw>

GILBERTO FREYRE, UM RIVAL DE PEDRO ÁLVARES CABRAL?: O BRASIL “(RE)DESCOBERTO” EM CASA GRANDE & SENZALA.*

Jardel Santos da Costa¹

Resumo: O presente artigo busca trazer algumas observações sobre o olhar de Gilberto Freyre em relação a determinadas questões que são abordadas na obra *Casa-grande & senzala*, trazendo diversas temáticas que são tratadas no livro, procurando pontuar algumas questões, estabelecer diálogos com alguns autores e buscar contribuir com os debates que circundam a figuras de Freyre e de seu tão famoso livro *Casa-grande & senzala*. Diante disso, julguei ser necessário destacar tal tema, a fim de explorar o Brasil ao qual Gilberto Freyre nos apresenta e procurar “redescobrir”.

Palavras-chave: Mestiçagem, “Redescobrimento”, Alimentação, Infância.

O pernambucano Gilberto Freyre nasceu na cidade de Recife em 15 de março de 1900 e foi um grande intelectual brasileiro que prestou grandes contribuições para a historiografia brasileira. Gilberto Freyre desde cedo se interessou pelos estudos, foi estudar nos Estados Unidos, onde esteve em contato com figuras importantes das Ciências Sociais como o seu mestre Franz Boas. Freyre escreveu muitas obras como: “*Sobrados e mucambos*”, “*Interpretação do Brasil*”, “*Ordem e progresso*” e “*Casa-grande & senzala*”, este último publicado em 1933. A obra *Casa-grande & senzala*, traz uma série de novas ideias que instigaram a intelectualidade de sua época com novos argumentos sobre o Brasil e os brasileiros,

* Artigo apresentado à disciplina de Historiografia Brasileira, ministrada pela Profa. Dra. Lêda Rodrigues Vieira como requisito parcial avaliativo.

¹ Graduando de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. E-mail: Jardelsantos1711@gmail.com

mostrando como se desenvolveram as relações entre os diferentes povos e culturas em solo tupiniquim (Miranda e Silva, 2013).

O autor José Carlos Reis, em seu artigo: *“Varnhagen (1853-7): o elogio da colonização portuguesa”* (1997), trata da maneira elogiosa em que Varnhagen menciona a colonização portuguesa nestes trópicos, podemos dizer que a obra que estamos propondo a analisar é um reelogio de Gilberto Freyre a miscigenação, ao Brasil e aos brasileiros. José Carlos Reis também menciona esse elogio de Varnhagen em seu artigo *“Capistrano de Abreu (1907). O surgimento de um povo novo: o povo brasileiro”* (1998), onde ele afirma que *“Varnhagen fez o elogio da vitória dos portugueses, defendeu os interesses e os sentimentos lusitanos no Brasil e não via com bons olhos a diferença que volta e meia explodia entre estes valores e poder europeus e os autóctones”* (Reis, 1998, p. 71). Nesse mesmo artigo, Reis menciona que, diferente de Varnhagen, Capistrano viu os povos que aqui chegaram, sejam europeus ou africanos, como *“alienígenas”* e não os nativos. Sob essa perspectiva, Capistrano se coloca do ponto de vista dos indígenas e da terra do Brasil (Reis, 1998). Ora se Varnhagen elogia e trata em uma perspectiva portuguesa e Capistrano do ponto de vista indígena e da terra do Brasil, podemos afirmar que Freyre escreveu a sua obra, publicada em 1933, através do olhar do brasileiro, falando em nome de uma brasilidade. Assim, José Carlos, fala-se no surgimento de um novo povo, o brasileiro, em que Gilberto Freyre tenta dar uma identidade para esse povo.

A partir da leitura desses e de outros textos na disciplina de historiografia brasileira, surge minha principal motivação para escrever este artigo, principalmente a partir da minha experiência assistindo ao documentário *“Casa grande & senzala”*² (2000), de Nelson Pereira dos Santos. Porém, mais especificamente, ao ouvir um trecho onde Freyre, ao ser perguntado sobre o que ele tinha feito pelo Brasil, responde que procurou *“redescobrir o Brasil”* e cita, em tom humorado, ser ele um rival de Pedro Álvares Cabral. Aliada a essa narrativa de Freyre, ao ler o livro *“Casa-*

² O documentário consiste em uma série de quatro episódios.

grande & senzala”, observei, de maneira bastante curiosa, os argumentos que ele apresentava para tentar descrever o Brasil. talvez esse seja o grande objetivo de Gilberto Freyre: tentar explicar o Brasil não só para os outros, mas para nós mesmos, os brasileiros.

Para escrever este modesto ensaio, procurei organizar e separá-lo em tópicos, o “corpo” deste artigo foi dividido em três partes, e em cada uma delas procurei estabelecer diálogos com alguns autores. O primeiro tópico foi “*Casa-grande & senzala: Ambiente e contexto*”, onde observei o período de publicação da obra. Para isso, utilizei o artigo “*Gilberto Freyre: alguns comentários sobre o contexto historiográfico de produção de Casa-grande & senzala*”, de Ângela de Castro Gomes, a partir do qual pude visualizar algumas nuances a respeito do período e da historiografia daquela época. Para auxiliar nessa argumentação, trouxe o artigo de Alberto Luiz Schneider, “*Pensamento social e linguagem n’os sertões de Euclides da Cunha: entre ciência europeia e a experiência sertaneja*” (2013), onde pude extrair um pouco do contexto do início do século XX.

No segundo tópico “aspectos alimentares, vida cotidiana e infância”, procurei ressaltar alguns pontos que julguei serem da mais alta relevância para a argumentação de Freyre na obra “*Casa-grande & senzala*” onde busquei estabelecer um certo diálogo entre o livro de Gilberto e o artigo de Peter Burke “*Gilberto Freyre e a nova história*” (1997), artigo ao qual serviu de inspiração para a construção do referido tópico. No terceiro tópico “miscigenação e mestiçagem” busquei apontar como são feitas referências dos povos portugueses, africanos e indígenas no livro de Gilberto e trazendo o texto de Gustavo Martins do Carmo Miranda e Victor Augusto Araújo Silva “*Determinismo e relativismo nas obras de Euclides da Cunha e Gilberto Freyre: duas concepções, duas realidades interpretativas acerca da temática racial do Brasil*”. Após a apresentação de todos esses assuntos, concluo o artigo com minhas considerações finais, onde farei um breve apanhado das informações contidas em todo o texto, apontando um desfecho e os resultados.

Casa grande & senzala: Ambiente e contexto

Neste tópico, procurei observar, apenas de maneira breve, o contexto histórico, sem adentrar de fato nas grandes e complexas discussões que envolvem as problemáticas históricas e historiográficas do período aqui proposto. Nosso objetivo aqui é apenas procurar situar, de maneira breve, como Gilberto Freyre escreveu algo que ia na contramão do que era discutido sobre o país por boa parte dos intelectuais da época e as chances de uma nação com as características do Brasil de “dar certo”. A partir disso, podemos perceber a importância da obra de Gilberto para compreender a formação da identidade nacional e a contribuição desse autor para a historiografia brasileira, visto que, o autor se empenha em discorrer sobre a miscigenação e seu caráter positivo para a constituição sociocultural do Brasil.

O livro *Casa-grande & senzala* foi publicado inicialmente em 1933, como já mencionado anteriormente. Esse momento da história foi crucial para o Brasil, pois, não se faziam nem 50 anos desde a instauração da República e do fim da escravidão. Além disso, o contexto recente da revolução de 30, tornou sem dúvidas, esse momento algo de grande importância para o país. As grandes transformações que o Brasil estava passando, bem como suas severas contradições pediam respostas.

De modo que, Ângela de Castro Gomes, em seu artigo *Gilberto Freyre: alguns comentários sobre o contexto historiográfico de produção de Casa-grande & senzala* (2000), menciona o cenário histórico e historiográfico em que a obra foi produzida. Ela destaca as obras e autores que detinham relevância na época, citando inclusive Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, ao lado de Gilberto, como escritores importantes na década de 1930 e como uma espécie de renovadores do pensamento social brasileiro (Gomes, 2000). Ângela também menciona a importância do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) para a construção dessa historiografia, além de comentar brevemente o momento de transição de império para república e como o IHGB se adaptou nesse novo contexto republicano (Gomes, 2000). A autora procura destrinchar essas primeiras

décadas do século XX, fugindo do que, segundo ela, grosso modo se sustentava a respeito desse período.

No campo da história, esse período costuma ser entendido, muito grosso modo, como marcado pela produção de uma literatura histórica de cunho positivista, quer dizer, uma literatura centrada no fornecimento de informações-numerações (fatos, nomes e datas), o que privilegiava tão somente aspectos políticos e administrativos da nossa história nacional (Gomes, 2000, p. 48).

Gilberto Freyre foi um homem que viveu no século XX, porém com uma herança enorme de séculos anteriores, onde conseguimos visualizar um pouco disso no artigo de Alberto Luiz Schneider, *Pensamento social e linguagem n'os sertões de Euclides da Cunha: entre ciência europeia e a experiência sertaneja* (2013), ao falar sobre a obra *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha (livro cuja publicação é próxima do nascimento de Gilberto Freyre), O autor relata um pouco sobre o monstro que habitou nas mentes dos intelectuais que viveram no fim do século XIX e início do século XX, esse monstro seria a inexorável condição mestiça do país (Schneider, 2013). Podemos observar como essas questões eram tratadas naquele período. Em Schneider (2013) é mencionado como alguns termos estavam em pauta nas discussões de intelectuais de fins do século XIX, como os termos “raça” e “povo”, e como essa intelectualidade sofreu influências de autores como Darwin, Comte e Spencer. Para esses intelectuais do fim do século XIX e início do século XX, era impossível fazer do Brasil um país moderno com a população que detinha, ou seja, era inviável qualquer que fosse nação prosperar ou dar certo com mestiços, pois essa população era vista como um obstáculo para o progresso. Como observa Schneider adiante: “A noção de “degeneração” das populações mestiças, desde a segunda metade do século XIX, foi comum entre cientistas, viajantes e intelectuais, cujas crenças racialistas condenavam os

países formados por uma acentuada heterogeneidade étnica” (Schneider, 2013, p. 71).

Tendo em vista o exposto, o período em que a obra *Casa-grande & senzala* foi publicada, estava envolto por uma série de questões. O Brasil passava por mudanças tanto políticas quanto discussões socioculturais. E, para além disso, deve ser ressaltado que o momento de publicação não é o momento de escrita, portanto, questões anteriores à década de 1930, como as discussões eugenistas e os movimentos regionalistas foram impactantes e de suma importância para se pensar a obra em questão.

Aspectos alimentares, vida cotidiana e infância

Gilberto procura transmitir em sua obra qual o legado de cada cultura para o país nas mais variadas temáticas, sem dúvidas ele não poderia deixar de falar sobre o que é mais brasileiro, o sabor único de sua comida. Ele discorre sobre a alimentação dos povos que aqui viviam, dos africanos e dos portugueses tanto em Portugal como nas casas grandes aqui no Brasil. trazendo diversos elementos culinários da cultura brasileira mostrando-os como elementos “nacionais”, Gilberto no segundo capítulo de *Casa-grande & senzala* intitulado “O indígena na formação brasileira”, menciona a contribuição indígena para a alimentação do brasileiro, citando os mais diversos alimentos que eram cultivados e consumidos pelos indígenas como heranças destes para o Brasil. Porém, Freyre menciona de maneira particular a mandioca: “Foi completa a vitória do complexo indígena da mandioca sobre o trigo: tornou-se a base do regime alimentar do colonizador” (Freyre, 1933, p. 191). Dessa maneira, a mandioca caiu no “gosto popular” onde até mesmo governadores como Thomé de Sousa e Mem de Sá optaram pelos derivados da mandioca, como a farinha e/ou o beiju de tapioca ao invés do pão (Freyre, 1933). Gilberto menciona outros pratos de origem nativa como o macapatá, estes pratos sendo mais presentes na culinária da região norte. Dessa forma, Freyre exalta a culinária indígena como um elemento positivo, afirmando que:

A culinária nacional - seja dito de passagem - ficaria empobrecida, e sua individualidade profundamente afetada, se se acabasse com os quitutes de origem indígena: eles dão um gosto à alimentação brasileira que nem os pratos de origem lusitana nem os manjares africanos jamais substituiriam (Freyre, 1933, p. 192-193).

No que diz respeito a alimentação trazida pelos africanos, Gilberto Freyre (1933) destaca alguns doces e quitutes baianos, como o vaptapá, ressaltando seus condimentos, seu tão inigualável tempero aliado a utilização de bastante pimenta e azeites nos diversos pratos da cozinha brasileira e baiana, terra que ele procura dar ênfase em sua obra ao mencionar a herança africana na alimentação dos brasileiros, como poderemos ver brevemente na citação a seguir:

O pão foi outra novidade do século XIX. O que se usou nos tempos coloniais, em vez de pão, foi beiju de tapioca ao almoço, e ao jantar a farofa, o pirão esaldado ou a massa da farinha de mandioca feita no caldo do peixe ou da carne. O feijão era de uso cotidiano. Comuns, como já dissemos, as feijoadas com carne salgada, cabeça de porco, linguiça, muito tempero africano; e mais comuns do que durante o século XIX, as verduras e os vegetais, tão característicos da alimentação africana (Freyre, 1933, p. 548).

Já ao tratar dos portugueses, Freyre aponta algumas heranças moçárabes deixadas em Portugal, como o cultivo da oliveira, obtendo assim seu azeite além das azeitonas e o cultivo de uvas no fabrico de vinhos. Além disso, descreve a alimentação dos portugueses mais pobres em Portugal que consistia em sardinhas cozidas, pois, eram mais baratas. No entanto, Gilberto Freyre também menciona que nas casas grandes não se comiam banquetes todos os dias, é bem verdade que não passavam privações, porém, nossa imaginação pode nos enganar quanto a realidade.

Assim, Freyre descreve que geralmente um banquete era dado quando chegava uma visita importante como um padre, por exemplo, a partir dessas visitas surgiam os relatos de farturas sobre o Brasil, mas, faltavam muitos itens na mesa da aristocracia, com muitos sendo até considerados “raros”, até mesmo as frutas eram “objetos” de disputa, pois os passari-nhos eram neste caso rivais bastante implacáveis deixando o fruto quase sempre “bichado” (Freyre, 1933), no geral os indivíduos que tinham condições, importavam alguns dos itens de sua alimentação como afirma Freyre:

Grande parte de sua alimentação dava-se eles ao luxo tolo de mandar vir de Portugal e das ilhas; do que resultava consumirem víveres nem sempre bem conservados: carne, cereais e até frutos secos, depreciados nos seus princípios nutritivos, quando não deteriorados pelo mau acondicionamento ou pelas circunstâncias do transporte irregular e moroso (Freyre, 1933, p. 98).

Diante disso, Peter Burke, ao tratar da relação entre Gilberto Freyre e a nova história, trata das semelhanças que a obra freyriana tem com essa nova história e como ela parece com o que outros autores propõem, cita alguns autores como Marc Bloch, Braudel, Febvre e Jacques Le Goff. Dessa forma, observamos que a obra de Freyre é um tanto diferente, pois realça aspectos que geralmente parecem ordinários, comuns ao cotidiano, que são difíceis de serem percebidos. Burke relata alguns exemplos, que se diga de passagem, serviram de inspiração para a escrita deste artigo, como a questão da alimentação, da infância e alguns outros aspectos do cotidiano, Freyre sem sombra de dúvidas escreve bastante sobre todas essas temáticas, indo muitas vezes para a questão sexual e a partir disso busca discutir outras variáveis como a questão do masoquismo. (Burke, 1997). De modo que, iremos abordar agora o interesse de Freyre em escrever sobre a infância e a vida das crianças, como ressalta Peter Burke em seu artigo *Gilberto Freyre e a nova história* (1997):

Ele também tinha algo a dizer acerca das crianças. Em 1921, o jovem confidenciou a seu diário sua ambição. “O que eu desejaria era escrever uma história como suponho ninguém ter escrito com relação a país algum: a história do menino brasileiro – da sua vida, dos seus brinquedos, dos seus vícios –, desde os tempos coloniais até hoje”. Entre 1921 e 1930, a versão publicada do diário de Freyre refere-se ao projeto da história da criança no Brasil não menos do que sete vezes. Quatro dos artigos que escreveu para o Diário de Pernambuco nos anos 20 tratavam da infância, das crianças e seus livros e brinquedos. A história da criança atraiu seu interesse por si mesma, como uma desculpa para discutir sua própria infância, e como um microcosmo da cultura brasileira (Burke, 1997, p. 03).

Como afirma por Peter Burke, Freyre tem um interesse pela infância dos meninos brasileiros, e em vários trechos de sua obra *Casa-grande & senzala*, o autor traz à tona como era a infância das crianças brancas, negras e indígenas como podemos ver nos trechos em que ele fala sobre como os mitos eram utilizados para assustar as crianças: “E o menino brasileiro dos tempos coloniais viu-se rodeado de maiores e mais terríveis mal-assombrados que todos os outros meninos do mundo” (Freyre, 1933, p. 411), ao mencionar as mais diversas assombrações durante o seu livro, Freyre busca mostrar como as crianças são retratadas, e a partir da infância como pudemos observar no caso acima, trazendo elementos dos mitos e crenças, esse argumento é reforçado de várias formas ao longo do livro, como por exemplo: “O menino brasileiro do que tem medo não é tanto de nenhum bicho em particular, como do bicho em geral, um bicho que não se sabe bem qual seja, espécie de síntese da ignorância do brasileiro tanto da fauna como da flora do seu país” (Freyre, 1933, p. 201).

Gilberto Freyre, trata de outras temáticas e elementos em relação a infância, por exemplo, como se dava a relação entre meninos brancos e

negros afirmando que “Através da submissão do moleque, seu companheiro de brinquedos e expressivamente chamado leva-pancadas, iniciou-se muitas vezes o menino branco no amor físico” (Freyre, 1933, p. 113). O autor faz uma ligação com a relação de poder existente entre esses jovens e a sexualidade trazendo elementos como o masoquismo e a submissão, no que diz respeito a questão sexual a obra de Gilberto Freyre é farta, estando presente em todos os capítulos do livro, inclusive, em determinados momentos o autor argumenta que naquele período os rapazes que não conhecessem mulher até determinada idade, corriam o risco de serem taxados como *donzelões* (Freyre, 1933). Freyre, também menciona a criança indígena ao falar da importância delas para os jesuítas, de maneira que, por muitas vezes foram através delas que os padres aprenderam os idiomas locais, argumentando também como esses catequizadores utilizaram uma estratégia de tentar ridicularizar a cultura, os hábitos e as tradições transmitidas pelos xamãs e pajés para as crianças (Freyre, 1933).

Contudo, é possível inferir que a obra em questão traz, dentre tantos aspectos, alguns pouco notados, mas de extrema relevância para a compreensão de determinados aspectos, como a questão das relações entre as crianças escravizadas, os “moleques”, e os filhos dos senhores de engenhos, que permitem a imersão em possíveis novas pesquisas voltadas para o cotidiano, assim como a alimentação brasileira, que na obra de Gilberto Freyre se faz notar seu aspecto próprio e “miscigenado”.

Miscigenação e mestiçagem

Freyre, em sua obra, busca a todo momento exaltar o que ele enxerga como brasilidade, como já mencionamos antes com relação a questão alimentar, porém ele também buscou “elogiar” os elementos que compuseram as diferentes misturas que se sucederam ao longo dos anos. Gilberto no decorrer de seu livro, procura de maneira bem peculiar destacar que o Brasil é uma junção do melhor que foi possível, se os políticos brasileiros adoram falar aquela célebre frase “a política é a arte do

possível”, que de tanto já ser dita virou até de certo modo um ditado popular, certamente poderíamos reescrever-la nessa perspectiva em que estamos observando o que foi escrito por Freyre, fazendo um jogo de palavras, trocando os termos “política” por “Brasil” e “é” por “foi”, ficando a frase reescrita desta maneira: “o Brasil foi a arte do possível”. porque vemos, Freyre praticamente em todo o seu livro procura fugir dos grandes atritos, sempre procurando amenizar e destacar o lado “harmônico” do Brasil. Podemos observar o que Gilberto tenta descrever em quase todos os capítulos de *Casa-grande & senzala*, ao falar sobre os indígenas no início do capítulo dois, ele menciona as populações nativas como “uma das populações mais rasteiras do continente” (Freyre, 1933, p. 158) ao mencionar que não haviam aqui povos estruturados em grandes “cidades” e nem grandes construções, no entanto, ele procura “elogiar” (embora este não seja o termo mais adequado para ser aqui utilizado), pelo menos de maneira indireta, o indígena que aqui vivia, fazendo uma comparação com os povos nativos dos outros países da América onde ele afirma:

O indígena na América, caracteristicamente introvertido, e, portanto, de difícil adaptação. O negro, o tipo do extrovertido. O tipo do homem fácil, plástico, adaptável. Absoluto esse critério, não deixariam de ter motivos, embora indiretos, os indianófilos, para acreditarem na superioridade moral dos indígenas do Brasil. Estes se teriam recusado a trabalhar de enxada nos canaviais portugueses, em um gesto superior de grandes de Espanha. Grandes de Espanha por temperamento. Duros, hirtos, inadaptáveis (Freyre, 1933, p. 371).

Ao tratar dos africanos, como também pudemos perceber na citação acima, menciona que “foi ainda o negro quem animou a vida doméstica do Brasileiro de sua maior alegria” (Freyre, 1933, p. 551) falando de sua importância para a “animação” de festas populares, é bem verdade que Freyre ao final do seu capítulo cinco de *“Casa-grande & senzala”*

fala rapidamente que a vida do africano no Brasil “não foi toda de a alegria” (Freyre, 1933, p. 552). Quanto aos portugueses, Freyre procura emplacar uma visão de que, entre os povos europeus, eles seriam os mais capazes para ocupar as terras do Brasil (Freyre, 1933).

Ao contrário da aparente incapacidade dos nórdicos, é que os portugueses têm revelado tão notável aptidão para se aclimatarem em regiões tropicais. É certo que através de muito maior miscibilidade que os outros europeus: as sociedades coloniais de formação portuguesa têm sido todas híbridas, umas mais, outras menos (Freyre, 1933, p. 73).

Assim, a partir desse entendimento, e observando também na citação acima como os portugueses eram um grupo mais propenso às relações com outros, em comparação com outros povos europeus. No artigo “*Determinismo e relativismo nas obras de Euclides da Cunha e Gilberto Freyre: Duas concepções, duas realidades interpretativas acerca da temática racial do Brasil*” (2013), de Gustavo Martins e Victor Araújo, podemos observar isso, pois eles afirmam que: “Freyre rompe com duas concepções amplamente difundidas no século XIX: a ideia de colonização maldita portuguesa e o determinismo geográfico. Uma das causas para a convivência pacífica entre as diferentes raças no Brasil seria o modelo colonizador português” (Miranda e Silva, 2013, p. 45).

Dessa forma, a “harmonia” que se deu no Brasil foi diferente de outros lugares, como os estados Unidos, que sempre é utilizado como “régua” de comparação por Freyre em sua obra, ao menos na questão da severidade quanto ao trato com escravizados, portanto, no que tange a questão da miscigenação, esses autores nos trazem em um trecho do já referido artigo, dizendo como Freyre trata a temática da miscigenação, eles argumentam: “O autor - influenciado pelas ideias culturalistas de Franz Boas - não trata a miscigenação do povo brasileiro de forma negativa. De forma contrária, via nas condições de tolerância e vivência entre

as diferentes raças aqui existentes, razão para o desenvolvimento da nação" (Miranda e Silva, 2013, p. 44).

Assim, a partir do que fora discutido, é notável que a ideia de miscigenação é central na obra de Gilberto Freyre, e mesmo que alguns autores do século XXI trabalhem com esse sociólogo e suas obras a fim de tecer críticas sobre a forma como ele escrevia, principalmente por conta de sua romantização acerca das relações escravistas, do ponto de vista da época e das discussões sobre uma brasilidade, é inegável a contribuição deste autor.

Considerações finais

Enfim, busquei ao longo deste artigo mostrar como Gilberto Freyre tentou "redescobrir o Brasil" a fim de não só dar aos brasileiros uma identidade, mas buscar compreender o Brasil através de sua história, que vai muito além da história "oficial", focada em nomes e no Estado, nesse sentido, a obra desse autor mostra seu valor, apesar de todas as críticas que certamente cabe a ele e sua obra, porém, sua análise procura observar um novo Brasil, um país que poderia dar certo, não por motivos externos, mas pela riqueza de sua gente e de sua cultura.

Considero que, o que pude encontrar para escrever este artigo, serviu para desenvolver ao longo deste texto desde o seu contexto histórico, vida cotidiana, suas peculiaridades e como o autor retrata cada cultura e povo que compõem essa grande "sopa" de Brasil, de modo que, pude balizar minha linha de raciocínio, através de temas, como questões que envolvem alimentação, infância, e miscigenação, temas tão complexos e que exigiriam bem mais linhas e destaque, Porém, ressalto que nunca tive a pretensão de esgarçar o livro "*Casa-grande & senzala*" ou suas temáticas, em primeiro lugar, como já mencionei, neste curto artigo não teria como falar de tudo que é abordado na respectiva obra, e em segundo por ser algo que julgo ser impossível e desgastante, uma vez que o livro tem uma infinidade de assuntos, cada um podendo seguir para uma possibilidade diferente.

Portanto, acredito que este artigo servirá como minha contribuição em meio a enorme porção de grandes trabalhos que já foram escritos nessa seara. Dessa maneira, acredito que pude contribuir de alguma forma e fico muito feliz com o que consegui construir a partir das minhas leituras e conhecimentos enquanto aluno de graduação em história.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. Gilberto Freyre e a nova história. *Tempo social; Rev. sociol. USP*, S. Paulo, v. 9, p. 1-12, 1997.

DE CASTRO GOMES, Ângela. Gilberto Freyre: alguns comentários sobre o contexto historiográfico de produção de Casa grande e senzala. *Remate de Males*, v. 20, n. 1, p. 47-57, 2000.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 48 ed. São Paulo: Global Editora. 2003.

MIRANDA, Gustavo Martins do Carmo, SILVA, Victor Augusto Araújo. Determinismo e relativismo nas obras de Euclides da Cunha e Gilberto Freyre: duas concepções, duas realidades interpretativas acerca da temática racial do Brasil. *Revista Habitus*, v. 11, n. 2, p. 35-49, 31 de dezembro. 2013.

REIS, José Carlos. Varnhagen (1853-7): O elogio da colonização portuguesa. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 17, p.106-131, 1997.

REIS, José Carlos. Capistrano de Abreu (1907): o surgimento de um povo novo: o povo brasileiro. *Revista de História*, n. 138, p. 63-82, 1998.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Pensamento social e linguagem n'Os Sertões de Euclides da Cunha: entre a ciência europeia e a experiência sertaneja. *Cadernos de História da Ciência*, v. 9, n. 2, p. 66-90, 2013.

ENTRE O DOMÍNIO E A RESISTÊNCIA: O VIVER FEMININO NO BRASIL COLONIAL E O CONTROLE RELIGIOSO*

Luana Maria de Moraes Souza¹

Resumo: O Brasil Colonial foi um período de relações muito complexas da nossa história, que atravessam esferas tanto de raça, classe e gênero. Este trabalho tem como objetivo perceber as vivências femininas nesse período, destacando como as opressões sociais e religiosas podem criar espaços de resistências e transgressões. E a partir dos autores como Mary Del Priore e Ronaldo Vainfas, investiga-se a vida cotidiana e o controle exercido pela igreja Católica sobre suas vidas. Sobretudo no que diz respeito a aspectos da moralidade, sexualidade e o ideal de pureza. As mulheres, que são frequentemente associadas a castidade e pureza sofreram um imenso controle sobre seus corpos. Apesar da opressão patriarcal, também sofriam por questões de etnia e classe social. Esta pesquisa busca compreender a complexidade das relações sociais na colônia, revelando as múltiplas estratégias femininas para resistir, sobreviver e desafiar esse sistema opressor. Assim, evidencia-se que, mesmo em meio às opressões às mulheres, criaram formas de contestar sua realidade.

Palavras-chave: Brasil Colonial. Mulheres. Controle social e religioso.

As mulheres, de acordo com a história tradicional, costumam surgir como figuras passivas ao longo de nossa história. Antes de a nova historiografia colocá-las em evidência como um objeto de estudo, análises da vida feminina não eram tão frequentes. O que não significa que não

* Artigo apresentado à disciplina de Historiografia Brasileira, ministrada pela Profa. Dra. Lêda Rodrigues Vieira como requisito parcial avaliativo.

¹ Graduanda de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. E-mail: luanamorais634@gmail.com

existisse apontamentos sobre o tema, apenas que, mesmo com a existência de trabalhos que se debruçam sobre os modos de comportamentos e vivências desse grupo, como relatos de viajantes ou textos como os de Gilberto Freyre Essa ainda é uma área de estudo que tem muito a ser explorada.

A religião marcou e ainda marca várias esferas do cotidiano brasileiro. A partir de sua implantação é que teremos um modelo de organização em massa de famílias cristãs, onde a mulher terá seu papel bem definido, e suas vidas serão marcadas por um imenso controle de seus corpos, modos e desejos. Por meio da religião, veremos no Brasil colonial a presença de um movimento comum na Europa: a inquisição.

Segundo Ronaldo Vainfas (2010) a inquisição que ocorre no Brasil não terá a mesma força da europeia, sendo sua atuação mais intensa durante o período da visita do Tribunal do Santo Ofício ao país. Nesse contexto tivemos uma participação do público feminino, tanto como denunciante ou como vítimas. Muitas dessas mulheres usavam a inquisição como uma forma de tentar se livrar de seus maridos abusadores. Contudo, poderiam ser acusadas injustamente quando seus cônjuges também queriam se livrar delas, para assim poderem ter outro casamento dentro das leis da Igreja.

Para analisar todo esse contexto uso dois autores da historiografia brasileira como principais referenciais: Mary Del Priore e Ronaldo Vainfas. Assim, o objetivo deste artigo é, por meio de pesquisas bibliográficas, analisar a posição da mulher no Brasil colonial, passando por aspectos de sua vida doméstica e religiosa, percebendo os impactos do controle sobre a mulher na vida cotidiana e como, a partir disso, surgem espaços para resistências e transgressões. A escolha do tema se deu a partir dos estudos de uma disciplina, chamada História do Brasil Colonial, que me fez perceber que as relações no geral do período colonial são mais complexas do que apenas explicar as interações entre oprimidos e opressores, é perceber que existem várias camadas nessa sociedade. O foco nas mulheres se dá em um interesse particular sobre a vida dessas mulheres, e como tinham que se adaptar a esse ambiente hostil do período colonial.

O presente trabalho foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica, que consiste na revisão da literatura relacionada à temática abordada. Para tanto, foram utilizados livros, dissertações e sites da internet.

Por meio de três tópicos, busca-se destrinchar aspectos da vida feminina no Brasil colonial. O primeiro discutirá a vida doméstica e os papéis tradicionais femininos; o segundo abordará a influência religiosa e o controle social exercido pela igreja e pela inquisição e o terceiro analisará as transgressões e resistências femininas a esse sistema colonial opressor.

A vida doméstica e os papéis tradicionais femininos

Desde o início da colonização, as mulheres foram destinadas a dois papéis principais: o de servir e o de procriar. Sérgio Buarque de Holanda (1995) aponta que os portugueses por não possuírem um forte orgulho racial, adaptaram-se mais facilmente aos trópicos, tanto à terra quanto aos nativos que aqui viviam. Contudo, a Companhia de Jesus, expedição feita pelos jesuítas, não aprovava as relações que os portugueses mantinham com as mulheres indígenas, já que não estava em conformidade com os preceitos cristãos. Ronaldo Vainfas aponta que essas mulheres eram frequentemente colocadas na posição de meretrizes.

Degradadas e desejadas ao mesmo tempo, as negras da terra seriam o mesmo que as soldadeiras de Lisboa no imaginário de nossos colonos: mulheres aptas à fornicação em troca de alguma paga. E na falta de mulheres brancas, fossem para casar, fossem para fornicar — pois sempre escassearam as Nóbregas e as Baldayas do Reino —, caberia mesmo às negras índias e mulatas o papel de meretrizes de ofício ou amantes solteiras em toda a história da colonização. Nos séculos vindouros, à degradação das índias e à sua reificação como objeto sexual dos portugueses somar-se-iam as das mulatas, das africanas, das

ladinas e das caboclas — todas elas inferiorizadas por sua condição feminina, racial e servil no imaginário colonial (Vainfas, 2010).

Para Fragoso (2024), os aldeamentos representavam acordos entre os indígenas e portugueses que surgem como um meio de formalizar uniões entre mulheres indígenas e homens brancos. Era uma estratégia de garantir alianças e sobrevivências aqui nos trópicos. O sociólogo Gilberto Freyre (2003) afirma que, organizava-se uma sociedade cristã por meio da catequização, onde mulheres indígenas recém-batizadas se tornavam aptas para o casamento cristão. No entanto, a vida dessas mulheres não era fácil, o casamento era algo que gerava muito trabalho pois tinha que se dedicar aos afazeres domésticos, ao marido e aos filhos, sem contar o trabalho em roçados, mesmo grávidas praticavam trabalho pesado.

Apesar dos esforços para a implementação desse modelo de família cristã, os jesuítas ainda criticavam os comportamentos libertinos dos colonos. Assim, foi solicitado à Coroa o envio de mulheres brancas para o Brasil, na tentativa de embranquecer a população brasileira, e conter o processo de mestiçagem. Em seguida, temos a chegada das mulheres portuguesas destinadas aos colonos que aqui viviam.

A julgar pela documentação de época, muitas delas tinham origem humilde, viviam de suas costuras, de seu comércio, de sua horta e lavouras, faziam pão, fiavam sedas, lavavam e tingiam panos, se prostituíam. Outras tantas eram proprietárias de escravos ou casadas com funcionários da coroa portuguesa (Priore, 2000, p.14).

A vida das mulheres que para cá vieram não era tão fácil, muitas vezes de origem humilde, precisavam trabalhar para conseguir sobreviver. Algo já feito desde o início pelas mulheres indígenas e,

posteriormente pelas africanas. As que poderiam apenas ficar no lar cuidando das crianças eram as mulheres de elite.

Outro grupo significativo foi o de mulheres africanas e suas descendentes, geralmente na condição de escravas, já que uma das bases do nosso sistema econômico se dava por meio da escravidão. Elas desempenharam um papel crucial na construção da sociedade brasileira, inclusive na esfera cultural, até os dias atuais temos traços dessa presença em várias camadas de nossa sociedade. De um ponto de vista mais afetivo dessa presença aponta Gilberto Freyre:

A influência direta, ou vaga e remota, do africano. Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala. no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida. trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa (Freyre, 2003, p. 367).

Freyre mostra como a presença feminina de mulheres africanas era marcante na vida das crianças no período colonial, por cuidarem desde cedo dessas crianças, iniciando geralmente como amas de leite, poderiam, de certo modo, fazer um papel de segunda mãe para essas crianças. O que as eternizaria no interior de cada uma desses meninos ou meninas.

Nas áreas rurais as mulheres passaram por todo tipo de trabalho, desde as plantações às tarefas domésticas. Nos espaços urbanos havia uma maior possibilidade de se trabalhar com comércio. “Nos centros urbanos as escravas se destacaram no pequeno comércio de varejo” (Priore,

2000, p.18). Segundo Priore (2000) depois teriam que prestar contas com seus senhores, muitas delas, inclusive, eram mandadas para os centros urbanos, ordenadas a se prostituírem, como uma forma de gerar lucros para seus senhores.

Já as meninas brancas casavam-se muito novas entre as idades de 12 a 16 anos, depois dessas idades era difícil conseguir casamentos, considerava-se que já perdia o doce teor da mocidade, já eram “velhas” demais para um matrimônio. Muitas meninas brancas não tinham contato com o mundo externo, saindo apenas para ir a igreja, seus pais acreditavam que assim, a estariam protegendo de se corromper por meio de pensamentos libidinosos que permeiam entre as pessoas que aqui viviam “repetia-se como algo ideal, nos tempos coloniais, que havia apenas três ocasiões em que a mulher poderia sair do lar durante toda sua vida: para se batizar, para se casar e para ser enterrada” (Araujo, 2004).

A exaltação de características como castidade, obediência e pureza, funcionava como uma ferramenta de controle. O reforço contínuo dessas qualidades, principalmente pela igreja, era com o objetivo de ditar a forma correta de se comportar, para que não ocorresse atitudes desviantes. Era um controle que transpassa a esfera pública entrando na esfera privada, principalmente dos casamentos. O que era evidente no âmbito sexual, o coito deveria ser apenas para procriação, o prazer feminino era considerado um desvio (Priore, 2000, p. 25).

Assim, mulheres vivem seu cotidiano proibidas de vivenciarem o prazer, não apenas no sentido sexual, de viver a vida em sua plenitude. Mas não quer dizer que não possuíam seus momentos de deleites. Priore (2000) nos mostra que as festividades, por exemplo, possibilitaram uma quebra de rotina, principalmente de mulheres negras, e por meios de danças, divertiam-se durante toda a noite, exibindo toda sua sensualidade que tanto atraíam homens da colônia como forasteiros viajantes.

Influência religiosa e controle social: o papel da igreja e a inquisição

A religião desempenhou um papel importante na tentativa de impor controle sobre toda a colônia brasileira. Os padres costumavam dedicar vários sermões, onde apontavam sempre o modo que deveria ser o comportamento sexual ou moral dentro do casamento. Desde cedo, as mulheres eram preparadas para se casar. “A importação da metrópole de um discurso moralizador, sobre o uso dos corpos, instala-se na Terra de Santa Cruz com desejo de cristianização e difusão da fé católica” (Priore, 2000, p. 21).

Organizando uma sociedade em que a base era fundamentada em famílias cristianizadas, a igreja criou um eficaz sistema de disseminação do catolicismo, um projeto que se iniciou com o contato dos jesuítas com os indígenas, a primeira forma de propagação dessa religião. Mulheres, na posição de mães, ocupavam um lugar central nesse processo, desde cedo seus filhos já deveriam ser ensinados dentro de uma doutrina cristã.

Para moldar essa mulher devota, a igreja cria um modelo ideal que deveria ser seguido, a imagem de Virgem Maria, mãe de Jesus, uma mulher pura, obediente e fiel a Deus. Esse modelo tornou-se o ideal feminino. A partir do século XVII, surgem discursos elogiosos acerca de mulheres, sempre enfatizando qualidades como pureza, castidade e obediência. Esses eram o comportamento que uma boa mulher poderia ter, e desde novas eram instigadas pela própria família a desenvolverem essas “virtudes” (Priore, 2000, p.22). Esse modelo era um padrão vivido dentro de muitas casas, onde o pai detinha todo o poder e a mãe ocupava uma posição de submissão.

As agressões dentro do casamento eram vistas com naturalidade pela vizinhança, pois entendia-se que o marido tinha o direito de disciplinar sua esposa ou seus filhos, por meio de agressões ou castigos. Especialmente se a causa fosse comportamentos desviantes segundo as normas da igreja.

As prostitutas, por sua vez, eram um parâmetro do que uma mulher não deveria ser. Entretanto, de uma forma bem contraditória, a igreja via a prostituição, muitas vezes, como um “mal necessário”, considerando que poderia ajudar a fortalecer casamentos (Priore, 2000, p. 34). Muitos homens afirmavam que suas mulheres envelheciam muito rápido, utilizando a prostituição que se tornava uma alternativa. Segundo Mary Del Priore,

Apesar de condescendente sobre a ‘fornicação simples’, dentro do casamento, a Igreja inaugura um discurso médico sobre os corpos, para combater os excessos da carne. Para isso cria o conceito amplo de ‘luxúria’ que teria que dar conta de tudo que não fosse o coito para reprodução. Associado às ‘luxuriosas e lascivas’ o modelo da prostituta como mulher vernal surge no quadro da polarização entre vida conjugal e vida extraconjugal. A primeira, ‘boa’, a segunda, ‘má e pecaminosa’. As esposas, pudicas e castas, as meretrizes um mal obscuro e tenebroso” (Priore, 2000, p. 37).

É perceptível o controle que a Igreja exercia sobre os corpos femininos, ocupando sempre uma posição de determinar o que podia ou não ser feito, apropriando-se até da medicina, como bem pontua Mary Del Priore. A mulher é retratada como um animal indomável, necessitando de “rédeas curtas” para se manter na linha, o que muitas vezes demonstra um temor da parte da igreja, em relação à liberdade feminina.

Lacerda (2010) analisa os segredos em torno do corpo feminino, como a gestação, que ajuda a igreja nos discursos sobre a mulher ser algo maligno, diabólico, criando assim uma ligação com o demônio. Esse desconhecimento sobre o ser feminino pode ser uma das causas que levam a tentativas de controles sobre esses corpos.

Um fato interessante é como a bestialização é algo que frequentemente recai sobre as mulheres; medusa com seus cabelos de serpentes,

sereias que se transformam em monstros terríveis, e aqui no Brasil temos a mula sem cabeça. Essa lenda surgiu por causa de padres que possuíam relações amorosas com mulheres que aqui viviam. Com o intuito de evitar que moças cedessem aos encantos dos padres se cria o mito de que a mulher que mantivesse uma relação amorosa com um padre, durante alguma madrugada da semana se transformaria nessa fera, que nessa versão inicial apesar do nome sem cabeça, possuía uma cabeça e olhos flamejantes. Assim, é curioso observar como apenas a mulher é quem se transforma em uma besta, tendo o padre cometido o mesmo “erro” e aparentemente não sofrer nenhuma punição semelhante

Vainfas (2010) afirma que outro meio que a Igreja encontra de controlar seus fiéis é a partir da pastoral do medo, que consistia em reforçar na mentalidade das pessoas imagens de destinos horríveis no inferno predestinados aos pecadores. A única forma de conseguir se salvar de todas essas atrocidades já impregnadas no imaginário dos cristãos seria por meio da confissão. A confissão era o único meio pela qual poderia se reconciliar com Deus, deveria ser feita sobre profundo arrependimento e sob confissão verdadeira de seus pecados. Por meio da confissão os padres poderiam exercer poderes sobre as mulheres, manipulando-as assim, a partir de sua fé. A criação dessa pastoral do medo, contribuiu significativamente para os processos inquisitoriais.

Segundo Vainfas (2022) a visitação do Santo Ofício ocorreu por buscas a cristãos novos. Na chegada do visitador era publicado o edital da fé onde esperava-se que os fiéis fossem se confessar, a partir daí estipulava-se um tempo para a confissão voluntária, sem o uso de punições. Ao começar as investigações do Santo Ofício, com o intuito de julgar heresias ligadas ao judaísmo, ocorre uma espécie de surpresa ao se perceber aqui na colônia diversos outros tipos de ações consideradas heresias “[...] um mar de acusações e confissões sobre santidades, incisões com jenipapo, idolatrias, fumos embriagantes etc. Assoberbado com julgamentos de cripto judeus, sodomitas, bruxas, bígamos, fornicários e tantos outros [...]” (Vainfas, 2022, p. 168).

Ao trazer para o universo feminino é possível ter rastros dessa participação em alguns processos inquisitoriais. Segundo Vainfas (2010) a documentação inquisitorial sobre bigamia nos mostra como as mulheres não tinham poder de escolha sobre seus casamentos, já que era seus pais que eram responsáveis por escolher seus noivos. E às vezes por motivos de longas viagens desses maridos acreditava-se em sua morte. Levando esses pais arranjarem outro casamento para suas filhas, com a posterior confirmação de vida do antigo marido, concretizava-se assim um caso de bigamia, levando essas mulheres a julgamentos.

Transgressões e resistências femininas no período colonial

As resistências femininas se manifestam das mais diversas formas, a Folha de S. Paulo traz um projeto muito interessante chamado *Mártira Brasil*. Esse projeto busca trazer fragmentos de histórias de mulheres que através de seus registros em documentação oficial é possível conhecer sua existência. Uma dessas mulheres segundo Milena Pillinos (2023) é a africana Eugenia, uma mulher negra escravizada que por meio de seu trabalho como ganhadeira, conseguiu comprar sua alforria. Sabemos sobre sua trajetória por registros de suas prisões, a primeira por estar até tarde na rua sem a licença de um senhor e a segunda por insultar a autoridade que a prendeu. O caso de Eugenia nos mostra que nem sempre a posição da mulher era de passividade. Como uma mulher negra e marginalizada, ela lutava por sua dignidade, chegando até mesmo a enfrentar autoridades.

Outro exemplo é o de Benta Pereira de Brito. Luciana Gandelman (2023) nos apresenta Benta, uma menina que vivia na Santa Casa de Misericórdia, e se recusava a continuar morando nessa instituição. As meninas que ali moravam eram preparadas para o matrimônio, que Benta também alegava não querer. Devido a sua insistência para que fosse expulsa, seu pedido acaba sendo atendido. Essa situação nos mostra outro ato que contraria a ordem social da época. O casamento que era tido como algo obrigatório, e a única possibilidade de uma menina órfã ter alguma

estabilidade social, é por meio dele, algo que Benta recusa. Nos mostrando um desejo de autonomia para decidir seu futuro. E que nem todas as imposições eram passivamente acatadas.

Mesmo sob forte vigilância e controle, as mulheres encontram as mais variadas formas de resistir às imposições sociais e religiosas. Vainfas (2010) menciona casos de bigamias nos documentos do Santo Ofício no Brasil que poderiam acontecer no caso de mulheres largarem seus maridos, com ou sem envolvimento de outros homens. A denúncia de maridos abusivos a inquisição, também pode ser vista como uma tentativa de exercer algum controle dentro do sistema opressor. “Muitíssimo hábeis eram, ainda, as que se aproveitavam da Inquisição para delatar homens que as haviam molestado, ou para defender amigas contra situações perigosas” (Vainfas, 2010). Entre as mulheres, também existiam redes de apoio, aliança e cumplicidades, mas essas relações nem sempre eram pacíficas.

Por mais que se unissem senhoras e escravas na consecução de algum romance, por mais que trocassem segredos e métodos no campo do amor, bastava um ciúme, um simples deslize da escrava, para o afeto “mudar-se em ódio” e a negra confidente acabar torturada pela ama impiedosa. Como bem nos lembram Gilberto Freyre, os viajantes, o folclore, a tradição oral, há muitos indícios de que as sinhás eram piores que os senhores no tratamento dos escravos, e sobretudo das negras, a quem com frequência mutilavam por mera “inveja dos rijos peitos e belos dentes” (Vainfas, 2010).

Mulheres possuem um aspecto plural além da linguística, existe uma pluralidade dentro do meio feminino. Existe as mulheres brancas, negras, indígenas, ricas, pobres etc. Vainfas nos mostra que as violências podem se perpetuar entre elas. As sinhás dentre essas mulheres por ocuparem uma posição mais elevada perante as negras, por exemplo. Se

tornam participantes ativas desse meio opressor. Nos mostrando que a opressão de gênero poderia coexistir com as opressões raciais e de classes.

Laura de Mello Souza (1986) discorre sobre o sincretismo religioso no Brasil colônia e as diversas espiritualidades aqui presentes, criando assim uma religiosidade popular. A realidade colonial podia ser bastante dura, levando muitas vezes à negação de Deus, ou então trazendo uma necessidade de tê-lo mais próximo, construía assim uma aproximação afetiva. A própria Virgem Maria, uma imagem usada como uma forma de controle teve várias vezes suas ressignificações. Os santos sendo alvos de práticas supersticiosas que poderiam trazer fertilidade, matrimônio entre outras coisas. Os feitiços destinados a conquistar o amor dos homens. Práticas de feitiçarias realizadas por mulheres que almejavam conquistar um amor, ou uma segurança financeira, seja qual for o motivo, recorriam a meios não aprovados pela igreja para conseguirem satisfazer seus desejos. E temos rastros dessas práticas até os dias de hoje, como o ato de colocar Santo Antônio virado de cabeça para baixo, como uma forma de conseguir um casamento.

Outra prática condenada pela igreja era a sodomia feminina. Vainfas (2004) mostra que muitas vezes era apenas práticas de descobertas que permeiam a puberdade. O modo de vida na colônia era bastante vigiado, existia uma distância da privacidade. Então muitos dos casos que se tem conhecimento, são de senhoras que mantêm relações com suas escravas. E são flagradas por outras pessoas escravizadas que ali viviam. E incitadas pelo fervor da delação inquisitorial, acabaram delatando suas senhoras.

Mulheres escravas quando engravidavam podiam recorrer ao infanticídio, ao negar que seus filhos viessem a ter um futuro naquelas condições, já que estariam à mercê das mais cruéis práticas desde o espancamento ao abuso sexual. Essa prática tida como monstruosa era vista como algo típico de suas etnias africanas

Portanto, a mulher no Brasil Colonial tem sua vida estruturada na moralidade cristã, condicionada pela igreja católica. Os discursos religiosos reforçam os lugares de submissão que eram destinados às

mulheres. No entanto, o controle excessivo sobre os corpos femininos é também marcado por contradições. Como aponta Priore (2000) ao apontar que as prostitutas eram algo condenado moralmente, mas também consideradas um mal necessário.

As relações de gênero também não podem ser vistas de forma homogênea, Gilberto Freyre (2003) nos mostra que a relação de sinhas e escravas podiam ser bastante violentas, geralmente movidas por raiva, ciúmes ou como uma forma de exercer seu poder. Isso nos mostra uma relação de opressão entre as próprias mulheres.

Diante desse cenário temos uma sociedade totalmente estratificada e controlada, onde mulheres são submetidas às mais diversas opressões. A igreja tinha o papel de reforçar a submissão e limitar a autonomia feminina. Vainfas (2010) mostra que a inquisição, instrumento de controle religioso, foi usada tanto para perseguir mulheres que não seguiam os padrões morais estabelecidos, mas também foi utilizada como um meio de defesa por algumas mulheres.

Dessa forma, temos um Brasil Colonial, marcado por estruturas de dominação e opressão, é perceptível que houve participações de resistências femininas que se manifestam neste contexto. Algo ignorado pela historiografia tradicional, e que possui extrema importância para se compreender as dinâmicas sociais, as estratégias de resistências e perceber todo a complexidade das relações sociais desse período.

Considerações finais

Ao tratar sobre as mulheres no período colonial torna-se algo muito desafiador, existe um amplo campo de abordagem, dentre todas as diferenças existentes, seja de etnia, classe social, região em que vivem. Contudo, é inegável que entre essas diferenças havia um padrão: a inferiorização da mulher. No entanto, elas estão longe de serem figuras que viveram em passividade, sempre encontrando maneiras de resistir e transgredir as normas impostas nesse meio religioso e patriarcal.

Portanto, estudar a vida feminina implica evidenciar a importância de analisar a vida das mulheres em suas múltiplas pluralidades. Se na historiografia tradicional elas são colocadas de lado, a nova historiografia nos mostra que é possível se aprofundar nesse estudo, por meio de processos inquisitoriais, registros em documentos oficiais, sermões de padres, é possível resgatar aspectos de suas vidas, enriquecendo a produção historiográfica, e evidenciando narrativas que também marcam o Brasil, culturalmente e socialmente.

Revisitar suas trajetórias ou fragmentos delas, é trazer um pouco de iluminação para o complexo passado colonial. É perceber as diversas atuações femininas enfrentando toda a hostilidade desse período.

REFERÊNCIAS

FRAGOSO, João. *A sociedade perfeita: as origens da desigualdade social no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2024.

GANDELMAN, Luciana. Benta agiu com rebeldia ao pedir para ser expulsa do Recolhimento da Santa Casa. *Folha de S. Paulo*, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/05/benta-agiu-com-rebeldia-ao-pedir-para-ser-expulsa-do-recolhimento-da-santa-casa.shtml> Acesso em: 15 dez. 2024.

GILBERTO, Freyre. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob a economia do regime patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LACERDA, Marina Basso. *Colonização dos corpos: Ensaio sobre o público e o privado. Patriarcalismo, patrimonialismo, personalismo e violências contra as mulheres na formação do Brasil*. Dissertação (Mestrado em

Direito) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PINILLOS, Milena. Africana Eugenia foi presa por trabalhar para comprar sua liberdade. *Folha de S. Paulo*, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/06/africana-eugenia-foi-presa-por-trabalhar-para-comprar-sua-liberdade.shtml#:~:text=Talvez%20por%20estar%20visada%20nas,autoridade%20que%20queria%20prend%C3%AA%2Dla>. Acesso em: 15 dez. 2024.

PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto; 2004.

PRIORE, Mary Del. *Mulheres no Brasil colonial*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

SOUZA, Laura de Mello. *O diabo e a terra Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: Catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: Moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2010. *E-book*.

“HÉRCULES-QUASÍMODO”: O HOMEM SERTANEJO E REPRESENTAÇÕES NO CINEMA NACIONAL (1953-1964)

Luiz Ayrton Silva Furtado¹

Lêda Rodrigues Vieira²

Resumo: O presente texto vislumbra as representações realizadas no cinema brasileiro, da população nordestina, especificamente o que foi delimitado, ao longo das décadas, como sertão. É brevemente apresentado como o cinema brasileiro se desenvolveu tardiamente, demonstrando o subdesenvolvimento em tantos parâmetros tecnológicos do país. Nas décadas de 1950 e 1960 diversas obras cinematográficas se destacaram em aspectos visuais e discursivos. Com isto, foram considerados três filmes para análise: *O Cangaceiro*; *O Pagador de Promessas* e *Deus e o Diabo na Terra do Sol*. Em pouco mais de uma década, os diretores destes filmes registraram representações do homem sertanejo, retratando a vida, o trabalho, a fé, a violência, a dominação, a cultura e a mentalidade da população sertaneja. Os diretores dos filmes conquistaram prestígio pelas temáticas recém trabalhadas no cinema brasileiro. A investigação acerca dos três filmes surge para compreender a representação desse homem sertanejo, considerando as condições social, cultural e política do país, além de pontuar como estas representações exprimem as condições técnicas e mercadológicas do cinema nacional. De base bibliográfica, foram utilizadas as considerações literárias de Euclides da Cunha, bem como as pesquisas de Durval Muniz, Ismael Xavier, e outros, buscando-se compreender como foi realizado esse processo imagético no audiovisual nacional, entre Nordeste, Sertão, trabalho, fé e violência.

Palavras-chave: Cinema Brasileiro, Sertão, Nordeste, Cinema Novo

¹ Graduando de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. E-mail: layrtonsfurtado@aluno.uespi.br

² Professora Adjunta I do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI.

Introdução

Euclides da Cunha (1866-1906) foi o grande responsável por elucidar, nos seus escritos, a guerra de Canudos, principalmente em *Os Sertões* (1902), considerada sua maior obra. Além de noticiar, *in loco*, para a população alfabetizada das grandes cidades os eventos que ocorreram no interior da Bahia na década de 1890, retrata poeticamente a geografia, a cultura e a vida das famílias sertanejas. Um retrato um tanto angustiante, pois, como apontado ao longo da obra, esse ambiente escaldante e petrificado do sertão nordestino acaba por dominar todos os parâmetros da vida dessa população. Em um livro marcado por metáforas e outros aparatos linguísticos, especialmente na primeira e segunda parte, pode-se destacar duas expressões da segunda parte do livro, denominada *O homem*. No terceiro capítulo intitulado *O sertanejo*, o autor manifesta uma observação acerca da natureza do indivíduo do sertão, reservando um destaque para sua vitalidade: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte” (Cunha, 2013, p. 115).

Essa descrição é uma das particularidades influentes da obra, especificamente na descrição dos capítulos da segunda parte. No final do século XIX e início do século XX, ideias como evolucionismo e darwinismo social, oriundas do continente europeu, já estavam bem estabelecidas no pensamento dos novos acadêmicos da recente república brasileira. Como apontado por Vanderlei Souza (2010, p. 5): “vale lembrar que com o advento da República e seus ideais progressistas e civilizatórios, o discurso científico transformou-se em palavra de ordem tanto no meio intelectual quanto em determinados setores das elites brasileiras”, discurso este notadamente presente no texto de Euclides.

No decorrer das considerações realizadas pelo autor, Euclides declara outra característica do homem sertanejo, característica está sobretudo interessante: Hércules-Quasímodo (Cunha, 2013). Para retratar o corpo do sertanejo, Euclides utiliza de Hércules, personificação mitológica greco-romano da perfeição, força e beleza, e transpõe com a imagem de Quasímodo, personagem principal da obra de Victor Hugo *O*

Corcunda de Notre-Dame, reconhecível pelas deformidades ao longo de sua baixa estatura. Com essa relação, o homem nordestino é apresentado por dois extremos: a virilidade, um dos poucos elementos capazes de sustentar a vida no ambiente sertanejo apresentado por Euclides, e o corpo atrofiado que, como apontado, torna este homem fatigado e repleto de preguiça. Além dessa comparação, Euclides aponta, em diversos momentos do texto, a dicotomia entre civilização e barbárie, o encontro entre as diferentes raças, assim como o maniqueísmo fraco-forte destacado acima. Apresentando o homem sertanejo desta forma, o autor, seguindo a tendência intelectual do período, limita este grupo humano como um elemento atrasado em diversos aspectos. Se no campo literário os discursos notórios apresentavam-se deste modo, a novidade cinematográfica era iniciada lentamente, feita pela e para as elites.

O cinema brasileiro se desenvolveu, nas primeiras décadas do século XX, de forma precária. Com seu surgimento datado de 1896, essas primeiras produções nacionais, que coincidem com o lançamento de *Os Sertões* no ano de 1902, são filmes curtos e de aspecto documental. Como explicitado por Noel Carvalho

Os documentários do começo do século tinham a função de registrar os eventos realizados por autoridades políticas e pela burguesia como visitas, inaugurações, festas comemorativas, desfiles de carnaval etc. De um modo geral, esses filmes são retratos e discursos visuais dos poderes instituídos da política, economia e ciência da época (Carvalho, 2003, p. 162).

Ao longo da década de 1930, algumas produções nacionais se destacam pelas temáticas e estéticas apresentadas, como *Limite* (1931), de Mário Peixoto, e *Ganga Bruta* (1933), de Humberto Mauro. É importante destacar que, nas décadas de 1940 e 1950, o monopólio de produtoras dos Estados Unidos cresceram absurdamente no espaço nacional, e na produção brasileira firmavam-se nomes atualmente conhecidos, como Cinédia, Vera Cruz e Atlântida, produtoras responsáveis por realizarem

filmes de grande apelo popular - o gênero que receberia a alcunha de chanchada.

De acordo com Flávia Costa (2018, p. 185) “entre os anos 1930 e 1950, esse termo designava pejorativamente os filmes que se configuravam como comédias compostas por uma mistura de números musicais e situações cômicas, mais ligadas ao carnaval do que propriamente conectadas a uma narração consistente” (apud Vieira, 2012, p. 141-142). Durante as décadas destacadas, é possível notar outra mudança no cinema nacional: seu público. Se no início, o cinema brasileiro era voltado para as elites, no contexto ressaltado por Flávia elevou-se o número de espectadores de outras classes sociais. Além disso, é importante enfatizar que o rádio era, naquelas décadas, umas das grandes formas de comunicação, o que tornou os filmes de chanchada uma possibilidade do grande público ter um contato próximo com seus ídolos da música, como Ângela Maria (Albuquerque Jr, 2011). Nesse contexto, é lançado *O Cangaceiro* que, além de ganhar projeção mundial, destoava das comédias produzidas pelas produtoras nacionais, e lança uma estética capaz de traçar paralelos com a obra de Euclides da Cunha.

Portanto, a pesquisa apresentada será de caráter bibliográfico, com base em livros, teses e artigos que abordam sobre cinema, cultura, nordeste e sertão. A primeira e principal fonte foi *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (1902), devido suas observações e comentários sobre o sertão do Nordeste e a população. Outra obra essencial na pesquisa foi *A invenção do Nordeste e outras artes*, de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1999), livro importante por desbravar como uma parte específica do país foi delimitada como Nordeste. A dissertação de mestrado em Ciências Humanas de Anderson Rodrigues Neves (2013) também foi de extrema importância, já que apresenta dois filmes que também são referenciados aqui neste trabalho. Por fim, também é importante destacar *O Cinema Brasileiro Moderno*, de Ismail Xavier (2001), ilustre por apresentar os novos paradigmas do cinema nacional, especialmente a figura de Glauber Rocha. Nas obras pesquisadas, foi possível compreender como esses autores, por meio de seus escritos, traçaram as representações do homem

sertanejo, seja o Euclides da Cunha possuindo uma contribuição primordial por meio do caráter jornalístico e literário de *Os Sertões*, seja outros autores apresentando pesquisas acerca do cinema nacional.

O Cangaceiro

Este longa-metragem marca um novo tipo de produção e interesse cinematográficos no Brasil, contrastando com os filmes populares dos anos anteriores. Dirigido por Lima Barreto (1906-1982) e lançado em 1953, neste filme de cangaço é apresentado Galdino, capitão do grupo que norteia a história, e cujas características certamente foram inspiradas na imagem de Virgulino Ferreira, conhecido como Lampião, um dos símbolos da masculinidade sertaneja (Neves, 2013). É importante destacar que a Companhia Cinematográfica Vera Cruz, produtora responsável pela execução do filme, surgiu com grande animação no espaço nacional, já que era o prelúdio de novas técnicas, equipamentos e estúdios que modernizaram certos aspectos do audiovisual brasileiro (Neves, 2013).

É possível destacar dois momentos do filme: o contraste entre Teodoro e Galdino, e a presença de Olívia, professora sequestrada pelo bando. O embate entre civilização e barbárie, apresentado na segunda parte de *Os Sertões*, é personificado entre esses dois personagens masculinos, e é na figura de Teodoro que se firma essa outra possibilidade de masculinidade sertaneja, com racionalidade e polidez, além de se opor ao sequestro de Olívia, sendo que esta não reclama da ação e torna-se acompanhante do bando de Galdino. Além disso, a relação formada entre Teodoro e Olívia é intrigante, visto que ele é o responsável pela fuga dela, e nessa empreitada, Olívia percebe que o cangaceiro não é a personificação da violência que ela imaginou, visto que Teodoro demonstra certos sentimentos, em uma conduta de cuidado e proteção, levando Olívia a considerá-lo um cavalheiro.

Em um dos momentos finais da relação apresentada, Teodoro entrega para Olívia um colar com dentes de onça, conquistado em uma troca com um indígena local. Com o uso do colar como um amuleto para

proteção, retoma-se para os escritos de Euclides, quando o autor pontua que a fé e religião do povo sertanejo é mestiça, resultado do contato das culturas originárias, ibéricas e africanas, “resumo dos caracteres físicos e fisiológicos das raças de que surge, sumaria-lhes identicamente as qualidades morais. É um índice da vida de três povos” (Cunha, 2013, p. 140).

Figura 1: Cena do filme *O Cangaceiro* (1953).



Fonte: YouTube. Disponível em: [O Cangaceiro \(1953\)](#)

Este homem sertanejo é marcadamente católico, carregado de terços e venerando santos, mas também é intrínseco à sua fé hábitos ligados aos povos indígenas e africanos, como o uso do colar de onça representado na cena da figura 1 que traz o seguinte diálogo: “diz os índios que o colar de dentes de onça dar coragem e protege a vida de quem usa. Coragem você já tem muita, pois esse colar sirva para lhe proteger sempre. Viu como o colar dar coragem? Só porque eu toquei nele eu fiquei outro” (Barreto, 1953).

Outro fator que o filme de Lima Barreto demonstra são os processos de violência - ao longo do filme, presencia-se a invasão de uma

cidade, roubo, o sequestro de Olívia e a morte de Teodoro. Essa violência caótica torna-se um componente principal ao longo do filme, rege a vida e as relações dos personagens que aparecem e, conseqüentemente, é percebida como “natural” por esses indivíduos, sendo notório, por exemplo, na apatia que Olívia apresenta ao ser raptada (figura 2).

Figura 2: Olívia, uma das personagens centrais do filme



Fonte: Youtube. Disponível em: [O Cangaceiro \(1953\)](#)

A Vera Cruz, seguindo os moldes do cinema norte-americano que expandia e difundia suas produções nos cinemas vizinhos, promoveu em *O Cangaceiro* certa semelhança com cinema de faroeste (*western*). Neste gênero cinematográfico, a figura do *cowboy* simboliza a busca pela identidade nacional e os mitos do nascimento de uma nação (Neves, 2013), dado alinhado com as representações de *O Cangaceiro*, com personagens que evidenciam um Brasil profundo, pouco referenciado e distante das capitais.

A Companhia Vera Cruz, antes de vir à falência, produziu um filme que trouxe novas encenações, um caso à parte do que era produzido nas cômicas chanchadas e, mesmo interessada em seguir um padrão de

execução estadunidense, expôs um Brasil rural (Schwarcz, Starling, 2018). Mesmo que o direcionamento das produções brasileiras fosse pautado pelas estéticas estrangeiras, o filme de Lima Barreto apresentou cenários, comportamentos e diálogos pouco realizados no cinema da década de 1950 e, como explicitado por Ismail Xavier, “inserido numa esfera dominada pelo produto industrial, o cineasta brasileiro opta por um determinado tipo de cinema em meio às tensões e cálculos relacionados à política de produção, num contexto cultural e ideológico específico” (2001, p. 60).

O cangaceiro representa a força do sertanejo, bem como a dualidade entre duas composições: o homem instintivo e tradicional, e uma certa mudança nesses velhos hábitos, personificado na figura de Teodoro, que infelizmente tem sua vida finalizada. Os últimos momentos de Teodoro são significativos pois, ao reproduzir que, além da valentia necessária para viver nas condições expostas, o vínculo com o ambiente foi necessário para sua sobrevivência: O lamento final “Olha a terra do meu sertão” (Barreto, 1953) expressa a concreta conexão entre homem e ambiente.

O pagador de promessas

Se *O Cangaceiro* foi um dos primeiros filmes nacionais a receber reconhecimento internacional, *O Pagador de Promessas* possui, até hoje, um prêmio que nenhum outro filme brasileiro conquistou: a Palma de Ouro (*Palme d'or*), prêmio entregue no Festival de Cannes para o melhor filme de cada edição. O filme dirigido por Anselmo Duarte (1920-2009) e lançado em 1962, traz elementos comuns ao filme de Lima Barreto: dualidade entre rural e urbano, tradicional e moderno, violência e fé, com este último sendo elemento principal para compreender a trama do filme. Já nos primeiros momentos, presencia-se Zé do Burro e Rosa percorrendo por diversos ambientes, com Zé carregando uma cruz descomunal, apontando para a cruz que Jesus Cristo carrega na *Via Crucis*.

O personagem principal do filme e sua esposa realizam esse percurso até a Igreja de Santa Bárbara, em Salvador, para cumprir uma

promessa: se o burro de Zé, Nicolau, sobrevivesse a um acidente ocasionado por um raio, Zé carregaria a cruz até a igreja na capital. Porém, o que surpreende o padre do local é como essa promessa foi realizada: em um terreiro de Candomblé. O sincretismo religioso representado nas figuras de Santa Bárbara e Iansã, que Zé proclama que “são a mesma coisa”, além de confessar para o padre que tinha tentado de tudo para salvar Nicolau, como recorrer para a reza de Preto Zeferino, aponta novamente para as considerações de Euclides da Cunha: a fé do povo sertanejo, assim como seus costumes, hábitos e modos de vida, é mestiça. Zé do Burro demonstra inocência ao falar que, mesmo possuindo inclinação ao catolicismo, não percebe qualquer problema em frequentar um terreiro de Candomblé e reconhecer a força dos Orixás, representados no culto inicial do filme. O padre, ao saber das condições da promessa, não permite a entrada de Zé na igreja, o que, conseqüentemente, move as outras ações das demais personagens envolvidas no filme.

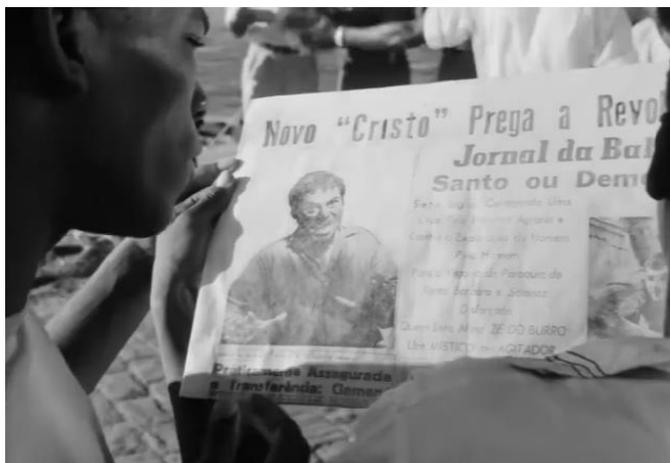
Figura 3: Zé do Burro e Padre Olavo nas escadarias da Igreja



Fonte: Youtube. Disponível em: [O Pagador de Promessas \(1962\), de Anselmo Duarte, filme completo em HD](#)

Por exemplo, o jornal local aproveita-se da história extraordinária de um sertanejo carregando uma cruz, o que provoca a publicação de um periódico proclamando Zé do Burro como um “Novo Cristo” (figura 4).

Figura 4: Jornal anunciando Zé do Burro como “Novo Cristo”



Fonte: Youtube. Disponível em: [O Pagador de Promessas \(1962\), de Anselmo Duarte, filme completo em HD](#)

Todos esses encontros transformam a ação inicial de Zé, ligada à fé e à promessa, um dos comportamentos característicos do catolicismo no Nordeste. Se no filme de Lima Barreto a fé mestiça é simbolizada pelo amuleto indígena, a ênfase encontrada no filme de Anselmo Duarte é para as raízes africanas da cultura nordestina e, conseqüentemente, sertaneja. Ao considerar a reprodução de símbolos e costumes da cultura afro-brasileira, é possível destacar três situações que estabelecem similaridades: a primeira, uma mulher negra, vestida de branco, passa próximo de Zé do Burro, exclamando que está vendendo abará. Na segunda situação, um grupo de mulheres, tipicamente trajadas, se reúnem em torno da escadaria da igreja para limpá-la. Por último, quando o monsenhor

oferece a Zé do Burro a possibilidade de renunciar à promessa feita para Santa Bárbara, uma mulher, igualmente trajada de branco, grita “Eparrei”, saudação ligada a Iansã.

A figura dessas mulheres citadas nos três momentos remete a um elemento tipicamente soteropolitano: a baiana de acarajé. Como observado em diversos momentos do longa, mulheres negras na capital baiana estão vestidas tipicamente, trajando “saia, bata, camizu, torço ou ojá de cabeça, fios de conta, brincos entre outros símbolos que notabilizam e identificam a baiana” (Santos, 2013, p. 97 apud Lody, 2007, p. 26). Esse grupo de mulheres que são símbolos de Salvador, sempre vistas vendendo comidas com raízes afro-brasileiras, tinham, inicialmente, o intuito de angariar fundos voltados para sua própria iniciação nos cultos, e nas suas vendas é comum a presença de comidas relacionadas a estes cultos, como o vatapá, acarajé e abará (Santos, 2013). É considerável frisar a presença das baianas no filme pois, mesmo não abarcando o grupo que, a priori, estão categorizados como personagens principais, é inegável sua presença nos momentos decisivos da trama.

Além da categoria religiosa, as relações sociais e raciais, percebidas nestas personagens, revelam as culturas múltiplas que se estabeleceram no território nacional, ressaltando que “um processo de [...] adaptação [...] ocorreu nas terras do Novo Mundo e acima de tudo no Brasil, onde desde o início da imigração compulsória povos recriaram cultos mesmo nas condições adversas da escravidão” (Schwarcz, Starling, 2018, p. 86).

Assim como Teodoro em *O Cangaceiro*, Zé acaba assassinado, deliberadamente massacrado por um sistema que não compreende os costumes de um Brasil rústico e mestiço. Como demonstrado por Albuquerque Jr (2011, p. 301), “toda a luta de Zé do Burro é para ser reconhecido e aceito pela ordem, ser recolhido e integrado numa ordem reformada com a sua presença”. O filme de Duarte também acaba por demonstrar as contrariedades e violências presentes na vida do homem sertanejo, expressadas de diferentes formas e vindas de diferentes instituições consolidadas.

Deus e o Diabo na terra do sol

Por fim, este filme apresenta para o espectador uma vertente de violência, fome, religião, elementos que são combinados visualmente no contraste do nordeste. Dirigido por Glauber Rocha (1939-1981) e lançado em 1964, este longa-metragem é símbolo dos discursos travados em relação ao cinema nacional. Os movimentos de luta por terra, cultura, identidade nacional e militância política, característicos da década de 1960, inspiraram jovens artistas brasileiros a tornar evidente a realidade nacional, distanciando-se progressivamente das referidas chanchadas. Cineastas como Paulo César Saraceni, Gustavo Dahl e Nelson Pereira dos Santos produziram filmes emblemáticos do Cinema Novo, movimento preocupado em representar, esteticamente, o subdesenvolvimento e a miséria do país (Albuquerque Jr, 2013).

Glauber tornou-se figura central deste movimento, dirigindo uma sequência de filmes localizados na região Nordeste e registrando cenas pouco reveladas nas produções nacionais, sendo assim “o cinema de Glauber é grande referência para uma iconografia mítico-agrária no Cinema do Terceiro Mundo” (Xavier, 2001, p. 73). Em *Deus e Diabo*, Manoel e Rosa são os protagonistas que levam uma rotina à mercê das relações entre empregado e patrão que se firmam no sertão. Manoel pretende fazer uma partilha de gado com Coronel Moraes, personificação das relações de dominação e exploração de trabalho no nordeste brasileiro e, com uma possível venda de gado, Manoel vislumbra a possibilidade de compra de terra, uma conquista para uma melhora de vida.

Porém, o Coronel recusa fazer qualquer acordo com Manoel, e uma fala do Coronel, nesse momento, é intrigante: “A lei está comigo” (Rocha, 1964). Uma lei afirmada, que protege os mais abastados, enquanto ignora a necessidade das camadas mais vulneráveis da população. Em um ímpeto de fúria, Manoel assassina o Coronel e foge com Rosa, largando sua casa e, nessa fuga inóspita, o casal acaba encontrando Sebastião, líder religioso que reúne um grupo de pessoas, totalmente atentas a suas falas messiânicas.

Seu falatório, repleto de religiosidade, confere ao personagem não só a representação de um profeta no semiárido nordestino, como é perceptível a influência que Antônio Conselheiro teve na construção discursiva de Sebastião, discurso este direcionado para um povo oprimido que encontra na fé a esperança da transformação material. Manoel aproxima-se desse grupo de pessoas em torno do profeta, em um monte quase próximo dos céus, e demonstra estar arrependido. Em diversas passagens d’Os Sertões, o autor pontua que a penitência foi uma característica particular da vida religiosa de Conselheiro, como nas suas passagens pelo sertão, onde era visto “alimentando-se mal e ocasionalmente, dormindo ao relento à beira dos caminhos, numa penitência demorada e rude” (Cunha, 2013, p. 164). Este elemento também se encontra presente no filme, quando Manoel, acompanhado por Sebastião, caminha de joelhos, carregando uma pedra grande em cima da cabeça.

Figura 5: Manoel e Rosa, casal protagonista do filme “Deus e o Diabo na terra do sol”



Fonte: Youtube. Disponível em: [Deus e o Diabo na Terra do Sol \(1964\)](#)

Rosa torna-se acética com a devoção repentina do marido, fazendo com que ela perceba que a dimensão mística e religiosa do beato não é forte o suficiente para transformar a realidade de Manoel (Albuquerque Jr, 2013). A defesa de Rosa das atitudes do marido e do profeta, direcionam a história para o encontro com Antônio das Mortes e Corisco. Antônio é um caso específico na história do filme, possuindo uma relação de “serviçal” dos homens poderosos da região, demonstrando um papel onde “é conhecido pelos povoados como matador de cangaceiros, e ele próprio entende que esse é um ‘ofício’ para um homem que não se organiza segundo suas decisões pessoais” (Neves, 2013, p. 122). Outro símbolo do cangaceiro sertanejo, Corisco é um personagem instigante. Carregado de uma violência anárquica (Xavier, 2001) que orienta os personagens nos momentos finais do filme, Corisco pontualmente direciona seu olhar para a câmera, evoca questionamentos acerca da existência e é marcado por uma moral indefinida, e nenhum desses elementos são capazes de não evitar o confronto final.

Enquanto o embate entre Antônio e Corisco é expresso visualmente, o casal foge, e o filme finaliza com Manoel e Rosa correndo em meio a aridez do sertão, enquanto este sertão torna-se um grande mar, profecia presente em um caderno encontrado em Canudos: “Em 1896 há de rebanhos mil correr da Praia para o certão; então o certão virará Praia e a Praia virará certão” (Cunha, 2013, p. 173). A referência ao livro de Euclides também é um elemento que demonstra o contato que Glauber teve com a obra, bem como a necessidade de apontar, novamente, a religião do homem sertanejo.

Figura 6: Manoel e Rosa nos momentos finais do filme “Deus e o Diabo na terra do sol”



Fonte Youtube. Disponível em: [Deus e o Diabo na Terra do Sol \(1964\)](#)

Assim como nos dois filmes analisados acima, o filme de Glauber apresenta personagens conflituosos, caracterizados na linha tênue entre civilização e selvageria, modernidade e atraso, fé e violência. É importante ponderar que esses maniqueísmos, que se direcionam no comportamento do homem sertanejo, foram ressaltados por Euclides, definidos a partir das perspectivas surgidas no século XIX. As definições literárias acerca da religião, de uma suposta resistência ao ambiente árido do sertão, das festas e da convivência entre seus comuns foram inovadoras. Paradoxalmente, as novas representações e temas tratados no cinema brasileiro durante as décadas de 1950-60, distantes das conhecidas chanchadas e outros gêneros de filme explorados, retornam novamente para esses paradigmas descritos nas décadas anteriores. Em outros termos, as inovações no espaço audiovisual, que acabou categorizando a produção deste período como “cinema moderno”, regressaram para questionamentos similares, elaborados no campo da literatura e das artes plásticas, questões envolvendo a vida, a cultura e a sociedade do homem nordestino/sertanejo.

Considerações finais

A representação do homem sertanejo na obra de Euclides da Cunha, notória e precursora de muitos trabalhos literários, jornalísticos e acadêmicos, foi utilizada exaustivamente em outras realizações artísticas, entre elas, o cinema. O cinema foi porta de entrada para muitas dessas representações, justamente pela capacidade técnica de representar a realidade. Um aspecto brasileiro que demorou para receber considerável representação no cinema foi o sertão, visto que as companhias cinematográficas que se consolidaram estavam localizadas no eixo Rio-São Paulo, e tornava-se mais viável investir nas produções de chanchada. Do mesmo modo, é importante considerar os custos com transporte relacionado a técnicos e equipamentos, caso o filme não fosse realizado em estúdio.

Nas décadas de 1950-60, essa lógica nacional começa a mudar, e certas transformações surgem nos horizontes. Um dos marcos desse momento é *O Cangaceiro*, um dos primeiros filmes a representar o espaço do sertão nordestino, além de ser um dos primeiros filmes brasileiros a alcançar sucesso internacional. Outros marcos, na década de 1960, são *O pagador de promessas* e *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, filmes que também alcançaram sucesso internacional, e tornaram-se emblemáticos do cinema novo, movimento de jovens cineastas, empenhados em buscar as identidades do Brasil e apresentar ao público novos temas e técnicas.

Nos três filmes, diversos elementos são semelhantes, como os personagens masculinos tomados de dúvidas e questionamentos, personagens femininos submissos, além da atmosfera de violência, fé, desesperança, servidão, e términos trágicos, apresentando novas possibilidades artísticas sobre o que é o sertão, o Brasil, e o próprio cinema. Relacionando com os escritos de Euclides e dos demais autores citados e referenciados, o aspecto visual compartilhado nos filmes comentados é a miséria presente nos mínimos detalhes, e a religião, fator significativo para a construção das personagens, bem como norteia as ações cruciais destas. Seja pela fé, pelo sincretismo religioso, pelo poder da instituição ou de sujeitos messiânicos que despontam no sertão, a crença destaca-se como

um impulso que revela e fundamenta ações significativas dos personagens principais.

Portanto, esses filmes são considerados emblemáticos na história do cinema brasileiro, já que os respectivos diretores construíram, por meio da imagem, a representação de homens nordestinos em diferentes circunstâncias, correlacionados por meio das vivências, devoção e valores representados de forma eloquente nos escritos de Euclides da Cunha sobre o sertão e o sertanejo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.

CARVALHO, Noel dos Santos. O negro no cinema brasileiro: O período silencioso. *Plural*, São Paulo, Brasil, v. 10, p. 155–179, 2003. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2003.68073. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/68073>.. Acesso em: 29 out. 2024.

COSTA, Flávia Cesarino. Considerações sobre os números musicais das chanchadas. *Significação: Revista de Cultura Audiovisual*, [S. l.], v. 45, n. 50, p. 179–203, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-7114.sig.2018.138619. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/138619>.. Acesso em: 29 out. 2024.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

NEVES, Anderson Rodrigues. *Entre o western e o nordestern: os possíveis diálogos de Lima Barreto e Glauber Rocha no cinema cangaço (O cangaço 1953, Deus e o diabo na terra do sol 1964 e O dragão da maldade contra o santo guerreiro 1969)*. 2013. 216 f. Dissertação (Mestrado em

Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

SANTOS, V. *O sincretismo na culinária afro-baiana: o acarajé das filhas de Iansã e das filhas de Jesus*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 159 f. 2013.

SCHWARCZ, Lilia M. STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. O Naturalismo de Euclides da Cunha: Ciência, evolucionismo e raça em Os Sertões. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 1–22, 2010. Disponível em: <https://revistafenix.emnuvens.com.br/revistafenix/article/view/258>. Acesso em: 1 fev. 2025.

XAVIER, Ismael. *O cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Guerra, 2001.

Filmes

O CANGACEIRO. Direção: Lima Barreto. Produção: Cid Leite da Silva. Brasil: Companhia Cinematográfica Vera Cruz, 1953.

O PAGADOR de promessas. Direção: Anselmo Duarte. Produção: Oswaldo Massaini. Brasil: Cinedistri, 1962.

DEUS e o diabo na terra do sol. Direção: Glauber Rocha. Produção: Glauber Rocha, Jarbas Barbosa, Luiz Paulino dos Santos, Luiz Augusto Mendes. Brasil: Copacabana Filmes, 1964.

ACERVO DOCUMENTAL DA CRECHE TIA NEUZA: A IMPORTÂNCIA DO ARQUIVO ESCOLAR PARA A PRESERVA- ÇÃO DA HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO LOCAL*

Maria Eduarda Santos de Sousa¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo principal analisar o acervo documental arquivado da Escola Municipal de Educação Infantil Tia Neuza, localizada em um bairro da cidade litorânea de Luís Correia, no Estado do Piauí. A análise abrangeu os documentos da instituição desde o ano de sua fundação, em 1998, até os dias atuais, com o intuito de investigar o que esses registros representam sobre a história e a memória da educação local e seu estado de conservação. Além disso, pretendeu-se destacar a importância dos arquivos na preservação dessa história e memória escolar. Para alcançar esses objetivos, foi necessário aprofundar a compreensão dos conceitos centrais da temática, dessa forma, a pesquisa se apoiou em uma revisão bibliográfica de estudos de autores como Le Goff, Maurice Halbwachs e Carla Pinsky, bem como, foi analisado o acervo escolar encontrado em arquivos da instituição de ensino.

Palavras-chave: Acervo documental. História. Memória. Educação local.

Introdução

A Escola Municipal de Educação Infantil Tia Neuza, situada no bairro Coqueiro da Praia, na cidade de Luís Correia-PI, foi fundada em

* Artigo resultado do Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI, sob orientação da Profa. Dra. Lêda Rodrigues Vieira.

¹ Graduada de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. E-mail: mariaessousa@aluno.uespi.br

maio de 1998. Desde a sua criação, a instituição passou por duas reformas necessárias: a primeira em 2014 e a segunda em 2019. O bairro, predominantemente habitado por pessoas de baixa renda, abriga muitos moradores que trabalham em restaurantes à beira da praia, como caseiros em casas de veraneio, ou desempenhando outros tipos de trabalhos que complementam a renda da família. Dessa forma, a escola atende crianças de famílias com baixa escolaridade e recursos financeiros limitados.

A infraestrutura da escola é modesta, composta por três salas de aula, um pátio, um banheiro infantil unissex, um banheiro para funcionários e uma sala que abriga a diretoria e a secretaria, onde estão arquivados os documentos da instituição. Este cenário escolar suscita o interesse de investigar o estado de conservação dos documentos arquivados, avaliar sua organização e verificar as condições de preservação, com o objetivo de resgatar informações sobre a história e memória da creche Tia Neuza.

O arquivo, que representa o núcleo essencial das informações sobre a escola, é um conjunto homogêneo que ocupa uma posição central e de referência entre as diversas fontes que podem ser utilizadas para reconstruir a trajetória da instituição escolar (Mogarro, 2005). Por si só, o arquivo não narra a história de uma instituição, mas fornece subsídios valiosos para a historiografia da História da educação local. Também é importante considerar diversas fontes, como registros pedagógicos, depoimentos de ex-alunos e docentes, materiais didáticos, que, em conjunto, enriquecem a narrativa da história da educação local. No entanto, este artigo se concentrará na investigação e análise dos documentos arquivados da creche Tia Neuza e seu estado de conservação enquanto patrimônio educacional.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a escola é entendida como uma estrutura complexa e um universo específico, onde se condensam muitas características e contradições do sistema educacional. Além disso, cada instituição possui uma identidade própria, carregada de historicidade, que permite a construção, sistematização e reescrita de seu itinerário histórico. Nesse contexto, o arquivo desempenha um papel

fundamental na construção da memória escolar e na definição da identidade histórica da instituição (Mogarro, 2005). Sendo assim, a análise dos documentos da creche Tia Neuza possibilita compreender os trajetos que a instituição percorreu na construção de seu atual perfil, além de identificar sua relevância dentro da comunidade.

A presente pesquisa justifica-se em três vertentes: a justificativa pessoal, a justificativa acadêmica e a justificativa social. Na vertente pessoal, o interesse em conhecer e compreender a história dessa instituição, que faz parte do meu cotidiano, se intensificou quando, eu, secretária escolar da creche Tia Neuza, fui encarregada de redigir um texto sobre sua fundação para ser lido durante o desfile cívico do Sete de Setembro de 2023. Ao pesquisar informações sobre a escola, percebi a escassez de dados claros, encontrando apenas informações nas placas de fundação e reformas da escola e, em relatos de antigos funcionários e professores. A justificativa acadêmica está relacionada à ausência de trabalhos que explorem a história da creche Tia Neuza, assim como à escassez de abordagens sobre as instituições educacionais de Luís Correia, como também contribuir para a História da educação. Este estudo visa, portanto, preencher essa lacuna, utilizando como principal fonte a análise do acervo documental da escola. Por fim, a justificativa social deste trabalho reside na contribuição para a valorização da história local, buscando reconhecer a escola como um espaço de memória fundamental na construção da identidade dos moradores da cidade de Luís Correia, Estado do Piauí.

A pesquisa adotou o método qualitativo, desempenhando as seguintes técnicas: primeiro foi realizado uma revisão bibliográfica sobre os principais conceitos e teorias relacionados à temática. Na segunda etapa foi analisado o acervo documental da escola, examinando seu contexto histórico, conteúdo, características e estado de conservação. E por fim, descrevemos os resultados obtidos com base na análise dos documentos arquivados na instituição e o que foi possível resgatar da história e memória da creche Tia Neuza.

Para isso, dividimos a análise em três tópicos. O primeiro tópico realiza uma breve revisão de bibliografia, abordando os principais

conceitos que possibilitam o aprofundamento e compreensão da temática. O segundo tópico investigamos e analisamos os documentos arquivados da creche Tia Neuza, tendo como pontos norteadores as seguintes problemáticas de pesquisa: quais os locais de armazenamento dos documentos? Qual o estado de conservação dos documentos encontrados? Quais os tipos de documentos que foram priorizados para o arquivamento? Tem documentos desde sua criação? E como está a salvaguarda dos documentos hoje em dia frente a novas tecnologias de produção e armazenamento? Com isso, este último tópico contou com amostras fotográficas dos documentos e arquivos que a escola produziu ao longo de sua história.

O terceiro tópico apresenta o resultado do levantamento das informações coletadas durante a pesquisa de campo, e realiza algumas observações sobre a história e memória da creche Tia Neuza. Os principais elementos abordados no tópico incluem informações sobre a fundação da escola, primeiros professores, turmas, e como a escola se relaciona com a comunidade. Com base nos resultados da pesquisa de campo foi possível documentar a trajetória da creche, refletir sobre seu impacto social e educativo ao longo dos anos na comunidade, como também contribuir para a história da educação local, estimulando que futuros pesquisadores possam realizar o aprofundamento de novas pesquisas sobre a temática.

O documento escolar como fonte de pesquisa: uso, gestão e preservação

Os arquivos escolares são compostos por materiais produzidos e recebidos por todos os envolvidos na comunidade escolar, incluindo professores, funcionários, alunos, equipes multidisciplinares, estagiários e pais. Esses documentos resultam das diversas atividades realizadas nas escolas e formam um acervo que reflete a dinâmica e a história da instituição. (Ferreira, 2019). Assim, o arquivo escolar é um importante registro das experiências e interações que ocorrem no ambiente educacional. Esses arquivos são organizados e armazenados na própria escola, constituindo um patrimônio documental essencial da instituição. Eles não

apenas preservam a história e a memória da escola, mas também servem como fontes históricas para pesquisas futuras. Assim, dentro do arquivo escolar estão os documentos produzidos pela escola ao longo dos anos.

Para um melhor entendimento sobre a temática faz-se necessário entender o que é um documento e como ele se classifica. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, documento é uma “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” (2005, p. 73). Dentro dessa definição entende-se que documento é um elemento de informação que pode assumir diversas formas seja físico, digital ou audiovisual. Sendo assim, os documentos, que são portadores de informações importantes, precisam ser armazenados em ambientes adequados para garantir sua preservação, pois são registros antigos e, portanto, delicados e frágeis, correndo o risco de se deteriorarem facilmente caso não sejam bem acondicionados. O armazenamento adequado e manuseio correto de documentos deve ser uma preocupação constante, especialmente para as instituições que guardam suas informações e memórias em documentos e, também para aqueles que deles dependem para desenvolverem pesquisas. Mas, infelizmente a prática de conservação e proteção de arquivos documentais é muito insuficiente. Para Carlos Bacellar:

Em todo esse universo documental, o historiador encontra, quase sempre, um relativo descaso pelo patrimônio arquivístico. Documentos mal acomodados em instalações que chegam a ser precárias sofrem rápida deterioração e podem se perder em definitivo. Infestados por brocas, cupins e traças, sofrendo incêndios ou alagamentos, expostos a condições ambientais desfavoráveis, dificilmente sobrevivem. O arquivista e o historiador têm, portanto, a importante tarefa de, ao entrar em contato com acervos submetidos a tal risco, buscar a conscientização dos responsáveis e alertar a comunidade, antes que seja tarde. O interesse pela pesquisa empírica deve, assim, instrumentalizar as atenções para a importância dos

documentos, em um esforço contínuo que sempre deveria nortear a ação e o discurso do historiador (Bacellar, 2008).

Segundo o Conselho Nacional de Arquivos (Brasil, 2005, p. 9) “todos os documentos devem ser armazenados em locais que apresentem condições ambientais apropriadas às suas necessidades de preservação”. No entanto, muitas instituições não têm condições favoráveis para a manutenção e proteção de seus documentos, o que leva a seu descarte ou deterioração. Além do armazenamento inadequado, outra causa muito nociva à preservação dos arquivos é a forma como é manuseado:

A principal causa dos danos que ocorrem nos materiais de um acervo documental é o seu manuseio indevido, tanto pelos usuários quanto pelos funcionários. Estes devem receber treinamento básico sobre os cuidados a serem observados ao lidar com documentos. Deverão ser capazes de transferir aos usuários as práticas corretas, evitando-se, assim, as causas da grande parte de danificação dos acervos (The British Library, 2009).

Dessa forma, é evidente que o manejo de documentos exige cuidado meticuloso, tanto no que diz respeito à sua guarda quanto na análise de seu conteúdo. Toda instituição, seja pública ou privada, produz documentos para serem utilizados em suas atividades cotidianas que, após cumprirem sua função imediata, são armazenados para futuras consultas. Com o tempo, essa acumulação de registros pode se tornar excessiva, o que demanda organização e espaço. Para evitar a retenção de documentos desnecessários, é imprescindível a implementação de um sistema de gestão documental eficiente. Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 atribui ao poder público a responsabilidade pela guarda, proteção e gestão dos documentos arquivísticos, segundo a lei de nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, “é dever do Poder Público a gestão

documental e a proteção especial a documentação de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.” Dessa forma, as instituições que produzem documentos arquivísticos devem adotar sistemas eficazes de gestão documental a fim de preservar e conservar informações contidas nos documentos, garantindo sua integridade e acessibilidade ao longo do tempo.

É importante destacar que a gestão documental é essencial para a organização e preservação dos documentos arquivísticos. De acordo com a Constituição Federal de 1988, “Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.”. Assim, é na gestão documental onde os documentos serão analisados e avaliados de acordo com normas e métodos pré-estabelecidos. A gestão de documentos compreende três fases: produção, utilização e destinação final. Na primeira fase ocorre a produção de documentos para a realização das atividades de um órgão ou entidade, a segunda fase é a utilização desses documentos produzidos assim como a guarda desses registros após o cumprimento da sua função; e a terceira fase é a destinação, onde, os documentos são submetidos a análises para decidir quais devem ser mantidos por tempo indeterminado e quais podem ser eliminados (Arquivo Nacional, Brasil, 2019). Dessa forma:

Gestão de documentos implica em acompanhar todo o ciclo vital dos documentos produzidos por um órgão ou entidade no desempenho de suas funções e atividades, determinando aqueles que devem ser conservados em caráter permanente e os que devem ser eliminados a curto, médio e longo prazo, resultando em eficiência e economia de tempo e espaço, na racional utilização de recursos humanos, materiais e financeiros e na redução da massa documental produzida. Sua execução exige planejamento,

organização, coordenação e controle de pessoal, espaço físico, equipamentos, instalações, material e recursos financeiros (Brasil, 2019).

Neste contexto, é válido entender sobre a gestão dos documentos escolares. De acordo com Ferreira (2019), os documentos escolares possuem um ciclo de vida próprio e podem ser classificados em três categorias: corrente, intermediário e permanente. Os documentos correntes são aqueles emitidos durante o ano letivo, seguindo o calendário escolar. Exemplos incluem as fichas de matrícula dos alunos, projetos e planos de ação da escola, todos frequentemente consultados ao longo do ano. Por outro lado, os documentos intermediários são aqueles que já cumpriram sua função imediata, mas que permanecem sob a custódia da secretaria escolar para consulta e finalidade probatória. Esses documentos têm um período de validade de oito anos; após esse tempo, são avaliados para decidir se serão mantidos como permanentes ou se serão eliminados. Já os documentos permanentes são aqueles que possuem valor histórico, probatório e cultural inegável (Ferreira, 2019). Essa teoria é conhecida como a “teoria das três idades”, que “define os arquivos como correntes, intermediários ou permanentes de acordo com a frequência de uso pelos órgãos ou entidades produtoras” (Arquivo Nacional, 2019).

A correta separação e salvaguarda desses registros garantem não apenas a integridade da informação, mas também o respeito à história e à cultura educacional da instituição, tornando-se fonte principal para o resgate da história da escola. Como afirma Mogarro (2006) “o arquivo, constituindo o núcleo duro da informação sobre a escola, corresponde a um conjunto homogêneo e ocupa um lugar central e de referência no universo das fontes de informação que podem ser utilizadas para reconstruir o itinerário da instituição escolar” (2006, p. 77). Esses documentos são importantes não apenas para pesquisas históricas, especialmente no campo da história da educação local, mas também para a construção de uma memória coletiva, refletindo a importância da escola dentro da comunidade da qual está inserida.

Espaço de histórias e memórias: o acervo documental da Creche Tia Neuza

Segundo Ferreira (2019), “os arquivos escolares são espaços de memória, fontes de informações, espaços de pesquisa e recursos informativos produzidos pelo trabalho da equipe escolar” (2019, p. 11). Com base nessa afirmação, é importante destacar que um dos primeiros recursos informativos encontrados na escola é a placa, onde constam dados de sua fundação, que representa um marco significativo no início de sua trajetória.

Na figura 1, podemos observar a placa de fundação da Creche “Tia Neuza”, que contém informações relevantes, como o nome da cidade, o prefeito municipal do período de inauguração, além dos nomes dos secretários municipais de Promoção Social e de Obras Públicas, bem como, a data de fundação da instituição. A placa de fundação da Escola Tia Neuza, informa que Luiz Eduardo dos Santos Pedrosa era o prefeito de Luiz Correia durante o período de fundação da escola, sendo que Adriane Maria Magalhães Prado² ocupava o cargo de Secretária Municipal de Promoção Social e Paulo Henrique Sampaio dos Santos atuava na Secretaria Municipal de Obras Públicas. Essas informações não apenas documentam aspectos históricos de criação da creche, como também contextualizam seu papel na comunidade que atua tanto em formar os novos cidadãos para o convívio social e cultural quanto na inserção deles no aprendizado de conceitos fundamentais, como alfabetização, números e a capacidade de ler e escrever.

² Primeira mulher a ser eleita como prefeita no município de Luís Correia cumprindo mandato de 2013-2016, e esposa do ex-prefeito Luiz Eduardo dos Santos Pedrosa.

Figura 1: Placa de Fundação da Creche “Neuza Plácido do Nascimento”



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

As placas a seguir documentam as reformas pelas quais a escola passou desde sua fundação. A primeira (Figura 2), foi realizada em março de 2016 e, ocorreu sob a administração municipal da prefeita Adriane Maria Magalhães Prado, através da Secretária de Educação, Jalma de Sousa Guimarães. A segunda reforma foi concluída em 20 de setembro de 2019 (Figura 3), durante a administração municipal do prefeito Francisco Araújo Galeno³, através das ações da Secretária de Educação Floriza Sales Fontinele.

Figura 2: Placa da Reforma da Creche Tia Neuza inaugurada em 2016.



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

³ Conhecido como Kim do caranguejo, foi prefeito de Luís Correia de 2009 a 2012 e sendo reeleito em 2017.

Figura 3: Placa da Reforma da Creche Tia Neuza inaugurada em 2019.



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

As três placas estão expostas no pátio da escola, que também serve como refeitório. Além delas, está disponível uma fotografia da patrona da creche, Neuza Plácido do Nascimento (Figura 4), cuja imagem foi extraída de seu registro geral de identificação nacional. À primeira vista, são esses elementos ilustrativos que fornecem informações preliminares sobre aspectos históricos de fundação e reformas do espaço da escola ao longo do tempo.

Figura 4: Quadro contendo uma fotografia 3x4 de Neuza Plácido do Nascimento



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

A Escola Municipal de Educação Infantil Tia Neuza é uma instituição que atende crianças a partir dos 3 anos de idade (creche) e dos 4 a 5 anos de idade (pré-escola). Assim sendo, as placas de formaturas a seguir são referentes às turmas de pré-escola, denominadas de infantil V. A placa de formatura da turma do nível V do ano de 2017, registrada na figura 5, traz uma série de informações que refletem tanto a composição da turma quanto o contexto político e educacional da época. Embora a foto mostre 24 alunos, a turma conta com 26 estudantes (12 meninos e 14 meninas), conforme os nomes exibidos na placa. O nome da turma, "Alegría do Saber", sugere que, apesar do grande número de alunos, trata-se de uma turma única.

Além disso, a placa oferece detalhes sobre a gestão política e escolar daquele período. O prefeito municipal era Francisco Araújo Galeno, enquanto a secretária de educação era Maria das Dores Fontenele Brito⁴. A diretora do Departamento de Educação Infantil era a professora Ana Cláudia Souza Sipaúba de Araújo, e o patrono da turma foi o próprio prefeito Francisco de Araújo Galeno. A paraninfa da turma foi sua esposa, Eulália Araújo Galeno. No campo educacional, a gestora da escola era Erice Gomes da Silva, com as professoras Ana Paula Henrique de Sousa Farias e Ivania Ferreira de Souza responsáveis pela turma. A placa também exibe as logomarcas da Prefeitura de Luís Correia, com o lema "É bom viver aqui", e da Secretaria de Educação (SEDUC). A fotografia dos alunos (Figura 5) foi registrada na própria escola, com os estudantes trajando o uniforme da escola de educação infantil do município, reforçando o caráter institucional e a identidade local da turma.

⁴ Conhecida como Maninha Fontenele, foi eleita como prefeita municipal no ano de 2021, e sendo reeleita para 2025.

Figura 5: Placa de Formatura da Turmas de 2017



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

A segunda placa, referente ao ano de 2018 (Figura 6), mantém informações sobre a gestão municipal do ano anterior, com a continuidade da secretária municipal de educação e da diretora do Departamento Infantil, que são as mesmas de 2017. A gestão escolar permanece inalterada, e o patrono e a paraninfa continuam sendo o prefeito da época e sua esposa, respectivamente. No entanto, houve a adição da supervisora escolar, professora Gerlene Pereira dos Santos, e foi homenageada a professora Ivania Ferreira de Souza, escolhida pela turma.

A turma é composta por 26 alunos, mas na foto da placa aparecem 24 estudantes: 14 meninas e 12 meninos. Assim como no ano anterior, a foto foi registrada na escola, com todos os alunos trajando o fardamento escolar.

Figura 6: Placa de Formatura da Turma de 2018



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

Em 2019, a gestão municipal segue sob a liderança do prefeito Francisco Araújo Galeno, porém, houve uma mudança no cargo de Secretária Municipal de Educação, sendo agora ocupada por Floriza Sales Fontinele. A diretora do Departamento Infantil, a supervisora escolar e a gestora escolar permanecem as mesmas de 2018. O patrono e a paraninfa continuam sendo o prefeito da época e sua esposa. As professoras homenageadas neste ano são Maria Pereira Vieira e Ivania Ferreira de Souza.

A turma é composta por 18 alunos, todos retratados na foto da placa, sendo 11 meninas e 7 meninos. Como nos anos anteriores, a foto foi tirada na própria escola, com os alunos fardados. No entanto, há um detalhe: enquanto a maioria dos alunos está com o uniforme completo, um deles não está com a peça integral do fardamento.

Figura 7: Placa de Formatura da Turma de 2019



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

Em 2022, a foto da turma para a placa apresenta uma mudança significativa. Os alunos estão todos usando becas azuis, e, embora não seja possível identificar com certeza se a foto foi tirada na escola ou em outro local, observa-se ao fundo um pano branco, indicando que houve uma preparação mais cuidadosa para esse momento. Além disso, o nível V foi dividida em duas turmas: nível V-A e nível V-B. Cada uma dessas turmas é composta por 14 alunos. A turma A é formada por seis meninas e oito meninos, enquanto a turma B conta com cinco meninas e nove meninos. Todos os alunos têm entre cinco e seis anos de idade.

No que diz respeito à gestão política e escolar, também houve mudanças no quadro administrativo. A prefeita é Maria das Dores Fontenele Brito, (ex-secretária de educação na gestão municipal do prefeito Francisco Araújo Galeno em 2017-2018) com vice-prefeito sendo o comerciante local Mirialdo Mota de Araújo. O secretário de Educação Municipal é o professor Mateus Cardoso do Amaral. O diretor do Departamento Pedagógico é o professor João Carlos de Freitas Borges, enquanto a diretora do Departamento de Ensino Infantil é Simone Bizerra de Araújo. A supervisora escolar é a professora Ana Helena Ferreira Sousa. Na gestão escolar, a professora Maria Aparecida Sousa Lopes está à frente, e as professoras responsáveis pelas turmas do nível V são Daniella Mara Leal Ferreira de Carvalho (para o nível V-A) e Adalgisa Gomes Feitosa (para o nível V-B).

Essas placas registram pessoas que fizeram parte da história da educação no município de Luís Correia, além de mencionarem políticos que desempenharam papéis importantes na região. Assim, as placas de formatura se constituem como um objeto de memória coletiva, preservando as marcas de um passado compartilhado por um grupo específico, e funcionando como testemunhos da trajetória vivida por essa comunidade ao longo do tempo.

Figura 8: Placa de Formatura da Turma “A” de 2022



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

Figura 9: Placa de Formatura da Turma “B” de 2022.



Fonte: Acervo da Pesquisadora, Maria Eduarda, 2024.

A ausência das placas de 2020 e 2021 é devido ao contexto social, pois nesses dois anos os alunos não puderam participar da cerimônia de formatura nem realizar o ensaio fotográfico para a produção da placa, devido às restrições impostas pela pandemia do COVID-19⁵. Durante esse período, a prioridade foi evitar aglomerações e interações sociais que não fossem essencialmente necessárias. Assim, as aulas aconteceram de forma remota por meio da utilização de ferramentas digitais como, por exemplo, a formação de grupos em aplicativo de mensagens (WhatsApp) e pela plataforma de videoconferência da empresa Google (Google Meet).

As placas de inauguração, reformas e formaturas da escola caracterizam-se não somente como fonte histórica, mas também como um registro de memória capaz de ativar lembranças de quem experienciou em algum momento da vida o espaço da escola. Segundo Sousa (2024) “os quadros de formatura podem ser considerados como um testemunho de

⁵ A pandemia de COVID-19 teve início no final de 2019 e, em 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou oficialmente sua caracterização como pandemia, devido à rápida e ampla disseminação do vírus ao redor do mundo. Em maio de 2023, a OMS anunciou o fim da emergência de saúde pública global, marcando um novo estágio no enfrentamento da doença. Durante esse período, medidas rigorosas foram adotadas, como a limitação de eventos que gerassem grandes aglomerações e a imposição do uso de máscaras, uma vez que o principal meio de transmissão do vírus era o contato direto entre pessoas.

um tempo, de um passado, lembrando à sociedade a recordação de um momento.” A falta dos quadros de formaturas durante os anos 2020 e 2021 também são testemunhas de um passado, passado este em que a educação teve que se adequar a nova realidade de saúde pública – a pandemia do COVID 19 e, conseqüentemente as atividades escolares aconteceram de forma remota por meio dos aparelhos digitais de comunicação. Também não há registros de placas de formatura anteriores a 2017, o que leva a crer que esse costume tenha sido estabelecido a partir desse ano.

Os arquivos documentais de uma escola são mantidos dentro da própria instituição, geralmente em um espaço reservado, como a secretaria, onde os documentos são organizados e arquivados. Na Creche Tia Neuza, essa prática é semelhante, mas a estrutura é bem mais simples: há apenas uma sala que abriga a diretoria e a secretaria, onde os documentos administrativos, com dados dos alunos ingressantes/egressos e pedagógicos são armazenados em pastas, dispostas em um pequeno móvel de gavetas, conforme ilustrado na fotografia a seguir:

Figura 10: Armário Arquivo.



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

Ao examinar o conteúdo das gavetas, constatei que os documentos estão armazenados em pastas, mas não seguem nenhum critério claro

de organização. Há muitas fichas de matrícula guardadas juntamente com documentos de anos diferentes, o que resulta em uma mistura geral de papéis sem qualquer separação ou categorização adequada. Na fotografia 11, é possível observar todas as pastas retiradas das gavetas. Embora algumas delas possuam identificação indicando o conteúdo que deveriam conter, essa rotulagem não corresponde à realidade, pois os documentos estão misturados de forma desordenada. Em uma única pasta, por exemplo, é possível encontrar fichas de matrícula de anos diversos, projetos educativos, atividades, ofícios e outros documentos. Quanto ao estado de conservação dos documentos, não há vestígios de traças ou cupins danificando os registros, os papéis não apresentam rasuras ou qualquer outro dano que prejudique a leitura ou acesso à informação do documento.

Figura 11: Documentos arquivados em pastas arquivos.



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

Assim, para uma análise mais eficaz desses documentos, o método a ser adotada consistirá em organizá-los conforme o conteúdo, o ano de produção e sua função, administrativa ou pedagógica. Esse método permitirá identificar as mudanças e permanências ao longo do tempo, facilitando a compreensão das evoluções e constâncias nas práticas e registros ao longo dos anos.

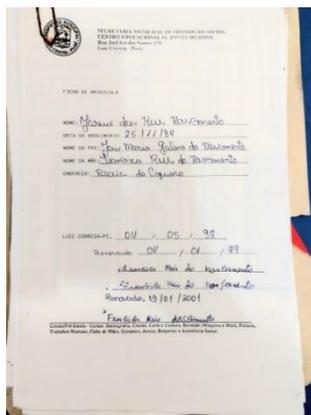
Um dos documentos encontrados, datado do ano de fundação da escola, é a ficha de matrícula, como pode ser observado na Fotografia 12, que corresponde ao ano de 1998. Essa ficha de matrícula exigia apenas informações pessoais básicas, como o nome da criança a ser matriculada, data de nascimento, endereço residencial, nome dos pais e a assinatura do responsável pela efetivação da matrícula. Não eram solicitados dados sobre a turma na qual o aluno seria matriculado nem outras informações adicionais.

Para ilustrar a evolução ao longo dos anos, a fotografia 13 mostra a ficha de matrícula datada de 2022, sendo possível notar que há a exigência de informações mais detalhadas do aluno matriculado. Assim, além dos dados pessoais básicos, a ficha solicita informações adicionais sobre o aluno, como por exemplo, se possui alguma deficiência ou se depende do transporte escolar.

Juntamente com a ficha de matrícula de 1998, também estavam grampeadas fotocópias de documentos como a carteira de vacinação e a certidão de nascimento do aluno. Nos modelos atuais, esses mesmos documentos continuam sendo exigidos, mas, além deles, foram incorporados novos requisitos, como as fotocópias dos seguintes documentos: comprovante de residência, identidade do responsável, cartão do SUS do aluno e, no caso de alunos beneficiários, dados do cartão do Bolsa Família⁶. Essas mudanças demonstram um processo de adaptação e ampliação das exigências administrativas, acompanhando as necessidades de uma gestão escolar mais detalhada e inclusiva.

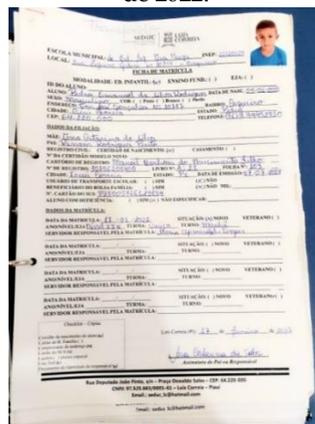
⁶ Bolsa família é um programa de transferência de renda para famílias que comprovem situação de pobreza. O programa surgiu como uma medida provisória de nº132, de 20 de outubro de 2003, durante o primeiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2004, a medida provisória foi convertida na lei 10.836.

Figura 12: ficha de matrícula do ano de 1998.



Fonte: Acervo da pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

Figura 13: ficha de matrícula do ano de 2022.



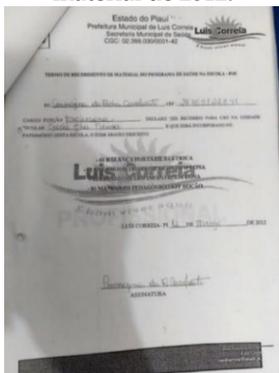
Fonte: Acervo da pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

Com base em alguns documentos administrativos, como ofícios, memorandos de apresentação, livros de ponto e atas de conselho escolar, é possível identificar nomes de membros que fizeram parte da gestão ou do corpo pedagógico da escola em um determinado período. Embora a quantidade desses registros seja limitada, eles fornecem informações essenciais que podem servir como ponto de partida para um estudo mais aprofundado. O documento em si não revela toda a complexidade de uma época, mas contém subsídios necessários para ativar as memórias de quem vivenciou aquele período, permitindo a reconstrução de um panorama mais amplo e detalhado da história escolar por meio da história oral.

No trabalho *Entre memória e História, a problemática dos lugares*, Pierre Nora (1993, p. 15) coloca que “o que chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar”. Assim, esses documentos arquivados na escola guardam memórias da educação local do município de

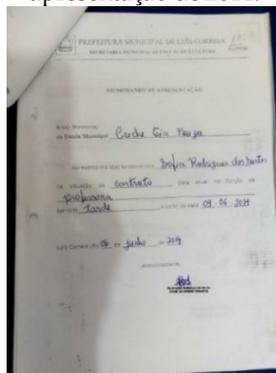
Luís Correia e “apresentam múltiplas possibilidades de pesquisa científica. Através desses acervos é possível conhecer as atividades administrativas e pedagógicas de transformação da educação ao longo do tempo” (Bonato, 2005, p. 197).

Figura 14: Termo de recebimento de material de 2012.



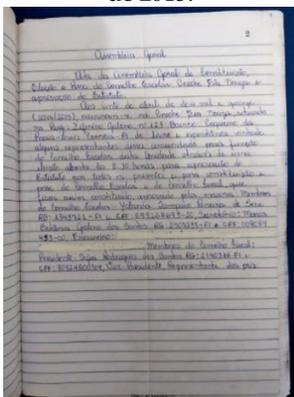
Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

Figura 15: Memorando de apresentação de 2014.



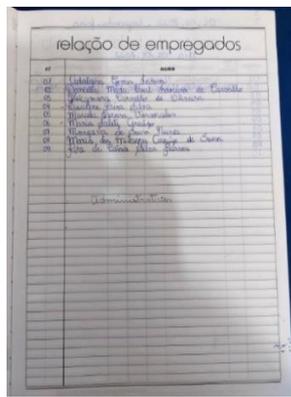
Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

Figura 16: Ata de Conselho Escolar de 2015.



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

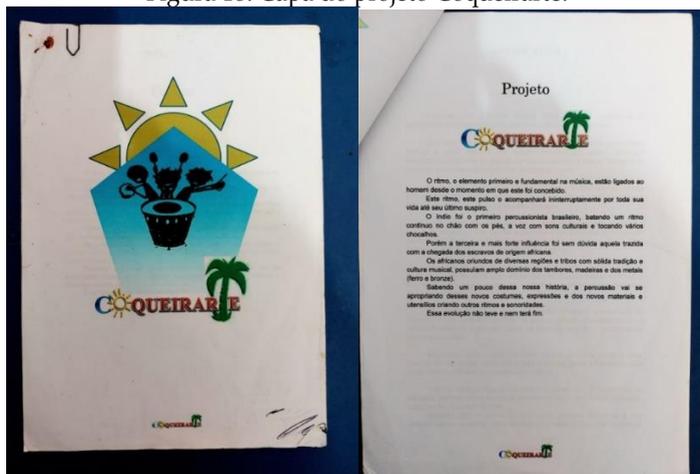
Figura 17: Caderno de ponto de 2022.



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

Ao longo dos anos, a escola tem recebido e desenvolvido projetos educacionais que buscam fortalecer o vínculo entre a instituição e a comunidade. Nesse contexto, é possível perceber a preocupação dos gestores da educação no município e da própria creche em promover nas crianças uma forte identidade cultural com o local onde vivem. Um exemplo disso é o projeto "Coqueirarte", apresentado na figura 18, que se inspira no nome do bairro em que a escola está situada, o Coqueiro. Esse projeto foi adotado pela escola e direcionado às crianças, com o objetivo de fortalecer seu vínculo com o território e suas tradições culturais. No entanto, constatamos que o projeto não indica o ano em que foi desenvolvido e se realmente foi aplicado pela escola a comunidade escolar.

Figura 18: Capa do projeto Coqueirarte.



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

Além de documentos administrativos, também foi encontrado no acervo uma atividade datada de 2002, elaborada manualmente para ser

copiada posteriormente com o uso de um mimeógrafo⁷. Não se sabe ao certo se a máquina pertencia à escola, mas ainda há papel hectográfico⁸ preservado no acervo da escola, como demonstrado na figura abaixo.

Figura 19: Atividade do ano de 2002.



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

Figura 20: Papel hectográfico.



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

Em 2021, os diários de classe passaram a ser registrados em uma plataforma digital, conforme orientações da Secretaria Estadual de Educação do Piauí (SEDUC-PI). De acordo com a Resolução SEDUC 118, de 8 de novembro de 2021:

§5º – A partir do ano de 2021, fica extinta a utilização do Diário de Classe em papel.

⁷ Máquina utilizada para fazer cópias de papel escrito em grande escala

⁸ O papel hectográfico é também conhecido como papel carbono. Portanto, é um tipo de material que já foi e ainda é bastante utilizado no espaço de trabalho de diversos profissionais, sobretudo no âmbito educacional. Isso por conta da capacidade de “criar cópias” de outros papéis ou documentos através do uso de mimeógrafo.

§6º – Para efetivação do processo de utilização do Diário de Classe informatizado, é obrigatório o registro diário da frequência e das atividades desenvolvidas em sala de aula pelo professor junto aos discentes. (São Paulo, 2021)

Dessa forma, o Diário Escolar Digital se consolidou como uma ferramenta essencial para o registro de aulas, frequência dos alunos, desempenho, relatórios acadêmicos, planejamento bimestral de aulas, entre outras informações. Além disso, contribui para uma maior eficiência no cotidiano do trabalho administrativo e pedagógico ao possibilitar o acesso rápido das informações de cada aluno e das possíveis problemáticas de evasão escolar, dificuldades de aprendizagem e atuação da prática docente.

Até 2020, os registros de aulas e frequência de alunos eram registrados em formato físico como mostrado na figura 21, e após seu uso letivo, era arquivado na escola. Segundo a Portaria GSE/ADM N°0294/2016 do Estado do Piauí, esses registros podiam ser descartados após cinco anos:

Art. 4º A guarda do Diário de Classe é de competência da Secretaria da Escola, conforme os procedimentos:

I – Realizar diariamente a entrega e o recolhimento, sendo vedado ao professor retirá-lo da escola, sob quaisquer circunstâncias;

II – Disponibilizar apenas 1 (um) Diário de Classe por componente curricular e/ou atividade complementar (Mais Educação, Preparatório ENEM, outros) e por turma a cada professor;

III – Arquivar todos os diários de classe após a conclusão do ano letivo, por no mínimo 5 (cinco) anos;

Parágrafo único - O Diário de Classe deve permanecer disponível para consulta, não sendo permitido

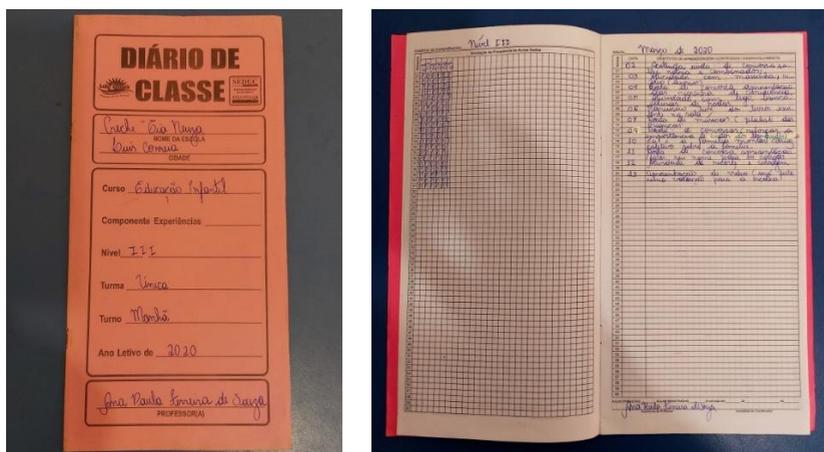
ao professor customizá-lo, encaderná-lo ou agrupá-lo (Piauí, 2016).

Neste contexto, a digitalização dos registros pode ser vista como uma estratégia para preservar e organizar a memória escolar e, assim, evitar o descarte excessivo de documentos arquivados ou sua eliminação/descarte com o passar do tempo. Segundo Pierre Nora:

Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume que a sociedade moderna espontaneamente produz, não somente pelos meios técnicos de reprodução e de conservação de que dispõe, mas pela superstição e pelo respeito ao vestígio. À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi (Nora, 1993, p. 15).

Assim, a adesão ao Diário de Classe Digital representa um avanço significativo para o armazenamento e preservação de documentos, permitindo não apenas o acompanhamento detalhado das atividades escolares em tempo real, mas também a manutenção de registros por longos períodos. Esses dados podem ser utilizados posteriormente para análise estatística em níveis municipal, estadual e nacional, contribuindo para uma gestão educacional mais eficiente e, também para a análise histórica da educação realizada no país.

Figura 21: Diário de classe de 2020.



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

Outro documento analisado foi o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Creche Tia Neuzza, elaborado em 2015 pela gestão e pelos professores da instituição, que apresenta um conjunto abrangente de informações essenciais sobre a escola e seu contexto educacional. O documento detalha o perfil da escola e da comunidade atendida, os princípios e diretrizes que orientam a educação infantil, bem como, os objetivos e as metas que a instituição almeja alcançar conforme as diretrizes do projeto. Além disso, o PPP descreve a metodologia adotada nas salas de aula, os recursos financeiros disponíveis, a estrutura física da escola, o quadro de funcionários e professores, e as propostas educacionais alinhadas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Em suma, o documento oferece uma visão completa e detalhada das estratégias, ações e compromissos da escola, sendo um instrumento fundamental para o planejamento e a gestão educacional.

Observa-se que houve uma tentativa de atualização do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, com modificações na capa e nas primeiras informações do documento, datando-o de 2019. Entre as

atualizações, destacam-se o nome da gestora da creche, as modalidades de ensino atendidas pela instituição e os horários de entrada e saída. No entanto, o conteúdo interno do documento permanece inalterado, mantendo as informações originais de 2015.

Em 2015, o quadro de professores e funcionários era composto pela professora Yolanda Sampaio Pereira de Sene, que desempenhava múltiplas funções, atuando como diretora, coordenadora, secretária e professora titular de turma. A equipe docente contava também com duas outras professoras: Carmosina da Rocha Cavalcante e Eliane dos Santos Rodrigues. O quadro ainda incluía uma merendeira, Maria Elenise Galeno Freitas, e uma zeladora, Maria Salete Araújo. Naquele período, não havia vigilante para atuar na proteção do patrimônio da escola. As modalidades de ensino eram organizadas em três níveis: Maternal (para crianças de 3 anos completos até 31 de março), Nível II (para crianças de 4 anos completos até 31 de março) e Nível III (para crianças de 5 anos completos até 31 de março). Em 2019, as modalidades de ensino infantil passaram a ser denominadas como: Infantil III, IV e V, mantendo o critério de idade (de acordo com o aniversário até 31 de março), porém com a alteração na nomenclatura.

Dentre os objetivos do PPP da escola, destaca-se claramente um interesse de integrar a comunidade local à vivência escolar. A participação de pais, responsáveis e membros da comunidade é mencionada de forma recorrente no documento, reforçando a importância do diálogo constante entre a escola e seu entorno. Esse intercâmbio é visto como essencial para o processo de formação e para a construção de cidadãos mais conscientes e engajados, ressaltando o papel ativo da comunidade na educação e no desenvolvimento integral dos alunos.

A pedagogia e as propostas metodológicas da escola estão fundamentadas nas teorias de renomados pensadores da educação, como o biólogo e psicólogo suíço Jean Piaget (1896-1980), a psicóloga e pedagoga argentina Emília Ferreiro (1937-2023), o psicólogo russo Lev Vygotsky (1896-1934) e o psicólogo estadunidense Howard Gardner (1943). Essas teorias, voltadas para o estudo da inteligência, têm o objetivo de

promover o desenvolvimento integral da criança. Esse processo é concretizado por meio de uma rotina que valoriza o acolhimento, brincadeiras e os cuidados, assegurando uma educação afetiva e estimulante. Além disso, os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e a Lei de Inclusão de 2015, orientam e embasam o ensino pedagógico da escola, garantindo uma abordagem que respeita os direitos e as necessidades dos alunos.

Dessa forma, observa-se que o PPP da escola, embora necessite de atualizações e a implementação de novas propostas pedagógicas e metodológicas que se alinhem mais com as demandas e contextos atuais, continua sendo um documento fundamental, que registra e testemunha um período educacional específico da instituição. Assim, as futuras gestões devem se empenhar em desenvolver e incorporar novas propostas, garantindo que o projeto pedagógico esteja sempre em sintonia com as mudanças e necessidades da sociedade e do ensino, pois “pensar o Projeto Político Pedagógico é pensar o plano global da escola e na sistematização de seus ideais. É enfatizar o planejamento participativo evidenciando que o documento precisa ser revisado sempre e deve estar em constante construção” (Nascimento et al, 2020, p. 127).

Embora outros documentos arquivados na escola tenham sido analisados, eles não foram incluídos nesta análise específica. No entanto, isso não diminui sua relevância em relação aos documentos que foram considerados. O critério de análise adotado buscou evidenciar registros desde a fundação da escola, incluindo placas comemorativas, as primeiras fichas de matrícula e outros documentos que narram a trajetória da instituição. Para isso, utilizaram-se itens como placas, o livro de ponto, memorandos de apresentação e outros registros, que ajudam a identificar figuras e sujeitos que contribuíram significativamente para o desenvolvimento da escola. Além disso, a comparação entre o diário escolar impresso e registrado manualmente, e o diário online atualmente em uso, ilustra a evolução das tecnologias de registro de informações ao longo do tempo. Esse contraste revela como documentos que antes eram

arquivados em formato físico agora podem ser facilmente armazenados e preservados no meio digital, proporcionando maior praticidade e acessibilidade.

Resultados e discussão

Segundo Leandro Karnal e Flavia Galli Tatsch (2009, p. 24), “atrás de cada documento conservado, há milhares destruídos”. Nesse sentido, podemos refletir que muitos documentos que poderiam preservar informações e memórias da creche Tia Neuza foram perdidos, seja por ações intencionais ou por simples descaso. No entanto, os registros que a escola ainda conserva nos permitiram resgatar fragmentos importantes de sua história, e com base nos documentos analisados é possível traçar um pouco da trajetória da escola, inserindo-a em um contexto histórico tanto local como nacional.

A creche Tia Neuza foi inaugurada em 1998, dois anos após a atualização e implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Vale ressaltar que a LDB original foi promulgada em 1961 e reformulada em 1971 durante o regime militar (1964-1985). No entanto, foi apenas com a LDB de 1996, sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso que a educação infantil foi oficialmente reconhecida como a primeira etapa da educação básica no Brasil. Essa mudança representou um marco importante, pois a educação infantil passou a ser entendida não mais apenas com caráter assistencialista⁹, mas como

⁹ As primeiras instituições voltadas para ao atendimento às crianças surgem no Brasil com caráter assistencialista, oferecidas por meio de entidades religiosas ou filantrópicas, como as chamadas Santas Casas de Misericórdia, a primeira surgindo em Salvador em 1726, voltadas para atender crianças abandonadas. (Guimarães, 2017). Mais tarde, com a industrialização no Brasil, a inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho trouxe a necessidade de garantir cuidados adequados para os filhos enquanto suas mães trabalhavam nas fábricas. Diante das péssimas condições de trabalho, surgiram movimentos operários que lutavam não apenas por melhores condições e direitos trabalhistas, mas também pela criação de instituições educacionais para os filhos dos trabalhadores. (Paschoal; Machado, 2009). Como resultado, os empresários começaram a oferecer creches e escolas maternas

uma fase essencial para o desenvolvimento das crianças. Com a nova LDB, a educação infantil foi dividida em duas modalidades: as creches, destinadas a crianças de 0 a 3 anos, e as pré-escolas, para crianças de 4 e 5 anos. Além do mais, a LDB em seu artigo 11 no inciso V, estabelece que os municípios são incumbidos de oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas.

Nesse contexto, o município de Luís Correia-PI reconheceu a necessidade de construir uma creche no bairro Coqueiro da praia, a qual recebeu o nome de “Tia Neuza”. No entanto, curiosamente, não há informações sobre quem foi a referida “Tia Neuza”, salvo o seu nome e Registro Geral (RG) que está arquivado na escola.

A escolha de atribuir o nome de uma pessoa a uma instituição — seja uma escola, um estabelecimento ou até uma lei — é um gesto simbólico de reconhecimento e homenagem. Esse ato busca preservar a memória do indivíduo, destacando a sua importância para a comunidade ou seu legado. Nesse sentido, podemos apenas imaginar que Neuza Plácido do Nascimento, por sido escolhida para ser homenageada, teve uma relevância significativa na comunidade do Coqueiro da Praia. No entanto, como o presente estudo se restringiu à análise de documentos arquivados na escola, não foi possível aprofundar a investigação sobre a história da “Tia Neuza”. Uma investigação mais detalhada poderia ser realizada por meio de entrevistas com pessoas que a conheceram ou com seus familiares, o que possibilitaria um resgate mais completo de sua trajetória e uma melhor compreensão do impacto que ela teve na comunidade.

No que se refere ao espaço físico, a creche Tia Neuza, embora tenha atendido adequadamente à demanda de matrículas em seus primeiros anos de funcionamento, enfrenta desafios relacionados à sua estrutura física, que já não acompanha mais as necessidades contemporâneas de espaço e recursos para o desenvolvimento infantil. Embora tenha passado por duas reformas, em 2014 e 2019, o ambiente ainda não está

para os filhos dos operários. Mas, foi somente na década de 1990 que a educação infantil passou a ser efetivamente garantida pelo poder público.

conforme os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para instituições de Educação Infantil, que preveem condições adequadas para o bem-estar e aprendizado das crianças.

Atualmente, o espaço é pequeno, comprometendo o conforto e a qualidade do atendimento à comunidade local. A falta de um banheiro adaptado para crianças e a existência de apenas um banheiro compartilhado por meninos e meninas não atendem às exigências de funcionalidade e segurança. Além disso, a creche carece de áreas essenciais para o desenvolvimento infantil, como uma área de recreação ao ar livre, um salão para eventos e uma sala para repouso, que são fundamentais para a saúde e o bem-estar dos alunos. A ausência de brinquedoteca e brinquedos educativos também limitam a estimulação e o aprendizado lúdico das crianças, fundamentais nesta fase de desenvolvimento. Segundo o documento Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil (1998):

A estruturação do espaço, a forma como os materiais estão organizados, a qualidade e adequação dos mesmos são elementos essenciais de um projeto educativo. Espaço físico, materiais, brinquedos, instrumentos sonoros e mobiliários não devem ser vistos como elementos passivos, mas como componentes ativos do processo educacional que refletem a concepção de educação assumida pela instituição. Constituem-se em poderosos auxiliares da aprendizagem. Sua presença desponta como um dos indicadores importantes para a definição de práticas educativas de qualidade em instituição de educação infantil (Brasil, 1998, p. 68).

Portanto, a creche Tia Neuza precisa passar por uma reforma mais abrangente, que leve em consideração as necessidades atuais da educação infantil, proporcionando espaços adequados, acessíveis e estimulantes, alinhados às normas e aos padrões exigidos para garantir um

atendimento de qualidade e um ambiente seguro e acolhedor para as crianças.

Os documentos analisados revelaram uma rica diversidade de sujeitos que desempenharam papéis fundamentais na trajetória da creche Tia Neuza, cada um contribuindo de maneira significativa para a construção da história e da memória da educação local. A colaboração de pessoas de diferentes esferas, como autoridades políticas, funcionários, professores, pais, responsáveis e alunos, foi essencial para o desenvolvimento e fortalecimento da instituição ao longo dos anos. Cada um desses indivíduos, por meio de suas ações e compromissos, ajudou a moldar a história da educação infantil na comunidade, uma história que se encontra não apenas nos documentos, mas também na memória dos sujeitos que passaram pela instituição. Nesse contexto, é importante destacar que a memória possui limites:

A memória de uma sociedade estende-se até onde pode, quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos dos quais ela é composta. Não é por má vontade, antipatia, repulsa ou indiferença que ela esquece uma quantidade tão grande de acontecimentos e de antigas figuras. É porque os grupos que dela guardavam a lembrança desapareceram (Halbwachs, 1990, p. 84).

Para Le Goff (1990), entender o conceito de memória dentro do campo científico global é fundamental. Assim, segundo o historiador “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (1990, p. 423). Assim, a memória, enquanto uma condição psíquica essencial do ser humano está sujeita tanto à lembrança quanto ao esquecimento. Nesse contexto, elementos, lugares e tudo o que evoca o passado e ativa a memória se tornam fundamentais para a preservação da memória histórica. Le Goff ainda argumenta que

"a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia" (1990, p. 476). Dessa forma, preservar a memória é preservar práticas, costumes, tradições e experiências que moldam a identidade tanto individual quanto coletiva. Nessa busca incessante, tanto o indivíduo quanto a coletividade não procuram apenas o autoconhecimento, mas também a afirmação e a reconstituição de suas identidades.

Diante dessas reflexões, o acervo documental da Creche Tia Neuza não se limita a ser um simples repositório de informações, mas configura-se como um verdadeiro arquivo de memórias que preservam lembranças de um contexto histórico, político e educacional que ultrapassa os limites do local, refletindo também uma dimensão nacional ao contribuir com o conhecimento das possíveis influências da educação brasileira. Esses documentos registram não apenas a trajetória da instituição, mas também a história dos sujeitos que por ela passaram, contribuindo para a construção de uma memória coletiva. Ao fazer isso, a creche cria conexões profundas com a comunidade, fortalecendo a construção e a manutenção da história e da memória local.

Considerações finais

A presente pesquisa buscou por meio da análise do acervo documental da escola Tia Neuza, situada em Luís Correia-PI, resgatar parte da história da instituição e das memórias que a ela estão associadas. Além disso, buscou destacar a importância dos acervos escolares para a construção da história da própria instituição e para a história da educação local, evidenciando seu papel fundamental na preservação e compreensão do contexto educacional e cultural da comunidade.

Embora os documentos arquivados pela escola sejam escassos e careçam de organização e classificação de acordo com sua data de produção e conteúdo, eles se mostraram essenciais para compreender aspectos importantes da trajetória da escola, as mudanças ao longo do tempo, as

permanências e as necessidades de aprimoramento para o atendimento às crianças.

A partir das observações e análises realizadas, é possível inferir que, no futuro, será necessária uma reforma significativa na Creche Tia Neuza ou, possivelmente, a construção de uma nova unidade, com um espaço mais amplo, que atenda aos parâmetros básicos de infraestrutura exigidos para instituições de educação infantil. No início de sua existência, a creche atendia adequadamente à realidade da comunidade à época, mas, com o passar do tempo, as demandas da comunidade se modificaram e ampliaram, exigindo mudanças também na infraestrutura atual da escola. Portanto, a escola precisa acompanhar essas transformações e buscar soluções para atender às novas necessidades da comunidade em seu entorno que utilizam de seus serviços educacionais.

Para uma compreensão mais aprofundada da história e das memórias da Creche Tia Neuza, seria necessário recorrer a outras fontes históricas, como fontes orais ou registros externos à instituição. No entanto, a pesquisa realizada se limitou à análise dos documentos disponíveis na escola, mas os resultados desse estudo poderão, no futuro, servir como referência para estimular o desenvolvimento de novas investigações sobre a educação no município de Luís Correia-PI.

REFERÊNCIAS

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 5, n. 2 [10], p. 193-220, 10 fev. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38652> Acesso em: 21 nov. 2024.

BRASIL. Arquivo Nacional. Conselho Nacional de Arquivos. *Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo*. Rio de Janeiro: O Conselho, 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt->

[br/centrais-de-conteudo/publicacoes/recomendaes_para_a_produo.pdf](https://www.gov.br/centrais-de-conteudo/publicacoes/recomendaes_para_a_produo.pdf)
Acesso em: 21 nov. 2024.

BRASIL. Arquivo Nacional. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf Acesso em: 21 nov. 2024.

BRASIL. Arquivo Nacional. *Gestão de documentos: curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da administração pública federal/ Arquivo Nacional*. 2. ed., rev. e ampl. Dados eletrônicos (1 arquivo: 993 kb). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019. (Publicações Técnicas; 55). Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/gestao-de-documentos/orientacao-tecnica-1/publicacoes-tecnicas-de-referencia/copy_of_gestao_de_documentos.pdf&ved=2ahUKEwj6JXRwqWKAxUUUJUCHZw5IYkQFnoEC-CAQAO&usq=AOvVaw1bhnT3i8F9iy62OSGD7P20

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Imprensa Nacional, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil*. Brasília: MEC, SEB, 2006.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. *Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996*.

CARLI, Deneide Teresinha. O documento histórico como fonte de preservação da memória. *Ágora*, Florianópolis, v. 23, n. 47, p. 183-197, 2013.

FERREIRA, Shirley dos Santos. *Manual de gestão documental de arquivo escolar permanente*. Sergipe: PPGCI, UFS, 2019.

GUIMARÃES, Célia Maria. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. *Revista Linhas*. Florianópolis. 18, n. 38, p. 80-142, set./dez. 2017.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: editora revista dos tribunais LTDA, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MOGARRO, Maria João. Arquivo e Educação: A construção da memória educativa. *Sísifo - Revista de Ciências da Educação*, n. 1, p. 71-84. 2006.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n. 10, jul./dez. 2005.

NASCIMENTO, Francisco Jeovane do; NASCIEMNTO, Rita de Cássia do; LIMA, Maria Socorro Lucema; O projeto Político-pedagógico como princípio orientador das práticas escolares. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v. 29, n.2, p. 119-141, maio/jul., 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios

dessa modalidade educacional. Campinas, *Revista HISTERDBR online*, n. 33, p. 78-95, mar. 2009.

PIAUI, *Portaria GSE/ADM N° 0294/2016, SEDUC*. Teresina, 2016. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.seduc.pi.gov.br/download/arquivos/editais/edital_350013908.portaria_diario_classe_seduc_aprovado_rejane.pdf&ved=2ahUKEwjtkR-JvKWKAxViuJUCHZyPOVYQFnoECBgQAO&usg=AOvVaw0ohjcV-PeV-IHNO4hsIcr4Z

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania. Regina (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

SÃO PAULO. *Resolução SEDUC 118, de 8-11-2021*. Disponível em <https://deguaratingueta.educacao.sp.gov.br/resolucao-seduc-118-de-8-11-2021-inclui-dispositivos-na-resolucao-se-16-de-31-01-2020-que-dispoe-sobre-os-registros-do-diario-de-classe-no-ambito-da-rede-estadual-de-ensino/>

SOUSA, Luzifrank Júnior de; SOUSA, Jane Bezerra de. Quadros de formatura como portal da memória do colégio comercial de Picos-PI (1965-1977). *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-18, e-rte331202423, 2024.

O PAPEL DA RELIGIÃO NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO SERTANEJO NORDESTINO SEGUNDO UMA PERSPECTIVA EUCLIDIANA*

Pedro Felipe Oliveira de Melo¹

RESUMO: O presente artigo é uma revisão bibliográfica de caráter exploratório e qualitativo. O objetivo central foi entender o papel da religião na formação da identidade do sertanejo nordestino tomando como base a célebre obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico, com menção aos trabalhos de De Sousa, De Oliveira e Alves (2021) e Gonçalves (2019). Na etapa do levantamento, nos dedicamos em encontrar trabalhos específicos sobre o assunto, considerando também projetos que pudessem dialogar com a temática. Desse modo, foram analisados alguns artigos, como o de Faria (1998) e Soares e Júnior (2018). Além disso, dedicamos nossa atenção para livros como *Os Sertões* (Cunha, 2014), *O Império de Belo Monte – vida e morte de Canudos* (Galvão, 2001) e o *Dicionário de Conceitos Históricos* (Silva, 2015). Também trouxemos para a análise teses e dissertações, nos quais cabe mencionar *Literatura e História no contexto religioso d’os sertões, de Euclides da Cunha* (Fernandes, 2009) e *Morte e Vida em Cabaceiras: construção de um catolicismo popular peculiar no semiárido nordestino no âmago do binômio seca-morte, água-vida* (Cavalcanti Filho, 2015). Na conclusão do trabalho, foi possível perceber que os escritos analisados revelam a profunda ligação entre o sertanejo nordestino e sua religiosidade, destacando a fé e as práticas religiosas como elementos cruciais que fortalecem a resiliência e a esperança desse povo, moldando suas vidas e comunidades.

* Artigo apresentado a disciplina de Historiografia Brasileira, ministrada pela Profa. Dra. Lêda Rodrigues Vieira como requisito parcial avaliativo.

¹ Graduando de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. E-mail: pfoodemelo@aluno.uespi.br

Palavras-chave; Religião; Sertanejo; Euclides; Os Sertões.

Introdução

Para escrever sobre religião, particularmente, é uma tarefa complexa, especialmente tratando-se de Brasil, um território de dimensões continentais historicamente delimitado e moldado em múltiplos aspectos pela interação entre as diversas culturas e povos que se fincaram por aqui, portanto, não é um processo homogêneo. No entanto, enquanto graduando do curso de História, considero essencial pensar a religião, para além das cerimônias e rituais, como parte fundamental do processo de compreensão da formação da nossa identidade enquanto filhos dessa nação. Euclides da Cunha, um dos maiores expoentes da literatura brasileira, nos fornece uma visão, por meio de sua celebre obra *Os Sertões*, de como a religião, corporificada na figura de Antônio Conselheiro, foi uma peça central para a efetivação de uma das maiores tragédias da história brasileira: a Guerra de Canudos.

Mais do que uma expressão antirrepublicana em meio ao sertão nordestino, o Arraial de Canudos formava um contingente de pessoas pobres, em sua grande maioria analfabetas, marginalizadas e esquecidas pelo novo modelo administrativo vigente – a recém-inaugurada república. Algumas nem se quer tinham noção do que estava acontecendo politicamente no país, muitas só queriam sobreviver e viam o Arraial de Belo Monte e seu fundador, Antônio Conselheiro, como uma alternativa que ia de encontro a essa vontade. Nesse sentido, Fernandes (2009) nos lembra que a destruição de Canudos é frequentemente atribuída à necessidade de combater o antirepublicanismo de Antônio Conselheiro. No entanto, o verdadeiro motivo estaria relacionado à ameaça que ele e seus seguidores representavam tanto para a Igreja Católica quanto para os proprietários de terras da região. A Igreja se via desafiada pela atuação dos beatos e pregadores, que atraíam muitos fiéis, afastando-os dos cultos oficiais conduzidos pelos padres. Já os proprietários de terras temiam a

redução da mão de obra disponível, uma vez que os seguidores de Conselheiro abandonavam o trabalho nas fazendas para se unir à comunidade de Canudos, o que desestabilizava a política e a economia local.

Dessa forma, na contramão de tudo que era produzido antes, Euclides, ao dar vida a *Os Sertões* nos deixa como legado uma obra inovadora, ainda que marcada por preceitos deterministas, e uma oportunidade de conhecer parte da nossa história, ainda que trágica. O livro é dividido em três partes – A terra, o homem e a luta – que se interligam entre si e nos fornecem um escopo geral de como funcionam as raízes da terra e da sociedade brasileira. Para Euclides, as causas profundas da guerra de Canudos não podiam ser explicadas apenas por eventos isolados, mas pela interação entre raça, meio e momento. Para ele, Canudos era um reflexo das complexidades e desafios da formação do Brasil. Ele via o sertanejo como "antes de tudo, um forte" (2014, p. 115), uma figura que resistia tanto às adversidades naturais quanto à exclusão política. Ao mesmo tempo, interpretava o conflito como um choque entre o Brasil oficial – moderno e urbano – e o Brasil profundo – tradicional e sertanejo.

Em julho de 1898, comentando para o *Estado de S. Paulo* o livro *O Brasil mental*, do Português José Pereira de Sampaio Bruno, Euclides observou que um tema tão amplo "exigia a preliminar definição de nossa psicologia em função do meio e dos componentes étnicos, assim como dos traços mais vivos da nossa formação histórica." Estava, evidentemente, pensando em seu próprio livro, estruturado com base no determinismo de Taine e Buckle. Raça, meio e momento, eis os instrumentos que julgou ideais para investigar as causas profundas da guerra de Canudos (Faria, 1998, p. 23).

A religião, ponto central desse artigo, é um espelho da história do país. Marcada pelo encontro de três grandes matrizes culturais (índigena, europeia e africana), Euclides a enxergava, no contexto de Canudos,

ocupando uma posição muito mais social do que propriamente ritualística; e o sertanejo nordestino, que vivia em um cenário marcado pela seca, pela pobreza e pela busca constante de sentido na vida cotidiana – o que tornava suas crenças misticistas um mecanismo de sobrevivência e dignidade – era a peça-chave desse cenário. Euclides também nos chama atenção para a conduta messiânica que rodeava o cenário religioso de Canudos, onde a população local enxergava Conselheiro para além de um líder político e religioso. Sua luta, sua história de vida, sua espiritualidade e popularidade entre as camadas mais pobres da população de Canudos nos permite traçar um paralelo com a trajetória de Cristo. Assim, como Jesus, Antônio Conselheiro questionava a desigualdade social e as estruturas de poder na época, fazendo com que seu discurso ressoasse entre os marginalizados. Sua posição de “Servo sofredor”, sua aproximação com os oprimidos e o compromisso com a causa social ressoaram na sociedade nordestina, de modo que as pessoas passassem a encarar Conselheiro como uma figura mítica, tal qual Jesus Cristo. Por outro lado, essa semelhança com uma figura messiânica vai fazer com que Antônio Conselheiro seja constantemente situado em um lugar de desordem mental, como nos lembra Fernandes (2009, p. 48).

O autor de os sertões considera as prédicas de Conselheiro como sendo apenas uma um amontoado de preceitos vulgares, fruto de uma mente insana e primitiva [...] O Conselheiro foi visto por Euclides da Cunha e por muitos leitores de Os Sertões como líder espiritual desorientado e de mente doentia, provindo de uma seita que viveu a margem da Igreja Católica Oficial.

O surgimento de tais práticas alternativas religiosas foi de suma importância para a constituição de uma religiosidade mestiça no seio do país. Segundo Euclides (2014, p. 151), essa manifestação religiosa incorporava elementos que remetiam tanto a “crenças ingênuas” quanto ao “fetichismo bárbaro” e às “aberrações católicas”, criando um sincretismo

singular e profundamente enraizado na cultura nacional. Dessa maneira, essas dinâmicas sociais foram essenciais para o surgimento da identidade do Sertanejo Nordestino, que em meio a um cenário de tantas inseguranças, enxergava a religião como um refúgio para suas angústias. Assim, tais configurações sociais, embora enraizadas no passado, ainda ecoam em diversas comunidades brasileiras, onde a religião desempenha um papel integrador e, por vezes, contestador.

Portanto, o presente artigo se faz relevante, pois tem como objetivo central analisar a formação da identidade sertaneja a partir da influência de uma religiosidade mestiça, utilizando como base os estudos de Euclides da Cunha. Dessa forma, busca-se contribuir com os estudos já existentes acerca da temática, oferecendo uma nova perspectiva sobre a intersecção entre cultura e religiosidade no sertão nordestino. Ademais, o artigo pretende explorar como essas influências moldaram a visão de mundo e as práticas sociais das comunidades sertanejas. Com isso, espera-se amplificar o debate acadêmico e proporcionar um melhor entendimento sobre as dinâmicas culturais e religiosas que atravessam o sertão nordestino.

Quanto ao processo metodológico, Bello (2004, apud Gonçalves, 2019), destaca que há dois fatores principais que influenciam a escolha de um tema para um trabalho de pesquisa: os fatores internos e externos. Entre os fatores internos, estão a afinidade com o tema ou um alto grau de interesse pessoal. Já entre os fatores externos, destacam-se a relevância do tema escolhido, sua novidade, sua oportunidade e seus valores acadêmicos e sociais. Nesse sentido, a elaboração do tema desse artigo partiu de uma atividade acadêmica que consistia em formar grupos de discussão com o objetivo de investigar um ou mais temas da historiografia brasileira. Nesta atividade, decidimos explorar a obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. A leitura dessa grande obra da literatura brasileira chamou minha atenção para a dualidade que atravessa a percepção de Euclides sobre o sertanejo nordestino. Por um lado, ele demonstra desdém por esse homem; por outro, reconhece-o como indivíduo forte e resiliente. Ressalta-se também na obra a influência da religiosidade mestiça na

construção de uma identidade cultural sertaneja, onde em meio às adversidades da vida, a religião era vista como uma forma de alívio e cura.

Logo após a definição do tema, partimos para a pesquisa bibliográfica, que é uma das etapas cruciais da construção de um artigo, “pois é através dela que começamos a agir para conhecer o assunto a ser pesquisado” (De Sousa, De Oliveira, Alves, 2021, p. 68). Na seleção dos estudos que nortearam o nosso trabalho, priorizamos por aqueles que tratassem diretamente da questão religiosa e da figura do homem sertanejo, considerando também outros estudos que pudessem dialogar com a temática. Nessa etapa, para além da obra *Os Sertões* (Cunha, 2014) que utilizamos como escopo central para o desenvolvimento do artigo, consideramos também o livro *O Império de Belo Monte – vida e morte de Canudos* (Galvão, 2001), no qual, com uma linguagem bem acessível e uma didática incomparável, nos forneceu uma perspectiva bem compreensiva do que foi o movimento de Canudos. Além disso, destinamos nossa atenção para o *Dicionário de Conceitos Históricos* (Silva, 2015). Para mais, direcionamos nossos esforços para a dissertação intitulada *Literatura e História no contexto religioso d’os sertões, de Euclides da Cunha* (2009) de Marcos Fernandes, no qual o autor traz como plano central a vida e a obra de Euclides da Cunha. Cabe mencionar também a análise sobre a tese denominada *Morte e Vida em Cabaceiras: construção de um catolicismo popular peculiar no semiárido nordestino no âmbito do binômio seca-morte, água-vida* (Cavalcanti Filho, 2015). Ademais, ampliamos o nosso olhar ao estudar alguns artigos, como *Os sertões: um livro vingador* (Faria, 1998) e *Os santos peregrinos: uma análise do estudo hagiográfico na formação social nos sertões do Ceará colonial – notas introdutórias de uma pesquisa* (Soares; Júnior, 2018)

Ademais, empregamos alguns critérios de seleção na etapa do levantamento bibliográfico, como a utilização de palavras-chaves que pudessem nos conduzir a trabalhos já existentes sobre a temática, tendo em vista que a oportunidade de investigar uma vasta amplitude de obras publicadas nos permite entender melhor sobre o fenômeno em estudo (De Sousa, De Oliveira, Alves, 2021). Destaca-se a utilização de palavras como “Religião”, “Sertanejo”, “Sertão” e “Euclides”. Para isso, utilizamos a

plataforma do Google Acadêmico, no qual nos forneceu um arcabouço de resultados e ideias que foram cruciais para a construção da presente pesquisa.

Desenvolvimento

Segundo Silva (2005), a palavra "religião" deriva do termo latino "religio", que originalmente se referia a um conjunto de regras e interdições. Os autores explicam que a religião pode ser entendida como uma categoria de análise histórica e social, definida por um conjunto de crenças, preceitos e valores que constituem o artigo de fé de um grupo específico em um determinado contexto histórico e cultural. No contexto de *Os Sertões*, Euclides, carregado de preceitos deterministas comuns de sua época, explora a religiosidade da comunidade sertaneja de Canudos e como esta influenciou nos eventos ocorridos entre 1896 e 1897. Ademais, Euclides também aborda os contrastes do sertanejo nordestino ao classificar esse homem como um "Hércules-Quasímodo", o que nos remete a uma mistura de coragem e monstruosidade. Em um primeiro plano, o sertanejo parece "desgracioso, desengonçado, torto" (Cunha, 2014, p.115). Entretanto, toda essa aparência ilude, revelando-o como um indivíduo que se transfigura ao se deparar com o "aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormecidas" (Cunha, 2014, p. 116).

Esse homem, carregado de singularidades culturais que contrastam com a realidade da elite brasileira, no qual Euclides estava inserido, é lembrado também como um "Anteu Indomável" (2014, p. 246), trazendo para a leitura uma narrativa épica. Esse conceito refere-se ao sertanejo nordestino comparado ao gigante da mitologia grega, Anteu. Este, de acordo com a mitologia grega, era invencível enquanto estivesse em contato com sua mãe, a terra. De forma semelhante, Euclides descreve o sertanejo como um homem forte e determinado, cuja força e determinação vem de seu vínculo com a terra árida e comprometedora do sertão. De forma geral, "nota-se que esse jogo de contradições, ou antíteses,

parece mostrar um impasse de Cunha ante a realidade observada e a maneira de demonstrar essa realidade para o leitor” (Fernandes, 2009, p. 20).

Desse modo, frente ao espaço desafiador e complexo que atravessava a terra árida do sertão e o cenário sociopolítico do país naquela época, a religião surge aqui como um meio de mitigar as mazelas do sertanejo nordestino. Dessa maneira, em meio a um cenário de desigualdades sociais e negligência governamental, a religião foi crucial para a formulação de alguns aspectos culturais que compuseram uma identidade própria dos respectivos sujeitos. Nesse sentido, Soares e Júnior (2018, p. 103) destacam que “o nível mental das populações sertanejas encontrava nas práticas religiosas o estabelecimento com o “real”, assimilando, a sua maneira, respostas às agruras, instituindo a religião como lugar central na função ordenadora da vida”.

Esse sertanejo nordestino, marcado pela devoção a uma religiosidade que combina elementos católicos e pagãos, carrega consigo um modo de vida bastante singular ante ao estilo de vida do litoral, mantendo vivo ainda dentro de si muitas tradições que remetem ao passado colonial, como o misticismo, por exemplo. Quanto a este fenômeno, Euclides entendia que “a única possibilidade de organização naquela sociedade, definida por ele como caótica, seria a que fosse exercida por meio do misticismo, já que poderia unir os elementos dispersos pela diversidade racial” (Fernandes, 2009, p. 53).

Para mais, Euclides fazia questão de pontuar os contrastes identitários, religiosos e étnicos que atravessavam a realidade dos sertanejos do norte e os sertanejos do sul; que é visto pelo autor como superior em muitos aspectos. Nesse sentido, algumas nomenclaturas como “hércules-quasímodo” e “anteu-indomável” desaparecem, dando lugar a adjetivos de caráter positivos. O Gaúcho, portanto, é compreendido pelo autor como “o filho dos plainos sem fins, afeito às correrias fáceis nos pampas e adaptado a uma natureza carinhosa que o encanta” (2014, p.118). Ainda complementa ao dizer que este possui uma “feição mais cavalheirosa e atraente” (2014, p. 118).

Nesse contexto, o sertanejo nordestino, enfrentando as adversidades de um ambiente hostil, persiste na luta pela sobrevivência e desenvolve uma religiosidade popular única dentro do catolicismo, que fortalece sua fé e esperança (Cavalcanti Filho, 2015). Cavalcanti também nos chama a atenção ao destacar a existência de “duas faces do catolicismo: a oficial, que procede os cânones teológicos e litúrgicos prescritos pela igreja, e o outro, o popular, que engloba o inesperado, o imprevisto e o surpreendente construído ao lado e no seio do primeiro” (2015, p. 15). Portanto, ao estudar sobre o papel da religião na construção identitária do homem sertanejo nordestino, é possível perceber que o sagrado e o profano, muitas vezes, se integram, dando origem a um bioma de excêntridades que constituem as subjetividades desses sujeitos.

Conclusão

Portanto, Euclides, ao evidenciar o homem sertanejo em sua obra, nos chama atenção para as singularidades que atravessam esse sujeito. Muito embora ele apresente esse indivíduo sob uma perspectiva cientificista, também destaca a força que constituía essa comunidade. Nos chama a atenção também para a religiosidade popular no sertão nordestino, que se constitui aqui como um traço fundamental da identidade cultural do sertanejo, lhe proporcionando não apenas um sentido de pertencimento e continuidade, mas também a força necessária para enfrentar as adversidades da vida.

Nesse sentido, os escritos analisados demonstram claramente a profunda conexão entre o sertanejo nordestino e sua religiosidade. A fé e as práticas religiosas emergem como elementos essenciais que fortalecem a resiliência e a esperança desse povo, moldando suas vidas e suas comunidades de maneira significativa.

Por fim, a existência de novas pesquisas sobre a religiosidade popular no sertão nordestino faz-se necessária, dada a complexidade e a riqueza cultural dessa temática, sendo essencial para aprofundar nossa

compreensão sobre a identidade cultural dessa região e para preservar também suas tradições únicas em um mundo altamente globalizado.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. 662 p.

CAVALCANTI FILHO, José Rocha. *Morte e Vida em Cabaceiras: construção de um catolicismo popular peculiar no semiárido nordestino no âmago do binômio seca-morte, água-vida*. 2015. 127 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.

DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. *Cadernos da FUCAMP*, v. 20, n. 43, 2021.

FARIA, João Roberto Gomes de. Os sertões: um livro vingador. In: BRAIT, Beth (Org.); FARIA, João Roberto Gomes de; FACIOLI, Valentim Aparecido; VENTURA, Roberto; Aguiar, Flávio Wolf de; VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. *O sertão e os sertões*, São Paulo: Arte & Ciência, 1998

FERNANDES, Marcos. *Literatura e história no contexto religioso d'Os Sertões, de Euclides da Cunha*. Dissertação (Mestrado em Letras) - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas, 2009.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *O império do Belo Monte: vida e morte de Canudos*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001

GONÇALVES, J. R. Como escrever um artigo de revisão de literatura. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, Brasil, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em: <https://www.revista-jrg.com/index.php/jrg/article/view/122>. Acesso em: 18 dez. 2024.

SILVA JUNIOR. A. S. Os santos peregrinos: uma análise do estudo hagiográfico na formação social nos sertões do Ceará colonial – notas introdutórias de uma pesquisa. *Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico em História da UECE*. Fortaleza, v. 6, n. 12, 2018.

SILVA, Kalina Vanderlei. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

VIDA COTIDIANA E FAMILIAR NO PERÍODO COLONIAL NA VISÃO DE GILBERTO FREYRE*

Sandy Kemyllle dos Santos Oliveira¹

Resumo: O objetivo deste artigo é realizar uma análise historiográfica, com abordagem qualitativa, das visões de Gilberto Freyre em sua obra "Casa-Grande & Senzala", focaremos especificamente na sua descrição da vida e do cotidiano nas casas-grandes durante o período colonial brasileiro, investigando os aspectos diários e os conflitos inerentes a essa convivência. A análise buscará explorar como Freyre retrata as dinâmicas sociais, culturais e econômicas entre senhores e escravizados, e como essas relações moldaram a sociedade colonial, além disso, o artigo abordará as diversas críticas feitas a Gilberto Freyre e sua obra, muitos estudiosos apontam que, embora o autor tenha oferecido uma rica descrição etnográfica, sua perspectiva pode ser vista como romantizada e, por vezes, acrítica em relação à brutalidade da escravidão. O objetivo é proporcionar uma visão equilibrada e crítica, reconhecendo tanto os méritos quanto as falhas na abordagem de Freyre sobre a vida nas casas-grandes durante o período colonial.

Palavras-chave: Vida cotidiana; Escravidão; Período colonial; Família; Patriarcalismo.

* Artigo apresentado a disciplina de Historiografia Brasileira, ministrada pela Profa. Dra. Lêda Rodrigues Vieira como requisito parcial avaliativo.

¹ Graduanda de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. E-mail:sandykemyllleoliveiradossantos@uespi.br

Introdução

A vida cotidiana no Brasil no período colonial, é um objeto de estudo que desperta em vários historiadores, grande interesse, alguns historiadores ao longo do século XX se dedicaram a pesquisar os diversos aspectos que permearam na sociedade Brasileira. Ao analisarmos melhor a presente historiografia do Brasil sobre o período colonial, escrita sobre os séculos XVI-XVIII, podemos notar que esta unicamente havia se concentrado em estudar o Brasil colonial em temas de estrutura econômica, classe e raça (Schwartz, 1999, p. 1), somente com o surgimento de novas correntes historiográficas, que podemos notar que se começou a ter um maior interesse em analisar, outra parte da história desse período, por esses estudiosos.

E deveras importante se notar que, pesquisar e se estudar sobre os aspectos que constituíram a vida social e cultural do Brasileiro, é sem dúvidas essencial para compreendermos vários dos aspectos que permeiam a sociedade Brasileira da atualidade e seus impactos e contribuições. Podemos ainda destacar que os estudos voltados para a análise da vida cotidiana e das mentalidades durante o Brasil colônia vai receber maior atenção nos anos 1930, com a publicação de obras como “Raízes do Brasil” de Sergio Buarque de Holanda e a ilustre obra ao qual este artigo se propõe a analisar “casa-grande e senzala” de Gilberto Freyre (1900-1987).

Além disso, é essencial destacar que Freyre foi um dos mais importantes sociólogos e historiadores brasileiros do século XX, tendo este nascido em Recife-Pernambuco, estudou no Brasil e nos Estados Unidos, lugar onde foi influenciado por as mais diversas correntes de pensamento sociológico e antropológico. Freyre foi um dos pioneiros na análise da sociedade brasileira com sua obra "Casa Grande & Senzala", publicada em 1933, esta que apresenta uma interpretação inovadora para o seu tempo, da vida cotidiana e das relações sociais no Brasil colonial. Ele destacou a importância da casa-grande, a residência dos senhores de engenho, como centro da organização social e familiar, onde se desenvolviam

complexas dinâmicas de poder, ele ainda argumenta que essas interações resultaram em um intenso processo de mestiçagem e sincretismo cultural, que moldou em partes a identidade brasileira.

Sua obra foi inicialmente, revolucionária ao ter desafiado as visões historiográficas anteriores a dele, que por muitas vezes ignoravam ou minimizavam a contribuição das culturas africanas e indígenas para a formação da sociedade brasileira. No entanto, a interpretação de Freyre também é um objeto de críticas, principalmente em relação à sua tendência de idealizar as relações entre senhores e escravizados, e de tentar minimizar a violência e a opressão inerentes ao sistema escravista.

Contudo, neste artigo buscaremos por meio de várias pesquisas, e análises de diversos autores destrinchar algumas das diversas particularidades que rodeavam a vida familiar nas casas-grandes, sua organização e conflitos familiares, bem como discutir e compreender as interpretações de Gilberto Freyre a este assunto em sua obra, e as críticas acerca de sua interpretação.

A Casa Grande e a Centralização da Organização Familiar

Precisamos inicialmente compreender qual a importância desta habitação na história da formação social do Brasil, e na organização familiar do período colonial. Não se pode reduzir a casa-grande a apenas ter sido a morada do senhor de engenho e de sua família, pois estas foram os principais núcleos sociais, e econômicos do período colonial brasileiro. Ela também representou em sua história o poder patriarcal e o expansionismo português no latifúndio e sobre outros povos, esta estrutura se tornou o centro de toda a vida econômica e social de seus habitantes, e dentro ou fora dela se podia notar sua complexa teia de relações familiares e sociais. Primeiramente, se olharmos mais atentamente para o exterior de sua estrutura física, poderemos notar que, está se distinguiu das casas comumente construídas pelos portugueses, fosse por sua estrutura que implementava novos elementos, que foram fortemente influenciadas por a arquitetura jesuítica e da igreja, que aqui se instalaram anteriormente,

e que estavam diretamente atrelados a família sendo construídas capelas dentro das casas.

A casa-grande de engenho que o colonizador começou, ainda no século XVI, a levantar no Brasil grossas paredes de taipa ou de pedra e cal, coberta de palha ou de telha-vã, alpendre na frente e dos lados, telhados caídos em um máximo de proteção contra o sol forte e as chuvas tropicais - não foi nenhuma reprodução escravocrata. (rtuguesas, mas uma expressão nova, correspondendo ao nosso ambiente físico e a uma fase surpreendente, inesperada, do imperialismo português: sua atividade agrária e sedentária nos trópicos; seu patriarcalismo rural e escravocrata (Freyre, 1933, p. 35).

Neste trecho podemos comentar sobre alguns pontos, como a predisposição para a adaptação do português as condições que lhe foram impostas logo após sua chegada na colônia, fato esse em que Freyre dá um grande enfoque em sua obra. É com isto em vista que podemos analisar como o clima e a disposição de matéria prima influenciou na construção da casa grande. Nos fundos das casas-grandes era onde se instalavam as senzalas, outra estrutura que por muito tempo serviu como a única habitação para os Africanos que foram traficados para a colônia para trabalhar nas lavouras de cana de açúcar.

Da casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos - amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos, mas o de pessoas de casa (Freyre, 1933, p. 450).

De dentro desta estrutura, saíram pessoas que trabalhavam e participaram do cotidiano da família patriarcal, estes tiveram seu próprio

protagonismo que veio em forma de resistência a estrutura familiar das casas-grandes. Como dito anteriormente, Freyre argumenta que para se proteger principalmente do clima nos trópicos, que se desenvolveu esse novo tipo novo de moradia, que não seguiu em seu todo os moldes das moradias lusitanas em determinado momento. Freyre vê essa adaptação do português como se ele fosse quase outra raça, tendo exprimindo-se em outro tipo de casa, nesse novo tipo de habitação que o elemento português construirá a extensa teia de relações que darão início a vida social e familiar no Brasil.

Na base da estrutura familiar colonial brasileira, estava a figura do homem este que era a figura dominante de toda a vida na residência e fora dela. O Patriarcalismo, que no período colonial vai predominar na sociedade, era um sistema de dominação operante entre as famílias, em que o poder e a autoridade são predominantemente exercidos pelos homens, especialmente pelos chefes da família ou os patriarcas, dentro das fazendas houve um processo de elitização denominado patriarcalismo, onde o pai era o proprietário exclusivo da terra, da esposa, filhos e escravos; detentor de autoridade sobre a vida e a morte de seus bens (Silva, 2013, p. 7)

Tendo sido essa, predominante a forma de domínio social no Brasil por muito tempo. Freyre descreve a casa-grande como o núcleo central do poder patriarcal, visto que essa figura central do homem ou o senhor de engenho, assume não só em sua família direta, mas em todos os outros relacionados a ele (fosse os escravos ou agregados) o papel de dono destes que eram por direito pertencentes a ele. Além disso, as formas de organização familiar na casa-grande eram em seu todo, muito complexas, pois não se tratava de uma só mais de várias redes de conexão dentro desta conjuntura. Esta que contemplava desde a ligação familiar direta com o patriarca, mas que podia vir de agregados, casamentos com membros da família, o compadrio que vai ser outra forma de relação bem forte durante este período. Todas essas pessoas estavam sujeitas socialmente as leis do patriarcalismo, e envoltas em uma extensa teia de relações e dinâmicas.

representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao paterfamilias, culto dos mortos etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o "tigre", a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo) (Freyre, 1933, p. 36).

Devemos frisar, que os aspectos da vida diária na casa-grande não eram nenhum pouco fáceis ou simples, mas sim marcados por uma rígida divisão de papéis e hierarquias que regiam todos os aspectos do cotidiano dessas pessoas. Ao analisarmos as formas de organização dentro destas casas, podemos chegar a algumas conclusões quanto a como estas pessoas viviam, se dividiam e se organizavam dentro de uma hierarquia, nas pesquisas feitas para este artigo. Primeiramente vale se ressaltar que não se havia uma clara divisão do público e do privado dentro da colônia, os dois estavam em si ligados (Schwartz, 1999, p. 7), isto influenciou em grande parte do dinamismo dentro das residências.

Como dito anteriormente, o senhor era visto como a figura central da casa, era ele quem tomava conta de gerenciar as terras, os escravos e a família, sua figura era tanto respeitada quanto temida pelos habitantes. Neste ambiente temos os escravos que como escreve Batista em sua obra, trabalhavam para sobreviver e lutavam em seu dia a dia pelas coisas mais simples e necessárias à manutenção de suas vidas: comida, roupas, abrigo e saúde.

Ainda no contexto de como se organizavam os habitantes das casas-grandes, temos a figura da mulher que durante os primeiros anos da colonização, não eram permitidas a sair além de ir para as missas, enquanto durante os sermões as mulheres ouviam do pároco as regras de comportamento que deveriam adotar na vida cotidiana (Del Priori, p. 27)

elas eram isoladas em dentro da casa, mas essas ainda assumiram o papel de mães, e tinham a tarefa de administrar o ambiente doméstico das casas, e cuidar da educação e catequização dos filhos. Freyre enxerga as mulheres da elite branca como figuras centrais na organização do espaço doméstico, elas eram responsáveis pela administração da casa, pela educação inicial dos filhos e pela transmissão de costumes e tradições. Por outro lado, as mulheres escravizadas ocupavam posições subordinadas, mas essenciais, realizando o trabalho doméstico e muitas vezes atuando como amas de leite, o que criava laços de afeto ambivalentes entre elas e as crianças da família branca.

Essa visão de Freyre, contudo, é problematizada por autores como Lilia Schwarcz e Mary Del Priore. Schwarcz, em *As Barbas do Imperador* (1998), destaca que Freyre tende a romantizar as relações sociais na casa-grande, descrevendo-as como harmoniosas, quando na realidade eram permeadas por violência, coerção e desigualdade, Mary Del Priore, em suas pesquisas sobre a história das mulheres no Brasil, enfatiza que a vida das mulheres brancas da elite, embora aparentemente privilegiada, era limitada por normas patriarcais rigorosas, que as restringiam a papéis domésticos e as isolavam do espaço público.

Embora Freyre reconheça o papel das mulheres na construção da cultura doméstica brasileira, ele raramente aborda as formas de resistência dessas mulheres às estruturas patriarcais e escravistas. Historiadoras feministas, como Maria Odila Silva Dias em *A Interiorização da Metrópole* (1972), exploram como as mulheres encontravam brechas para exercer alguma autonomia, mesmo dentro de um sistema que as subordinava. Essas análises complementam e, em muitos casos, corrigem as lacunas deixadas por Freyre. O cotidiano das mulheres na casa-grande, seja elas brancas ou negras, revela dinâmicas de poder, resistência e violência que moldaram as relações sociais no Brasil colonial.

Enquanto sobre as crianças na organização das casas-grandes, Freyre descreve em grande parte de sua obra sobre a criação dos meninos, principalmente do filho do senhor de engenho:

Os meninos, uns homenzinhos à força desde os nove ou dez anos. Obrigados a se comportarem como gente grande: o cabelo bem penteado, às vezes frisado à Menino Jesus; o colarinho duro; calça comprida; roupa preta; botinas pretas; o andar grave; os gestos sisudos; um ar tristonho de quem acompanha enterro (Freyre, 1933, p. 530).

Já “sobre a criança do sexo feminino, principalmente, se aguçavam o sadismo, pela maior fixidez e monotonia nas relações da senhora com a escrava, sendo até para admirar “se pode perceber que, pouco aborda Freyre a questão da infância da menina, se importando em dar mais enfoque na do menino, pequeno senhor, tendo este abordado diversas vezes na obra a infância masculina na obra. Mesmo assim, conseguimos ao analisar um pouco entender que na infância os dois já eram estimulados, desde a primeira infância aos aspectos hierárquicos que permeavam a sociedade.

Sendo assim, podemos concluir que a casa-grande não serviu apenas como um espaço físico, mas sim atuou também como uma instituição, que incorporava a centralização da família, a hierarquia social, e as contradições. Porém é importante destacar as contradições presentes na visão de Freyre, que, por um lado, exalta a casa-grande como o símbolo da formação cultural brasileira, mas que por outro naturaliza as desigualdades e as violências do sistema escravista e do engenho.

Os conflitos no cotidiano da Casa-Grande

A vida dentro da casa-grande, principal centro das propriedades rurais, era marcada por uma dicotomia entre luxo e opressão, que refletia as profundas desigualdades sociais e econômicas da época. O senhor de engenho e sua família viviam cercados de regalias e luxos, usufruindo de uma posição de classe dominante que lhes permitia acessar bens e confortos inimagináveis para os escravizados, enquanto os membros da elite colonial se dedicavam a atividades de lazer e administração, os escravos

enfrentavam uma realidade brutal e extenuante. Submetidos a longas jornadas de trabalho, eles lutavam diariamente pela sua sobrevivência, tentando garantir o mínimo necessário para a manutenção de suas vidas, como comida, roupas, abrigo e saúde (Batista, 2020, p. 8).

Essa disparidade extrema entre os estilos de vida dos senhores e dos escravizados gerava inevitáveis tensões e conflitos dentro do ambiente da casa-grande, de um lado, havia um grupo privilegiado que desfrutava das benesses da posição dominante; do outro, os escravizados, que, além de sofrerem com a exploração e a violência, eram frequentemente forçados a se submeter a condições desumanas. A constante luta dos escravizados para garantir suas necessidades básicas contrastava com o usufruto desenfreado dos privilégios pela elite, intensificando os sentimentos de injustiça e ressentimento.

A dinâmica familiar e social da casa-grande era, portanto, permeada por conflitos diários, tendo foco no controle absoluto exercido pelo senhor de engenho sobre a vida de todos na propriedade, incluindo sua própria família, amplificava essas tensões. A escravidão não apenas desumanizava e explorava os negros, mas também os desenraizava de seus meios sociais e familiares, forçando-os a viver entre pessoas estranhas e muitas vezes hostis, dentro de um ambiente tão dissolvente, seria ingênuo esperar que os escravizados não desenvolvessem um grande rancor a tal dinâmica.

Os conflitos na casa-grande não eram apenas entre senhores e escravizados, mas também envolviam a dinâmica interna da família patriarcal, as relações entre o patriarca, sua esposa, seus filhos e os agregados eram complexas e frequentemente marcadas por tensões de poder, ciúmes e rivalidades. A posição das mulheres, por exemplo, era ambígua: embora desempenhassem papéis cruciais na administração doméstica, eram subordinadas à autoridade masculina e muitas vezes sofriam em silêncio as consequências desse sistema opressivo.

Portanto, a casa-grande, longe de ser um ambiente harmonioso, era um espaço de constante luta, onde o luxo e a regalia dos poucos, eram sustentados pelo sofrimento e pelo trabalho árduo dos muitos. A análise

desses conflitos é essencial para compreender a verdadeira natureza das relações sociais no Brasil colonial, desmistificando as idealizações e revelando a crueldade da realidade escravista.

A escravidão desenraizou o negro do seu meio social e de família, soltando-o entre gente estranha e muitas vezes hostil. Dentro de tal ambiente, no contato de forças tão dissolventes, seria absurdo esperar do escravo outro comportamento senão o imoral, de que tanto o acusam (Freyre, 1933, p. 413).

Os escravos eram fundamentalmente uma mão de obra necessária para a vida nas lavouras (Batista, 2020, p. 2) é decorrente este pensamento que o mercado escravista cria raízes no Brasil, e se expande significativamente pôr o país. O que impactou diretamente na esfera social e demográfica, “os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente” (Antonil, 1982, p. 31). Podemos perceber que os senhores precisavam dos escravos, tanto no trabalho nos latifúndios, quanto na vida doméstica, aos escravos que trabalhavam dentro das casas grande servindo na vida diária, este presenciou e até mesmo fez parte de diversos conflitos, mas que os escravos que trabalhavam nas lavouras.

[...] outros vultos de negros se sucediam na vida do brasileiro de outrora. O vulto do moleque companheiro de brinquedo. O do negro velho, contador de histórias. O da mucama. O da cozinheira. Toda uma série de contatos diversos importando em novas relações com o meio, com a vida, com o mundo. Importando em experiências que se realizavam através do escravo ou à sua sombra de guia, de cúmplice, de curandeiro ou de corruptor (Freyre, 1933, p. 434).

Considerando que, os escravos africanos estavam presentes em todas as esferas da vida diária da família de engenho, se era quase impossível que a decorrência dos conflitos entre as várias partes, que habitavam nas casas-grandes não fossem de todo corriqueiras. Estes confrontos, quase sempre escancaravam a dominação presente no ambiente patriarcal, com a parte mais vulnerável. De todo modo se era uma prática comumente difundida entre as famílias das casas-grandes, tal violência em seu cotidiano, como Freyre cita em sua obra “não são dois nem três, porém muitos os casos de crueldade de senhoras de engenho contra escravos inermes.” Nisso se presume, que a violência e a dominação não eram unicamente presente no cotidiano apenas do senhor, mas de toda a família.

Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos. Outras que espatifavam a salto de botina dentaduras de escravas; ou mandavam-lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas (Freyre, 1933, p. 436).

Os conflitos entre as mulheres nas casas-grandes eram em sua grande maioria os mais decorrentes, e estes em grande parte se davam por ciúmes do marido, de rivalidade de mulher com mulher. “Não convém, entretanto, esquecer-se o sadismo da mulher, quando grande senhora, sobre os escravos, principalmente sobre as mulatas; com relação a estas, por ciúme ou inveja sexual” (Freyre, 1933, p. 113).

Com isto, podemos perceber que, a violência na casa-grande não poupava nem mesmo as crianças, e acabava refletindo a brutalidade e a coerção que permeavam a vida cotidiana na sociedade colonial. Durante boa parte de sua infância, eles desfrutavam de uma relativa liberdade para se comportar como quisessem, muitas vezes incentivados a imitar o comportamento agressivo dos adultos. Influenciados pelos pais, que viam na violência uma ferramenta de poder e controle, esses meninos muitas vezes internalizavam esses valores e comportamentos, tornando-se “pequenos demônios” na reprodução da violência, o termo “pequenos

demônios”, usado por Freyre em sua obra, simboliza como essas crianças eram moldadas para perpetuar a agressão e a autoridade despótica, preparando-se para um dia, assumirem os papéis de seus pais na manutenção do sistema escravista e patriarcal. Assim, a violência não era apenas uma característica do presente, mas uma semente plantada para garantir a continuidade da opressão no futuro.

Mesmo no jogo de pião e no brinquedo de empinar papagaio achou jeito de exprimir-se o sadismo do menino das casas-grandes e dos sobrados do tempo da escravidão, através das práticas, de uma aguda crueldade infantil (Freyre, 1933, p. 483).

Considerando que ao explicitarmos tal sadismo da família patriarcal, as violências e abusos exercidos contra os escravos Africanos, devemos também destacar as formas pôr as quais estes resistiram e lutaram contra esta opressão. As tentativas de resistir a tais opressões não foram poucas, aqui podemos fazer uma crítica à quanto as falas que Freyre explicita em sua referida obra, ele afirma que “esse sadismo de senhor e o correspondente masoquismo de escravo, excedendo a esfera da vida sexual e doméstica”, o autor não só neste trecho, como em outros, trata da violência exercida contra os Africanos de maneira branda, tratando desta como se a parte mais vulnerável gostasse. Ao contrário da visão que Freyre passa na obra casa-grande e senzala, variadas foram as formas com que os escravizados Africanos lutaram contra esta condição.

Recalcitrância no dia a dia, diminuição do ritmo de trabalho e sabotagem foram provavelmente as formas de resistência mais comuns, enquanto autodestruição através do suicídio, infantado ou tentativas manifestas de vingança foram, em sentido pessoal, as atitudes mais extremas (Schwartz, 1987, p. 62).

Mesmo estando submetidos a uma condição de escravidão e envoltos em diversos conflitos, esses indivíduos não deixavam de buscar formas de resistir, esses atos de resistência demonstravam claramente que os escravizados não aceitavam passivamente sua situação. Eles lutavam diariamente contra a opressão, de maneiras sutis e indiretas, mostrando sua insatisfação e seu grande desejo de liberdade, e isso contrasta com a visão de Freyre, que tende a dar uma imagem mais harmoniosa das relações entre senhores e escravizados na casa-grande. Freyre sugere que as interações culturais resultaram em uma convivência menos conflituosa, o que muitas vezes minimiza a intensidade da resistência e da violência presentes no sistema escravista.

A fuga foi, de longe, a forma mais comum de resistência escrava no Brasil colonial e um problema característico do regime escravista brasileiro foi a existência das comunidades de fugitivos denominadas diversamente mocambos, ladeiras, magotes ou quilombos (Schwartz, 1987, p. 62).

Uma das formas mais notáveis e impactantes de resistência dos escravizados era a fuga, esta não só representava um ato de rejeição total do sistema escravista, mas também um desejo ardente de alcançar a liberdade. Estes eventos ocorriam com grande frequência, evidenciando a constante insatisfação dos escravizados, além disso, a formação de quilombos, comunidades de fugitivos, exemplificam a busca coletiva por uma vida autônoma e livre da opressão.

A análise dessas resistências oferece uma perspectiva crítica que contrasta com a idealização de Freyre, enfatizando a persistência e a determinação dos escravizados em sua busca por liberdade e dignidade, por tanto é fundamental observar, que apesar de todas as condições a que os indivíduos escravizados foram expostos no Brasil colonial, estes por meio de fugas, de agrupamentos e diversas outras formas, buscaram lutar contra o domínio. Também devemos nos atentar as equivocadas e

generalizadas formas as quais as lutas desses povos é escrita por alguns autores.

Resultados e Discussão

A análise evidencia que a vida familiar no interior da casa-grande, de acordo com a perspectiva de Gilberto Freyre sobre o período colonial no Brasil, revela que a sociedade colonial era centrada no patriarcalismo, e que as relações entre os senhores e os escravos principalmente os Africanos, era marcada por diversos conflitos, e resistências.

Concluimos também, que Freyre ao destacar a importância da casa-grande, como o centro da organização e coesão da sociedade colonial, que é neste ambiente que o patriarcalismo primeiramente irá assumir a autoridade sobre a família e sobre os escravizados. Ao pensarmos nesse contexto também concluimos que a organização familiar dentro da estrutura da casa foi uma grande causadora de conflitos entre seus habitantes, e que dessa organização se resultou uma parte da herança cultural que formou o Brasileiro. Podemos ver esta herança das casas-grandes, com mandonismo presente na nossa sociedade até os dias atuais, na arquitetura de várias cidades, e o preconceito ainda presente em nossa sociedade.

E embora Freyre tenha oferecido uma perspectiva inovadora, para o início do século XX, com a presença de novas temáticas que pouco tiveram destaque em nossa historiografia, e embora este tenha trazido algum destaque a certas questões acerca de nossa história, estas com o avanço das pesquisas historiográficas, estas interpretações se tornaram ultrapassadas. E alguns historiadores contemporâneos, criticaram de sua abordagem por idealizar as relações entre os senhores e escravizados. Por exemplo, Stuart B. Schwartz e Sidney Chalhoub argumentam que Freyre minimiza a violência e a coerção no sistema escravista." A leitura de Freyre também é confrontada por historiadoras como Ângela de Castro Gomes que argumenta que a obra de Freyre carece de uma análise mais crítica sobre as relações de poder, especialmente de gênero, dentro da

casa-grande. E por Sílvia Lara, que por sua vez, em *Campos da Violência* (1988), sublinha que a experiência das mulheres escravizadas, muitas vezes descrita de forma superficial por Freyre, era marcada pela violência sexual e pela exploração física, aspectos que ele trata de maneira periférica.

Outro autor que traz uma perspectiva alternativa é Luiz Felipe de Alencastro, em *O Trato dos Viventes* (2000). Ele amplia a discussão ao conectar a vida cotidiana da casa-grande com o sistema escravista atlântico, destacando como as mulheres escravizadas eram peças-chave na sustentação desse sistema, então se tem a análise de Alencastro contrasta com a abordagem de Freyre, ao enfatizar a brutalidade e os traumas vividos por essas mulheres, algo que Freyre menciona de forma mais sutil.

Muitos foram os críticos, que desde a publicação de *casa-grande e senzala* em 1933, teceram críticas não só ao conteúdo presente na devida obra, como também fizeram diversas críticas ao próprio autor. Estes apontamentos, se focam principalmente na tentativa de Freyre faz de neutralizar os horrores e opressões sofridas por os indivíduos que estavam mais vulneráveis ao domínio patriarcal.

Por fim, o grande problema de *Casa-grande e senzala* parece ser a relação direta que Freyre estabelece entre atração sexual e tolerância racial, como se a presença da primeira matéria muito ligada às subjetividades, fosse garantia da segunda dimensão que tem a mais ver com a cultura e com a ideologia. É por constatar que os portugueses se sentiram sexualmente atraídos por índias, negras e mulatas que Freyre deduz, equivocadamente, a ausência de preconceito racial entre estes colonizadores (Vainfas, 1999, p. 8).

Tendo em sua obra, este também apresenta também feito uma interpretação marcante sobre a sociedade brasileira colonial, destacando a dinâmica entre senhores e escravizados, ele argumenta que as relações

no Brasil colonial tinham um caráter mais "maleável" do que em outras regiões das Américas, enfatizando uma suposta "proximidade afetiva" entre senhores e escravos, seus limites e possíveis idealizações. Um de seus principais críticos é Florestan Fernandes, vai argumentar que Freyre romantiza as relações entre senhores e escravizados, negligenciando a violência estrutural e a exploração inerente ao sistema escravista. Fernandes ressalta que o escravismo brasileiro foi tão brutal quanto em outras regiões, ainda que revestido de um discurso de harmonia.

Outro crítico importante é Caio Prado Júnior, que acusa Freyre de desviar o foco das contradições econômicas e sociais do Brasil colonial, apresentando uma interpretação culturalista que minimiza a opressão dos escravizados, para Prado Júnior, Freyre não dá atenção suficiente à resistência negra e à luta pela liberdade, aspectos cruciais para compreender a realidade do período. João José Reis e outros historiadores mais contemporâneos também destacam que Freyre ignora as experiências cotidianas dos escravizados, especialmente as formas de resistência ativa, como revoltas, fugas e formação de quilombos. Eles argumentam que sua abordagem é centrada demais na perspectiva dos senhores, perpetuando a ideia de uma "convivência harmônica" que não reflete a realidade de opressão e subjugação.

Assim, enquanto Freyre trouxe contribuições significativas ao revelar o papel dos escravizados na construção cultural brasileira, suas interpretações têm sido amplamente reavaliadas e criticadas por suas limitações teóricas e pela visão idealizada que apresenta do cotidiano da escravidão no Brasil.

Conclusão

Neste artigo, exploramos acerca do ponto de vista de Gilberto Freyre sobre a vida cotidiana e familiar durante o período colonial, com foco na organização social da casa-grande e nos conflitos que permeavam dentro dos muros desta estrutura. Também analisamos, como a obra de Freyre destacou a centralização do poder patriarcal ou o patriarcalismo

presente na sociedade, e a controversa perspectiva das interações entre senhores, escravizados e a contribuição dessas tais relações para a formação da sociedade brasileira.

Então embora a obra de Freyre tenha sido revolucionária ao iluminar aspectos negligenciados da história brasileira, como destacado anteriormente. Como a mestiçagem e o sincretismo cultural, ela também é um grande objeto de críticas, por sua tendência a idealizar as relações entre senhores e escravizados, e essas críticas foram fundamentais para uma compreender as desequilibradas e injustiças, presentes nas dinâmicas sociais e de poder no Brasil colonial. Porém, a sua contribuição para a historiografia brasileira é inegável, tendo este oferecido uma perspectiva rica e com múltiplas dimensões. sobre a vida cotidiana e familiar no período colonial, sua obra continua a influenciar estudiosos e a fomentar debates importantes sobre a identidade e a cultura brasileira, no entanto, é crucial considerar as críticas contemporâneas feitas a sua obra e pensamentos, para desenvolver uma visão mais abrangente e crítica da história.

Ademais as pesquisas futuras, podem beneficiar-se de uma abordagem mais integrada, que combine as perspectivas de Freyre com as análises críticas e focadas na resistência dos escravizados e na violência estrutural do sistema escravista, além disso, novas metodologias e fontes históricas podem proporcionar ideias e visões adicionais sobre as dinâmicas de poder na casa-grande, e na senzala. Ao analisarmos as diversas dimensões da vida cotidiana e familiar no período colonial, principalmente sob a visão de Gilberto Freyre, proporcionamos uma compreensão um pouco mais aprofundada da formação da sociedade brasileira, ao reconhecermos tanto as suas diversas contribuições, quanto as limitações de sua obra, é essencial para uma historiografia mais inclusiva e crítica, que continue a evoluir e a enriquecer nosso entendimento do passado.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Dimas José. Cenas da escravidão: aspectos da vida cotidiana dos escravos de grandes cidades no Brasil oitocentista. *EntreLetras*, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 425–439, 2020. DOI: 10.20873/uft.2179-3948.2020v11n1p425. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/entreletras/article/view/9031>. Acesso em: 18 dez. 2024.

CAMPOS, C. M. A cidade no pensamento brasileiro, do século XVI ao século XX. *Estudos Avançados*, v. 33, n. 95, p. 177–190, 2019.

FELDMAN, L. Trópico e fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. *História, ciências, saúde Manguinhos*, v. 30, p. e2023008, 2023.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala*. [S.l.]: Association Archives Literature Latino americaine, 2003.

SCHWARTZ, Stuart B. *Da América Portuguesa ao Brasil: estudos históricos*. Lisboa: DIFEL, 2003.

NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na Colônia. In: MELLO E SOUZA, Laura (Org.). *Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 13-39. (Col. História da Vida Privada no Brasil, v.1).

DEL PRIORE, Mary. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 259-274.

DEL PRIORE, Mary. *A família no Brasil Colonial*. São Paulo: Moderna, 2000.

ZULLO, Gustavo. Projeto e anteprojeto para a democracia no Brasil: o antagonismo entre Gilberto Freyre e Florestan Fernandes. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Brasil, v. 1, n. 85, p. 37–54, 2023. DOI: [10.11606/issn.2316-901X.v1i85p37-54](https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i85p37-54). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/215449>. Acesso em: 18 dez. 2024.

SCHWARTZ, Stuart B. Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva 1. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 13, p. 129-153, dez. 1999.

ITABORAI, Nathalie R. A família colonial e a construção do Brasil: Vida doméstica e identidade nacional em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte. *Revista Antropológicas*, ano 9, v. 16, n. 1, p. 171-196, 2005.

SILVA, Letícia F. Brasil colonial: as mulheres e o imaginário social. *Cordis*. Mulheres na história, São Paulo, n. 12, p. 257-279, jan./jun. 2014.

O ESTEREÓTIPO DO NORDESTINO NA NOVELA NO RANCHO FUNDO (2024)*

Silvia Klariscy Fontenele Vieira¹

Resumo: O presente artigo analisa como novelas brasileiras perpetuam estereótipos simplistas sobre o Nordeste e seus habitantes, com foco na novela da Rede Globo, *No Rancho Fundo* (2024). Aborda representações visuais e narrativas que reforçam preconceitos, como a associação à pobreza, atraso e ingenuidade, ignorando a diversidade cultural e econômica da região. São discutidos exemplos de cenas e representações, além de comparações com obras clássicas, como *Os Sertões* e *Casa-Grande & Senzala*. A análise destaca a importância de narrativas inclusivas e realistas que valorizem a pluralidade do Nordeste, propondo abordagens que combatam preconceitos e promovam uma representação mais autêntica. Ao longo do artigo, evidenciam-se os impactos negativos de estereótipos na identidade cultural e a responsabilidade da mídia em retratar o Nordeste de forma verdadeira e respeitosa.

Palavras-chave: Estereótipos; Nordeste; Novelas.

O Papel das Novelas na Construção de Estereótipos

As novelas brasileiras, que fazem parte do dia a dia de tantas pessoas, vão muito além de apenas entreter os espectadores. Elas podem influenciar a maneira como enxergamos nossa cultura e como nos identificamos enquanto povo. Porém, quando o Nordeste e sua gente entram em

* Artigo apresentado a disciplina de Historiografia Brasileira, ministrada pela Profa. Dra. Lêda Rodrigues Vieira como requisito parcial avaliativo.

¹ Graduanda de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI.

cena, essas representações muitas vezes escorregam para o campo dos estereótipos, rapidamente a complexidade de uma região tão rica vira imagens simplificadas e, muitas vezes, distorcidas. Em vez de abraçar toda a riqueza e a diversidade que definem essa região, as novelas frequentemente reduzem o Nordeste a um conjunto de narrativas rasas e repetitivas, ignorando a complexidade dos nove estados que o compõem e a pluralidade de seus povos. Este artigo busca analisar essas representações e discutir a importância de uma identidade mais diversificada e realista da nordestina na teledramaturgia nacional.

As novelas poderiam ser uma ponte para valorizar essa região, mas, ao insistirem em visões limitadas, deixam de contar histórias que realmente celebrem a essência e a grandeza do Nordeste. Esse retrato simplificado reforça preconceitos que impactam tanto a forma como o Nordeste é percebido em outras regiões quanto a maneira como os próprios nordestinos enxergam a si mesmos. Quando deixam de lado histórias mais autênticas e complexas, essas representações perdem a chance de enriquecer o debate sobre o Brasil e perde-se a oportunidade de mostrar o que há de mais fascinante no Nordeste: sua cultura sofisticada, sua arte vibrante e sua enorme contribuição econômica para o Brasil. Costa (2002) analisa sobre a construção estrutural de novela:

A estrutura narrativa da telenovela, particularmente a da «novela», apresenta-se sempre com mais do que uma intriga, ou seja: Uma intriga principal, uma história dramática que se desenvolve ao longo de todos os episódios; várias sub-intrigas que se vão abrindo e fechando à medida que a estória principal avança, fazendo com que a telenovela multiplique as intrigas secundárias e as estórias no interior das estórias (Costa, 2002, p. 110).

A estrutura com várias sub-intrigas permite que os estereótipos se manifestem de forma repetitiva ou em diferentes níveis. Por exemplo, uma intriga principal pode abordar conflitos urbanos ou de classes

sociais, enquanto uma sub-intriga ambientada no Nordeste frequentemente recorre a clichês, como a seca, a pobreza ou a excentricidade cultural, para construir suas histórias. É comum vermos personagens nordestinos ocupando papéis secundários, marcados por pobreza ou por uma ideia de atraso, reforçando visões preconceituosas que não fazem jus à realidade.

Os estereótipos se formam de diversas maneiras. Antes de tudo, eles podem surgir da nossa necessidade natural de entender e organizar o mundo à nossa volta. É uma forma de simplificar a realidade e torná-la mais fácil de lidar. No entanto, essas generalizações nem sempre refletem a verdade. Muitas vezes, nascem ideias erradas, preconceitos ou até a falta de informações completas, deixando de lado a complexidade e a riqueza de cada indivíduo ou grupo. Como Baccega (1998) ressalta, sobre estereótipos:

Vivemos num mundo que nos chega editado pelos meios de comunicação, que nos contam a "realidade" através de relatos impregnados de estereótipos que no mais das vezes nos são desfavoráveis. São esses os relatos que recebemos cotidianamente e que vão preencher nossa visão de mundo não apenas sobre os fatos de que não participamos, mas, muitas vezes, também sobre os fatos do universo em que vivemos (Baccega, 1998, p. 10).

Muitas vezes essas representações nas novelas não apenas ignoram as transformações sociais e culturais que o Nordeste tem vivenciado ao longo dos anos, mas também reforçam um estigma que influencia a percepção do público. Assim, as novelas se tornam um veículo eficaz na criação e difusão de estereótipos que moldam a visão de mundo de muitos brasileiros, tanto sobre o que é o Nordeste quanto o Nordeste. Nesse contexto, este artigo se justifica pela necessidade de analisar criticamente essas representações e compreender os impactos que elas geram na construção da identidade cultural do país.

O trabalho foi realizado por meio da análise das cenas da novela, acompanhada de referências teóricas de autores renomados como Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Gilberto Freyre e Chimamanda Ngozi Adichie, para oferecer uma base sólida para compreender a formação e perpetuação dos estereótipos tentando conectar teoria e prática, mostrando como as representações midiáticas reforçam noções preconceituosas que têm profundas raízes históricas.

A análise se concentra em cenas selecionadas da novela, foram priorizadas cenas que retratam diretamente aspectos culturais, sociais e econômicos do Nordeste, bem como a interação entre os personagens nordestinos e o ambiente em que vivem. Essa escolha visa identificar e examinar os estereótipos presentes nas narrativas e caracterizações. Selecionaram-se episódios nos quais os estereótipos desempenharam papel significativo no desenvolvimento da trama principal ou de subtramas. Exemplos incluem cenas que abordam conflitos relacionados à desigualdade social, tecnológica e relações de poder entre personagens urbanos e rurais.

As representações do Nordeste

A representação do Nordeste sempre foi carregada de contrastes. Ao mesmo tempo em que suas características únicas são exaltadas, uma região também é alvo de retratos que frequentemente distorcem e simplificam a realidade de seu povo. Nesse contexto, a historiografia desempenha um papel fundamental para compreender esses processos. Autores como Euclides da Cunha e Durval Muniz de Albuquerque Júnior nos convidam a pensar o Nordeste de forma mais profunda e complexa. Suas reflexões, por vezes complementares e outras vezes conflitantes, nos ajudam a entender melhor a região e a questionar os estereótipos que ainda persistem.

Gilberto Freyre, em seu livro *Casa-Grande & Senzala* (2003), buscou compreender as raízes históricas e culturais do Brasil, destacando a economia das grandes plantações e as relações sociais profundamente

influenciadas pelo patriarcado. Ele retrata a região como um espaço de hierarquias rígidas, mas também de intensa mistura cultural. Mas em alguns momentos, sua narrativa acaba suavizando as relações entre senhores e escravizados, atenuando as tensões e violências que marcaram aquele período. Apesar de ser uma obra extremamente influente, essa perspectiva pode contribuir para construir uma imagem do Brasil como uma região tradicional e presa ao passado, reforçando estereótipos de uma cultura imutável.

Como o próprio autor enfatiza: “A história social da casa grande é a história íntima de quase todo brasileiro: da sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo; da sua vida de menino; seu cristianismo reduzido à religião de família e influenciado pelas credences da senzala” (Freyre, 2003, p 44). Sendo assim, na teledramaturgia, é comum que o Nordeste seja retratado sob uma ótica que dialoga com essa herança freyriana: como um lugar preso ao passado, onde prevalecem figuras do patriarca autoritário, da “dona de casa” submissa ou do trabalhador rural em situações de miséria.

Essas representações, embora inspiradas em aspectos reais da história regional, muitas vezes perpetuam visões estereotipadas que não dão conta da complexidade e da modernidade do Nordeste contemporâneo. Outro grande autor fundamental para a historiografia e compreender os estereótipos associados ao Nordeste é Euclides da Cunha. Em sua clássica obra *Os Sertões* (2020), que se tornou essencial para a literatura e a historiografia brasileira, ele narra os acontecimentos da Guerra de Canudos. Euclides ao descrever o sertão, revela um cenário de desafios, onde o sertanejo se destaca como um símbolo de resistência, força e sofrimento, moldado pela dureza da terra e pelas condições de vida.

Escreve Euclides: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte” (Cunha, 2020, p. 68), destacando a capacidade de resiliência frente às adversidades impostas pela natureza. Essas características presentes na obra de Euclides ressoam em várias representações culturais, especialmente nas novelas brasileiras. O Nordeste muitas vezes é retratado como uma região marcada pela pobreza, pelo isolamento e pelo sofrimento. Os

personagens que habitam esse cenário geralmente são mostrados como figuras simples, que carregam tanto a dureza de uma vida difícil quanto uma pureza de espírito que os torna especiais.

Em seu livro *A Invenção do Nordeste e Outras Artes* (2021) Durval Muniz de Albuquerque Júnior, oferece uma abordagem crítica e desconstrutiva, argumentando que a ideia de "Nordeste" é, em si, uma construção histórica e política. Para Durval Muniz, o Nordeste foi inventado como uma região homogênea e essencializada, não é apenas uma região geograficamente delimitada, mas uma invenção que reflete disputas de poder, representações ideológicas e processos de marginalização. Observa o autor "Esta formulação, Nordeste, dar-se-á a partir do agrupamento conceitual de uma série de experiências, erigidas como caracterizadoras deste espaço e de uma identidade regional" (Albuquerque Júnior, 2021, p. 32-33).

Durval destaca como esses estereótipos foram usados para fortalecer uma identidade nacional que coloca o Nordeste em contraste com as regiões consideradas "mais desenvolvidas" do Brasil. Sua reflexão convida a repensar os discursos que moldaram e perpetuaram essas imagens, abrindo espaço para uma visão mais diversa e complexa sobre o que é, de fato, o Nordeste. Isso implica que a ideia de "Nordeste" não é uma representação objetiva da realidade, mas uma construção que seleciona e enfatiza certos aspectos da região, enquanto minimiza outros.

Em seu trabalho o autor Nascimento (2024) analisa como as novelas frequentemente recorrem ao realismo fantástico para representar o Nordeste, criando uma mistura entre o real e o encantado, o que pode reforçar ou desconstruir estereótipos dependendo da abordagem. Ele aborda em sua análise elementos como vestimentas, sotaques e cenários, que ajudam a construir a imagem de "nordestinos típicos" nas novelas, e como podem ser criticamente analisados, mostrando como esses recursos visuais e linguísticos reforçam ou questionam estereótipos.

Quando o assunto é o Nordeste e seus habitantes, as novelas muitas vezes acabam por reforçar estereótipos. Em vez de mostrar toda a riqueza e diversidade da região, acabam simplificando sua realidade.

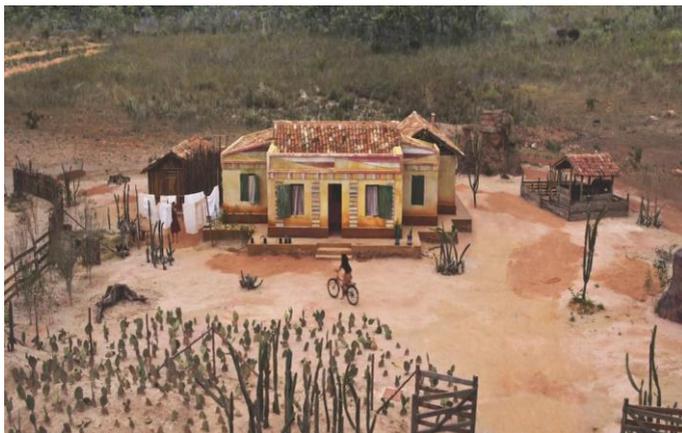
Santana (2013) em seu trabalho analisa um dos aspectos mais recorrentes que é a generalização dos nordestinos como sertanejos. O sertão nordestino, com suas paisagens áridas e suas histórias de sofrimento, é utilizado como pano de fundo para narrativas que ignoram a complexidade da região. “E a mídia visual, nesse caso as telenovelas, trata todo nordestino como sertanejo, como se um termo fosse sinônimo do outro” (Santana, 2013). Isso acaba criando uma visão única da região.

Essa representação, que se repete na maioria das mídias, ignora toda a pluralidade cultural, geográfica e social, deixando de lado a riqueza e a complexidade que realmente existe no Nordeste. Em uma matéria de notícia feita para o jornal *O Povo*, Aquino (2024) destaca como a novela *No Rancho Fundo* (2024) reforça estereótipos de nordestinos ao representar personagens com figurinos e maquiagens exageradas, remetendo a imagens desrespeitosas. A caracterização gerou críticas por repetir clichês visuais do "homem simples" e da pobreza extrema, ignorando a diversidade da cultura nordestina.

Análise da novela *No Rancho Fundo* (2024):

Analisaremos agora a novela *No Rancho Fundo* (2024), da Rede Globo, ambientada em uma fictícia comunidade rural no sertão chamada Lasca Fogo, a novela se desenvolve em torno de histórias de luta, romance e resistência que permeiam o cotidiano dos moradores da região. A narrativa se propõe a explorar temas sensíveis e relevantes, como a convivência com a seca, as dificuldades econômicas, os desafios, impostos pela desigualdade social e os fortes laços familiares que sustentam a comunidade. A trama também abordou questões como as disputas pela terra e a busca pelas melhores condições de vida, compondo um retrato da resiliência típica do sertanejo.

Figura 1: Print Screen de cena do capítulo 1 da novela “No rancho fundo”, 3 min e 13 segs.



Fonte: Globo Play.

O capítulo de abertura da novela apresenta uma paisagem que imediatamente nos transporta para o sertão, com uma atmosfera que mescla rusticidade e solidão. Como cenário central, destaca-se uma casinha simples e modesta, cercada por cactos que resistem à aridez do chão de barro batido. O ambiente é complementado por um pequeno curral com poucos animais, reforçando a subsistência limitada dos protagonistas. A casa, isolada das demais moradias da região, possui uma paleta de cores que reflete a paisagem local, variando entre os tons de verde das plantas, o marrom terroso do solo e o laranja que domina o horizonte.

Figura 2: Print Screen de cena do capítulo 1 da novela “No rancho fundo”, min. 03 e 19 segs.



Fonte: Globo Play.

Mais adiante no episódio, são apresentados outros detalhes da casa, como o banheiro, que segue o modelo antigo e colonial, localizado do lado de fora, com paredes de madeira. Esse detalhe, embora aparentemente trivial, reforça a sensação de um cotidiano moldado pela simplicidade e pelas condições adversárias, características muitas vezes atribuídas ao sertão nas representações midiáticas. Todo o conjunto contribui para criar uma ambientação que, apesar de bela e evocativa, pode estimular estereótipos de isolamento e atrasos atribuídos à vida no interior nordestino. Em sua obra Adichie (2019) descreve como não conseguiu enxergar os membros da família de um rapaz que trabalhava para a sua família além da pobreza, as novelas, ao insistirem em narrativas simplistas, podem levar o público a associar automaticamente o Nordeste a dificuldades extremas, reforçando estereótipos que desumanizam e reduzem a região a uma identidade fixa.

Sua mãe nos mostrou um cesto de palha pintado com uns desenhos lindos que o irmão dele tinha feito. Fiquei espantada. Não havia me ocorrido

que alguém naquela família pudesse fazer alguma coisa. Eu só tinha ouvido falar sobre como eram pobres, então ficou impossível para mim vê-los como qualquer coisa além de pobres. A pobreza era minha história única deles. (Adichie, 2019, p. 11).

A frase "a pobreza era minha história única deles" ecoa como as novelas, ao reforçar em estereótipos, tornam para os espectadores imaginar o nordestino como algo além das imagens já difícil cristalizadas: o trabalhador rural sofrido, o retirante, ou o personagem cômico e extravagante. Isso desumaniza a região e seus habitantes, diminuindo sua identidade a um único traço.

Figura 3: Print Screen de cena do capítulo 1 da novela "No rancho fundo", 6 min e 28 segs.



Fonte: Globo Play.

No mesmo episódio, é retratada uma cena em que uma das protagonistas, chamada Quinota, com seu celular, tenta desesperadamente encontrar um ponto com sinal de internet, subindo em locais mais altos, como uma escada, e erguendo o aparelho em busca de conexão. A

dificuldade de acesso à internet é utilizada como uma característica marcante da comunidade do sertão nordestino onde ela vive, reforçando a ideia de isolamento tecnológico.

A narrativa sugere que essa precariedade é uma condição comum e quase intransponível para uma região, reforçando o estereótipo de atraso e desconexão do Nordeste em relação aos avanços tecnológicos.

Figura 4: Print Screen de cena do capítulo 1 da novela “No rancho fundo”, 5 min e 25 segs.



Fonte: Globo Play.

Antes disso, o rapaz com quem ela troca mensagens, Marcelo, aparece tentando abrir uma foto que a moça enviou, mas enfrenta dificuldades devido à baixa qualidade do sinal. Ele facilmente culpa o local onde ela vive, referindo-se a ele de forma pejorativa como “no fim do mundo”. Essa fala não só insinua que a distância geográfica equivale a um distanciamento da modernidade, como também carrega um tom de desprezo pela comunidade e pela realidade vivida pela protagonista.

Essas cenas acabam contribuindo para a construção de uma visão reducionista e estigmatizada do sertão nordestino, desconsiderando as nuances e os avanços que muitas dessas comunidades têm alcançado. Além disso, reforçam uma perspectiva externa que associa o Nordeste ao

atraso, enquanto ignora a riqueza cultural e as particularidades da região. Para uma novela que se passa em 2024, parece que o Nordeste continua no século passado.

Figura 5: Print screen de cena do capítulo 168 da novela “No rancho fundo”, 12 min e 25 segs.



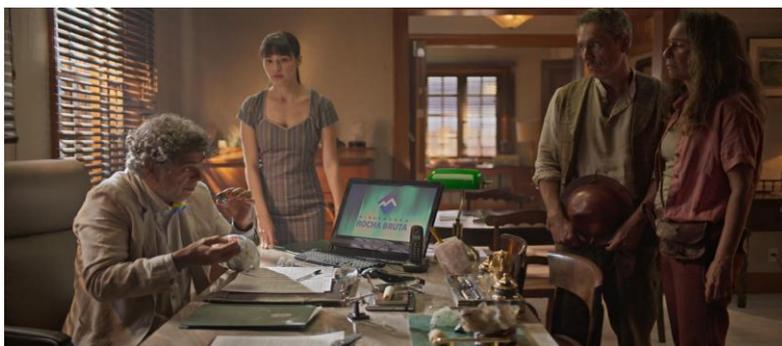
Fonte: Globo Play.

Outro exemplo da representação de um nordestino considerado atrasado é o capítulo 168, onde o personagem Aldenor, ao se deparar pela primeira vez com um assistente virtual, reage com espanto e temor. Ele descreveu o aparelho como sendo “coisa do cão”, refletindo seu desconhecimento e desconfiança em relação à tecnologia. Para Aldenor, o assistente virtual parecia algo quase sobrenatural, levando-o a acreditar que ela poderia controlar o prefeito da cidade como um vilão em uma trama de conspiração. Essa cena não apenas reforça o estereótipo de falta de familiaridade com avanços tecnológicos, mas também utiliza o personagem para criar uma visão econômica e ingênua do homem nordestino, perpetuando imagens simplificadas em vez de explorar as variações culturais ou sociais.

Um dos principais problemas apontados em *No Rancho Fundo* é a representação satirizada de personagens nordestinos. Muitas figuras da

trama são apresentadas como simplórias, ignorantes ou exclusivamente associadas à pobreza. Para superar os clichês, é necessário investigar as relações de poder que criaram essas imagens do Nordeste e dos nordestinos. Nas novelas, esses estereótipos frequentemente aparecem como produtos de uma visão centralizada no Sudeste, que define o Nordeste como "o outro" – exótico, arcaico, ou carente de modernidade. Como sugere Durval Muniz (2021): “Tentar superar este discurso, estes estereótipos imagéticos e discursivos acerca do Nordeste, passa pela procura das relações de poder e de saber que produziram estas imagens e estes enunciados clichês, que inventaram este Nordeste e estes nordestinos” (Albuquerque Júnior, 2021, p. 31).

Figura 6: Print Screen de cena do capítulo 14 da novela “No rancho fundo”, 26 min e 12 segs.



Fonte: Globo Play.

Os personagens do campo são frequentemente mostrados em condições de miséria, sem que suas experiências sejam aprofundadas além do drama da sobrevivência. O uso exagerado de sotaques ou expressões regionais é muitas vezes empregado de forma pejorativa ou humorística. Isso é notável em cenas como as do capítulo 14, onde o "matuto" é ridicularizado em interações com personagens urbanos. Em uma cena em que o casal, Zefa e Tico, humildemente vestidos e deslocados no

ambiente da cidade, procuram um avalista, dono de uma mineradora, para vender uma pedra preciosa que encontraram. O avalista, ao perceber a engenhosidade, e por conta da aparência acha que o casal é ingênuo e não sabe o valor da pedra, tenta se aproveitar da situação ao afirmar que a pedra pode não ser verdadeira, tentando gerar dúvidas e insegurança. Ele oferece um valor absurdamente baixo, muito menor que o valor real da peça, em uma tentativa de enganá-los e lucrar à custa da confiança.

Ao longo do capítulo, o avalista usa repetidamente o termo "matutos" de forma pejorativa, reforçando o estereótipo de que as pessoas do sertão são ingênuas, ignorantes e simples de manipular. A narrativa reforça a divisão entre o "urbano sofisticado" e o "ingênuo rural", criando uma visão que diminui as experiências e os saberes do sertão enquanto exalta a suposta superioridade do ambiente urbano. Além disso, a cena evidencia um desequilíbrio de poder, onde o conhecimento técnico e a vivência do personagem urbano são usados para tentar tirar proveito daqueles vindos do interior, intensificando desigualdades e preconceitos em relação ao Nordeste.

Críticas à Representação Simplista do Nordeste:

Assim, *No Rancho Fundo* (2024) desperta debates sobre a responsabilidade das produções culturais em promoção de visões mais modernas e diferentes das realidades regionais, sem reforçar preconceitos ou perpetuar visões simplistas do Nordeste brasileiro. Em sua obra *O Perigo de uma História Única* (2019), a homônima escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie explora uma questão essencial: como as narrativas reducionistas podem moldar percepções equivocadas de povos e culturas. A autora alerta: "É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar e é isso que o povo se torna" (Adichie, 2019, p. 14).

Com essa análise vemos que os personagens nordestinos, sejam protagonistas ou coadjuvantes, muitas vezes aparecem nas novelas de

forma rasa, limitados a representações que não capturam a diversidade e a riqueza cultural da região. Em vez de apresentar personagens com profundidade, histórias envolventes e perspectivas que revelam as várias nuances do Nordeste, muitos acabam presos a estereótipos que reforçam visões simplificadas e distorcidas. A cultura nordestina, muitas vezes, é tratada apenas como um elemento decorativo no pano de fundo das tramas, sem que suas tradições, valores e desafios sejam realmente explorados em profundidade. Dessa forma, o que poderia ser uma chance de enriquecer a narrativa e valorizar toda a riqueza da região acaba se perdendo. O Nordeste é colocado em segundo plano, sem impacto real nos acontecimentos da trama ou no crescimento dos personagens.

Uma representação mais sensível e respeitosa poderia transformar esses personagens e cenários em protagonistas de histórias vibrantes e envolventes, capazes de conectar o público de forma genuína à realidade nordestina, revelando toda a sua complexidade e beleza. Chimamanda (2019) enfatiza: "sempre senti que é impossível se envolver direito com um lugar ou uma pessoa sem se envolver com todas as histórias daquele lugar ou daquela pessoa" (Adichie, 2019, p. 16). A autora sugere que o envolvimento pleno exige empatia, curiosidade e abertura para compreender as camadas de histórias que formam a essência de alguém ou de um lugar. É um convite para ir além das aparências, abraçar a complexidade e valorizar as narrativas que definem identidades.

A autora também destaca: "Quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso" (Adichie, 2019, p. 18). Nas novelas, a insistência em uma história única sobre o Nordeste reduz a região e seu povo a uma visão limitada. Rejeitar essa história tem apenas um significado sério de que o Nordeste não é apenas seco e migração, mas também modernidade, diversidade cultural, inovação e resistência. Ao fazer isso, as narrativas podem recuperar o "paraíso" da representação autêntica: uma visão onde as múltiplas vozes e realidades do Nordeste são valorizadas, permitindo que os próprios nordestinos se vejam

representados de forma mais verdadeira e que o restante do país também conheça a riqueza da região além dos clichês.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, buscamos mostrar como a novela *No Rancho Fundo* (2024) acaba reforçando estereótipos sobre o Nordeste e seu povo, reduzindo toda a riqueza cultural, social e econômica da região a histórias simplificadas. A mídia tem um papel muito importante em como enxergamos o mundo e a nós mesmos, e quando ela insiste em contar apenas uma versão limitada da realidade, acaba deixando de lado a beleza e a diversidade de identidades que merecem ser conhecidas. Embora a novela trate de temas importantes, como desigualdades sociais e a força para superar desafios, ela ainda cai em clichês, mostrando o Nordeste como um lugar preso ao atraso tecnológico, à ingenuidade de seus personagens e à pobreza extrema.

Essa visão não só reforça preconceitos antigos, mas também deixa de lado a modernidade, a criatividade e a diversidade que realmente representam o Nordeste e seu povo. Seria interessante novas produções apresentarem tramas centradas em personagens que vivem em cidades nordestinas inovadoras, como Recife, Salvador ou Fortaleza, destacando bairros modernos, lugares tecnológicos e espaços culturais vibrantes. Mostrar personagens que optam por viver no campo, não como uma consequência da pobreza, mas como uma escolha consciente de qualidade de vida e conexão com a natureza. Mostrar o Nordeste como destino turístico sofisticado, valorizando locais como Lençóis Maranhenses, Chapada Diamantina, Fernando de Noronha e Olinda, indo além das paisagens e destacando as pessoas que trabalham no setor.

Fica evidente que há uma necessidade de narrativas mais inclusivas e realistas, que não apenas celebrem a diversidade do Nordeste, mas também combatam os preconceitos ainda presentes na teledramaturgia brasileira. Repensar a forma como o Nordeste é retratado nas novelas pode trazer personagens e cenários que realmente toquem o

público, despertando a curiosidade e promovendo uma compreensão mais profunda. Com histórias mais autênticas e envolventes, essas produções têm a chance de construir um retrato mais verdadeiro da rica cultura nordestina.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AQUINO, Raquel. Nova novela da Globo gera polêmica por aparência de personagens. *Portal O povo*. 2024.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 1 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2021.

BACCEGA, Maria Aparecida. O estereótipo e as diversidades. *Comunicação & Educação*, São Paulo, n. 13, p. 7–14, 1998.

COSTA, Jorge Paixão da. Telenovela (origem, evolução e genealogias de um modo de produção). *Jornal Diário Padrão*, 2002.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 2 ed. São Paulo: Editora Ciranda Cultural, 2020.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 48 ed. São Paulo: Global Editora, 2003.

NASCIMENTO, Luiz Ricardo do. *O Nordeste na TV: Representação nas novelas Porto dos Milagres, Cordel Encantado e Velho Chico*. 2024. Monografia (Graduação em História) – Centro de Formação de Professores,

Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, Curso de Licenciatura em História, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2024.

NO RANCHO FUNDO. Direção: Mário Teixeira. Produção: Rede Globo. Rio de Janeiro: Rede Globo, 2024.

SANTANA, Jerriana Silva Santos. *O sertão nordestino nas telenovelas: uma abordagem das representações televisivas*. 2013. Monografia (Graduação em Língua Portuguesa e Literaturas) – Departamento de Ciências Humanas, Campus IV, Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, BA, 2013.

HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA SOBRE AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA*

Thayla Kaylanne Oliveira Dantas¹

Resumo: O presente trabalho tem como principal objetivo analisar as historiografias brasileiras sobre as religiões de matrizes africanas, destacando a importância e o impacto dessas práticas religiosas na sociedade brasileira. Ao longo da análise, será explorado como essas tradições religiosas têm sido interpretadas e valorizadas academicamente, e de que forma elas contribuem para a formação da identidade cultural e social do país. A investigação visa também entender as dinâmicas de resistência e adaptação dessas religiões diante das adversidades históricas e contemporâneas, incluindo preconceitos e intolerância religiosa. Será abordada a maneira como as religiões de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda, desempenham um papel crucial na coesão e na preservação das tradições ancestrais. Além disso, o estudo destaca a importância do reconhecimento e da valorização dessas religiões para a promoção da diversidade cultural e do diálogo inter-religioso no Brasil.

Palavras-chave: Religiões de Matrizes Africana. Umbanda. Candomblé.

Observa-se que as religiões de matriz africana exercem uma influência significativa na cultura brasileira, o que nos provoca uma reflexão da importância dessas religiões na formação da cultura que inicialmente era marcada pelo uso de visões estereotipadas e preconceituosas perceptível que passou por uma grande transformação ao longo dos

* Artigo apresentado à disciplina de Historiografia Brasileira, ministrada pela Profa. Dra. Lêda Rodrigues Vieira como requisito parcial avaliativo.

¹ Graduanda de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI.

anos. A contextualização desse tema se dá pela necessidade de compreender melhor o papel e a fundamentação dessas religiões no Brasil tanto na formação da cultura, quanto na chegada dos africanos ao país e suas práticas religiosas. O sincretismo religioso e a resistência cultural são exemplos que compõem o contexto no qual as religiões de matriz africana se desenvolveram e influenciaram a sociedade.

O trabalho foi desenvolvido a partir de fontes bibliográficas, sobretudo, de autores como, Pierre Verger e Nina Rodrigues. Tem como objetivo explorar a evolução da historiografia brasileira em relação às religiões de matriz africana, destacando os principais estudos. A análise crítica das fontes históricas e das interpretações oferecidas pelos estudiosos permitirá uma compreensão mais ampla e profunda do lugar que essas religiões ocupam na história do Brasil. A principal questão que este trabalho pretende investigar é: Como a historiografia brasileira tem evoluído na sua abordagem às religiões de matriz africana e quais são os principais estudos que contribuíram para uma compreensão mais justa e abrangente dessas religiões no contexto histórico do Brasil?

A justificativa se fundamenta na importância de manter o conhecimento sobre esse tema, reconhecendo sua relevância para a compreensão da sociedade brasileira e contribuindo para o campo da história e da pesquisa. A contribuição deste estudo se dá pela necessidade de entender melhor como funciona a história dessas religiões, Candomblé e Umbanda, cujas práticas e crenças são frequentemente mal interpretadas.

O estudo também combate ao preconceito ao esclarecer informações e desmistificar práticas, fornece também informações valiosas promovendo uma maior sensibilização a respeito da diversidade religiosa, o que devido à falta de conhecimento e à disseminação de informações equivocadas torna ainda mais difícil a compreensão dessas religiões. Este estudo visa promover um entendimento mais aprofundado dessas religiões, destacando suas origens, práticas e significados, desmistificando e oferecendo uma perspectiva mais justa e informada.

Raízes históricas das religiões de matrizes africanas no Brasil

As raízes históricas nas religiões de matrizes africanas no Brasil estão ligadas fortemente ao tráfico transatlântico de escravos e a diáspora africana. Durante séculos, milhões de africanos foram obrigados e forçados a viverem no Brasil como escravos, durante o período colonial onde trouxeram consigo suas crenças, práticas religiosas, rituais e tradições. Essas espiritualidades foram transmitidas oralmente através das gerações, preservando mitos, rituais e práticas.

A interação entre diferentes grupos étnicos e culturais no contexto da escravidão foi fundamental para a formação e desenvolvimento das religiões de matriz africana, com o Candomblé, e a Umbanda, essas que surgiram como formas de resistência e coesão social entre os negros, originárias principalmente das regiões do Congo e do Golfo da Guiné, se adaptarão a um novo contexto cultural, criado a partir de uma nova vivência, resultando em uma diversidade de sistemas religiosos que refletem as experiências e os valores dos africanos e de seus descendentes durante os anos vividos no Brasil, que são essenciais para a identidade religiosa e cultural Brasileira. Conforme Sérgio Ferretti (1995, p. 95) na literatura sobre as religiões de matrizes africanas, destaca-se a “noção de religião considerada como foco de resistência cultural e de preservação da identidade étnica”.

Em vista disso durante gerações, os africanos foram trazidos para o Brasil com o intuito de suprirem a necessidade de mão de obra que havia no país, o tráfico transatlântico de escravizados e a diáspora africana desempenharam um papel crucial na disseminação das religiões de matrizes africanas. Ao longo de mais três eras, milhões de indivíduos oriundos de diversas etnias e ricas origens culturais foram trazidas e escravizadas no Brasil. “Entre os séculos XVI e XIX, 40% dos quase 10 milhões de africanos importados pelas Américas desembarcaram em portos brasileiros. A segunda maior área receptora, as colônias britânicas no Caribe, conheceu pouco menos da metade desta cifra” (Curtin, 1969, p. 268).

O estudo das raízes históricas é importante para entendermos melhor o período da colonização do Brasil, porque essas religiões enfrentam intensa e sistemáticas perseguições, bem como repressões severas, uma vez que eram consideradas uma significativa ameaça à ordem social e religiosa que havia sido estabelecida pelas autoridades da época. Os africanos que eram escravizados mantinham suas próprias práticas religiosas de maneira clandestina, ocultando frequentemente as tradições e crenças enquanto buscavam adaptar essas práticas. É crucial abordar a perseguição que as religiões de matrizes africanas enfrentaram ao longo da história do Brasil. Devido a essa repressão, as reuniões dos adeptos dessas religiões frequentemente ocorriam em locais escondidos, impedindo que seus praticantes expressassem livremente sua fé perante a sociedade. Essa situação de clandestinidade não só limitou a liberdade religiosa, mas também moldou a resistência e a resiliência dessas comunidades. Vale destacar que, paradoxalmente, os principais frequentadores dessas práticas eram, e muitas vezes ainda são, membros da classe alta, que buscam essas tradições espirituais em segredo para evitar o estigma social.

Em sua obra *As Religiões no Rio* (1904), João do Rio oferece um relato vívido e detalhado dessas práticas religiosas, destacando a hipocrisia e a curiosidade oculta das elites sociais da época; “eu vi senhoras de alta posição saltando, às escondidas, de carros de praça, como nos folhetins de romances, para correr, tapando a cara com véus espessos, a essas casas; eu vi sessões em que mãos enluvadas tiravam das carteiras ricas notas” (João do Rio, 1904, p. 10-13).

A influência dessas religiões pode ser observada em diversos aspectos da sociedade brasileira que se formaram, desde a música e a dança, até a culinária. Isso apresenta uma diversidade no que se refere às tradições africanas. De certo que, é cada vez mais comum encontrar nas músicas de samba a abordagem de temas relacionados às religiões e à luta contra o preconceito. As escolas de samba, em especial, têm desempenhado um papel fundamental ao trazer essas discussões para o centro dos desfiles carnavalescos. Um exemplo notável é a Escola de Samba

Acadêmicos do Salgueiro, que, em um de seus desfiles, dedicou-se a homenagear os guias espirituais das religiões de matriz africana. Com o enredo "Fala, Majeté! Sete Chaves de Exu", a escola não só celebrou a rica tradição dessas religiões, mas também buscou desmistificar a imagem de Exu e combater os preconceitos associados a este orixá. Ao longo do desfile, a letra da música destacava:

Laroyê, Exu
Mojubá, Exu
É o dono da encruzilhada
Lá no candomblé ele é o guardião
Laroyê, Exu
Mojubá, Exu
É o rei do nosso chão.

Segundo o documento da 1 Conferência Nacional de promoção da Igualdade Racial (Conapir) que ocorreu no ano de 2005 na cidade de Brasília, documento esse que apresenta a sua visão política sobre as religiões afro-brasileiras e que considera ela uma parte importante para a cultura brasileira:

O Estado brasileiro não pode desconsiderar o papel histórico e a contribuição que as religiões de matriz africana tiveram na formação da identidade e costumes do povo brasileiro, proporcionados pela chegada de milhares de africanos escravizados trazidos ao país. Essa população que, no confronto com o padrão dominante aqui existente, introduz e reproduz os valores e saberes da visão de mundo africana, reelaborando e sintetizando no Brasil a relação do homem com o sagrado. A constante afirmação dessa filosofia foi fundamental para a sobrevivência física e cultural dos vários grupos originários do continente africano (CONAPIR, 2005, p.105).

É importante destacar que no decorrer da história do Brasil durante o desenvolvimento da sociedade a vida do povo foi permeada pelas ricas contribuições da cultura africana. Mas também devemos lembrar que para essas religiões sobreviverem á repressão, tiveram que se sincretizarem com o catolicismo e outras crenças. Aos olhos dos senhores de escravos tais práticas eram compreendidas como uma exaltação aos Santos católicos que ocupavam um altar nas senzalas (Bastide, 1971, p. 72). Resultando assim em novas formas de resistência com base em Fonseca (2012):

O sincretismo, que conduz essa mistura de concepções religiosas, foi então desde o início censurado. Inicialmente sua prática foi atribuída a uma estratégia de resistência e a uma incapacidade intelectual de assimilar de forma pura as doutrinas católicas por parte dos africanos e seus descendentes no Brasil (Fonseca, 2012, p. 100).

O sincretismo entre as religiões africanas pode ser interpretado como sendo o primeiro de muitos outros ocorridos neste processo que deu origem às religiões afro-brasileira (Bastide, 1971, p. 87). Embora a religião católica fosse imposta, os africanos trouxeram consigo práticas espirituais. Essa interação resultou na criação de novas manifestações religiosas que conseguiram preservar muitos aspectos essenciais de suas tradições de origem, mesmo ao adotar a aparência e alguns rituais da fé católica.

Evolução das religiões de matrizes africanas

As religiões de matrizes africanas passaram por diversos e significativos processos de adaptações em diferentes contextos socioculturais que marcaram sua trajetória e muitas vezes como resultado da diáspora africana nas interações dinâmicas com outras tradições religiosas. Através da resenha de estudo de Antunes, 2024 sobre: a diáspora africana

viabiliza a análise da provável procedência dos indivíduos postos em cativeiro, das identidades atribuídas pelo tráfico e construídas durante as travessias, e das (re)aproximações dos etnônimos pelos escravizado (Antunes, 2024, p. 2-5).

Essas adaptações foram essenciais para a preservação e evolução das práticas espirituais das religiões de matrizes africanas. Por exemplo, para escapar à perseguição durante o período colonial e imperial, muitas dessas práticas foram sincretizadas com o catolicismo. Isso significa que os orixás e outras entidades espirituais foram associados a santos católicos, permitindo que os adeptos continuassem suas tradições religiosas sob disfarce de devoção católica. No imaginário e na expressão artística afro-brasileira, os orixás costumam ser caracterizados com atributos de santos católicos, quase todos brancos como por exemplo, o guerreiro romano, pelo qual Ogum é representado em muitos Candomblés (Almeida, 2016, p. 11). “Esse primeiro momento de adaptação é seguido por um segundo, o de criação” (ibidem, p. 226). Além de um esforço contínuo para a preservação de suas tradições, que foi efetivamente realizada por meio da oralidade e formas variadas de resistência à marginalização social e cultural. Entretanto, essas religiões frequentemente incompreendidas e estigmatizadas, também encontraram formas inovadoras e criativas de se manterem vivas irrelevantes na contemporaneidade, apesar dos seus inúmeros desafios enfrentados ao longo dos séculos e da necessidade de reafirmar sua identidade em um mundo em constante mudança.

Crenças e divindades

Entre essas crenças fundamentais, destaca-se a firme convicção na existência de um ser supremo, que é considerado a fonte primordial de toda a criação e sabedoria. Este ser, que é venerado com gratidão e respeito, desempenha um papel central na vida espiritual dos praticantes. Além disso, há uma forte e inabalável valorização da ancestralidade, onde os antepassados são profundamente respeitados e reverenciados,

sendo vistos não apenas como figuras do passado, mas como guias espirituais que influenciam e protegem as gerações presentes e futuras.

Essa presença significativa dos ancestrais não apenas conecta os indivíduos à sua rica herança cultural, mas também reforça a noção de continuidade e pertencimento dentro da comunidade e da família. As divindades intermediárias, que servem como elo sagrado entre os humanos e o divino, são outra característica marcante e fascinante dessas tradições, enriquecendo ainda mais sua diversidade. Essas divindades frequentemente representam forças poderosas da natureza, como os ventos, as águas e as terras, incorporando também aspectos fundamentais da vida humana, como a fertilidade, a saúde e a prosperidade. Podemos exemplificar usando uma das entidades mais conhecidas aqui no Brasil, a rainha dos Mares conhecida como Iemanjá. Mesmo os não praticantes da religião, ao chegar dia 02 de fevereiro sempre participam de suas festas diretamente ou de forma indireta.

Iemanjá é vista também como Deusa da Fertilidade, tanto das mulheres como da terra, por ser também rainha do Mar é reconhecida por seus seguidores como fonte de vida ou o útero que dá vida a todos os seres.

O primeiro orixá a ser criado pelo deus, e para com ele participar da criação dos demais, foi Iemanjá, a poderosa senhora das águas da Terra, e mãe de todos os seres viventes” (Barros, 2006, p. 30). Foi ela que enfeitou a Terra com os rios, as cascatas e as lagoas; e foi um de seus filhos, chamado Oblata, que criou o ser humano, de maneira que este pudesse povoar a Terra e celebrar os orixás (Prandi, 2001b, p. 381).

Dessa forma, essas entidades exercem uma influência significativa sobre diversos aspectos do mundo material e espiritual, oferecendo apoio, proteção e orientação aos seus devotos em suas vidas cotidianas e na constante busca por equilíbrio, harmonia e bem-estar. A interação

contínua entre os seres humanos e esses elementos sagrados é um testemunho da profunda interconexão que caracteriza as práticas espirituais e culturais dessas religiões.

Os Umbandistas são devotos aos Orixás e a espíritos evoluídos no qual tem como papel principal ajudar na evolução pessoal de cada pessoa, a comunicação com entidades e guias espirituais é a parte central desta religião, assim como cantigas no qual é denominado de pontos e até mesmo as oferendas no qual são destinadas aos guias como agradecimento ou até mesmo como forma de pedidos a entidades específica.

Acreditam também em carma, onde tudo que é feito nesta vida, pode ter consequências em todas as vidas futuras de uma pessoa, o que por meio da visão desta religião é visto como algo importante na evolução espiritual de um indivíduo enquanto em vida. Lembrando também que o principal foco da Umbanda é a caridade e a simplicidade, os praticantes desta religião estão sempre realizando projetos de caridade, desde festas em terreiros onde são entregues alimentos aos ali necessitados, como consultas grátis com as entidades ali presentes, ou até mesmo palestras e aulas para ensinarem as pessoas sobre a religião.

Na Umbanda há a prática do politeísmo, onde a crença em várias divindades denominadas de Orixás que são considerados divindades ligadas a elementos da natureza e Entidades que são espíritos de pessoas que já estiveram aqui na terra e trabalham como guias espirituais onde oferecem proteção e orientação. Estas práticas são realizadas em um ambiente denominado de Terreiro onde ocorre as reuniões, festas, sessões de atendimentos, giras, oferendas e rituais de iniciação.

Contudo, as práticas diárias dos umbandistas onde os mesmos por meio de orações diárias pedem proteções e realizam seus agradecimentos são realizadas todos os dias por seus adeptos. Uma prática muito frequente pelos mesmos é o uso de guia e amuletos de proteção onde podem consistir em cordões de contas e amuletos consagrados a um orixá. Além de que, o uso de ervas e defumadores para realizarem limpeza seja corporal ou do ambiente no qual vivem e frequentam é muito usado também. A cerca de oferendas, é realizado na umbanda oferendas simples

onde consiste em ofertas aos orixás e guia oferendas como flores, velas, água, alimentos, onde podem ser ofertados em altares, terreiros ou até mesmo podendo ser cultuados em casa em um ambiente específico para esta ação.

Como já foi mencionado, os rituais de matrizes africanas, como o candomblé e umbanda, tem suas raízes africanas como já mencionado. Essas práticas religiosas incorporaram elementos como o culto aos orixás e a comunicação com os espíritos ancestrais, muitas vezes envolvendo o sacrifício de animais como parte integrante dos rituais (Amorim, 2023, p. 134). O Candomblé é reconhecido como uma das principais e mais significativas religiões de matrizes africanas que existem no Brasil, apresentando profundas e ricas raízes nas fascinantes tradições culturais dos povos iorubás e outras etnias. Suas práticas espirituais incluem a veneração e a adoração fervorosa aos orixás, que são entidades espirituais poderosas e sábias que representam não apenas as forças da natureza, mas também diversos aspectos da existência humana, do cotidiano e das inter-relações sociais.

Os adeptos do Candomblé comprometem-se a seguir um caminho espiritual que os leva a realizar cerimônias de iniciação, complexos e significativos rituais de oferendas, além de cantos emocionantes, danças vibrantes e festividades diversas alusivas em honra aos orixás venerados, que ocupam um lugar de destaque nas suas vidas. Os terreiros de Candomblé são os locais sagrados onde essas importantes práticas espirituais e comunitárias são realizadas, e onde a comunidade se reúne para cultuar suas divindades de forma coletiva, harmoniosa e unificada, fortalecendo assim os laços sociais, culturais e espirituais entre os integrantes do culto e promovendo um ambiente de respeito e amor.

No Candomblé é feito a iniciação do indivíduo na religião onde pode durar vários dias, chegando até mesmo a meses, dependendo de cada casa. Nesta religião é usado um instrumento que se chama atabaque onde por meio de toques desses instrumentos é chamado os orixás para serem cultuados. É realizado oferendas aos orixás como objetos simbólicos, flores, comidas e é feito até mesmo sacrifício de animais onde após

serem abatidos e ofertados as divindades eles são compartilhados em um banquete comunitário onde os seguidores da religião podem estar consumindo assim como podem ser distribuídos também a pessoas em situações carentes. É importante destacar as práticas diárias de proteção para manter o equilíbrio espiritual e ligação com os orixás no qual cultuam. Primeiramente ocorre a utilização de ervas onde elas são usadas para realizarem banhos de proteção e limpeza, daremos adendo ao fato de que cada orixá tem sua erva específica para que cada membro realize o banho indicado pelo seu guia, assim como ervas para defumação e remédios naturais. Outra forma de proteção usada pelos candomblecistas são as guias no qual são consagradas cada uma a um orixá específico onde por meio disto, o orixá no qual acompanha o adepto será representado por uma cor específica. Existem também uma prática diária muito importante aos candomblecistas que são as orações diárias aos orixás, onde por meio desta forma de contato as divindades eles podem pedir proteção, orientação e realizar agradecimentos pelas bênçãos recebidas por quem os protege. É importante frisarmos o quão importante é a comunidade das religiões aqui pautadas para a sociedade e o individual. Por meio do individual, os seguidores conseguem ser pertencentes a uma religião onde por meio disto, são englobados na sociedade. Por meio das comunidades religiosas podem encontrar uma direção, amizade, aconselhamentos e o sentimento de pertencimento.

Além de que, é compreendido ao nos aprofundarmos neste assunto que os ensinamentos de cada religião são passados de geração a geração, desde cantigas a pontos e doutrinas. Por conta do ensinamento presente nesta doutrina, refere-se à caridade um tópico extremamente seguido por eles, o que resulta em diversas ações sociais, como distribuições de roupas, alimentos e até mesmo é realizado por meio das consultas realizadas em cada encontro ajuda para cada pessoa ali presente onde eles vão atrás de alívio, socorro ou até mesmo conselhos para aqueles que necessitam de ajudas psicológicas e emocionais. É evidente que estas religiões sofrem preconceito diariamente, o que entra em contrapartida

com seus seguidores, onde nestas religiões são inclusivas pessoas de diferentes classes sociais, etnias e orientação sexual.

Vale ainda ressaltar os enormes desafios que essas religiões tiveram ao longo dos anos. O sincretismo religioso, que envolve a combinação de elementos de diferentes religiões, foi uma estratégia crucial utilizada pelos africanos escravizados no Brasil para preservar suas crenças e práticas religiosas. Diante da imposição das religiões europeias, especialmente do catolicismo, os africanos encontraram uma forma de continuar venerando suas divindades disfarçando-as sob a aparência dos santos católicos, podemos ver muito bem conforme Gabriela Pimentel de Araújo descreve no seu artigo “O Terreiro e a Igreja A função do Sincretismo na “defesa” contra o preconceito religioso”;

Para contornar essa situação, seus adeptos encontraram, enquanto alternativa, a possibilidade de cultuar seus deuses (orixás) associando elementos similares deles em conformidade com os santos católicos. Dizendo acreditar nos santos católicos e estar convertidos à religião cristã, apenas para continuar a praticar suas crenças e rituais de um modo mais “protegido”. Desta forma, o “povo de santo” acredita e cultua seus orixás, mas, em paralelo, alimenta uma “devoção” pelos santos católicos que possuem elementos parecidos com as características de seus orixás (Araújo, 2016, p. 30).

Outro fator importante é os estudos sobre intolerância religiosa no Brasil, "os adeptos das religiões afro-brasileiras são particularmente vulneráveis ao preconceito, enfrentando exclusão e estigmatização tanto no ambiente de trabalho quanto nas instituições educacionais" (Silva, 2020). Essa discriminação se traduz em atos de violência, vandalismo contra terreiros e atitudes de desrespeito e marginalização. A intolerância religiosa é evidente através de atos como ataques a terreiros, vandalismo e violência contra praticantes. Esses comportamentos demonstram uma

ausência de respeito e compreensão pela diversidade religiosa, prejudicando a liberdade de culto e a convivência harmoniosa. Além disso, a desinformação sobre as práticas e crenças das religiões de matriz africana resulta em estigmatização:

Com a liberdade religiosa e o direito de expressão entre diversas religiões, a intolerância religiosa aumentou entre as religiões afro-brasileiras. A falta do conhecimento específico sobre qualquer religião, mais precisamente em especial o preconceito e o desrespeito sobre as religiões afro-brasileira em qualquer lugar do Brasil (Amaral, 2018, p. 18).

Muitas pessoas desconhecem a riqueza espiritual e cultural dessas tradições, julgando-as com base em preconceitos e falta de conhecimento, o que perpetua a marginalização e o desrespeito. Ressaltando a resistência e a resiliência das comunidades em preservar suas tradições e crenças, é importante resgatar a trajetória dessas religiões, marcada especialmente por violência e descredibilização. Segundo Mundicarmo Ferretti,

Observando a trajetória das religiões de matrizes africanas no Brasil, o que se percebe é um rastro de violências por parte do Estado e da sociedade de modo geral. Primeiro, não as reconhecendo sequer como religiões, depois, criminalizando suas práticas. O fato de organizarem sua devoção de forma diferente do que se espera pelo mundo branco e ocidental é visto como anomalia (Ferretti, 2002, p. 59).

A resiliência dessas religiões também se reflete na capacidade de adaptação e inovação. Os terreiros atuam como centros de resistência cultural, como já citado anteriormente onde conhecimentos, práticas e valores são cuidadosamente transmitidos de geração em geração. Esse processo de transmissão inclui a manutenção de idiomas tradicionais,

músicas, danças e culinária, que são elementos cruciais da identidade cultural afro-brasileira.

Principais historiografias de matriz africana

Durante a pesquisa, foi identificado dois autores que se destacaram significativamente devido às suas visões diferentes sobre as religiões de matriz africana. Não poderia deixar de mencioná-los, pois suas contribuições são de suma importância para o tema abordado, um deles é Pierre Verger, um francês que também é um dos mais destacados antropólogos e etnólogos do século XX, que se dedicou ao estudo profundo das religiões de matriz africana, tanto na África quanto no Brasil e teve uma visão profunda e respeitosa das religiões. Ele dedicou grande parte de sua vida ao estudo do Candomblé e da Umbanda, documentando suas práticas, crenças e histórias. Verger acreditava que essas religiões eram fundamentais para a preservação da identidade cultural afro-brasileira e que elas desempenhavam um papel crucial na construção de uma "Africanidade" no Brasil.

Verger destacou que as religiões de matriz africana são mais do que sistemas de crenças religiosas, elas são veículos de preservação e transmissão cultural. Segundo Verger "essas práticas religiosas mantêm vivas as tradições africanas através da música, dança, língua culinária, proporcionando um sentido de continuidade e identidade cultural" (Verger, 1991). Ele enfatizou que o estudo dessas religiões é crucial para entender a resistência e adaptação cultural dos africanos no Brasil.

Durante sua pesquisa ele teve uma abordagem etnográfica em seu estudo das religiões de matriz africana. Ele viveu entre as comunidades que praticavam o Candomblé e a Umbanda, participando de rituais e interagindo de forma próxima com os praticantes para entender melhor como eles se comportavam. Segundo Jessica Freitas:

O conhecimento sobre os rituais que iniciou na Bahia facilitou o seu contato com sacerdotes e autoridades

do continente africano e ele acabou sendo iniciado como babalaô - um adivinho através do jogo do Ifá, com acesso às tradições orais dos iorubás. Além da iniciação religiosa, Verger começou nessa mesma época um novo ofício, o de pesquisado (Freitas, 2019, p. 16).

Esta imersão permitiu-lhe documentar detalhadamente as práticas religiosas, os mitos, as estruturas sociais e os rituais associados a essas religiões. Seu método envolvia não apenas a observação participante, mas também a fotografia e a coleta de relatos orais, que ele compilou em várias obras, como "Orixás: Deuses Iorubás na África e no Novo Mundo". Verger também viajou pela África Ocidental, estabelecendo assim, conexões entre as práticas religiosas africanas e suas adaptações no Brasil. Ele documentou a continuidade e as transformações das tradições religiosas africanas no contexto da diáspora, destacando a resiliência e a adaptabilidade dessas práticas culturais.

Historicamente, as obras de Verger oferecem uma visão abrangente sobre as religiões de matriz africana no Brasil. Ele documentou não apenas os aspectos religiosos, mas também os contextos sociais e culturais em que essas práticas se desenvolveram, suas pesquisas são fundamentais para entender como as tradições africanas foram adaptadas e mantidas vivas no Brasil, mesmo sob condições bem diferentes se comparada ao catolicismo, a abordagem historiográfica do autor destaca a importância do estudo dessas religiões para a valorização da diversidade cultural e para a promoção da tolerância religiosa e para se der uma visão para menos preconceituosa.

O segundo autor que se destaca neste contexto é o Nina Rodrigues que foi um médico, antropólogo e pesquisador brasileiro, reconhecido por suas contribuições pioneiras no estudo das religiões de matriz africana no Brasil, especialmente no contexto da Bahia no final do século XIX e início do século XX1. Sua obra é de suma importância para o entendimento dessas religiões, apesar de refletir bastante preconceito e limitações de sua época. Ele enxergava as religiões de matriz africana como um

fenômeno essencialmente cultural e social que merecia ser estudado cientificamente. E em sua obra "O Animismo Fetichista dos Negros Bahianos", publicada em 1900, ele documentou minuciosamente as práticas e crenças dos africanos e seus descendentes na Bahia. Rodrigues descreveu essas religiões como expressões do "animismo fetichista", utilizando uma terminologia que era comum na antropologia de sua época. O que se casou um "rebolço", sobre isso pois sua abordagem também carregava uma visão eurocêntrica e evolucionista, caracterizando as religiões africanas como "primitivas" e "atrasadas" em comparação com o cristianismo.

Contudo, sua obra também foi criticada por perpetuar estereótipos e preconceitos raciais. Ele frequentemente descrevia as práticas religiosas afro-brasileiras de maneira pejorativa, refletindo as influências do colonialismo e do racismo científico de sua época. Em síntese, historicamente, a obra de Nina Rodrigues é um marco importante no estudo das religiões de matriz africana no Brasil. Ele contribuiu para a documentação e análise dessas práticas religiosas, mesmo que sua abordagem tenha sido influenciada pelos preconceitos de sua época. Seu trabalho fornece uma base para entender como as tradições africanas foram adaptadas e mantidas vivas no Brasil, apesar das condições adversas.

Considerações finais

Ao considerar a historiografia brasileira a respeito das inúmeras religiões que emergiram de matrizes africanas, é absolutamente essencial ressaltar, com uma ênfase bastante significativa, a importância do reconhecimento e da valorização dessas vertentes religiosas que desempenham um papel fundamental na construção da identidade nacional do Brasil. Não se pode esquecer, em hipótese alguma, a relevância histórica que essas tradições tiveram na formação cultural e social do nosso país ao longo dos séculos.

Elas são absolutamente essenciais para a compreensão do complexo e rico mosaico que caracteriza a nossa sociedade. Portanto é

reconhecida em sua vasta riqueza simbólica e em suas expressões diversificadas e ricas, contribuíram de maneira amplamente positiva para o desenvolvimento de um patrimônio cultural que é incrivelmente vibrante e diversificado. Essa influência se reflete em danças eletrizantes, músicas envolventes e cativantes, vestimentas tradicionais deslumbrantes, além dos rituais que revelam a resistência, a força e a espiritualidade que se integram ao nosso cotidiano e às nossas vivências diárias, enriquecendo ainda mais nosso entendimento cultural. Ao ampliar o conhecimento e a compreensão sobre as tradições religiosas de matriz africana, torna-se possível promover um maior respeito e uma convivência mais harmônica entre as diversas manifestações culturais e religiosas que compõem o Brasil. Esse respeito mútuo enriquece a cultura nacional e reforça a importância da tolerância e do diálogo inter-religioso, fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e pluralista.

Embora seja evidente o crescimento de seguidores de escolas católicas, evangélicas e espíritas, as religiões de matriz africana mantêm seu equilíbrio e continuam a aumentar o número de adeptos. No entanto, a intolerância religiosa persiste, fazendo com que muitas pessoas temem assumir suas crenças devido à possibilidade de repressão e agressão. O reconhecimento e a valorização das religiões de matriz africana devem estar no centro das discussões acadêmicas e sociais para a construção de um Brasil mais inclusivo. Isso contribuirá para um entendimento mais profundo da realidade social, cultural e espiritual do país, assegurando que todos possam expressar suas identidades de forma plena e respeitosa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Gabriela Pimentel. O Terreiro e a Igreja: A função do Sincretismo na “defesa” contra o preconceito religioso. *Revista de Estudos e Investigações Antropológicas*, Pernambuco, Editora da universidade v. 3, n. 3, p. 30-35, 2016.

AMARAL, Carolina Pereira da Costa. *Construção do ódio através da desinformação e a luta pela garantia da liberdade religiosa: a situação da umbanda frente aos ataques às religiões afro-brasileiras no Rio de Janeiro*. Dissertação (Bacharel em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018. 47 p.

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. *Estado e sociedade promovendo a igualdade racial (CONAPIR): relatório final*. Brasília: Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial/Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, 2005. p. 105.

FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha. *Opressão e resistência na religião afro-brasileira*. São Luís: Editora Boletim da Comissão Maranhense de Folclore, set, n. 23, 2002.

MOURA, Nego; PADU. Laroyê. Rio de Janeiro. Editora desconhecida. 2022.

ROMÃO, Tito Lívio Cruz. Sincretismo religioso como estratégia de sobrevivência transnacional e translacional: Divindades Africanas e Santos Católicos, v. 57, n. 1, p. 353–381, abr. 2018.

RODRIGUES, Nina. *O Animismo Fetichista dos Negros Bahianos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

SILVA, Vagner Gonçalves da (Org.). *Intolerância Religiosa*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

VERGER, Pierre. *Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo*. Salvador: Editora Corrupio Comércio, 1981.

PARTE II

Historiografia Piauiense: resenhas



OS LITERATOS E A REPÚBLICA*

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. Teresina: FCMC, 1994.

Ana Carolina Oliveira Costa¹

A participação dos literatos na vida social e política do Piauí, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, é um tema pouco explorado, e sua produção literária permanece desconhecida e dispersa. Muitas das obras dessa fase estão espalhadas em jornais da época, inúmeras ainda estão inéditas, e uma parte significativa dos livros publicados foi destruída de várias formas, restando apenas suas referências. Esse quadro reflete a importância de investigar a história literária do Piauí para resgatar um período crucial de sua formação cultural e social. Ao conhecer e entender essa produção é essencial para compreender melhor o Piauí, suas influências políticas e os desafios enfrentados pela literatura local, especialmente em um contexto de marginalização e luta por visibilidade.

A obra analisada é intitulada *Os Literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as Tiranias do Tempo*, de Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz. Natural de Esperantina, a autora é doutora em História Social pela USP e atua como professora do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal do Piauí, realizando pesquisas sobre História e Literatura e Historiografia Piauiense. Em sua obra, Teresinha Queiroz explora a produção literária e o ambiente intelectual do

* Resenha crítica apresentada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, como requisito parcial para aprovação na disciplina de Historiografia do Piauí, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Lêda Rodrigues Vieira.

¹ Graduanda de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. Email: anacarolinaocosta@aluno.uespi.br

Piauí, destacando os desafios enfrentados pelos escritores locais. A análise será apoiada pelas ideias de Nicolau Sevcenko (2003), que em *Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*, examina a literatura como meio de contestação social no Brasil.

O livro apresenta uma análise abrangente das transformações políticas, sociais, culturais e educacionais de Teresina e do Piauí entre os séculos XIX e XX. A autora destaca o crescimento lento da cidade, que, embora não tenha experimentado grande imigração estrangeira, consolidou-se como centro político e administrativo, com importantes melhorias na infraestrutura, como a navegação fluvial e a implementação de linhas telegráficas. Ao abordar a cultura, Teresinha Queiroz aponta a introdução de elementos modernos, como o teatro e o cinema, contrastando com as tradições locais, como festas religiosas e bailes populares, refletindo um processo de modernização social e cultural.

A música, entre o final do século XIX e o início do século XX está no centro da vida social. É imprescindível em solenidades cívicas, passeatas, eventos familiares como casamentos, batizados, aniversários, formaturas, nos bailes que são a principal diversão da cidade, apesar das críticas de Elias Martins e dos "exageros" cometidos na acepção de Higino Cunha, 86 Além dos usos regulares e tradicionais da música, no início deste século aparecem novas formas de lazer que requerem sua utilização ou em que ela é o próprio centro, como as tocatas familiares, os números executados durante e nos intervalos das sessões cinematográficas e as famosas retretas no Jardim da Praça Rio Branco (Queiroz, 1994, p. 44).

É evidenciado também a grande desigualdade entre os que tinham acesso à educação formal, principalmente a elite, e a maioria da população, que permanecia analfabeta. Apesar das tentativas do governo de expandir o acesso à educação, com a criação de escolas noturnas e

outras iniciativas voltadas à formação das elites, a educação continuava a ser um privilégio restrito, refletindo a desigualdade social da época.

Na produção literária piauiense, podemos perceber em sua obra as dificuldades enfrentadas pelos escritores locais que eram, muitas vezes, marginalizados e viam suas obras publicadas de maneira restrita. A falta de leitores e a pequena circulação das publicações literárias são destacados como obstáculos significativos para o desenvolvimento da literatura no estado. O contexto intelectual do Piauí, especialmente no período da Primeira República é retratado, focando no movimento republicano e na separação entre Igreja e Estado. A autora destaca as críticas de intelectuais como Higino Cunha e Clodoaldo Freitas à Igreja Católica e a busca por uma nova ordem social, alinhada com os ideais republicanos e a educação secular.

A obra de Teresinha Queiroz, apresenta uma análise profunda e essencial para compreender o papel dos intelectuais na formação de ideias republicanas e na transformação cultural e política do Piauí. Tem grande relevância dessa abordagem, pois, ao trazer à tona a contribuição dos literatos, a autora revela não apenas o valor histórico de sua produção, mas também como a literatura serviu como instrumento de luta social e questionamento das desigualdades e tradições arraigadas. Essa perspectiva nos permite perceber a literatura como uma ponte entre o imaginário social e as demandas concretas de uma sociedade em transição.

A análise de Teresinha Queiroz dialoga com a obra de Nicolau Sevcenko (2003), especialmente em *Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*, que também explora como a literatura atuou como ferramenta de contestação e crítica social durante a transição do Império para a República no Rio de Janeiro. Para Sevcenko, a produção literária daquele período não apenas refletia as tensões sociais, mas também buscava combatê-las, sendo um espaço de resistência e reconstrução de valores. Da mesma forma, Teresinha Queiroz demonstra como, no Piauí, os literatos se posicionaram contra a influência da Igreja e as limitações impostas por um sistema político e educacional elitista,

criando um campo de debate sobre modernidade, educação e liberdade de pensamento.

A autora Teresinha Queiroz é particularmente eficaz ao destacar o contexto local do Piauí, frequentemente negligenciado nas análises sobre o período republicano. Sua pesquisa detalha os desafios enfrentados pelos escritores piauienses, como a marginalização de suas obras e a precariedade das condições de publicação, evidenciando como esses obstáculos foram superados pela persistência em registrar e questionar as mudanças da época. Essa abordagem complementa a visão de Sevcenko, ao mostrar que, mesmo fora dos grandes centros urbanos, a literatura desempenhou um papel transformador e contestador.

As décadas em torno da transição dos séculos XIX e XX assinalaram mudanças drásticas em todos os setores da vida brasileira. Mudanças que foram registradas pela literatura, mas sobretudo mudanças que se transformaram em literatura. Os fenômenos históricos se reproduziram no campo das letras, insinuando modos originais de observar, sentir, compreender, nomear e exprimir.

Por outro lado, os valores éticos e sociais mudaram tanto no nível das instituições e dos comportamentos como no plano das peças literárias. Os textos artísticos se tornaram, aliás, termômetros admiráveis dessa mudança de mentalidade e sensibilidade (Sevcenko, 2003, p. 286).

Portanto, ao valorizar a produção intelectual e literária do Piauí como parte fundamental do processo republicano brasileiro, a obra de Queiroz se torna indispensável. Ela nos convida a repensar a importância desses literatos e suas produções, reconhecendo neles agentes de mudança social e cultural. Ao dialogar com autores como Sevcenko, fica evidente que a literatura, seja em contextos locais ou nacionais, desempenhou uma função essencial como expressão das tensões sociais e como meio de luta por um futuro mais justo e inclusivo.

A obra de Teresinha Queiroz é essencial para a compreensão da relação entre literatura, sociedade e política no Piauí durante a transição entre o século XIX e o início do século XX. Sua abordagem, fundamentada em uma ampla pesquisa histórica, permite iluminar aspectos pouco explorados da produção literária e do ambiente intelectual do estado, destacando os desafios enfrentados pelos escritores locais. A análise da autora é precisa e sensível, valorizando o papel da literatura como um instrumento de transformação social e resistência cultural. Ao dialogar com autores como Nicolau Sevcenko, a resenha reafirma a relevância do estudo sobre os literatos e sua contribuição para o entendimento das mudanças políticas e sociais do período. Assim, a obra de Queiroz se apresenta como uma referência indispensável para os estudos de história e literatura, contribuindo para preservar e valorizar a memória cultural do Piauí.

REFERÊNCIAS

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. Teresina: FCMC, 1994.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

NO PIAUHY: NA TERRA DOS TREMEMBÉS*

MAVIGNIER, Diderot dos Santos. *No Piauí: na terra dos tremembés*. 1.º ed. Parnaíba, 2005.

*Ana Vitória Campos Moura*¹

Esta obra que será resenhada foi escrita por Diderot Mavignier, que foi historiador e escritor em Parnaíba-PI. Ele era formado em história pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), especialista em Metodologia do Ensino de História, membro do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba (IHGGP), foi curador do Museu da Maçonaria de Parnaíba e colunista. Todos os seus livros e pesquisas são voltadas para a historiografia piauiense e parnaibana.

O livro “No Piauí: na terra dos tremembés” foi lançado em 2005 com apoio da Fecomércio, da Biblioteca Municipal de Parnaíba, do IHGGP, Sesc e de outras empresas. Diderot Mavignier retrata os movimentos sócio-políticos que ocorreram no Norte do Piauí. Na obra é enfatizado a coragem e o amor do povo pela sua terra, sentimentos que, segundo o autor, foram herdados dos Tremembés, povos indígenas situados em terras piauienses. Os fatos expostos ao longo do texto são baseados em clássicos da historiografia piauiense como dos pesquisadores Odilon Nunes, Monsenhor Chaves e Tanya Brandão, entre outras referências. Desse modo, o livro possui uma pequena apresentação e seis capítulos que trazem informações sobre a história da cidade de Parnaíba.

* Resenha crítica apresentada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, como requisito parcial para aprovação na disciplina de Historiografia do Piauí, ministrada pela Prof.ª Dr.ª Lêda Rodrigues Vieira.

¹ Graduanda em Licenciatura em História na Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. Email: aninhamoura1812@gmail.com

Inicialmente, a obra trata sobre como era o Piauí no período em que só existiam os povos originários como habitantes, de vestígios arqueológicos e dos visitantes que passaram por essas terras. O autor destaca a tese do historiador Ludwig Shwennhagem que defende a presença dos fenícios no litoral piauiense e que estes usavam a Praia Pedra do Sal como porto para seus navios. Ainda segundo Ludwig, os fenícios teriam fundado uma metrópole chamada Tur-Troya, daí surgiria o nome Tutóia.

Com relação ao modo de vida dos Tremembés, “que significa índio dos terrenos alagados” (Mavignier, 2005, p. 11), o autor afirma que eles eram independentes, possuíam boa saúde e dividiam os produtos adquiridos com o trabalho entre a comunidade, pois a terra era de todos. Com a chegada de exploradores na terra, a princípio, tiveram uma relação pacífica com os indígenas, esses estrangeiros utilizavam a prática do escambo para conseguirem ajuda dos povos originários. No entanto, a partir do momento que os indígenas se incomodaram com a presença dos homens brancos em suas terras essa relação passa a ser violenta, o que levou ao desaparecimento de muitas tribos devido a escravidão, aos combates de resistência e pelas doenças trazidas pelos europeus.

Ao longo de sua obra, Diderot Mavignier, aborda a evolução do Piauí, desde capitania até a criação da Vila de São João da Parnaíba. Segundo o autor, com a criação da Capitania São José iniciou-se a instalação do Governo local, o poder era concentrado em pequenos grupos de ricos fazendeiros que faziam as suas próprias leis, administrando a capitania com intenção de atender seus próprios interesses. Além disso, na capitania possuía muitas fazendas de gado bovino em que surgia muitos povoados nos arredores delas, sendo o boi utilizado até como moeda de troca.

Já a Vila de São João da Parnaíba, foi criada em 18 de agosto de 1762 por necessidade de defesa da colônia de Portugal. Nesse período, na Vila existiam 79 fazendas que criavam gado e 47 sítios em que neles eram desenvolvido agricultura. No entanto, a Vila começou a se desenvolver expressivamente com a chegada do português Domingos Dias da Silva, que com o estabelecimento de suas charqueadas promoveu o crescimento

econômico e social. Além de aumentar a renda da Vila, desenvolveu a indústria pastoril, enriqueceu o comércio, construiu igrejas e edifícios.

Nesse contexto, a partir de 1793, Simplício Dias da Silva, filho de Domingos Dias da Silva, passou a comandar a Vila de São João da Parnaíba. Durante o comando de Simplício Dias, a Vila e a colônia portuguesa passavam por transições políticas, circulavam ideais de liberdade e independência que aos poucos foram convencendo os líderes das províncias, ocorrendo uma escolha de lados a favor ou contra a Corte Portuguesa. Sendo assim, no dia 19 de outubro de 1822, o coronel Simplício Dias da Silva exige que o Senado da Câmara respeitasse os Decretos de Dom Pedro. Com tal atitude, determinou que a Vila de São João da Parnaíba apoiasse os movimentos de emancipação.

Com este feito, Simplício Dias da Silva passou a incentivar outras vilas a apoiarem o movimento, o que contrariou alguns portugueses. Essas divergências políticas, resultaram na Batalha do Jenipapo que ocorreu no dia 13 de março, o confronto se deu contra as tropas do Fidié português que tentava impedir movimentos reacionários na província. Após esse cenário, no dia 25 de agosto de 1824, a república é proclamada na Vila de São João e no dia 14 de agosto de 1843, a Vila foi elevada à categoria de cidade.

O livro “No Piauí: na terra dos tremembés” traz muitos detalhes sobre a história do Piauí e de Parnaíba, porém há uma má disposição das ideias que dificulta a compreensão do leitor. O excesso de informações que não foram expostas de forma coerente me deixou, como leitora, confusa. A obra é indicada para o público em geral, utiliza linguagem formal, mas de fácil entendimento para quem não estuda história.

Diderot, aborda a influência dos tremembés e de outros indígenas nas terras piauienses. No entanto, ainda possui uma abordagem elitista da história ressaltando apenas a participação e a contribuição da elite. De certa forma, percebe-se a intencionalidade de rememorar valores cívicos obtidos “graças” aos líderes que fizeram parte da nobreza parnaibana, como a liderança de Simplício Dias da Silva. Nesse sentido, ao falar

dessa personalidade e dos discursos heroizantes, Francineila Lima Miranda afirma a partir de uma perspectiva política que:

[...] se construiu as imagens de um “grande homem” e herói pátrio, o qual a relevância garante a representação em sua configuração mais eminente do estereótipo constituído para enobrecer a imagem de elites políticas enquanto representações de homens viris, autores de grandes feitos heroicos. A análise do discurso evoca a necessidade de reflexão acerca de entender de onde partem esses discursos, que nada mais são que um saber produzido e legitimado no intuito de rememorar a história de maneira específica (Miranda, 2023, p. 38).

Ao tratar sobre as lutas em prol da independência e da Batalha do Jenipapo, o autor enfatiza a participação de forma heroica apenas dos membros da elite. Assim, quebrando com essa visão, Iara Conceição Guerra de Miranda Moura (2018) afirma no seu artigo sobre a Batalha do Jenipapo que “esses personagens heroicos, fazem parte de um universo muito restrito (a elite local), contradizendo com a real participação do povo pobre e humilde que lutou e morreu por uma causa que tão pouco compreendiam” (Moura, 2018, p. 1).

Dessa forma, historiadores como Diderot Mavignier tem como objetivo preservar e legitimar a memória de uma parte da elite piauiense. Por isso, ao longo de sua obra discorre mais sobre os feitos dos membros da elite do que sobre os tremembés, mesmo que estes estejam sendo colocados em destaque no título do livro. Foi mais ressaltado os feitos heroicos do que os massacres nos quais os indígenas foram vítimas, também não foi abordado a participação popular nas lutas pela Independência. Assim, fica claro a intenção de manter a memória desses “heróis” para a construção de uma identidade piauiense.

REFERÊNCIAS

MIRANDA, Franciele Lima. As narrativas do heroísmo: Memória, poder e heroísmo nos discursos sobre Simplício Dias da Silva no decorrer do século XX. In: BOTTON, Fernando Bagiotto (org.); CUNHA, Renata Cristina (org.). *Ensino de História: Teorias, práticas e novas abordagens*. Recife: Edupe, 2023. p. 37-57. Disponível em: https://drive.google.com/drive/mobile/folders/1xu7GTTwqJH65MkgcHWKvv1Fmx-mVxD1L6?fbclid=PAZXh0bgNhZW0CMTEAAaZtzR-JjfYAVW8ad7Rf1abZUMVze2xXKTwusyANNWvSQvhw-LlwZsp4G1iU_aem_ATBc8OcnDDbk4h7V6RXUkXXLLUqoYYWKscvtiruWD4QJdPmK7LlqwtDwJHB1kQuTo-7woa-57zO9adkZdl095W0Q. Acesso em: 10 dez. 2024.

MAVIGNIER, Diderot dos Santos. *No Piauí: na terra dos tremembés*. 1.º ed. Parnaíba, 2005.

MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. A Batalha do Jenipapo e seus heróis: símbolos de uma piauiensidade. *Contraponto*, v. 7, n. 2, p. 7-14, 2018.

CADERNOS HISTÓRICOS*

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. Cadernos Históricos. In: *Obra Completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1993. p.149-253.

Andreza da Costa dos Santos¹

A historiografia do Piauí tem sido marcada por esforços individuais de preservação da memória local, muitas vezes conduzidos por intelectuais com forte ligação à Igreja e às elites regionais. Nesse contexto, a obra *Cadernos Históricos*, publicada em 1993 pela Fundação Cultural Monsenhor Chaves, representa uma grande contribuição à documentação de eventos, personagens e processos sociais que moldaram a identidade piauiense. Escrita por Monsenhor Joaquim Raimundo Ferreira Chaves, sacerdote e historiador, a obra é um exemplo da tradição narrativa descritiva na historiografia regional. Esta resenha analisa os principais aspectos positivos e limitações da obra, considerando a abordagem teórico-metodológica do autor, sua contribuição para a história piauiense e a sua relevância para diferentes públicos.

O Monsenhor Joaquim Raimundo Ferreira Chaves (1913-2007) nasceu em Campo Maior, Piauí, e destacou-se como sacerdote, professor, historiador e biógrafo. Licenciado em Filosofia, estudou Teologia, Escritura Sagrada e Direito Canônico, exercendo diversas funções eclesiais e culturais, como Vigário Geral de Teresina e membro da Academia

* Resenha crítica apresentada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, como requisito parcial para aprovação na disciplina de Historiografia do Piauí, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Lêda Rodrigues Vieira.

¹ Graduanda em História, Bloco VI da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. E-mail: andrezadacostadossantos@aluno.uespi.br

Piauiense de Letras. Sua produção intelectual reflete seu compromisso com a preservação da memória local (Fortes, 2010).

Cadernos Históricos é uma coletânea que abrange temas variados da história do Piauí, destacando eventos como a Batalha do Jenipapo, a fundação de Teresina, a escravidão, a participação piauiense na Guerra do Paraguai e a evangelização no solo piauiense. A obra se caracteriza por uma abordagem documental, apoiada em fontes primárias como registros oficiais, correspondências, cartas e jornais. Essa diversificação confere legitimidade à narrativa, mas também revela uma limitação, a visão descritiva e factual, com pouca exploração crítica.

No capítulo dedicado à Batalha do Jenipapo, Monsenhor Chaves descreve, com riqueza de detalhes, a bravura dos combatentes piauienses e as táticas empregadas durante os confrontos. Sua abordagem valoriza a contribuição popular e enfatiza o sacrifício dos soldados, destacando o papel dos protagonistas locais. Contudo, o texto pode ser criticado por adotar uma perspectiva de heroísmo romântico, que, embora exalte os combatentes, tende a obscurecer aspectos importantes, como a complexidade política da época. O autor também descreve os acontecimentos após as batalhas, abordando questões como os constantes roubos, a escassez de suprimentos em algumas regiões e as dificuldades financeiras que levaram os soldados cearenses que ajudaram nas batalhas ao roubo de gado por conta dos piauiense não pagarem por sua ajuda na batalha e até aos assassinatos dos presos de guerra pelos piauiense, “Seguiram no encalço de 10 presos que nesse dia tinha chegado [...] a noite, no lugar denominado ‘Boqueirão da Serra’”, mataram oito deles (Chaves, 1993, p. 154). A ausência de uma comparação com outros conflitos nacionais limita a análise, pois não permite entender as particularidades da Batalha do Jenipapo em relação a outras batalhas ocorridas em diferentes regiões do Brasil. Uma comparação mais ampla poderia destacar as especificidades desse conflito e suas singularidades, enriquecendo a compreensão sobre o papel da batalha na história nacional.

A fundação de Teresina, detalhada por Monsenhor Chaves, reflete a transição de uma capital histórica (Oeiras) para um novo centro

administrativo e comercial. O capítulo é notável por sua riqueza de detalhes e por iluminar as razões geográficas e políticas que justificaram a mudança e às táticas da qual José Antônio Saraiva utilizou, para conseguir que Teresina se tornasse a capital, que começou a construir grandes edifícios, tudo para conseguir a transferência (Chaves, 1993). Contudo, há uma certa idealização no modo como a cidade é apresentada, sem explorar suficientemente os impactos negativos da transferência para a população local, especialmente para os grupos marginalizados. Chaves peca por apresentar os documentos ao leitor de forma excessiva, deixando o capítulo com pouca fluidez e, em várias partes confusas. Mas, mesmo assim, o capítulo é fascinante, talvez o autor quisesse que vissemos por meio das fontes o quão complexo o jogo político foi, para conseguir a transferência e como outras cidades do estado queriam ser a capital.

No caso da escravidão, o capítulo apresenta uma visão clara das condições dos escravizados e do papel da mão de obra escrava na economia regional, mas deixa de aprofundar as dinâmicas de poder entre senhores e escravizados, bem como, as estratégias de resistência cultural destes últimos. Chaves descreve as fases da vida dos escravizados, dividindo-as em duas etapas: a primeira, marcada pelo "regime de ferro e fogo, com castigos violentos, de uma grande brutalidade e abandono de doentes e dos velhos" (Chaves, 1993, p. 190) e a segunda, "menos árdua e violenta, com tratamentos cuidadosos aos escravos" (Chaves, 1993, p. 191).

No entanto, mesmo com a suavização ainda continua os castigos. Chávez aponta que essa suavização do tratamento não foi motivada por altruísmo, mas pela percepção dos senhores de que tratar melhor os escravizados poderiam melhorar sua imagem pública e aumentar sua popularidade. Esse cuidado tornou-se, então, um instrumento político, utilizado tanto para reforçar a posição social dos senhores quanto para desestabilizar opositores ao expor maus-tratos cometidos por eles. Apesar dessa observação interessante, não ocorre uma análise crítica detalhada das questões sociais e políticas implícitas nessa mudança, ocorre uma

leve crítica, mas sem aprofundamento, também negligenciando de certa forma a resistência dos escravizados. Nesse sentido, pode-se argumentar que o autor foi, em parte, influenciado pelas fontes e pela narrativa dos “bons senhores” (Chaves, 1993, p. 192), deixando de problematizar criticamente o contexto histórico.

Além disso, Chaves aborda brevemente o movimento abolicionista no Piauí, afirmando “que foi modesto. Quase a última a aparecer, com algumas sociedades manumissoras que tiveram atuação bem apagada” (Chaves, 1993, p. 199). No entanto, sua análise sobre as sociedades abolicionistas é superficial, deixando questões importantes em aberto, como os nomes dessas organizações, quem participou delas e quais foram suas ações concretas. Essa ausência de aprofundamento limita a compreensão do papel do movimento abolicionista na região, talvez por não ter acesso a essas informações. Por fim, a falta de uma presença mais evidente da voz dos próprios sujeitos escravizados na narrativa torna o texto incompleto. Ao priorizar descrições e evitar críticas mais contundentes, a obra de Chaves reproduz, em certa medida, uma perspectiva da história tradicional, deixando de lado uma análise mais plural e crítica dos processos históricos relacionados à escravidão.

Já no capítulo da participação do Piauí na Guerra do Paraguai, Monsenhor Chaves valoriza o esforço local, e descreve muito bem as diversas fases dessa participação, destacando o recrutamento, o caminho que fazem para a guerra, das dificuldades que esses soldados passam no decorrer desse caminho e nas próprias batalhas e as contribuições materiais da província. Entre os episódios mencionados, chama atenção o caso de uma mulher cearense que se tornou um mito ao se alistar como soldado. Chaves relata que, ao descobrirem o ocorrido, os altos escalões tentaram justificar a situação afirmando que ela teria se alistado como enfermeira, quando, na verdade, ela buscava servir como combatente. A rejeição sofrida por essa mulher teve um impacto devastador em sua vida, levando-a, anos depois, ao suicídio.

No entanto, o autor não aprofunda a análise sobre as implicações sociais e simbólicas desse caso, limitando-se somente a narrar os

acontecimentos. Chaves poderia ter explorado mais a ideia de como os mitos e heróis e heroínas surgiam facilmente e eram utilizados como instrumentos na guerra, bem como, o papel das mulheres nesse contexto. Da mesma forma, Monsenhor Chaves menciona as fugas de recrutas que, ao confrontarem a realidade brutal da guerra e o risco iminente de morte, desertavam. Ele também aborda, ainda que brevemente, a difícil reintegração dos soldados que retornavam, afirmando que muitos “não encontram mais o seu lugar” (Chaves, 1993, p. 237).

No entanto, o autor não aprofunda as implicações sociais e psicológicas desse retorno, deixando de explorar como esses ex-combatentes lidaram com os traumas vividos na guerra. Questões como os impactos emocionais e as dificuldades de adaptação à vida civil permanecem pouco discutidas, talvez porque o autor não tenha encontrado fontes que fornecessem detalhes mais concretos sobre o tema. Além disso, não há discussão suficiente sobre os impactos duradouros da guerra no Piauí, como o agravamento das desigualdades e o enfraquecimento econômico da região.

E o último capítulo sobre a evangelização, Chaves, ao abordar a evangelização no Piauí, destaca a relevância da Igreja Católica na formação cultural do estado. Ele descreve a chegada dos primeiros missionários e o papel desempenhado pelos padres na região. Neste capítulo, Chaves adota uma abordagem mais crítica, questionando os privilégios desfrutados pelos padres e apontando como esses comportamentos se desviaram dos ensinamentos de Jesus Cristo. Ele também percebe o relacionamento precário entre os clérigos e os fiéis, além de observar a hierarquia eclesiástica local e as mudanças provocadas pelo crescimento urbano.

Embora *Cadernos Históricos* ofereçam uma rica compilação documental, sua abordagem de narrativa é insuficiente para atender às demandas de uma historiografia crítica contemporânea. Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (1997), destacam a necessidade de problematizar a narrativa histórica tradicional, que frequentemente se limita à descrição factual e cronológica. Eles defendem que a história deve ir além da

simples narração de eventos, interpretando-os no contexto das estruturas sociais, econômicas e culturais que os produzem.

Nesse sentido, a obra de Monsenhor Chaves peca por não problematizar questões como o papel das elites locais, os impactos duradouros das batalhas e da guerra, a movimentação da política, e as implicações do escravismo na formação da sociedade piauiense ou os impactos da centralização administrativa na fundação de Teresina. Por outro lado, a obra tem méritos indiscutíveis. Ao dar visibilidade a personagens e grupos, muitas vezes marginalizados na historiografia tradicional, como mulheres e escravizados, *Cadernos Históricos* preserva uma parte essencial da história do Piauí. Além disso, o esforço do autor em compilar fontes primárias de forma sistemática confere valor documental à obra, tornando-a essa obra uma fonte essencial para pesquisadores interessados na história piauiense.

Em resumo, *Cadernos Históricos* é uma grande contribuição para a memória histórica do Piauí. Monsenhor Joaquim Raimundo Ferreira Chaves demonstra um profundo compromisso com a preservação da identidade cultural local. Chaves tem uma escrita clara e acessível que facilita a compreensão do leitor, tornando o conteúdo mais atraente. A obra é indicada para pesquisadores, estudantes e interessados na história do Piauí, servindo como ponto de partida para investigações mais aprofundadas. Nesse sentido, a obra de Monsenhor Chaves, embora essencial como ponto de partida, convida à reflexão sobre a necessidade de diálogos metodológicos mais críticos, que ampliem a análise histórica e deem voz a diferentes perspectivas. Ao final da leitura, o leitor é levado a questionar e refletir sobre episódios marcantes da história piauiense, despertando um desejo por novas interpretações e diálogos historiográficos mais amplos.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FORTES, José. *Monsenhor Chaves e a história do Piauí*. [s.l.]: Entretextos. 2010. Disponível em: <https://www.portalentextos.com.br/post/monsenhor-chaves-e-a-historia-do-piaui>

MULHERES PLURAIS*

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres Plurais: a condição feminina em Teresina na Primeira República*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

Caio Wilson da Rocha Loureno¹

Atualmente professor titular da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Pedro Vilarinho Castelo Branco² possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (1992), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1995) e doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2005). Atua junto ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, e ao Departamento de História da Universidade Federal do Piauí. Integra o grupo de pesquisa *História Cultura e Poder ao longo século XIX brasileiro*, cujas linhas de pesquisa se enquadram em: Estado, Cultura e Relações De Poder; História, Relações De Gênero e Família; Práticas Religiosas No Século XIX. O docente tem ampla experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império e República, atuando principalmente nos seguintes temas: história, relações de gênero e família; história do catolicismo no Brasil; História e imprensa; História, memória e interações entre Estado e sociedade brasileiros ao longo do século XIX.

Natural do Piauí, o historiador apresenta, em sua dissertação de mestrado, uma análise multifacetada sobre a identidade feminina na

* Resenha crítica apresentada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, como requisito parcial para aprovação na disciplina de Historiografia do Piauí, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Lêda Rodrigues Vieira.

¹ Graduando de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. E-mail: caioloureno@aluno.uespi.br

² Informações reunidas a partir do Currículo Lattes.

capital Teresina, evidenciando, por meio do cotidiano, vivências e experiências sentidas por mulheres das mais variadas camadas sociais, condicionadas à realidade da época. O estudo aborda aspectos socioculturais, como lazer, educação e trabalho, com um recorte temporal que se estende do início da Primeira República, em 1889, até a década de 1930. A obra está dividida em quatro eixos norteadores, incluindo uma introdução de cunho exploratório-descritivo, que apresenta uma leitura agradável e de fácil compreensão. O texto objetiva iluminar a discussão acerca dos papéis de gênero e da pluralidade feminina, contrastando-os com suas lutas e atuações em um período marcado por profundas transformações políticas, culturais e sociais.

Ao longo de sua pesquisa, Pedro Vilarinho utiliza várias fontes, baseando sua observação em jornais que noticiavam eventos da época, documentações oficiais e relatos orais de pessoas que presenciaram esse momento. Dessa forma, esta resenha busca analisar os aspectos principais da obra, destacando sua contribuição acadêmica e metodológica, bem como seus pontos fortes e suas limitações.

Ao longo dos capítulos, por meio de fatores interseccionais entre gênero, classe social e raça, investigam-se as mulheres da região teresinense, junto à emergência capitalista, que, nesse momento, passa por um período de efervescência com a idealização da modernidade e da tecnologia, experimentada por regiões do Sul, como Rio de Janeiro e São Paulo, e do Nordeste, como Pernambuco, inspiradas nos modelos de países europeus.

De acordo com Pedro Vilarinho, a perspectiva do progresso, aliada à modernidade, introduzia nas regiões brasileiras a ideia de avanço e “civilidade”. A partir disso, podem ser observadas recorrentes mudanças alicerçadas no capitalismo e no caráter de urbanização europeia, com a implementação de novas instituições. O autor destaca a pluralidade de experiências femininas e as transformações políticas, econômicas e culturais que moldaram o papel das mulheres nesse período, impactando diretamente a sociedade, especialmente a rotina e o trabalho.

Isso marcou profundas divisões de classe, em que as mulheres tradicionalmente mais ortodoxas exerciam quase que exclusivamente o papel de cuidadoras do lar, dos filhos e do marido, participando da vida social em teatros ou cafeterias, enquanto as mulheres “populares” eram direcionadas aos serviços domésticos e ao trabalho intenso nas fábricas têxteis, muitas vezes submetidas a salários baixos e condições precárias.

No primeiro capítulo, intitulado *As mulheres e o lazer*, o autor, inicialmente, explana o processo de urbanização da capital e o impacto que o projeto de modernização causava à comunidade e às suas tradições, marcadas por valores majoritariamente rurais e conservadores. Ele enfatiza que, ao mesmo tempo em que houve a emergência de mecanismos como a chegada da eletricidade e a construção de praças públicas, cafeterias, teatros, cinemas e clubes de festas, além das festividades carnavalescas, que promoviam uma alternativa de socialização e lazer, ocorria uma flexibilização na hierarquia social, dada a presença de diferentes classes.

Entretanto, as tradições cotidianas, como a passagem de fogueiras em homenagem a São João, eram deixadas de lado, ressignificando as relações sociais e os papéis de atuação entre o feminino e o masculino. Essas mudanças tornaram-se alvo de críticas por parte de uma parcela da população mais conservadora e moralista, bem como da imprensa da época. O jornal *O Nordeste*, por exemplo, não via com bons olhos tais transformações, que moldavam o imaginário social e, conseqüentemente, os comportamentos, especialmente no que se referia às mulheres “de boa família”. Os cronistas noticiavam nos jornais da cidade condutas consideradas inapropriadas.

Essas ações performáticas, de acordo com Butler (2018), podem ser entendidas como alternativas à realidade em que estavam inseridas, uma vez que se observa que os/as sujeitos/as são moldados por meio de regras, pela maneira de portar-se e agir, identificando-os conforme a lógica ocidental como “macho” ou “fêmea” e tendendo a reproduzir a identidade de gênero de acordo com o meio em que vivem – que, por sua vez, é percebida como um padrão a ser seguido.

Nesse sentido, tais ações lhes proporcionavam não apenas uma alternativa de lazer e sociabilização com outras pessoas, mas também a oportunidade para as mulheres de famílias tradicionais e conservadoras buscarem performar outros ofícios que não fossem apenas no meio familiar e religioso, exercendo papéis administrativos em teatros, organizando bailes, atuando em escolas e possibilitando a marcação de encontros amorosos. Estas e outras atividades complementavam o lazer e, ainda que estivessem sob constante vigília de familiares – em grande parte, por homens –, conseguiam assegurar relativa autonomia.

Em relação às mulheres consideradas subalternas, como negras e brancas que residiam em zonas periféricas ou urbanas, as quais compunham a maior parte da população, estas vivenciavam dificuldades quanto à atuação em determinados ofícios. Todavia, poderiam desfrutar parcialmente de liberdade quando comparadas às mulheres de famílias tradicionais, uma vez que a preocupação com a moral e a preservação dos bons costumes estavam ligadas à imagem das mulheres da elite. Assim, a mulher pobre, por exemplo, não era alvo de críticas da imprensa, que se preocupava em distinguir as moças de “classe alta” das de vida “pública”. Entretanto, o autor destaca que a fofoca e as delações poderiam estar presentes em ambas as realidades.

No segundo capítulo, intitulado *A educação feminina no século XX*, Pedro Vilarinho destaca o aspecto da educação e as dificuldades encontradas no processo de alfabetização social, que alcançava uma parcela mínima da população. Em conformidade com o autor, Carvalho (2002) expõe que essa não era uma realidade isolada de outras regiões, podendo ser observada em todo o país, principalmente nas áreas mais afastadas dos centros urbanos. Além disso, poderiam ocorrer variações, sobretudo quando submetidas à interseccionalidade entre gênero, classe social e raça. Desse modo, Pedro Vilarinho apresenta dados quanti-qualitativos para analisar o final do século anterior, evidenciando informações sistêmicas de modo a facilitar a compreensão sobre a educação nesse período – que englobava uma parte considerável dos homens em relação às

mulheres, havendo preferência por um perfil específico a ser ocupado nesses espaços.

As carreiras profissionais poderiam variar desde a medicina e o direito até a engenharia, havendo limitações quanto à inserção de mulheres nesses locais, tampouco das menos favorecidas economicamente. A classe feminina, em grande parte, especialmente a das elites, assumia obrigações voltadas ao bem-estar familiar e à passividade social. O autor pontua, por exemplo, que o curso primário destinado às mulheres mantinha disciplinas como: Princípios Morais e Religião; Leitura e Caligrafia; Elementos de Gramática Portuguesa; as quatro operações fundamentais; Sistema Métrico Decimal e Trabalhos de Agulha.

As instituições de ensino, alinhadas à Igreja Católica, a exemplo do Colégio das Irmãs, buscavam formar mulheres cujo objetivo seria moldá-las como exemplos de virtude e pureza, desempenhando a função social de esposa e mãe como papéis sagrados, quase indissociáveis um do outro.

Com o passar dos anos, essa conjuntura passou por modificações à medida que os valores da modernidade e da civilidade adentravam o seio social, gerando a necessidade de maior formação educacional e patriótica. Assim, as mulheres passaram a ser inseridas com mais frequência como professoras – desagradando os ideais mais conservadores, pois se distanciavam de sua função social de mãe e esposa – e ocupando lugares de destaque em instituições de ensino, como a Escola Normal de Teresina.

Neste período, o pesquisador evidencia, por meio de dados de registros oficiais, que, embora houvesse uma tentativa de inserção das camadas populares nas escolas públicas, o percentual era abaixo do esperado, de modo que, pouco antes da década de 1920, mais da metade da população ainda não sabia ler ou escrever. No que tange às mulheres pobres, estas eram as mais prejudicadas, alcançando índices elevados de analfabetismo.

Em *A mulher e o mundo do trabalho*, terceiro capítulo, a obra dedica uma parte significativa ao exame do papel das mulheres no mundo do

trabalho e de como elas eram representadas na cultura da época. O autor explora uma realidade ambígua, na qual a imprensa e as artes visuais desafiam os costumes tradicionais dos papéis de gênero, apontando para a descentralização da figura da mulher exclusivamente pura e virtuosa, que passa a assumir uma imagem “moderna” e “emancipatória”.

Além disso, essa parte do texto é destacada de maneira analítica e reflexiva, caracterizando a modernidade como um período de transformações socioculturais que possibilitaram a ampliação do campo trabalhista para as mulheres no século XX. No entanto, essa expansão ocorreu sempre sob a supervisão da hegemonia masculina, que as destinava a posturas de submissão e inferioridade.

As profissões poderiam variar desde o exercício jornalístico, o magistério e a música até os serviços domésticos e a atuação em indústrias têxteis, geralmente com baixas remunerações, que poderiam divergir dependendo da função exercida.

Nesse sentido, salienta-se que as percepções ideológicas sobre o trabalho que permeavam esse tecido social não distinguiam idade, permitindo que, assim como em outras realidades, crianças trabalhassem desde a infância em indústrias têxteis. Da mesma forma, mulheres de classes inferiorizadas — sobretudo negras, jovens e adultas com pouca ou nenhuma escolaridade — eram destinadas ao trabalho doméstico em residências particulares, muitas vezes vivenciando assédios por parte de seus patrões.

As ocupações que exigiam alfabetização eram reservadas a uma pequena parcela de mulheres da elite, cujo perfil racial e socioeconômico era bem definido. Quanto à rotina de trabalho das mulheres periféricas e de classes populares, o autor destaca a presença das operárias, também conhecidas como pipiras, que frequentavam bailes nos subúrbios em busca de lazer após uma jornada incessante de trabalho.

Ademais, salienta-se que, muito embora houvesse classes sociais distintas, essas mulheres eram submetidas à dupla jornada de trabalho, tendo em vista que precisavam equilibrar seus ofícios externos com

responsabilidades familiares, o que gerava grande exaustão, especialmente para as mulheres pobres.

Outrossim, o autor aponta uma problemática na formalização dos registros das operárias, evidenciando a ausência de documentação escrita que trouxesse mais informações sobre o quadro das trabalhadoras. Diante disso, ele busca, por meio da oralidade e da memória, acessar informações sobre a experiência das mulheres que vivenciaram esse período.

No quarto capítulo, intitulado *Mulheres, ideias e papéis sociais*, o autor expõe a situação das mulheres em relação a valores tradicionais e práticas ortodoxas, em contraste com os novos ideais e papéis sociais vigentes no processo de modernização. Considerando que a figura da mulher deveria ser dotada de obediência e vinculada ao lar e à maternidade, a presença delas fora desse espaço era percebida como uma anormalidade aos olhos da sociedade, sobretudo dos homens e da Igreja, que tutelavam seus comportamentos.

Nesse sentido, a imprensa – a exemplo do jornal 'O Piauí' – desempenhava um papel fundamental, pois era o canal de comunicação que abordava discussões acerca da conduta das mulheres. Caso elas se posicionassem contrariamente à opinião dominante, eram percebidas como 'rebeldes' e 'desavergonhadas'.

Assim, esta parte final da obra apresenta uma análise detalhada do perfil de algumas mulheres e da busca por outros espaços de atuação, que representavam um perigo iminente ao patriarcado. Como consequência, essas mulheres sofriam duras repressões quanto à sua imagem social caso prosseguissem nessa trajetória.

Pedro Vilarinho pontua a tentativa de inserção de algumas mulheres no meio político, destacando a atuação de poucas no movimento sufragista em prol da igualdade de direitos políticos. O autor expõe uma dicotomia na experiência das mulheres 'modernas', pois, ao mesmo tempo em que estavam ligadas à Igreja, limitavam-se em questões políticas – muitas pelo receio da repercussão negativa que poderiam enfrentar. Todavia, experimentavam, por meio do cinema, novas formas de

comportamento, especialmente no que se refere à moda, como cortes de cabelo e estilos de vestuário. O autor destaca-se como um dos pioneiros nos estudos sobre gênero no Piauí, conferindo significativo valor à historiografia ao desenvolver um trabalho sobre mulheres. Ele descentraliza a narrativa da figura dos grandes homens e dos marcos históricos, oferecendo uma ótica alternativa ao que, por muito tempo, se cogitou ser o único padrão de pesquisa a ser seguido.

Com uma metodologia interdisciplinar, que concilia fontes documentais, registros orais e memória, o autor amplia a compreensão sobre a temática e expande o escopo metodológico no uso de fontes diversas. Sua análise, fundamentada na história social e de gênero, permite uma compreensão cristalina das dinâmicas das diversas realidades femininas desse período, ao articular a intersecção entre gênero, classe e raça. Além disso, busca instigar no leitor a reflexão e a criticidade por meio de uma linguagem acessível e compreensível.

Contudo, embora o autor aborde a pluralidade das vivências femininas, a ênfase recai sobre as mulheres da elite, apresentando pouco aprofundamento quando trata do uso de algumas fontes relativas a outras categorias sociais, como as mulheres rurais ou indígenas, resultando em generalizações em alguns momentos.

Essas categorias poderiam ter sido mais bem exploradas por meio de fontes como registros de fazenda, narrativas missionárias ou crônicas regionais, que apresentam aspectos socioculturais da época. Considerando que o foco dos cronistas era majoritariamente as mulheres da elite, esse poderia ser um caminho relevante a ser considerado.

O *Mulheres Plurais* é um marco para a historiografia, principalmente piauiense, auxiliando no entendimento sobre o patriarcado e as lutas femininas no Brasil. A obra é indispensável para aqueles(as) que desejam explorar temas como sociedade, gênero e a Primeira República, além de compreender como conciliar diferentes fontes históricas. Dessa maneira, recomenda-se a leitura a todos(as) que tenham interesse no cotidiano de Teresina durante a Primeira República, especialmente por sua

linguagem acessível, bem como a estudantes e pesquisadores que desejem aprofundar-se nos recortes temático e temporal abordados.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres Plurais: a condição feminina em Teresina na Primeira República*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

MULHERES PLURAIS*

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais: a condição feminina em Teresina na Primeira República*. Teresina: FCMC, 1996.

*Francisco Mateus Machado de Oliveira*¹

A obra em questão que aqui será resenhada, intitulada *Mulheres Plurais: a condição feminina em Teresina na primeira República*, foi originalmente a dissertação de mestrado de Pedro Vilarinho Castelo Branco, apresentada em 1995 na Universidade Federal de Pernambuco. O autor Pedro Vilarinho possui um currículo acadêmico bastante significativo, sendo graduado em licenciatura plena em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) no ano de 1992. Entre 1993 e 1995, concluiu o mestrado em História na Universidade Federal de Pernambuco e entre os anos de 2001 e 2005, concluiu o doutorado nesta mesma instituição, dessa vez com a produção intitulada: *Famílias e escritas; a prática discursiva dos literatos e as relações familiares em Teresina nas primeiras décadas do século XX*. Atualmente, Pedro Vilarinho atua como professor titular da Universidade Federal do Piauí nos cursos de graduação em Licenciatura Plena em História e pós-graduação em História do Brasil e no departamento de História.

Ao seguir na análise da obra, dividida em quatro capítulos que, muito embora sejam distintos, estão em sinergia, sendo eles respectivamente: As mulheres e o lazer; A educação feminina no início século XX;

* Resenha crítica apresentada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, como requisito parcial para aprovação na disciplina de Historiografia do Piauí, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Lêda Rodrigues Vieira.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. E-mail: franciscomateus-machadodeoliveira@aluno.uespi.br

As mulheres e o mundo do trabalho e Mulheres, ideias e papéis sociais. Além disso, podemos perceber que através da história de pessoas, por tabela é possível entender como a sociedade se comportava naquele momento, tornando a leitura dinâmica além do quê, autor enfatiza que essa obra busca criar uma memória histórica, contar como viviam e pensavam as pessoas comuns de um determinado momento histórico e de fato ele consegue realizar essa proposta, pois durante a obra não há um foco central em mulheres nobres ou de determinada classe social. As mulheres de todas as classes e condições sociais são abordadas, pobres, viúvas, solteiras, sendo inclusive notável a riqueza de detalhes sobre as mulheres pobres, levando em consideração a falta de atenção que as classes mais pobres geralmente têm em algumas produções.

As ideias tradicionais sobre as mulheres nesse recorte temporal do final do século XIX e início do século XX apresentadas nessa produção começam a ser questionadas quando Teresina está em pleno desenvolvimento, sendo inserida no mundo capitalista e recebendo influência de outros centros urbanos que por sua vez recebiam influência europeia. Na obra, o autor busca destrinchar e analisar o papel e o comportamento das mulheres no início do século XX, bem como a sua relação com a igreja e os intelectuais perante as mudanças que estavam lentamente e constantemente acontecendo em relação aos lugares que as mulheres estavam chegando.

Como fontes, o autor utiliza principalmente jornais de época da cidade, documentos oficiais, mensagens governamentais à assembleia legislativa, livros, revistas e entrevistas orais. Pedro Vilarinho de fato fez um excelente trabalho no quesito de análise de diferentes fontes históricas, trazendo inclusive fichas de frequência de algumas escolas para ilustrar as discussões, fora os recortes de jornais e entrevistas com as mulheres que viveram naquele determinado momento histórico.

E no primeiro capítulo, "lazer em Teresina", são abordadas algumas atividades de lazer que as mulheres realizavam em Teresina nos primeiros três séculos, em um contexto de valorização dos espaços urbanos e inspiração europeia (principalmente francesa), como a exemplo dos

cafés e teatros que estavam se tornando populares. Os espaços públicos estavam sendo cada vez mais valorizados e inseridos nos momentos de lazer das mulheres que apreciavam um passeio tranquilo nas praças após o cansativo dia de trabalho doméstico.

O autor aborda também dentre as formas de lazer, as festividades religiosas, procissões, novenas e outros eventos públicos, que eram organizados pelas próprias mulheres que, muitas vezes, realizavam peças teatrais, que também serviam para arrecadar fundos para esses eventos religiosos, além de ser mais uma forma de lazer popular.

Vale ressaltar que em todos esses eventos de lazer, seja na igreja, no teatro ou na praça pública, o comportamento esperado da mulher era sempre de delicadeza, elegância e educação. As interações, ou “paqueras” nesses momentos de lazer eram feitas de forma muito sutil e comportada, se restringindo muitas vezes a olhares e ações muito “tímidas”. As mulheres nesse quesito de lazer foram responsáveis por engajar nas novidades que tiravam a cidade do tédio, sempre organizando algum baile, apresentação de poemas e peças teatrais. Um fato interessante visto na obra é que as mulheres pobres não tinham acesso às festas particulares, ficando sempre em locais públicos e eventos de baixo custo, como o carnaval. Porém, nesses espaços as mulheres pobres tinham um pouco mais de liberdade que as mulheres de classe média que sempre estavam sendo vigiadas, pois um detalhe que fica explícito durante todo o texto é que a vulgaridade era vista de uma forma extremamente negativa, principalmente vindo de uma mulher da alta classe.

No segundo capítulo, temos a discussão a respeito da educação feminina no início do século XX. E um ponto curioso desse capítulo é perceber que a trajetória das mulheres na educação foi relativamente lenta, e isso pode ter sido influenciado pelo patriarcalismo e machismo que está sempre presente no contexto narrado, restringindo as mulheres às atividades domésticas, e mesmo que essas estivessem na sala de aula, seria aprendendo a exercer as atividades domésticas. Com isso, torna-se notável no texto o fortalecimento de que na educação essa mulher vai ganhar espaço após ser vista como como uma ferramenta para polir as mulheres

da elite, que buscavam as qualidades que o desenvolvimento da vida urbana exigia: a leitura, escrita, línguas estrangeiras e riqueza cultural. E as mulheres começam a adentrar os espaços das escolas a partir do momento que os homens começam a se afastar em decorrência da falta de remuneração e precariedade das escolas, nascendo aí a oportunidade de a mulher começar a ganhar um espaço, mesmo que não tão lucrativo.

A educação feminina iria se manter durante um bom tempo girando em torno do ensino de atividades domésticas do final do século XIX até o início do século XX e, mesmo assim, o tempo de permanência na escola era pouco, em torno de três anos, período em que aprendiam o básico das atividades domésticas e os pais já tiravam as suas filhas da escola. Já havia as escolas públicas e um colégio da Igreja Católica que elevou o nível educacional das mulheres em Teresina. Esse era o Colégio Sagrado Coração de Jesus, que além de educar, moldava as mulheres nas práticas religiosas. Dentre alguns colégios citados, o colégio Benjamin Constant teve uma importância considerável, pois oferecia aulas secundárias para mulheres além das aulas primárias, e isso era uma novidade. E entre muitas aulas particulares, escolas católicas e públicas, surgem as escolas normais, que além de laicas, buscavam preparar professores para exercer melhor a sua profissão.

E como é analisado no texto, é no início do século XX que as mulheres começam a se desprender da ideia de uma educação focada nas atividades domésticas, e começam a defender a carreira de educadora para além da educação dos filhos e os afazeres de casa, como uma realização pessoal. E o autor aqui consegue conectar muito bem os capítulos, finalizando a discussão das mulheres trabalhando no magistério, conectando com o capítulo sobre “As mulheres no mundo do trabalho”, onde ele se volta para o fato das mudanças que vem ocorrendo em Teresina, no quesito urbano, social e educacional, como catalizador de novas possibilidades de trabalho que são geradas para as mulheres, sejam as pobres (geralmente atuando nas fábricas) ou mais abastadas, mais bem remuneradas e em serviços mais bem vistos, como o magistério e a enfermagem. Diante disso, muitas dessas mulheres saíam de seus lares não por opção,

mas por necessidade, e aceitavam os mais variados empregos nas mais variadas profissões (inclusive na prostituição).

No quesito trabalho, as mulheres em Teresina começam a ter uma evolução na ocupação de espaço, visto que as moças da elite começam a ocupar cargos públicos, em jornais e como professoras (profissão bem-vista). Um ponto interessante que o autor menciona é acerca das mulheres no jornalismo, onde há um jornal chamado “Borboleta” que tinha como objetivo inserir as mulheres no mundo intelectual de forma que entregasse cultura às mulheres (mesmo que acabassem por relacionar isso às funções de mãe, lembrando o pensamento patriarcal da época).

Já as mulheres pobres exerciam uma gama de serviços, desde carregadeiras de água até engomadeiras, e mesmo ocupando variados espaços, a mulher ainda era muito excluída de alguns desses espaços. E por fim, no quinto capítulo, “Mulheres, ideias e papéis sociais”, o autor discorre sobre a mudança que ocorre no pensamento de que a mulher deveria estar unicamente no ambiente doméstico cuidando da família, iniciando uma emancipação feminina, buscando os direitos iguais em relação aos homens.

É discutido a questão moral de que a mulher deveria estar bem entregue às funções de esposa e mãe, enquanto os homens como o centro, a cabeça do relacionamento (muito embora esses não fosse por vezes tão fiéis quanto as mulheres). Além disso, houve discussões a respeito da possibilidade do divórcio, descredibilizado pelos conservadores que viam isso como à estabilidade e tranquilidade das mulheres, que tinham no casamento um porto seguro.

As questões discutidas nesse capítulo vão girar em torno dos pensamentos gerados pelo patriarcalismo, que limitava muito a participação feminina em diversas áreas, e colocava o homem acima em qualquer ocasião. Para as mulheres pobres, quando solteiras, a vida não era fácil, sendo as mulheres solteiras malvistas e as mulheres pobres lutando pela sobrevivência, que as obrigava a acatar qualquer tipo de trabalho, seja nas fábricas têxtil ou na prostituição. Há também uma mudança no comportamento feminino teresinense influenciado pelo cinema e revistas, e agora

as mulheres buscavam exercícios físicos e roupas menos desconfortáveis, caminhando assim para uma mudança estética feminina.

O autor Pedro Vilarinho expõe que as mulheres continuam sem participação política até então, mas a partir de 1934 com a constituição, há uma grande conquista, que é o direito de voto. Uma girada de chave significativa para o movimento feminino. Em Teresina, os pensamentos sobre essa emancipação política eram divididos entre as mulheres, que ainda eram em grande número religiosas e apegadas às tradições. Um fato interessante é que o jornal foi um importante disseminador das mudanças políticas, comportamentais e profissionais das mulheres.

Por fim, a obra de Pedro Vilarinho pode ser resumida como uma obra de fácil leitura, acessível a uma gama de leitores, pois não apresenta dificuldades para o bom entendimento, além de tratar os assuntos de forma esclarecida e detalhada, com uma riqueza de fontes promovendo uma imersão por parte do leitor, e aguçando a curiosidade a cada capítulo, que sempre se conecta de forma orgânica com o outro. A dinâmica do autor em trabalhar com todas as distintas faces da mulher torna a leitura rica, e evita que determinada classe seja colocada de lado. Além disso, pode-se perceber a repetição de algumas discussões em alguns capítulos, como a questão da religião influenciando a vida das mulheres e o fato de a profissão do magistério ser vista como nobre. Essa reafirmação de alguns pontos pode vir a ser repetitiva para alguns leitores, mas para outros pode servir como ferramenta para fixar essas ideias.

REFERÊNCIA

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais: a condição feminina em Teresina na Primeira República*. Teresina: FCMC, 1996.

BOLSONARO E A COVID-19*

SILVA, Thiago. *Bolsonaro e a COVID-19: desmascarando a desinformação*. Teresina: EDUFPI, 2023.

Kaylane Moraes da Costa²

A seguinte resenha é baseada no livro que foi elaborado por Thiago Silva a partir da sua dissertação de mestrado. Ele é jornalista, mestre em comunicação pela Universidade Federal do Piauí e atualmente é doutorando em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará. A grande maioria dos seus artigos publicados tem como tema fake news e desinformação. Ele atua em áreas de pesquisa de comunicação e participa de projetos que abordam o cenário dos últimos anos de conteúdos falsos e seus impactos na sociedade.

A obra aqui resenhada foi publicada em 2023 pela editora da Universidade Federal do Piauí (EDUFPI) e tem como um dos principais objetivos abordar a onda massiva de fake news que ocorreu durante o governo de Jair Bolsonaro, principalmente com relação a COVID-19 e as principais formas de evitar cair em um cenário de fake news e propagar as mesmas. Por isso, o livro tem objetivo de atingir um público-alvo amplo, não apenas a academia e seus intelectuais.

Aqui, o autor vai mobilizar alguns conceitos importantes como verdade, pós-verdade, fact-checking, análise de discurso e fake news. Ao se basear em autores que definem esses conceitos, Thiago se cerca de

* Resenha crítica apresentada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, como requisito parcial para aprovação na disciplina de Historiografia do Piauí, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Lêda Rodrigues Vieira.

¹ Graduanda de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. Email: kaylanebandeir19@gmail.com. Id lattes: 2584936830603597.

especialistas para poder tentar provar o seu ponto: de que todos esses conceitos estão, de alguma forma, ligados dentro do contexto ideológico e político brasileiro. O livro tem três capítulos divididos em subtópicos, onde ele vai destrinchando seus argumentos.

Para a análise dessa resenha, irei mobilizar Pollack (1989), Orlandi (2005) e Fraga e Holff (2021) para atestar alguns pontos que mais me chamaram atenção e que conversa com a ideia desses autores, já que eles trabalham com temas que permeiam a obra resenhada.

Ao abordar alguns principais argumentos da obra, o autor se esforça para trazer a pós-verdade enquanto um contexto evidente no Brasil, e mesmo tentando mobilizar vários autores para defini-la, a sua melhor análise sobre é a seguinte:

De fato, a pós-verdade é um fenômeno complexo que envolve uma série de fatores sociais, políticos e tecnológicos. A crise de confiança nas instituições, como governos e partidos políticos, é um dos principais fatores que contribuem para surgimento da pós-verdade (Silva, 2023, p. 57).

A mobilização do termo pós-verdade é muito interessante, mas é também reconhecido pelo autor como que ainda existem muitos intelectuais que criticam esse conceito da forma como é abordado. Existe uma grande seara entre os pós-modernistas sobre o real significado dessa palavra, mas no geral o autor implica que o Brasil está situado num momento de pós-verdade.

Na obra, o autor Thiago Silva traz a discussão teórica de Rodrigo Seixas para mostrar como a pós-verdade está mais relacionada com “disputas de verdade” (Silva, 2023, p. 64) do que com fake news em si, o que me lembrou muito Michel Pollack e o seu argumento de memória em disputa. É interessante como no contexto abordado no Brasil, fake news está ligada a negacionismo, que também está ligado a disputa de narrativa e memória. A questão das “batalhas de memória” (Pollak, 1989, p. 02) é um argumento muito bom pois de certa forma também ajuda a simplificar

um dos motivos pelos quais a população em um geral compartilha tantas notícias falsas: a necessidade de defender o seu ponto de vista em contradição ao outro que é “inimigo” da população. O autor trabalha como os discursos de Bolsonaro ajudam a propagar essa ideia de divisão da sociedade em dois lados, muito impulsionada por falácias que resultam na divulgação ampla de fake news sobre a Covid-19 e diversos outros assuntos. A memória entra quando é possível identificar que um grupo articulado de pessoas que propaga fake news tem uma opinião bem definida sobre determinados contextos históricos, como a ditadura militar e a escravidão, então mesmo quando sai do âmbito histórico, posso ver como a disputa de memória desses eventos fomenta também essa disputa de narrativa, uns querendo engajar notícias falsas e outros querendo desmentir.

Um outro ponto interessante que Thiago Silva levanta é como os discursos de Bolsonaro ajudaram a criar um sentimento de antipatia com a imprensa e jornalistas, deixando a população cada vez mais distante de veículos confiáveis, estimulando a violência contra jornalistas e o ambiente propício à fake news. Com relação ao início da resolução desses problemas apresentados, o autor mostrar como é necessário que cada vez mais nós tenhamos senso crítico para termos capacidade de discernir o que é verdade e mentira entre o que nos é compartilhado. É necessário pensar por si próprio, sem precisar depender das indicações de políticos ou líderes religiosos.

Uma pergunta chave que o autor faz na obra e tenta responder é: que providência os meios de comunicação estão tomando para desmentir as informações falsas que são propagadas intensamente nas redes sociais? Aqui Thiago Silva apresenta ao leitor o fact-checking, uma ferramenta que busca checar informações divulgadas e corrigir fatos distorcidos, numa tentativa de retomar a credibilidade dos veículos confiáveis de comunicação. A principal agência de checagem que Thiago Silva trabalha é a agência Lupa, que é brasileira e teve um papel fundamental durante a pandemia da Covid-19, corrigindo informações falsas e principalmente negacionistas que circulavam nas redes sociais.

A agência Lupa trabalha com meios de popularizar o checking, a checagem de informações nas redes sociais, promovendo palestras e incentivando as pessoas a usarem a internet de forma consciente e saudável. O autor argumenta que essa iniciativa de fact-checking, durante o Covid-19, ajudou a corrigir informações que eram questão de saúde, como a eficácia da vacina, a origem do vírus, a cloroquina enquanto medicamento não eficaz para tratar a doença, entre outros.

Quem teve um papel impulsionador na ação das agências de checagem foi o próprio Jair Bolsonaro seguido por seus apoiadores, que durante sua atuação na presidência do Brasil proferia constantemente declarações polêmicas, minimizando a pandemia, se colocando contra o isolamento social e o fechamento das lojas, divulgando medicamentos não comprovados contra o vírus e, também, zombando das vítimas da Covid-19, incentivando que outros milhares de brasileiros fizessem o mesmo. Ao perceber o impacto desses discursos que o autor da obra vai analisar no terceiro capítulo os discursos de Jair Messias Bolsonaro que apresentava informações falsas que foram corrigidas pela agência Lupa.

O embasamento teórico metodológico do autor é a análise de discurso com base nas teorias do linguista britânico Norman Fairclough. Ele irá coletar discursos do Jair Bolsonaro e analisá-los, compreendendo que sua metodologia exige análise do contexto social, para entender a construção do discurso, a interdisciplinaridade, pois precisa trabalhar com a linguagem e entender as relações de poder que são perpetuadas no discurso. O autor ainda explana que a sua abordagem não será neutra pois a ADC necessita de um posicionamento e pensamento crítico, logo, durante sua obra ele se posiciona sobre o tema que escreve.

O autor Thiago Silva traz uma relevante base teórica para trabalhar a análise de discurso e, isso torna-se um dos aspectos positivos da obra. Ele tentou trazer visões atuais e que buscaram renovar análises como a de Foucault, por exemplo. Eni Orlandi em sua obra “Análise de Discurso” traz uma ideia muito parecida com a que Thiago Silva discute, onde a teórica trata que dentro das condições para produção de discurso o contexto social, ideológico e históricos são indispensáveis para a

fundamentação da análise de discurso (Orlandi, 2005, p. 30). Esse entendimento resume bastante as ideias que o autor tenta apresentar com os autores que ele cita, em seguida veremos o motivo de sínteses como essa serem importantes.

Ao finalizar minha análise sobre a obra, o que posso destacar como os resultados das análises de Thiago Silva é que foi possível constatar que Jair Bolsonaro utilizou de outros discursos como, por exemplo, de Donald Trump (que era Presidente dos EUA à época) e mesclou com os seus próprios. Ele também se utilizou de palavras-chave para vender a própria imagem como “salvador da pátria” e escolheu especialistas médicos que compartilham de suas visões ideológicas para poder propagar fake news durante a covid-19 com o aval de negacionistas científicos. Para além disso, seus discursos também se caracterizam como sendo extremamente ideológicos, onde ele busca cada vez mais separar a sociedade brasileira entre “nós e eles”, como evidenciam Fraga e Holff: “[...] Bolsonaro o define (povo) em termos morais, o que se evidencia na expressão ‘pessoas de bem’, ou seja, aqueles que defendem os valores da ‘família’ e rejeitam a ‘ideologia’ do ‘Outro’” (2021, p. 21). Para eles, é a ideologia que promove essa separação, propaladas muito fortemente nos discursos de Bolsonaro, onde o outro é inimigo da nação e comunista. Esse apontamento é extremamente semelhante com o de Thiago Silva, provando como é pertinente esse debate para quem esses discursos negacionistas são destinados e quem são as pessoas que, por não acreditarem nesse espectro de que a salvação do país é um único homem, são taxadas como não patriotas.

Por fim, são interessantes os argumentos que o autor da obra traz, comparando com o contexto dos Estados Unidos na eleição do Donald Trump, citando livros e documentários que se inserem em assuntos de mídias e desinformação, utiliza tabelas e imagens para organizar a sua análise crítica. Entretanto, ele parece ter muita dificuldade para montar essa linha de raciocínio. Isso pois, ele vai e volta no mesmo conceito várias vezes, o que pode confundir o leitor ao longo da leitura, dando a impressão de que as informações estão apenas se repetindo. E de fato estavam,

pois ele repetia a mesma coisa algumas vezes com palavras diferentes, o que comunica uma certa dificuldade de fazer uma síntese dos conceitos trabalhados. Irei citar dois exemplos: “[...] uso de linguagem emocionalmente carregada ou a exploração de preconceitos e medos comuns” (Silva, 2023, p. 61). “Bolsonaro frequentemente usa técnicas retóricas, como a exploração do medo e dos preconceitos, para moldar a opinião pública em seu favor” (Silva, 2023, p. 62).

Isso se nota também com relação a fake news, que é a grande palavra-chave de todo o livro, ele repete várias vezes esse conceito e traz muitos autores que o definem, além de trabalhar sua relação na política, no jornalismo, na mídia e nas redes sociais. Talvez ficasse mais organizado se o autor tivesse produzido um capítulo para trabalhar esse referencial teórico, assim ele poderia trazer logo as definições do conceito e os autores que convergem nesse ponto e no decorrer do livro poderia citar, mas sem precisar repetir reiteradamente algo tratado anteriormente, tornando a leitura menos monótona e cansativa. Não é como se as ideias não fossem apresentadas de forma clara, elas até que são, o problema é a constante repetição do termo.

As suas recomendações de senso e pensamento crítico e os meios necessários para o combate às fake news são igualmente repetitivas, tanto que parece que em um determinado momento quase que perdem o sentido pela quantidade de vezes que aparecem. Esses pontos que trago é apenas a nível de organização das ideias do livro, pois as contribuições são bem valiosas, mas se estivessem dispostas de outra maneira e de forma mais enxuta, trariam uma leitura mais direta da obra. No mais, é rico em informações e contribui para o melhor entendimento do tema, é interdisciplinar e com importantes análises que são valiosas, com uma abordagem diferente que demonstra a originalidade da obra.

REFERÊNCIAS

FRAGA, Lucas L.; HOFF, Tânia MC. Nós versus Eles: A Construção do “Eu” e do “Outro” no Discurso Político Populista. *Compólitica*, v. 11, n. 2, p. 5-30, 2021.

ORLANDI, Eni Pucinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v.2, 1989.

O ÍNDIO NO SOLO PIAUIENSE (ENSAIO DE MONOGRAFIA HISTÓRICA)*

CHAVES, Pe. Joaquim. *O índio no solo piauiense* (Ensaio de monografia histórica). Teresina: Centro de Estudos Piauienses, 1953.

Larissa Conceição dos Santos¹

O livro “O índio no solo piauiense”, do Pe. Monsenhor Joaquim Raimundo Ferreira Chaves, também conhecido como Monsenhor Chaves, é um ensaio de monografia histórica, publicado em 1953 pelo Centro de Estudos Piauiense. O Pe. Joaquim Chaves é originário de Campo Maior, onde nasceu em 9 de março de 1913, e faleceu em Teresina, em 8 de maio de 2007, Monsenhor Chaves, como era conhecido, também era um nome importante para a história do Piauí, já que além do sacerdócio, atuou como professor, biógrafo e escritor, possuindo obras importantes para entender a história do Piauí. Entre suas obras, está a que foi selecionada para esta resenha, e neste livro Joaquim Chaves vai abordar as tribos indígenas do Piauí, tema de suma importância e na qual ele foi um dos primeiros a abordar, fazendo um escrito sobre estes que são invisibilizados em favor da história dos grandes homens.

O texto começa tratando sobre a povoamento do Piauí, mencionando que em fins do século XVII “isto aqui era o fim do mundo” (Chaves, 1953, p. 5), onde só tinha uma povoação que era a de Nossa Senhora da Vitória do Piauí em todo o território, ele caracteriza o Piauí na visão das autoridades como uma imensidão, sem uma demarcação do limite do

* Resenha crítica apresentada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, como requisito parcial para aprovação na disciplina de Historiografia do Piauí, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Lêda Rodrigues Vieira.

¹ Graduanda em História, Bloco VI pela Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI, E-mail: lcdossantos@aluno.uespi.br

território, e cheio de tapuias bravos que lutavam entre si e contra os brancos que tentavam conquistar seus territórios.

No capítulo intitulado Piauí, Corredor de imigração, o autor aborda que o Piauí era um território localizado entre regiões distintas da América do Sul, com clima diversificado da região, e que o território é um campo transitório de imigração de tribos indígenas que se deslocavam da bacia do São Francisco e do litoral do nordeste para a bacia do Amazonas, e entre as tribos que transitavam pelo Piauí, destacam-se os Tupis, os Tapuias e os Caraíbas.

No capítulo “O índio no solo piauiense”, o autor aborda a dificuldade em mapear tribos do Piauí, dada a escassez de documentação e o estilo de vida nômade dos indígenas. No entanto, ele apresenta as seguintes tribos: Tremembés, Aroquinze, Carapotangas, Aroquanguiras, Copequacas, Cupicheres, Aranhazes, Aitetús, Corerás, Abetiras, Beirtás, Coarás, Nongazes, Acoroás, Rodeleiros, Beicudos, Bocoreimas, Corsiás, Lanceiros, Anassús, Alongazes, Aruazes, Ubatês, Moatans, Janduíns, Icós, Uirirês, Araiés, Acumês, Coaratizes, Jaicós, Cupinharós, Precatizes, Putís, Aranhins, Pimenteiras, Gamelas, Genipapos, Guaranís, Amoipirás. Neste capítulo, portanto, o autor apresenta diversos nomes de tribos que habitaram ou transitaram pelo Piauí e região.

No capítulo “As guerras da conquista”, Monsenhor Chaves trata de Domingo Jorge Velho, que foi o primeiro homem branco a invadir o território piauiense e hostilizar os indígenas que ali habitavam, e que isso seria o que ele acreditava até que se prove o contrário. O autor vai defender que Domingo teria explorado o Piauí, citando alguns documentos para embasar essa tese. O argumento utilizado por Monsenhor Chaves foi baseado em diversos documentos, como a carta com o pedido de sesmaria da Da. Jerônima Cardim Frois, uma carta de Domingo Jorge Velho, carta do Governador João da Cunha Souto-Maior e a resposta da Junta de Governadores Interinos do Brasil, que servem para comprovar sua tese de que Jorge Velho esteve em território piauiense.

O autor cita Barbosa Lima Sobrinho, que defendeu que Domingos não teria vindo para o território piauiense, e com relação a isso

Monsenhor aponta que têm uma discordância com relação a documentação apresentada acerca do assunto, e com relação a isso ele tenta conciliar esses documentos, abordando o que provavelmente aconteceu. Com tudo o que foi abordado sobre Domingo Jorge Velho, o autor conclui que este teria explorado o Piauí e ainda ficado dezesseis anos neste território lutando contra os ditos gentios bravos.

Após discutir a figura de Domingo Jorge Velho, Monsenhor Chaves, passa a explorar os conflitos entre brancos e indígenas, onde ele começa tratando que em 1674 estava ocorrendo uma grande inquietação dos indígenas, e que neste ano os Gueguês invadiram as fazendas de gados na Bahia, e em retaliação a esta ação Francisco Dias de Ávila e Domingo Rodrigo de Carvalho foram postos no comando da expedição contra os Gueguês, que por um tempo conseguiram escapar, mas foram encontrados na altura da barra do rio Salitre, na qual eles atravessaram para fugir dos seus perseguidores. No entanto, em seis ou sete dias, eles foram novamente encontrados já na fronteira do Piauí, e neste momento muitos acabaram se rendendo esperando misericórdia, o que não ocorreu. Os homens foram mortos e as mulheres e filhos viraram escravos.

Essa situação se interliga ao Piauí, porque algumas destas tribos conseguiram fugir para o solo piauiense e, em busca destes indígenas, temos Domingos Afonso Sertão vindo para o solo piauiense, e sobre este personagem o autor destaca que ele foi importante para o desbravamento e povoação do Piauí, pois foi responsável por instalar trinta fazendas de gado que foi o primeiro esforço real para se povoar o Piauí. Após isso, Monsenhor afirma que: "Daí por diante não houve mais tréguas na luta com o selvagem" (Chaves, 1953, p. 19). Neste momento, o autor vai abordar as disputas contra os Tremembés que em 1679, fecharam os meios de comunicação com Maranhão e Ceará, o que não deixou os colonos nada felizes e foi dado a Vital Maciel Parente o posto de comandante de uma expedição contra esta tribo, que foram encontrados na costa do lado do Piauí, e contra os Tremembés ocorreu uma ação de extrema desumanidade, na qual as crianças dessa tribo foram massacradas sem piedade pelos indígenas aliados dos colonos, parte da tribo conseguiu fugir para a

mata, no entanto, continuou hostilizando os brancos e, por isso, em 1701 foi mandado outra expedição contra eles, agora comandado pelo Sargento-Mor José de Moraes Navarro, mas não foi possível saber se esta expedição conseguiu completar sua missão.

Entre os anos de 1712 a 1713 teve o levante geral dos indígenas do norte, Mandu Ladino era o comandante dos indígenas do Piauí e Maranhão, o autor o descreve como astuto e inteligente, ele dividiu o povo indígena sobre seu comando em guerrilhas, e hostilizava os brancos do Maranhão, e o governo que estava descontente com este levante mandou o Mestre de Campo, Antonio da Cunha Souto-Maior, como comandante da expedição, e esta disputa durou três anos, já que após a morte do líder Mandu Ladino, a resistência indígenas foi quebrada, por causa do tratamento desumano na qual eles estavam enfrentando.

Nos anos 1722, começa um longo processo de aldeamento das tribos indígenas e de assimilação à sociedade colonial. Com relação a isso, o autor menciona que os indígenas foram vítimas de um embate cultural, e que “sem terem uma noção do direito de propriedade, tal como a entendiam os brancos, matavam para comer algumas reses que apanhavam no mato” (Chaves, 1953, p. 22). Ou seja, os indígenas agem por instinto, se sentem fome, vão caçar, e eles não possuem a noção de propriedade privada como os colonos, logo, a invasão de fazendas para eles não é algo ilegal e odioso como é para os colonos.

No ano de 1759, foi nomeado o primeiro governador da capitania, João Pereira Caldas, que tinha como objetivo expulsar os jesuítas do território piauiense e tomar as suas posses e, também, os indígenas aldeados. Esse governador depois de insistir bastante conseguiu a autorização para uma guerra ofensiva contra os Acoroás e Gueguês. Nesta disputa, João Pereira se alia ao Cel. João do Rêgo Castelo Branco, e as duas tribos indígenas foram derrotadas, e os sobreviventes foram aldeados. E para mostrar a ganância do homem branco, João do Rêgo fica interessado em uma possível mina localizada em Goiás, e para tentar conseguir essa mina ele usa da morte de um vaqueiro para fazer uma expedição para caçar Acoroás que estavam habitando a região próxima do Rio do Sono

em Goiás, eles foram surpreendidos pela expedição e acabou que eles acabaram rendendo-se. No fim as tribos dos Acoroás e Gueguês sofreram muito nas mãos de Castelo Branco, eles morriam de doenças, miséria e fome, e os fundos que eram para ajudá-los estava sendo desviado, só ocorreu um episódio na qual o tratamento desumano destes indígenas foi questionado, sendo aberto um inquérito, na qual "João do Rêgo assume perante o Juiz Marcos Francisco de Araújo Costa a responsabilidade dos massacres, e todos se calam. Ninguém vai castigado" (Chaves, 1953, p. 30), isso demonstra a banalidade do corpo indígenas que é massacrado por motivos injustificáveis e nascidos da ganância do homem branco e colonizador, e são estes que se dizem civilizados.

Na conclusão, Monsenhor afirma que a história dos indígenas no Piauí não difere muito do restante do país. Ele também fala sobre a assimilação dos indígenas à sociedade colonial que resultou na mestiçagem e na perda da cultura indígena, e destaca que não teve em outra região do país um João do Rêgo Castelo Branco ou algo semelhante ao que ele fez no território piauiense.

Essa obra de Monsenhor Chaves apresenta uma linguagem fácil e agradável. Apesar de ser um pequeno estudo, torna-se uma leitura interessante e aborda de maneira profunda a questão dos indígenas no Piauí, principalmente em relação a trazer os massacres que foram cometidos contra os povos indígenas que habitavam a região. Em algumas partes da obra, Chaves trata brevemente sobre a escravização dos indígenas, o que é considerado interessante, já que esse assunto tende a ser esquecido, como se não tivesse ocorrido.

Nessa obra, considero interessante especialmente a crítica que o autor faz ao questionar quem, de fato, era o "civilizado" os brancos ou os indígenas? Ele trabalha muito bem o tema, mesmo tendo escassa documentação sobre o assunto, uma crítica é sobre como ele aborda os jesuítas como grandes apoiadores dos indígenas, como se com isso eles não estivessem forçando a religião católica nos indígenas. No entanto, entendo que o autor sendo um representante do clero ele vai ter uma visão favorável a isso que chega até a ser ingênuo. Por fim, O índio no solo piauiense

é um livro muito interessante e agradável, trazendo à tona a história dos indígenas, que foi por muito tempo invisibilizada pela história oficial. A obra contribui para a reflexão sobre o papel do indígena no Piauí e a importância de preservar suas histórias.

REFERÊNCIA

CARVALHO, Elmar. Monsenhor Chaves: um ícone da historiografia piauiense. *180 graus*, 12 mar. 2010. Disponível em: <https://180graus.com/blog-literario/monsenhor-chaves-um-icone-da-historiografia-piauiense-304331/>. Acesso em: 15 dez. 2024.

O ÍNDIO NO SOLO PIAUIENSE (ENSAIO DE MONOGRAFIA HISTÓRICA)*

CHAVES, Pe. Joaquim. *O índio no solo piauiense* (Ensaio de monografia histórica). Teresina: Centro de Estudos Piauienses, 1953.

*Larissa de Abreu Freitas*¹

O escritor Joaquim Raimundo Ferreira Chaves, também conhecido como Monsenhor Chaves, nasceu em Campo Maior, em 9 de março de 1913. Monsenhor Chaves foi professor, historiador, religioso, escritor, biógrafo e sacerdote brasileiro. Ele faleceu aos 94 anos em Teresina, em 8 de maio de 2007.

Monsenhor Chaves é autor de muitas obras como; Subsídio para a história do Piauí (1952); o Índio no solo piauiense (1952); como nasceu Teresina (1971); Campo Maior nas lutas pela independência (1971); o Piauí na Guerra do Paraguai (1972); o Piauí nas lutas da independência do Brasil (1975); monumento do jenipapo (1983); Apontamentos Biográficos e outros (1981); cadernos de Teresina (1993).

O livro escolhido para ser resenhado foi uma de suas primeiras obras produzidas pelo autor, "O índio no solo piauiense" é um ensaio de moradia histórica publicado em 1953. Esta obra traz o clima da região, as Tribos que ocuparam o Piauí e onde elas viviam, como eram suas vidas aqui no Piauí, a obra traz aspectos de grande relevância pois pouco se é falado em relação aos povos indígenas que ocuparam o Piauí.

* Resenha crítica apresentada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, como requisito parcial para aprovação na disciplina de Historiografia do Piauí, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Lêda Rodrigues Vieira.

¹ Graduanda em História, Bloco VI pela Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI, E-mail: Larissadeabrefreitas@aluno.uespi.br

Esta obra começa abordando a questão da única povoação de nossa senhora da Vitória do Piauí, onde possuía poucos elementos de sua posição exata, ele traz que Pe. Miguel relatava que esta povoação estava situada a 3 graus para o sul no meio do sertão entre o rio São Francisco e a costa do mar que corta Ceará para Maranhão. Além disso, traz que as autoridades sabiam que o Piauí possuía uma imensidão quase desconhecida, imprecisa, sem limites definidos, povoada de tapuias bravos.

No primeiro capítulo chamado “Piauí, corredor de migração”, se inicia falando que o Piauí era uma ponte bem definida que ligava duas regiões distintas da América do Sul. Ele traz as duas regiões possuíam uma variedade de clima, uma ao norte que era uma área quente e seca e a outra ao sudeste predomina o clima da região do medio S. Francisco, onde as noites eram frias e o calor rigoroso da estação das águas. Ele finaliza o capítulo falando sobre a transformação do vasto território para o corredor da migração, onde tupis, tapuias e caraíbas em guerras pisaram no Piauí.

No capítulo intitulado “índios em solo piauiense”, o autor traz a questão de como era o estilo de vida dos indígenas no Piauí que viviam como nômades, que buscavam seus alimentos em rios e matas, onde migram muito por causa das guerras contínuas, por conta disso dificultava para situar com precisão a posição exata desses povos indígenas. Ele vai trazer as Tribos que transitaram aqui no Piauí que foram: Tremembés, Aroquinze, Carapotangas, Aroquanguiras, Copequacas, Cupicheres, Aranhazes, Aitetús, Corerás, Abetiras, Beirtás, Coarás, Nongazes, Aco-roás, Rodeleiros, Beicudos, Bocoreimas, Corsiás, Lanceiros, Anassús, Alongazes, Aruazes, Ubatês, Moatans, Janduins, Icós, Urirês, Araiés, Acumês, Coaratizes, Jaicós, Cupinharós, Precatizes, Putís, Aranhins, Pimenteiras, Gamelas, Genipapos, Guaranís, Amoipirás.

No capítulo as guerras da conquista, o autor traz que o primeiro homem Branco a hostilizar os indígenas em seu território foi o sertanista Domingos Jorge Velho que chegou por volta de 1662. Ele cita que, Barbosa Lima sobrinho põe em dúvida se Domingo Jorge Velho esteve em solo piauiense, em relação a documentação apresentada por Barbosa

Lima, o autor vai mostrar uma discordância nos argumentos apresentados e argumenta o que realmente aconteceu. Ele conclui em relação a este assunto que houve exploração no solo piauiense por Domingos Jorge Velho e que lutou por mais de dezesseis anos contra os “gentios bravos”.

Após discutir esta questão, o autor passa a discutir sobre os conflitos entre os brancos e os indígenas. As inquietações dos indígenas começaram em 1674, ele cita que os Gueguês invadiram currais de gados que se espalharam numerosos dos dois lados do rio S. Francisco, após isto ocorreu expedição por Francisco Dias de Ávila e Domingos Rodrigues de Carvalho, onde após algumas tentativas sem muitos resultados os Gueguês foram apanhados na altura da barra do rio salitre. Foram seis a sete dias tentando escapar de seu extermínio, com a promessa de que lhe pouparia suas vidas eles se renderam, mas ao se entregarem mataram todos os homens e que eram aproximadamente quinhentos homens e escravizando suas esposas e filhos.

O autor também diz que de 1712 para 1713 houve um levante geral de todos os tapuias do norte, onde obedeciam às orientações de manu-ladino. O Autor descreve manu-ladino, como um homem inteligente, astuto e vingativo. Ele mobilizou as Tribos, dividindo em guerrilhas, onde hostilizava os brancos do lado do Maranhão. Por conta disto o governo decidiu intervir, organizou uma expedição contra ele a comando do Mestre de campo Antônio da Cunha Souto-Maior. Após o fracasso desta expedição, organizaram mais duas expedições após dois anos, uma no Maranhão sob o comando de Francisco Cavalcante de Albuquerque e outra no Piauí sob o comando do Mestre de campo Bernardo de Carvalho Aguiar. Na última parte o autor traz que o indígenas já estavam à maioria aldeados, e viviam pacificamente a cuidar de suas lavouras, havia um ou outro caso de roubo de gado das fazendas, o que não trazia um risco a paz a capitania mas que despertava o dia do branco ao “ selvagem” que exagerava estes casos ao extremo para que houvesse novas guerras e matanças.

O primeiro Governador do Piauí João Pereira Caldas, foi encarregado de proteger os indígenas contra os jesuítas. ele organizou uma

guerra ofensiva contra os Acoroás e Gueguês, e pede permissão para empregar nela os indígenas aldeados na serra da Ibiapaba. O autor cita que houve exagero por parte de João Pereira Caldas pois alguns Acoroás e Gueguês com fome haviam matado alguns bois das fazendas vizinhas aos seus aldeamentos o que ocasionou ataques com os vaqueiros e mortes de ambos os lados, por conta disto ele queria esta guerra ofensiva.

O autor conclui que os indígenas no Piauí não se diferem de outros indígenas de outras regiões do país, e que o indígena foi uma grande vítima do civilizado. O branco tomou terras para povoá-las a seu modo, escravizou o indígena e cometeu muitas injustiças contra ele. Ele também relata que as Tribos mais aguerridas foram aniquiladas ou expulsas do nosso território e as mais fracas se acomodaram junto com o usurpador.

Esta obra é de extrema importância para a historiografia piauiense, pois mesmo com a documentação escassa em relação a este tema, Ele possui uma linguagem de fácil compreensão e ao mesmo tempo rica em detalhes e percebemos o que os indígenas passaram no território piauiense. Podemos conhecer através dele quais Tribos povoaram o nosso território, e o que aconteceram com essas Tribos, como eles viviam, o que faz com que o texto se torne muito mais interessante, pois faz com que o leitor se prenda ao texto, pois aborda um tema que muitas vezes é invisibilizado. Em suma, o texto é muito interessante, mostra de fato o que realmente aconteceu com as tribos indígenas, muitas delas aniquiladas, expulsas de seu território pelo homem branco.

Além disso, podemos destacar também que o texto busca trazer a bravura desses indígenas nessas lutas em busca de sua liberdade e despende seu território.

REFERÊNCIA

CHAVES, Pe. Joaquim. *O índio no solo piauiense: Ensaio de monografia histórica*. Teresina: Centro de Estudos Piauiense, 1953.

RIO PARNAÍBA: CIDADES-BEIRA (1850-1950)*

GANDARA, Gercinair Silvério. *Rio Parnaíba: Cidades-Beira (1850-1950)*. 1.ed. Teresina: EDUFPI, 2010. v. 1.

Laryssa dos Santos Ribeiro¹

O presente texto fomentado em virtude da disciplina “*Historiografia Piauiense*” de autoria da estudante Laryssa dos Santos Ribeiro², graduanda no curso de Licenciatura Plena em História, sétimo bloco, na instituição Universidade Estadual do Piauí, visa resenhar a obra “Rio Parnaíba... Cidades- Beira (1850-1950)”, de autoria da pesquisadora Gercinair Silvério Gandara³, historiadora brasileira, se tratando de um produto referente a sua tese de doutorado, tendo sido publicado pela Editora da UFPI (EDUFPI) no ano de 2010.

A autora, de acordo com informações coletadas em seu *lattes*, possui sua formação acadêmica voltada para os estudos históricos, com graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado em história, possuindo também especialização em estudos regionais. Coordena a rede de pesquisa goiana *Rios e Cidades no Brasil*, liderando o grupo de *pesquisa Rios e Cidades na História do Brasil*. Dentre suas exposições em seu *lattes* se nota ações voltadas para as áreas de História Ambiental e História Cultural, com outras publicações voltadas para a história de rios brasileiros, tais como “Nas Fraldas dos Rios e no Tanger do Gado: Emprego aos libertos e educação aos ingênuos”, “Rios: território das águas às margens das

* Resenha crítica apresentada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, como requisito parcial para aprovação na disciplina de Historiografia do Piauí, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Lêda Rodrigues Vieira.

¹ Graduanda em Licenciatura em História na Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. Email: laryssaribeiro1706@gmail.com

² Perfil no Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4444513565142712>

³ Perfil no Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2399523707780099>

idades: o caso dos rios de Uruaçu”, com outras publicações acerca do Rio Parnaíba, tais como “Navegar é preciso?: Navegação a Vapor no Rio Parnaíba” e “Rios nossos que estão no sertão! São Francisco e Parnaíba.”. Desse modo se percebe inclinações por parte da autora para com a história dos rios, com publicações numerosas e de notório peso, com isso “Rio Parnaíba... Cidades-Beira (1850-1950)” possui “obras irmãs” tão relevantes quanto este, sobretudo no que tange a temática das águas por parte de Gandara.

A obra em questão trata-se de uma produção que privilegia o Rio Parnaíba como um ente histórico, desse modo passando pela história do próprio estado do Piauí em seu recorte temporal proposto (1850-1950) e pelas águas do rio direta ou indiretamente. Desse modo, o leitor poderá acompanhar pontos de suma relevância para a história do estado inseridos na argumentação da autora, a exemplo da transferência da capital do estado da cidade de Oeiras para Teresina no ano de 1852. Acerca das cidades beiras, a autoria privilegia as cidades piauienses de Parnaíba e Floriano, ambas sendo apresentadas e inseridas no terceiro capítulo da obra, intitulado “Águas de longas beiras... Rio Parnaíba”, sendo também o maior capítulo do manuscrito, contando com 84 páginas das 400 da obra completa.

O livro apresentado nas linhas da presente resenha encontra-se dividido em um esquema que incorpora um prefácio, uma apresentação, quatro capítulos, uma conclusão e, por fim, as referências. Gercinair Gandara em sua produção torna constrangedor a arquitetura de quaisquer críticas negativas para com sua obra, pois trata-se de uma produção intelectual com uma identidade de escrita e narração de acontecimentos que mesclam os fatos a características comuns a uma “contação de histórias” (a exemplo desta característica se denota a utilização da frase “Era uma vez um rio...” na primeira linha da introdução da obra), sendo perceptível a “narrativa” da autora ao longo da sua produção. A introdução apresentada por Gercinair Gandara expõe ao leitor em 15 páginas uma grande amostra dos principais pontos proposto pela autoria, sendo clara e concisa, ao passo em que mantém uma linguagem de fácil compreensão.

Ainda em sua introdução Gandara evidencia a sua intenção pela realização de uma *História Social*, mas também com flertes para com a *história cultural* e *geográfica*, portanto uma produção interdisciplinar. Desse modo, com a pretensão de estudo de representações, o rio Parnaíba dialoga diretamente com o imaginário cultural (Gandara, 2010).

A autoria também esclarece a articulação dos conceitos de *espaço* e *tempo* (com predominância da longa duração) como os seus norteadores, estes por sua vez refletem ao longo de toda a argumentação da autora, sendo estas concepções caras para a historiadora, que os articula ao leitor ao longo de toda sua produção. A apresentação clara dos conceitos se torna um “norte” durante a leitura. Mas, uma distinção apresentada por Gandara trata-se dos conceitos de “cidades ribeirinhas” e “cidades-beira”, onde “esta última assim se denomina por se encontrar às margens de águas doces, rios, ribeirões e córregos e aquela além das ribeiras de águas doces margeia também águas salgadas e os diversos meios de circulação” (Gandara, 2010, p. 23), onde o rio é apresentado ao leitor nos moldes de um mapa, sendo um ente norteador ao longo da tese.

A autora eleva a natureza do rio a égide de um ente histórico a partir de seu aspecto social, com características que perpassam as esferas de *tempo* e *espaço*, conquistas, navegações e embarcações (nesta com a inserção do barco a vapor), iconografias, sua relação com as cidades-beira e a própria representação. Logo em sua introdução, a autora prepara o leitor para o confronto com diversas realidades, fazendo um jogo de palavras onde expressa sua capacidade de influenciar diretamente nessas realidades, abrangendo a própria interdisciplinaridade, com características originais.

Ao longo dos capítulos, a pesquisadora Gercinair Gandara realiza uma “dança” com o tempo histórico, uma vez que sua obra visa um rio como um ente de movimentação social no estado do Piauí, está em determinados momentos recua com relação ao seu recorte temporal estabelecido. Entretanto, estas pequenas fugas trata-se de nortes valiosos para o leitor, pois através destas a história se desdobra e a própria história do Estado é apresentada com uma riqueza de detalhes realmente valiosos

e, sempre voltado para o rio Parnaíba. Com isso, a autora apresenta características históricas como a mudança de nomenclaturas sofridas pelo Parnaíba ao longo dos anos desde suas nomenclaturas com raízes indígenas até seu nome atual, aspectos geográficos que são estrategicamente articulados a mapas, aspectos da história econômica do estado de Piauí (a exemplo da presença da pecuária como um dos grandes giros econômicos da região e sua influência, a borracha de maniçoba etc.) indo mesmo para aspectos arquitetônicos das construções históricas como características importantes para a compreensão acerca do povoamento da região. Desse modo, a obra se revela pertinente para com a apresentação do estado brasileiro, dialogando com a literatura como uma contribuição a sua produção.

As representações do rio Parnaíba, segundo Gercinair Gandara, estariam balizadas em uma inserção temporal-espacial, onde a “concepção de espaço resulta da representação que define os parâmetros da classificação conforme a ideia que a sociedade faz de si mesma” (Gandara, 2010, p. 92). Por sua vez, este rio seria um importante moldador da vida no Estado, um delimitador entre regiões, um vetor que a autoria na página noventa e três dedicaria a este um parágrafo inteiro contendo adjetivos e exaltações, um sistema hidrográfico do Meio Norte que refletiria todo um imaginário social

Enquanto o primeiro capítulo intitulado “Eu, o Rio” apresenta aspectos próprios do rio Parnaíba, como a presença do delta do Parnaíba, com um diálogo geográfico, o segundo capítulo intitulado “No horizonte do rio Parnaíba, o Piauí” apresenta ao leitor discussões outorgadas pela autora acerca das navegações em suas águas com favorecimento para a discussão acerca das navegações a vapor. O terceiro capítulo denominado “águas de longas beira... Rio Parnaíba”, aborda a argumentação em torno das cidades piauienses. Enquanto no capítulo anterior o leitor acompanha a transferência da capital do estado, neste já lhe será apresentado as *Cidades-Beira* de Parnaíba e Floriano, suas particularidades, interações com o meio social e o rio, seus desenvolvimentos. O quarto e último capítulos visam o diálogo direto com as navegações a vapor do rio

Parnaíba, desde sua tentativa de inserção até o seu fim, sendo este um dos principais pontos da tese da autora.

A conclusão é excepcional, a autora retoma os principais pontos trabalhados no livro com maestria e clareza, sintetizando os aspectos em uma construção argumentativa contínua para com o leitor. Ela se debruça na transferência da capital do estado da cidade de Oeiras para Teresina, um marco de suma importância para a história do estado do Piauí com a entidade do Rio como um mapa para essa história, retomando o seu debate sobre discussões acerca de espaços geográficos, onde o Rio Parnaíba se trataria de um “traço expressivo da paisagem parnaibana” (Gandara, 2010, p. 372), retomando ao seu recorte temporal concluindo que a partir dos anos de 1850 o Piauí teria sofrido mudanças significativas no que tange a grandeza socioespacial. A conclusão da autora “amarra” os principais pontos da obra, retomando aos aspectos geográficos, de desenvolvimento social e econômicos.

Com isso, pode ser percebido no trabalho uma história regional previa para em seguida se articular com o rio, o deslocamento do foco do rio enquanto uma égide para as histórias locais se torna de suma importância para a compreensão das informações apresentadas pela autora, afinal trata-se de uma obra com ligações para com a *história social*. A mudança de capital encontra-se sendo acompanhada ao longo do livro, não somente ao longo das páginas do tópico que lhe foi designado no livro. Mesmo as notas de rodapé encontram-se articuladas e sanam possíveis dúvidas. A autora também cria analogias ao longo de sua exposição, como o percurso do rio com as fases de desenvolvimento do ser humano. Acerca da transferência da capital, também é evidenciado um deslocamento econômico onde:

[...] A partir da transferência da capital de Oeiras para a beira-rio Parnaíba e, da implantação da navegação a vapor que atraiu para si, de forma mais intensa, comerciantes que fixaram empresas comerciais de exportação e importação e de navegação fluvial. Estas empresas se firmaram e em torno delas

girava o comércio local e o internacional (Gandara, 2010, p. 245).

Nesta relação, o rio se encontraria como um meio de integração comercial, uma estrada líquida, onde no ano de 1860 a cidade de Parnaíba trilharia passos para se firmar como um centro de distribuição, o principal da província, um notório entreposto comercial. A autora também realiza apontamentos acerca da relação da cidade com as navegações a vapor e as rotas de exploração de produtos naturais, acreditando que este pode ter se tratado de um importante fator para sua constituição. Já acerca da cidade-beira de Floriano, a autora dedica relevância para a constituição de suas ruas e arquitetura, onde se denota a constituição da localidade, com o forte diálogo com o conceito de *espaço*.

Já sobre a navegação a vapor, a autora defende que foi a responsável pelo desenvolvimento da cidade de Parnaíba, e sua consolidação enquanto polo comercial piauiense, sendo também fator notório para o desenvolvimento da cidade de Floriano, também elencada pela autora como um entreposto comercial, afirmando que já nos anos de 1940: “[...] as possibilidades de ascensão econômica eram mais sensíveis nas cidades beira-rio Parnaíba por onde se realizava a navegação a vapor de forma regular” (Gandara, 2010, p. 323).

A autora dialoga com literatos piauienses e com historiadores já consagrados pela historiografia, tais como Marc Block, Pierre Bourdieu, Fernand Braudel e Marshal Berman, mas também com trabalhos direcionados com a história do Estado, tais como a obra “Habitações - Arquitetura Colonial do Piauí”, de Moyses Filho Castelo Branco, “O Índio em Solo Piauiense”, de Monsenhor Joaquim Chaves e “A navegação no rio Parnaíba”, de Amauri Espírito Santo. Além disso, dialoga com representantes consagrados da historiografia brasileira como o sociólogo Gilberto Freyre. Esta produção retrata o resultado de um trabalho com as mais variadas fontes históricas, passando pela historial oral, relatórios e ofícios, com a conclusão de que a navegação a vapor teria alcançado tráfego relativamente intenso apesar das condições desfavoráveis do rio

Parnaíba. Com uma série de mapas, fotos e tabelas, a leitura circula entorno, em muitos momentos, de uma narrativa quase visual, com detalhes que estão desde a escolha de nomes para os subtópicos até os verbetes e citações de apresentação das Cidades-beira, a exemplo deste, a escolha de um pequeno trecho do Almanaque da Parnaíba, onde afirma que “Parnaíba, você não sente frio, passando o dia inteiro a tomar banho nas águas desse rio?” (Almanaque da Parnaíba, 1998, p. 233), novamente um exemplo acerca do cuidado da autora para com a estruturação e apresentação das informações.

Nas páginas dedicadas as referências da produção, o leitor poderá mensurar o admirável trabalho realizado com fontes por parte de Gercinair Gandara. Ao longo de toda a sua produção, a autora elenca documentos, decretos, mapas, iconografias e uma série de outras fontes, mas ao se visualizar a descrição de tais fontes organizadas em ordem e categorizadas por nichos, se evidencia o extenso aparato da autora, que se embasa nos mais variados tipos de fontes.

Desse modo, a obra “Rio Parnaíba... Cidades-beira” se prova uma produção intelectual de grande mérito, se articulando também com a história ambiental, se provando em diversos momentos como uma visitação a história do Piauí, passando por características econômicas, agrárias, geográficas, arquitetônicas, ambientais, abarcando transformações socioespaciais, perpassando pela história das navegações a vapor e por períodos marcados por discursos desenvolvimentistas. A presença da discussão acerca da navegação a vapor nas águas do Parnaíba e sua relevância para a história social da região ficam perceptíveis ao longo da produção, e não somente nos subtópicos que lhes é direcionado.

A produção é direcionada a um público acadêmico, entretanto, a natureza clara e de fácil compreensão da linguagem da autora possibilita que entusiastas interessados na sua produção não enfrentem grandes empecilhos ao longo de sua leitura. A argumentação da autora se dá de forma contínua, com pequenas repetições de informações (neste caso necessário devido ao volume de informações da tese). A construção a partir de um rio enquanto égide se torna interessante e original, trata-se de uma

construção equilibrada, com um desdobramento da argumentação de forma natural, contínua e narrativa direta.

REFERÊNCIAS

ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1998.

GANDARA, Gercinair Silvério. *Rio Parnaíba: Cidades-Beira (1850-1950)*. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2010. v. 1.

PARNAÍBA, CADA RUA – SUA HISTÓRIA*

PASSOS, Caio. *Parnaíba, Cada Rua - Sua História*. Parnaíba, 1982.

Luiz Henrique Galeno Pereira¹

Ao caminhar pelas ruas de uma cidade como Parnaíba, situada na região norte do Piauí, é comum nos depararmos com placas indicativas que informam os nomes dos lugares por onde passamos: Av. Getúlio Vargas, Av. São Sebastião, Rua Spes Fontenele de Carvalho, Rua Anhanguera, Rua Santa Cecília etc. Pessoalmente, como um parnaibano "adotivo" - filho de parnaibanos, mas nascido longe e vindo para Parnaíba ainda criança -, sempre me despertaram encanto e curiosidade as denominações dos muitos lugares dessa cidade, pela qual me apaixono e reapaixono constantemente.

Quem foi esse tal Pires Ferreira? E Samuel Santos? Chagas Rodrigues, quem era? O livro *Parnaíba, Cada Rua — Sua História* escrito por Caio Passos despertou meu fascínio desde o primeiro contato, não apenas pelo título sugestivo, mas também pela ambiciosa proposta de desvendar as razões históricas por trás dos nomes das ruas da Princesa do Igaracu².

O escritor Caio Passos, também foi jornalista, historiador e pesquisador cearense, apresentando em *Parnaíba, Cada Rua — Sua História*, uma obra de grande relevância para a cidade de Parnaíba. Publicado em

* Resenha crítica da obra: PASSOS, Caio. *Parnaíba, Cada Rua - Sua História*. Parnaíba, 1982, apresentada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, como requisito parcial para aprovação na disciplina de Historiografia do Piauí, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Lêda Rodrigues Vieira.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. E-mail: luizhenriquegpereira@aluno.uespi.br

² Parnaíba é conhecida como "Princesa do Igaracu" devido à sua localização às margens do rio Igaracu, um dos braços do rio Parnaíba, que forma o único delta em mar aberto das Américas. O rio desempenhou papel crucial no desenvolvimento histórico e econômico da cidade, servindo como via de transporte e comércio.

1982, durante as comemorações dos 160 anos da Independência do Brasil, o livro utiliza registros oficiais, bibliografias e relatos de personalidades locais para documentar a história da cidade por meio das origens de suas ruas, praças e avenidas. Além de seu valor como registro histórico, a linguagem clara e acessível empregada pelo autor amplia o alcance da obra, tornando-a atrativa para todos que desejam conhecer as memórias que moldam a identidade cultural de Parnaíba.

A estrutura da obra organiza-se em quatro partes temáticas. A primeira parte aborda os bairros de Parnaíba, explorando suas origens, histórias e a etimologia de seus nomes. A segunda parte concentra-se nas principais praças da cidade, destacando suas funções sociais, origens e as memórias dos momentos em que serviram como palco para eventos marcantes. Já as avenidas e ruas são discutidas nas terceira e quarta partes, respectivamente. Em todas as seções, o autor traça um panorama detalhado sobre a formação desses espaços, seus significados históricos e os personagens que marcaram suas histórias e, por vezes, deram nome a eles.

Para compor sua obra, o autor utiliza uma ampla gama de fontes, dentre elas, destacam-se a obra *Cronologia Histórica do Piauí*, de Pereira da Costa e inúmeras edições do *Almanaque da Parnaíba*³. Além disso, entrevistas com figuras ligadas à administração local - como ex-prefeitos, diretores de associações, empresários e parentes de políticos já falecidos - enriquecem a narrativa, oferecendo ao leitor perspectivas inéditas sobre eventos e personalidades históricas do município.

Outro aspecto interessante da obra é sua semelhança com outras iniciativas contemporâneas à sua publicação, como *História das Ruas do Rio* (1965), de Brasil Gerson, sobre o Rio de Janeiro; *Breve História das Ruas e Praças de São Luís* (1971), de Domingos Vieira Filho, sobre São Luís, capital do Maranhão; *Ruas, Praças, Avenidas* (1976), de A. Tito Filho, sobre

³ O Almanaque da Parnaíba foi um periódico fundado em 1923 por Benedicto dos Santos Lima, abordando comércio, cultura e sociedade na cidade de Parnaíba. Publicado anualmente até os anos 1985, tornou-se uma importante fonte histórica, sendo continuado pela Academia Parnaibana de Letras a partir de 1994.

Teresina, capital do Piauí. Esses livros compartilham o mesmo objetivo de Caio Passos ao documentar a história urbana por meio de seus logradouros, consolidando a memória cultural de cidades brasileiras.

Embora o livro possua méritos significativos, sobretudo pelo ambicioso projeto de esquadriñar a memória das veredas citadinas de Parnaíba e por sua busca em preservar elementos interessantes e inéditos da história da urbe piauiense, é imprescindível evidenciar algumas limitações da publicação.

O apoio fornecido pela Prefeitura de Parnaíba influenciou diversos aspectos do trabalho, resultando em um discurso predominantemente elogioso à elite local e às personalidades políticas da cidade. O então prefeito, Dr. Lauro Correia, é retratado de maneira idealizada, e outras figuras históricas pertencentes à elite recebem tratamento semelhante. A exaltação dessas personalidades insere-se numa perspectiva positivista, conhecida como história dos grandes homens e seus feitos, que negligencia conflitos sociais e contradições históricas. A partir das perspectivas historiográficas legadas pela Escola dos Annales, compreendemos que a história, ciência dos homens no tempo, possui um papel integral e discrepante da visão “dos grandes homens”, como bem evidenciou Marc Bloch:

Pois, em última instância, ela tem como matéria precisamente consciências humanas. As relações estabelecidas através destas, as contaminações, até mesmo as confusões da qual são terreno constituem, a seus olhos, a própria realidade. Ora, homo religiosus, homo oeconomicus, homo politicus, toda essa ladainha de homens em us, cuja lista poderíamos estender à vontade, evitemos tomá-los por outra coisa do que na verdade são: fantasmas cômodos, com a condição de não se tornarem um estorvo. O único ser de carne e osso é o homem, sem mais, que reúne ao mesmo tempo tudo isso (2001, p. 132).

Essa idealização permeia grande parte das micro-biografias incluídas nos capítulos. Apesar de detalhadas, essas descrições frequentemente omitem pontos controversos das personalidades, oferecendo um retrato superficial de suas contribuições e limitações. Nota-se também a ausência de vozes de populações periféricas, como trabalhadores rurais e operários, o que reduz significativamente o alcance inclusivo da obra.

Ademais, a narrativa reflete o discurso oficial da ditadura militar, período de sua publicação, alinhando-se à ideologia dominante da época. Termos como "revolução", utilizados para se referir ao golpe de 1964, e elogios a figuras como o general Emílio Garrastazu Médici⁴ reforçam o viés oficial e elitista presente no texto. Essa abordagem limita a pluralidade de perspectivas, comprometendo a abrangência da narrativa histórica.

Ainda assim, é fundamental reconhecer que o livro se insere em um contexto de celebração e preservação da memória local, objetivo comum a outras obras mencionadas anteriormente. O trabalho de Passos valoriza os logradouros como elementos centrais da identidade cultural cidadina, reforçando as conexões entre os espaços urbanos e as memórias do povo parnaibano.

Ao longo das páginas, destacam-se as observações cronológicas realizadas pelo autor, que, além de explicar a trajetória das denominações urbanas, resgata antigos nomes e, sempre que possível, elucida as razões por trás das mudanças. Ademais merece destaque a meticulosa pesquisa de Passos sobre os biografados, que ultrapassa os aspectos gerais amplamente conhecidos. O jornalista é também particularmente bem-sucedido ao incorporar legislações municipais que definem os limites e

⁴ Emílio Garrastazu Médici foi o 28º presidente do Brasil, governando de 1969 a 1974, período conhecido como "Anos de Chumbo" devido à intensa repressão política. Seu governo é considerado o mais repressivo e violento da ditadura militar brasileira, caracterizado por forte censura à imprensa, perseguição a opositores políticos e uso sistemático de tortura contra dissidentes. Movimentos estudantis e sindicais foram duramente reprimidos, e a censura tornou-se onipresente, limitando a liberdade de expressão e silenciando críticas ao regime.

designações de cada via mencionada na obra, conferindo maior precisão às análises.

O livro *Parnaíba, Cada Rua - Sua História* é um marco para a cidade de Parnaíba, destacando-se pela pesquisa detalhada, organização temática, linguagem acessível e pelo esforço em resgatar e preservar traços culturais e memoriais da cidade. Sua relevância como registro histórico é inegável, especialmente enquanto fonte de consulta para pesquisadores, estudantes e interessados em compreender aspectos da história local, mesmo com pouco aprofundamento histórico.

No entanto, as limitações da obra refletem o contexto político e social de sua produção. O tom ufanista, a exaltação acrítica da elite local, o silenciamento de vozes periféricas e o alinhamento com discursos oficiais da ditadura militar restringem a abrangência analítica do texto. Apesar disso, tais questões não comprometem o valor da obra como ponto de partida para novas pesquisas e reflexões sobre a história urbana de Parnaíba.

A leitura deste livro evidencia, ainda, a necessidade urgente de abordagens historiográficas mais inclusivas e críticas, capazes de contemplar a pluralidade de vozes que compõem a sociedade. Essa carência é especialmente perceptível em Parnaíba, onde, ainda hoje, é comum encontrar obras que reproduzem o mesmo tom elitista e ufanista de Caio Passos.

Como registro de memória e identidade cultural, a publicação revela-se bastante relevante ao preservar narrativas que compõem o rico e diverso mosaico histórico da cidade. Ao fazê-lo, o autor contribuiu significativamente para a valorização de Parnaíba enquanto lugar de memória e de pertencimento.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

PASSOS, Caio. *Parnaíba, Cada Rua - Sua História*. Parnaíba: [s. n.], 1982.

MULHERES PLURAIS*

BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo. *Mulheres Plurais: A condição feminina na primeira República*. Teresina: Edições Bagaço, 2005.

Maria Júlia Silveira Hortencio¹

O historiador Pedro Vilarinho percebeu a importância de se estudar a história das mulheres quando teve que fazer uma pesquisa na disciplina de História do Piauí sobre as mulheres piauienses no início da República. A partir daí se debruçou a trabalhar a temática da vida feminina no início do século XX em Teresina. O autor separa o livro em quatro partes para falar sobre as mulheres, sendo elas incluídas no lazer, na educação, no trabalho e nas mudanças dos papéis sociais. É possível observar na obra a figura feminina nesses núcleos para além de uma simples mulher na sociedade, acompanhamos a figura da mulher teresinense.

O autor Pedro Vilarinho Castelo Branco possui Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (1992), mestrado e doutorado em História, ambos pela Universidade Federal de Pernambuco (1995 e 2005, respectivamente). Atualmente é professor Titular da Universidade Federal do Piauí, atuando junto ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, e ao Departamento de História. O autor exerceu diversas funções na Universidade Federal do Piauí como, por exemplo, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História (2007-2008), Diretor do Centro de Ciências Humanas e Letras e Tutor do

* Resenha crítica apresentada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, como requisito parcial para aprovação na disciplina de Historiografia do Piauí, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Lêda Rodrigues Vieira.

¹ Graduanda de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. E-mail: mjuliasilveirah@aluno.uespi.br. ID Lattes: 5929641421157136.

Programa de Educação Tutorial em História (PET). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império e República, atuando principalmente nos seguintes temas: História, relações de gênero e família; história do catolicismo no Brasil; História e Imprensa; História, memória e interações entre estado e sociedade no longo século XIX brasileiro. Essas e outras informações estão contidas no seu currículo na Plataforma Lattes.

É essencial entendermos que esse contexto se passa em um momento de ascensão cultural e preocupação excessiva com a modernidade nacional e regional, tendo em vista priorizar agora a história comum, a sociedade e a memória não mais apenas de grandes feitos. A história das mulheres se enquadra nessa nova tendência historiográfica, entre os anos de 1980 e 1990, surgem variadas produções historiográficas nessa vertente. No Brasil, ganha corpo ao se voltar para temas da família, sexualidade de cotidiano das mulheres. A proposta do trabalho aqui analisado é fornecer uma contribuição à história das mulheres, especificadamente a vida da mulher teresinense enquanto estudiosa e trabalhadora, mostrando como ela vai conquistando maiores espaços na cidade, tendência que se eleva em meados de 1920.

Ao nos debruçarmos na leitura criteriosa de *Mulheres Plurais*, o autor inicia tratando sobre o lazer em Teresina, temos nesse momento a chegada de cafés, cinemas, praças e teatros, que mudam o imaginário de civilidade e diversão da cidade. Como Pedro Vilarinho aborda no texto, essas transformações no imaginário urbano fizeram com que novas oportunidades fossem surgindo para participação feminina, mesmo que os cronistas da época temessem a desestruturação dos valores da família tradicional. Além dos cinemas e cafés, as festividades religiosas que aconteciam todo ano no mês de maio eram organizadas por mulheres, os bailes também faziam parte da rotina, na qual aconteciam frequentemente muitos eventos como casamentos e aniversários. Assim, percebe-se que a influência modernista europeia modificou a forma como essa sociedade se divertia.

O autor Pedro Vilarinho aponta que os espaços de lazer no começo do século XX refletiam influências europeias, também intensificando os comportamentos femininos, por exemplo em relação ao casamento. Outros lazeres que fazem parte da vida da população de Teresina nesse período são o teatro e o carnaval. O que podemos notar de interessante já no início desse tópico é que Teresina não apresentava um teatro grande na cidade, foi aí que um grupo de senhoras da cidade foram até o Presidente da Província para pedir que fosse construído uma casa de espetáculos de verdade para a capital, tal ação simboliza a luta delas por espaços culturais, mesmo que sob supervisão masculina. O pedido foi atendido e o ambiente foi recheado de apresentações com mulheres tanto no palco quanto na plateia. As mulheres faziam parte de todos os processos dentro desses teatros e estavam presentes em momentos para além de peças, também festas artísticas, declamação de poemas entre outras atividades (Castelo Branco, 2005, p. 49).

Quando lemos na obra sobre o carnaval, percebemos que foi rotulado como um ambiente impróprio para mulheres. Um ponto interessante de se observar é que no século XX elas não aceitavam mais serem excluídas dos bailes carnavalesco, foi neste momento que começaram a conquistar seus espaços públicos, mesmo que a sua participação seja vigiada por algum membro homem da família. Essas festas estavam completamente incorporadas nas folias de Momo em Teresina, porém as principais críticas vinham da Igreja Católica, pois condenavam o carnaval como uma festa mundana e cheia de pecado. Havia também festas carnavalescas em locais de acesso limitado. As moças da cidade participavam tanto das festas no espaço público quanto no privado, apesar das restrições.

Uma grande diferença na sociedade no século XX foi a chegada do cinema, muitas mulheres frequentavam as sessões, as roupas e o comportamentos das atrizes influenciam seus estilos de vida. Para além disso, o cinema também influenciou o imaginário feminino ligado as relações amorosas. Mesmo com sua magia de luzes, era considerado impróprio e um não lugar para as mulheres. O principal motivo era que se

concentrava em salas escuras. Mas esses argumentos não venceram frente a beleza e a novidade do cinema, o autor pontua que havia uma grande preocupação em não deixar as moças de família se confundirem com mulheres da vida pública com reputação duvidosa (Castelo Branco, 2005, p. 57).

As mulheres tinham uma educação voltada para serem donas de casa, então tudo que aprendiam ia servir exclusivamente para ajudá-las a exercer papéis sociais na família. Na segunda metade do século XIX, com o incremento da vida urbana, as mulheres de elite precisavam ter algum conhecimento cultural, existe uma necessidade para que soubessem ler e escrever. Dá-se uma reviravolta quando o magistério está cada vez mais sendo composto por mulheres. “Principalmente nas escolas primárias onde o trabalho de ensinar crianças estava cada vez mais sendo visto como uma função feminina e mesmo uma continuidade das atividades maternas” (Castelo Branco, 2005, p. 68). Observa-se que não há grandes mudanças no âmbito trabalho, à medida que as mulheres ocupam espaços que as resumem como mães, mesmo não sendo.

Em Teresina, o quadro não se modifica, as atividades de ensino englobam aprendizados domésticos e aulas de comportamento em salões de festas, e caso fosse uma mulher de elite, poderia ter aulas particulares de leitura. Vilarinho mostra que não existia tanto interesse em mudar essa estrutura. As mulheres achavam mais valioso saber ser uma boa dona de casa e esposa, do que ter maiores conhecimentos técnicos, intensificando a mentalidade da época (Castelo Branco, 2005, p. 71).

Sente-se o início da industrialização, a necessidade de retirar as mulheres apenas dos afazeres domésticos e inclui-las em serviços sociais e hospitais, por exemplo. Com o aumento das cidades, surgiu uma certa busca pela sobrevivência, o que levou um considerável número de mulheres a exercer alguma função social. Vemos que dependendo de qual classe se encontrava socialmente, o trabalho era diferente. Por exemplo, as mulheres de camadas populares se instalavam em fábricas dos mais diversos produtos ou no setor de limpeza. Já as de classe média,

ocupavam cargos na saúde e no magistério. Era preferencial para as mulheres de elite o cargo de professora (Castelo Branco, 2005, p. 98-99).

A principal causa de as mulheres saírem do ambiente doméstico e ocuparem esses espaços no trabalho era para completar a renda de seus maridos, para assim viverem melhor financeiramente. Teresina seguia com as mesmas ideias do restante do Brasil, na qual as mulheres começavam, sobretudo, a ocupar cargos de professoras do ensino infantil, funcionárias públicas e jornalistas (Castelo Branco, 2005, p. 98). Ainda que pouco visto, o comércio e a venda de roupas feitas por mulheres nas suas máquinas de costura era uma atividade opcional para elas obterem alguma renda. Porém, as mulheres que eram comerciantes estavam apenas continuando os negócios do marido que possivelmente viera a falecer (Castelo Branco, 2005, p. 109-110). “No período em estudo, as primeiras barreiras que impediam o livre acesso das mulheres aos espaços públicos e ao trabalho produtivo iam, aos poucos, sendo derrubadas. [...]” (Castelo Branco, 2005, p. 119). Mesmo com poucas oportunidades e salários baixos, as mulheres buscam por maiores participações na vida pública e isso vai quebrando, aos poucos, as estruturas sociais.

Algo a meu ver que tece uma crítica, é o fato de o autor dizer algumas vezes que esses eventos como bailes, teatro e festas religiosas sempre eram organizados por mulheres. É perceptível que o século XX está inundado por questões patriarcais² e de superioridade masculina, porém, podemos refletir o motivo que faz com que essas mulheres não pudessem participar dos eventos, ao menos que tenham uma figura masculina junto delas, mas são as principais pessoas a serem chamadas para organizá-los.

Ao migrarmos para as questões religiosas, no pensamento católico especificamente, ele dava a mulher uma grande dádiva divina de ser mãe e isso contribuía para a permanência desse “sonho” que muitas tinham, ou talvez vissem como obrigação divina (Castelo Branco, 2005, p.

² Sistema social que coloca o homem em posição de superioridade, intensificando as relações de poder.

129). A posição que a mulher ocupa na sociedade foi sendo moldado para se enquadrarem em um padrão que girava em torno da família. No entanto, não podemos dizer que não tiveram mudanças significativas.

No mundo no trabalho por exemplo, é possível notar uma mobilização das mulheres do espaço doméstico para os serviços públicos. Porém, a mentalidade patriarcal é algo de difícil dissolução, e o casamento ainda é, na visão também de muitas mulheres, o objetivo primordial das suas vidas. “Não se casar significava não enquadrar-se dentro dos modelos sociais idealizados.” (Castelo Branco, 2005, p. 133). Pedro Vilarinho cita Michelle Perrot para mostrar que as mulheres solteiras eram vistas como motivo de preocupação tanto para elas mesmas enquanto pessoas que não construíram ainda uma família, como para outras mulheres casadas, pois as viam como ameaças, podendo “roubar” seus maridos ou até sendo vistas pessoas difíceis de amar por ainda não possuírem um esposo. Eram taxadas como frustradas, rabugentas e histéricas. (Castelo Branco, 2005, p. 133).

Ao fazer uma síntese do que foi lido, o texto sugere que as alterações nos papéis sociais das mulheres tiveram poucas mudanças efetivas. Pude notar o incentivo social em deixar as mulheres em espaços já antes impostos a elas, ou seja, sem chance de mobilidade para outros caminhos, vejo que há um temor em deixar as mulheres descobrirem novos lugares e a respirar novas ares, na qual as distanciem do principal objetivo para a época: a família. Nos primeiros anos da República no país, o debate gira em torno de divórcio, mas não como algo buscado pelas mulheres, pelo contrário, as viam como vítimas, pois o fim do casamento representaria para elas fim da sua estabilidade, algo que o autor aborda muito bem.

No tópico feito por Teresinha Queiroz no início do livro de Pedro Vilarinho, *Do Singular ao Plural*, ela faz alguns questionamentos que de certa forma nos faz refletir sobre a importância de se ter um estudo sobre as mulheres. Em 1960 e 1970, surge essa discussão sobre a necessidade de ter uma historiografia feminina e questões foram levantadas. Dúvidas

como: As mulheres têm história? Para além disso, a dúvida foi modificada, existe uma história das mulheres? E se existe, foi escrita?

Teresinha reflete sobre o feminismo, ela aponta ser fundamental enquanto impulsionador dessa história das mulheres, pois ele surge em um momento de natureza política, na qual faz com que elas buscam confrontar a dominação masculina e serem as protagonistas da própria história. Essa imposição por mudanças é sentida para além do cotidiano e recai na própria história enquanto profissão e campo do saber historiográfico (Queiroz In Castelo Branco, 1996, p. 16). Outro momento importante para se entender a história das mulheres como campo historiográfico, foi a terceira fase da Escola dos Annales – História Nova -, este campo propicia uma mudança significativa em temas como vida privada, sexualidade e domesticidade entre outros. A vida feminina torna-se objeto da história e as inclui nessas temáticas familiares.

Questões como essas que envolvem a família se deu graças a história social francesa, que buscou explorar com a crescente atenção conferida a história da família. (Queiroz In Castelo Branco, 1996, p. 17-18). Teresinha Queiroz finaliza suas observações tecendo elogios a obra e afirmando que o livro reúne facetas distintas da história das mulheres, pode-se perceber a mulher que ama, estuda, trabalha, que sente e que vive. A intenção de se estudar essas mulheres é de tirá-las no papel de coadjuvantes e ter seu protagonismo enquanto mulher real.

Apesar de algumas conquistas femininas desse período, como o direito ao voto, as mulheres continuam a ser excluídas dos espaços públicos. As mulheres teresinenses, como mostra Pedro Vilarinho, se mostravam atraídas pelas diferentes vestimentas, pela mudança na educação, pelas novas oportunidades de trabalho e até alguns eventos políticos. Entretanto, seguiam altamente ligadas a Igreja Católica, tendo como desejo principal construir uma família. (Castelo Branco, 2005, p. 149). Os apontamentos feitos pelo autor são necessários para perceber a forte mentalidade envolta no pensamento familiar e como, apesar de algumas mudanças sociais, o papel da mulher continua sendo resumido ao de esposa e mãe. Dito isso, a obra de Pedro Vilarinho é valiosa à medida que explora

a resistência das mulheres para obterem um espaço em uma sociedade patriarcal.

REFERÊNCIA

BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo. *Mulheres Plurais*: a condição feminina na primeira República. Teresina: Edições Bagaço, 2005.

OS LITERATOS E A REPÚBLICA*

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. 305 p.

Sabrine Veras Souza¹

Embora o Piauí tenha marcas de atraso em sua trajetória, a sua historiografia revela grande riqueza intelectual. Isso pode ser exemplificado na obra *Os Literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as Tiranias do Tempo*, da historiadora Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz. A autora possui um currículo intelectual admirável e vasta produção acadêmica sobre a história do Piauí.

Segundo informações disponíveis no site da Academia Piauiense de Letras (2018), Teresinha Queiroz nasceu na cidade de Esperantina, Piauí. Graduou-se em História (1977) e Economia (1983) pela Universidade Estadual do Piauí, realizou o mestrado em História do Brasil pela Universidade Estadual do Paraná (1984) e o doutorado pela Universidade de São Paulo (1992). Entre suas excelentes obras, destacam-se *Economia Piauiense: da pecuária ao extrativismo*; *A Importância da Borracha e da Maniçoba na Economia do Piauí: 1900-1920*; e *História, Literatura, Sociabilidades*. A extensa produção acadêmica de Teresinha Queiroz sobre a história do Piauí, somada ao significativo trabalho como membro do corpo editorial de revistas acadêmicas de História no estado, levou-a a ocupar a 23ª cadeira da Academia Piauiense de Letras.

* Resenha crítica apresentada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, como requisito parcial para aprovação na disciplina de Historiografia do Piauí, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Lêda Rodrigues Vieira.

¹ Graduanda de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. Email:sabrineverass@gmail.com

A obra *Os Literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as Tiránias do Tempo* tem como objeto de análise o papel dos escritores e advogados piauienses — literatos e bacharéis — no âmbito social e político do Piauí entre o final do século XIX e o começo do século XX. Nesse período, as publicações de livros eram limitadas, o que fazia com que os jornais se tornassem o principal espaço para divulgação de textos dos literatos piauienses. Muitos desses textos foram destruídos, o que dificultou o acesso à produção literária da época. Assim, Teresinha Queiroz realizou a pesquisa em um acervo de obras coletadas em instituições localizadas em Teresina, como o Arquivo Público do Piauí, a Biblioteca Cromwell de Carvalho e a Biblioteca Municipal Abdias Neves, com o foco na produção literária piauiense de 1880 a 1930. Porém, o acervo utilizado para a pesquisa não abrangia toda a produção literária do período, pois muitas obras estavam em bibliotecas particulares e, principalmente, em acervos adquiridos pelo governo, o que tornou inviável o acesso a elas.

Um dos aspectos fundamentais da obra *Os Literatos e a República* é o esclarecimento da história cultural do Piauí. A autora Teresinha Queiroz explorou vários temas por meio de documentos históricos e literários, seguindo uma abordagem que combinasse o individual com o social. Nesse sentido, o principal objetivo da obra é compreender e valorizar o passado do Piauí, destacando o que foi relevante para as pessoas que viveram no estado entre o final do século XIX e o início do século XX, bem como as suas perspectivas sobre o Piauí. Por esse motivo, Teresinha Queiroz evitou impor à obra uma interpretação moderna sobre os acontecimentos, priorizando os significados do contexto histórico da época. Essa abordagem dialoga com a teoria do antropólogo estadunidense Clifford Geertz, que busca compreender os significados das práticas sociais no contexto em que elas ocorrem:

O conceito de cultura que eu defendo, e cuja utilidade os ensaios abaixo tentam demonstrar, é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura

como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície. Todavia, essa afirmativa, uma doutrina numa cláusula, requer por si mesma uma explicação (Geertz, 2008, p. 4).

A teoria interpretativa da cultura, de Clifford Geertz, tornou-se uma das referências fundamentais na área da História Cultural. Para Burke, no livro *O que é história cultural?*, a teoria interpretativa da cultura inspirou grande parte dos historiadores culturais (Burke, 2005, p. 51). Na obra de Teresinha Queiroz, percebe-se a aplicação da teoria interpretativa da cultura, pois a historiadora buscou compreender a história cultural do Piauí ao analisar como os literatos piauienses atribuíram significados às suas práticas sociais e intelectuais no contexto do final do século XIX e início do século XX.

Teresinha Queiroz transcreveu diversos textos dos bacharéis Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e documentos variados da época, que revelavam informações sobre a sociedade, política, religião e economia do Piauí. Assim, a historiadora investigou a atuação desses bacharéis, de formação jurídica, no meio político e social piauiense, buscando compreender como eles influenciaram a cultura, a imprensa, e a administração do estado. Na obra, é visível o empenho da historiadora em conhecer como os intelectuais piauienses utilizavam os seus conhecimentos jurídicos e literários, obtidos nas academias que frequentaram — principalmente na Faculdade de Direito do Recife — em diferentes áreas da sociedade, como educação, política, justiça, lazer e literatura. A obra também revela que, apesar de terem uma formação jurídica, os intelectuais piauienses frequentemente entravam em conflito, o que refletia em suas posições políticas.

Na obra, Teresinha Queiroz destaca a década de 1910, na qual se revelou uma geração de literatos com perspectiva espiritualista, que se

diferenciou dos antecessores tanto nas convicções religiosas quanto filosóficas. Assim, muitos dos literatos, principalmente os da República, desencantaram-se com a política, pois, para os literatos piauienses, a política estava associada a interesses pessoais. Alguns desses literatos tiveram a influência do Recife, especialmente em 1880, em sua formação. Recife era um ambiente rico e dinâmico, que proporcionava uma grande produção intelectual dos piauienses. Assim, a Faculdade de Direito de Recife permitiu a troca de ideias e a participação em discussões literárias, políticas e filosóficas, contribuindo para o desenvolvimento da carreira dos literatos.

No primeiro capítulo da obra, intitulado “Viver na Província. Transformações”, Teresinha Queiroz aborda detalhes do cenário urbano da cidade de Teresina no final do século XIX e início do século XX, demonstrando que não houve transformações significativas na pequena cidade. Dessa forma, a autora analisa o crescimento demográfico de Teresina entre 1872 e 1940, evidenciando que o crescimento demográfico da cidade era muito baixo. Além disso, o primeiro capítulo também evidencia os esforços do Governo do Piauí, na segunda metade do século XIX, para integrar o estado ao mundo capitalista, por meio de investimentos na comunicação e no transporte fluvial. A autora Teresinha Queiroz também faz uma abordagem da dependência do comércio exterior do Piauí em relação ao Maranhão, o que ocasionou o descontentamento da população piauiense e impulsionou melhoria na navegação de mercadorias pelo rio Parnaíba.

Teresinha Queiroz retrata ainda, no primeiro capítulo, os planos de construção de ferrovias no Piauí para fazer ligação com outras regiões, e o forte traço de atraso do Piauí na conquista de políticas públicas, tendo em vista que os planos para conseguir uma estrada de ferro começaram em 1903, mas em 1913 ainda não havia “um só palmo de estrada de ferro” no Piauí (Queiroz, 1994, p. 21-22). No primeiro capítulo do livro, também se encontra informações sobre o lazer da população piauiense no final do século XIX e começo do século XX, em que cita a desigualdade de acesso

a diversão e ao lazer, pois os bailes e outros eventos culturais eram destinados a uma pequena parcela da sociedade piauiense.

No segundo capítulo, “Analfabetos e doutores: do estudo ao trabalho”, Teresinha Queiroz aborda o analfabetismo no Piauí, presente do Império a República, e a posição dos bacharéis e homens de letras, considerados da elite, por meio da educação, mas colocados em posições de desconforto em relação ao mundo que os cercava. Além disso, Teresinha Queiroz também mostra, no segundo capítulo, as dificuldades da educação no Piauí, o que ocasionou a ida de muitos piauienses para a cidade de Recife em busca de uma melhor experiência educacional. Ao voltarem para o Piauí, muitos dos estudantes que tiveram contatos com o ambiente cultural e literário oferecido em Recife, desenvolveram influências culturais e políticas no Piauí, tanto nas funções jurídicas quanto na educação e no jornalismo.

O terceiro capítulo, “Literatura e Literatos. Escritores inquietos”, apresenta a vida de alguns escritores e intelectuais piauienses no século XIX. Segundo Teresinha Queiroz, excentricidade, miséria e isolamento eram características da vida dos escritores e intelectuais do Piauí. Muitos deles eram vistos como “loucos” ou “alienados” pela sociedade, o que ocasionava o sentimento de inadequação dos poetas na sociedade piauiense, fazendo com que muitos deles se deslocassem para o Rio de Janeiro em busca de consagração literária. Porém, a construção da fama de literatos piauienses no Rio de Janeiro dependia de fatores como escolha de boa tipografia, distribuição para críticos conhecidos e a repetição das publicações na imprensa, o que para os literatos piauienses era algo artificial. Já a construção da fama de alguns literatos, no Piauí, ocorria por meio da realização de conferências, eventos musicais, teatrais e da fundação de jornais. Esses eventos ajudavam a promover a reputação deles no cenário local.

A obra ainda expõe a preocupação dos homens de letras do Piauí com o poder da Igreja Católica sobre o povo, e o receio de que a religião católica mantivesse grande influência sobre a consciência popular, o que possibilitaria o enfraquecimento do espírito republicano emergente e

limitaria o desenvolvimento de uma sociedade mais laica e autônoma. Muitos intelectuais piauienses, da época, eram maçons, explicando os seus alinhamentos com ideais de liberdade de pensamento e crítica à religião católica. Para esses intelectuais, a República era um espaço de liberdade, que separava o Estado da Igreja.

Teresinha também exhibe na obra a posição de intelectuais piauienses contra preconceitos sociais em relação a determinados animais, como urubus, sapos, rãs e cães de rua. Segundo a historiadora, os intelectuais piauienses argumentavam que esses preconceitos eram reforçados pelas políticas higienistas da época, que promoviam a limpeza urbana como sinal de modernidade. Assim, havia uma crítica clara à religião, feita pelos intelectuais, que buscavam a morte das estruturas de poder que sustentavam as civilizações religiosas. Somando a isso, Teresinha Queiroz retrata como a política na Primeira República no Piauí foi excludente, favorecendo as elites e se tornando um pesadelo para os intelectuais, pois limitou o espaço para as letras e artes.

Ao analisar cada parte da obra *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo* evidencia-se a riqueza de informações sobre a sociedade, a política e a cultura piauiense, assim como a capacidade admirável da historiadora Teresinha Queiroz de pesquisar e articular variados documentos para esclarecer a história do Piauí, contribuindo grandiosamente para a Historiografia. Isso proporciona ao leitor a confirmação de que o principal objetivo da obra foi alcançado, pois é visível que, por meio da obra de Teresinha Queiroz, a história cultural do Piauí torna-se acessível.

REFERÊNCIAS

APL – Academia Piauiense de Letras. *Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz*. Teresina, PI: APL, c2018. Disponível em: <https://www.academiapiaiensedeletras.org.br/teresinha-de-jesus-mesquita-queiroz/>. Acesso em: 31 jan. 2024.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. 305 p.

(IN) JUSTIÇAS NO SERTÃO*

SOARES, Débora Laianny Cardoso. *(In) justiças no sertão: escravidão, processos crimes e o aparato judicial no Piauí (1850-1888)*. Teresina: Edufpi, 2014.

Stephanny Lima Cruz¹

O livro em questão “(In) justiças no sertão: escravidão, processos crimes e o aparato judicial no Piauí (1850-1888)” é fruto da dissertação de mestrado em História do Brasil da professora Débora Laianny Cardoso Soares, ocorrida no período de 2011-2013 pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). A pesquisadora Débora Cardoso é formada em História e mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), realizando pesquisas na área de História com ênfase nas temáticas de africanidade, educação e diversidade, História do Piauí e escravidão, temática central de sua produção acadêmica.

A obra “(In) justiças no sertão: escravidão, processos crimes e o aparato judicial no Piauí (1850-1888)” busca analisar a escravidão, assim como os processos acerca dos crimes e a forma com que essa questão era tratada no judiciário piauiense. A autora divide o livro em quatro capítulos: o primeiro, intitulado “Escravidão e historiografia: relações escravistas na produção historiográfica piauiense”, o segundo, “o império da lei: as relações escravistas e o ordenamento jurídico no Piauí”, o terceiro, “Senhores da Justiça: o poder judiciário no Piauí na segunda metade do

* Resenha crítica apresentada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, como requisito parcial para aprovação na disciplina de Historiografia do Piauí, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Lêda Rodrigues Vieira.

¹ Graduanda em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. E-mail: stephanny_lima_cruz@aluno.uespi.br

século XIX” e o quarto, “Entre ‘fatos notáveis’: escravizados, processos crimes e decisões judiciais no Piauí”.

Com a dedicação em discutir aspectos da escravidão no Piauí, Débora Cardoso busca dialogar com autores que escreveram acerca da mesma temática e em momentos diferentes, alguns com perspectivas mais romantizadas e eurocentradas, como Odilon Nunes e Monsenhor Chaves, que partiam de uma perspectiva de que pouco se tinha violência contra negros escravizados no Piauí. Ao observar as discussões de Débora Cardoso acerca de Monsenhor Chaves, nota-se o seu posicionamento amenizador, visto que ele considerava os escravizados como próprios causadores das violências que os afligiam (Soares, 2014).

Além desses autores mais clássicos, ela também traz Tanya Maria Pires Brandão² e Miridan Falci Knox³. A principal contribuição trazida por Débora Soares acerca de Miridan Falci Knox refere-se a questão do apadrinhamento de escravos por senhores, o que seria um apontamento de relações escravocratas mais brandas, ou seja, que no Piauí a escravidão não era tão violenta quanto em outras regiões. Tanto Tanya Brandão quanto Miridan Knox apresentam a existência de uma divisão; os escravos de fazendas públicas e privadas. Trazendo ideias defendidas por Solimar Lima⁴, principalmente no livro “Braço forte”, contrária alguns apontamentos de Miridan falci.

² Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre em História pela universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com a tese “O Escravo na Formação Social do Piauí: Perspectiva Histórica do Século XVIII”. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) com a pesquisa “A Elite Colonial Piauiense: Família e Poder”. Tanya trabalha principalmente com temas como Oligarquia, o período colonial e Piauí.

³ Possui graduação em História e Geografia pela Faculdade Nacional de Filosofia (1957), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1982) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1992). Miridan Falci atua principalmente com os temas: escravos demografia, mulheres, natalidade, mortalidade; séc. XIX, história, gênero; cultura, representações, cidade e província do Rio de Janeiro, séc. XIX, província de Minas Gerais, província do Piauí e escravidão.

⁴ Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

O historiador Solimar Lima, que trabalha principalmente com as fazendas públicas, aponta para o trabalho escravo no Piauí como bem estruturado, e não ameno. Ele fala sobre a “liberdade” que os escravizados da nação tinham em poder denunciar certas violências recebidas de seus senhores, mas, ao mesmo tempo, também aponta para determinadas estratégias utilizadas como forma de controle psicológico, como o “sistema de quarta”, que nada mais era que o recebimento de um “quarto” do gado amansado pelo escravizado. Segundo Débora Cardoso, esse sistema servia como uma semente de onde brota um sentimento de que aquele indivíduo escravizado não é tão explorado. Essas informações elencadas pela autora revelam alguns aspectos relevantes para a compreensão do período escravocrata no Piauí, visto que: se mostra não ser algo unificado, já que nem todos os escravizados vinham do âmbito particular, por exemplo. Portanto, ao conhecer a existência dessa divisão, devemos tomar cuidado ao generalizar as práticas, tanto no que diz respeito as atividades exercidas pelos cativos quanto com as formas punitivas.

Por conseguinte, ela também apresenta teses mais recentes, como “Batuque nas ruas dos negros”, de Mairton Celestino⁵, que discorre sobre as manifestações de negros, fossem cativos ou escravizados, na cidade de Teresina em um momento em que o sistema escravista está “falecendo”, esses batuques seriam, segundo Débora Cardoso, uma forma de resistência e disseminação da cultura africana, que, no entanto, eram reprimidos

com a pesquisa “Resistência e punição de escravos no Rio Grande do Sul”, possui também doutorado também pela PUCRS com a tese “Braço Forte: Trabalho escravo nas Fazendas da nação no Piauí”, é pós-Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia. Solimar Oliveira Lima é professor titular da Universidade Federal do Piauí.

⁵ Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), mestre em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) com a pesquisa “Batuque na rua dos negros: Cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX”. Possui também doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com a tese “Um caminho para o Estado do Brasil: Colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800”. Atualmente é professor adjunto IV da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mairton Celestino atua com ênfase nas seguintes temáticas: Século XVIII ao X, principalmente em Maranhão e Piauí.

por serem considerados desordem. Além de Mairton Celestino, Débora Cardoso também menciona a pesquisadora Francisca Raquel Costa⁶ e sua obra “Escravidão e conflitos”; onde expõe aspectos de resistências escravas. Um apontamento interessante sobre Raquel é o fato de que ela percebia as marcas de violências também como marcas de resistências, pois essas seriam um apontador de luta contra as opressões vivenciadas. Essa perspectiva de Francisca Raquel e Mairton Celestino são essenciais para estimular novas pesquisas, principalmente as que visam discorrer sobre práticas de resistência de cativos contra as violências dos senhores e do sistema escravocrata como um todo.

A autora da obra (In) justiça no sertão: escravidão, processos crimes e o aparato judicial no Piauí (1850-1888), Débora Cardoso, menciona uma série de contribuições dessa historiografia da escravidão piauiense afim de mostrar como a escravidão era vista por esses autores e aponta que mesmo sendo importantes contribuições, ainda existem lacunas temáticas, como a ausência de escritos sobre as mulheres escravizadas que também compartilhavam dessa realidade. O aspecto feminino é de fato algo pouco discorrido em obras mais clássicas, principalmente a questão da mulher escravizada. No entanto, a historiografia mais recente, a qual está inserida Débora Cardoso, tem tido uma preocupação com a ausência desse grupo e vem se comprometendo em debater sobre elas.

O segundo capítulo intitulado “O império da lei: as relações escravistas e o ordenamento jurídico no Piauí” aborda um momento em que a organização do Brasil vai tomando novos rumos, visto que fala de um período pós independência, a criação de uma constituição e a

⁶ Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), mestre em História também pela UFPI, tendo trabalhado com o tema “escravidão e conflitos: cotidiano, resistência e punição de escravos no Piauí (1850-1888). Também é Doutora em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC) com a tese “: Escravidão e liberdade no Piauí Oitocentista: alforrias, reescravização e escravidão ilegal de pessoas livres (1850-1888)”. Atualmente Francisca Raquel é professora efetiva do Instituto Federal do Piauí (IFPI) em Teresina, além disso ela também atua como professora do mestrado profissional do PROFEPT. As temáticas centrais as quais se dedica são: Escravidão, memória e afrodescendência, relações raciais e educação.

denominação dos poderes. Nesse sentido, a autora discorre sobre modificações que vão ocorrendo em relação as formas punitivas. O que até então era mais uma função dos senhores donos de escravos, no momento em questão vai tomando uma outra posição; o estado e as leis vão sendo inseridas de forma mais “forte”. Outro aspecto abordado pela autora é a forma como passam a olhar para os escravizados; preguiçosos, de má índole, culpados pelo atraso piauiense e pela pobreza, por esses motivos a abolição era defendida pela elite piauiense, pois seria uma forma de livrar o Piauí daquilo que o atrasava civilizatória e economicamente, o que, de acordo com a autora, foi o que levou a elite política do período a se empenhar em divulgar a necessidade do apoio ao abolicionismo.

No terceiro capítulo, a discussão perpassa sobre o exercício judiciário no Piauí na segunda metade do século XIX, abordando que embora já existisse um aparato estatal, as questões privadas senhoriais ainda reverteravam naquele Piauí. Os juízes, muitas vezes, eram indicados pelos senhores, fazendo cumprir as suas vontades, e não a lei de fato. Além disso, havia também o problema do não letramento dos juízes, o que particularmente evidencia ainda mais o aspecto pessoal desse aparelho judiciário. De acordo com a autora, o Júri se transformou em espaço de representação dos interesses das elites locais.

A partir disso pode ser percebido a existência de uma espécie de embate entre o âmbito privado e o público. A justiça, muitas vezes, movida por interesses privados se sobressaía em detrimento dos interesses e justiça pública, o que faz refletir e retornar algo que Raimundo Santana⁷ pontuou em “Evolução Histórica da economia piauiense e outros estudos”:

⁷ Nascido em Campo Maior, Estado do Piauí (1926). Bacharel em Direito pela Faculdade do Ceará (1949) também possui diploma em Economia Política e Sociologia pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Foi professor catedrático de Economia da Universidade Federal do Piauí. Fundou o Movimento de Renovação Cultural do Piauí (1960) e o Centro de Estudos Piauienses (1957).

Mas a estrutura econômica e social não se modificou, nem poderia se modificar simplesmente em virtude da ação deliberada do poder político. Historiador piauiense pôde afirmar: ‘Como se vê o Piauí era alçado à categoria de capitania, quando se lhe deparava difícilíssima conjuntura econômica. Padecia a crise que afligia a metrópole e seus domínios e ainda mais outras que lhe eram próprias’. Tudo isso, porém, não passou de mera tentativa de organização. A lei geral não substituiu a lei local. As prerrogativas dos fazendeiros ricos continuaram prevalecendo (Santana, 2008, p. 144-145).

Ou seja, ainda que existisse um aparelho estatal geral que denominasse as regras, o Piauí também tinha suas próprias normas. Foi possível notar esse aspecto na obra de Débora quando ela fala sobre essas personalidades existentes na ordem judiciária; senhores que indicam juízes, juízes que usam de suas posições para benefício particular.

Na parte final do trabalho a questão abordada remete a aspectos já evidenciados anteriormente, como o fato de que o corpo judicial era, muitas vezes, composto por indicados dos senhores locais e faziam parte dessa realidade. Por isso, estavam comprometidos tanto com as leis imperiais, quanto com as leis locais. No entanto, traz também um aspecto singular, os “fatos notáveis” que eram em geral ocorrências de crimes cometidos por escravizados contra os senhores e sua família. De acordo com a autora,

Delitos, como o cometido pelo escravizado, pareciam dignos de destaque como —Fatos Notáveis— pela violência e, sobretudo, por atentar contra a ordem social, atingindo a família senhorial. Diante da comoção, a punição tornava-se então o principal meio de repressão (Soares, 2014, p. 64).

Ou seja, a partir disso foi possível inferir que esse seria o motivo maior por traz da importância dada aos crimes atribuídos aos escravizados, eles atentavam contra a ordem social, assim como também era uma forma de mostrar a índole naturalmente criminosa dos escravizados, como já fora pontuado; “Buscava-se deixar nítido que a única motivação para a ação dos escravizados era a sua índole inóspita e agressiva.” (Soares, 2014, p.40). Em contrapartida, os crimes cometidos de um escravidado sobre outro eram arquivados e nada disseminados, haja visto que não se faziam importantes. A partir da leitura feita dessa obra foi notável a particularidade e manipulação dos meios públicos a favor do grupo dominante, principalmente no que diz respeito as relações entre senhores e escravos.

Ademais, o livro em questão destaca que, muitas vezes, quando as penas dos escravizados eram muito altas e lesava o senhor dos serviços daquele cativo, o senhor recorria para tentar a redução, já que seria um prejuízo, visto que “As longas penas retiravam dos senhores os direitos sobre os escravizados e caso retornassem ao convívio social os apenados não exerceriam, pelo desgaste, efetivamente, a função de cativos” (Soares, 2014, p.70). E geralmente os “donos” dos escravizados eram beneficiados, deixando cada vez mais claro a fragilidade do dispositivo judiciário.

No subtópico 4.1 “combatendo a rebeldia: os processos crimes de escravizados no cotidiano dos tribunais de júri” apresenta principalmente a questão das causas notáveis, que, como já fora apresentado, eram casos de crimes cometidos contra os senhores e seus familiares. Já o subtópico 4.2, “ser mulher escravizada na província do Piauí: mundo do trabalho e querelas judiciais” é focado naquilo que Débora Cardoso apontou como um déficit na historiografia piauiense sobre escravidão, a questão das mulheres que também se encontravam em condições de cativas. Nesse ponto, ela vai em contrapartida a ideia muito difundida de que as escravizadas estiveram predominantemente presentes apenas nos trabalhos domésticos e na produção agrícola de subsistência e que por isso viviam em condições melhores que os homens. Nesse tópico, a autora vai abordar que além de exercerem outras funções, as mulheres escravizadas

também estavam propensas às violências e, nesse caso, não somente em relação a maus tratos e castigos físicos, mas também sexuais.

De acordo com sua abordagem, as mulheres estiveram ao lado dos homens em tarefas de produção, elas plantavam, colhiam e fabricavam fios a partir do algodão. Elas também eram azeiteiras, assim como faziam atividades como vendeiras (ganhadeiras). Apesar disso, Débora Cardoso aponta que elas não participaram apenas dessas funções, pois:

A força de trabalho feminina não estava voltada apenas para os roçados e teares. Na pecuária, embora pensada como ambiente exclusivo do trabalho masculino, a presença de mulheres foi significativa. Para manter e garantir pastos verdejantes para a criação do gado, as mulheres ao lado dos homens, enveredavam pelas matas virgens do sertão abrindo novos caminhos para a pastagem e à procura de maiores reservas de água. A construção de cercas e currais era tarefa realizada por homens e mulheres, construída de diferentes materiais e com diversas formas (Soares, 2014, p. 81).

Portanto, além de serem presença notavelmente maior no âmbito doméstico, Débora Cardoso traz informações novas que expõem a participação dessas mulheres em distintas atividades. Esses aspectos particulares sobre as atividades exercidas pelas mulheres cativas além de ser de importância ímpar para novos estudos também remete a necessidade de um aprofundamento na história das mulheres e principalmente na história dessas mulheres que são perpassadas por uma interseccionalidade de classe, raça e gênero (Crenshaw, 2002).

Ademais a autora se utiliza de autores como Solimar Lima e Miridan Falci Knox para apresentar um dado notável: a formação de núcleos familiares de escravizados. Segundo Débora Cardoso, o que temos não é um gesto de bondade dos senhores para com os cativos, mas sim uma tática de dominação desses indivíduos, assim como também uma forma

de assegurar a mão-de-obra, pois era necessário, visto que se fala do final do século XIX, onde o tráfico negreiro estava terminando.

Essa forma de controle, assim como o “sistema de quarta” assemelham-se aos manuais disseminados entre os senhores, onde, por exemplo, para cada filho que uma escravizada tivesse, lhe era dado um dia de folga (Schwarcz, 2019). Ao fazer leituras de livros como “Sobre o autoritarismo brasileiro”, de Lilia Schwarcz, a ideia que geralmente temos é de que sempre se trata de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo (São Vicente), pois a historiografia brasileira tende a focar mais nessas áreas. No entanto, após ler o livro de Débora Cardoso e algumas outras obras piauienses, nota-se que as atividades e hábitos vistos nas províncias mais “famosas” também eram praticadas no Piauí.

Por fim, a autoria discute três processos-crimes sobre mulheres cativas. Nesse momento ela vai discorrer principalmente sobre as violências físicas e sexuais cometidas pelos senhores contra as cativas. Em todos os casos as ocorrências terminaram com a inocentação dos senhores, o que remete ao que já vimos anteriormente, quando Débora discutiu sobre como o aparelho judicial, por ser representado por membros da elite senhorial ou indicados por eles buscam beneficiar essa categoria, incriminando os escravizados e não punindo os senhores quando estes cometiam comprovadamente crimes contra os cativos.

A partir da análise dessa obra, foi possível identificar que Débora Laianny Cardoso Soares se utiliza tanto da historiografia encarregada em discutir a escravidão no Piauí, como também dos processos-crimes envolvendo os escravizados e os senhores a fim de discorrer sobre o dispositivo judicial piauiense da época. É baseada nesse dispositivo e excepcionalmente nesses processos-crimes que a autora discute a impessoalidade estatal da província do Piauí, sua ineficiência, e as injustiças cometidas pelos indivíduos constituidores desse aparelho, que visavam na maioria dos casos, apenas o benefício da camada senhorial.

Ademais, após uma breve análise, admito que a obra “(In) justiças no sertão: escravidão, processos crimes e o aparato judicial no Piauí (1850-1888)” será de extrema importância para aqueles que pretendem

trabalhar em suas pesquisas com questões relacionadas a escravidão, seja com processos-crimes ou não, visto que além desse quesito, a autora discorre sobre pontos essenciais para o entendimento do período escravocrata no Piauí, como as atividades desempenhadas tanto por homens quanto pelas mulheres. O livro em debate também fornece um ótimo arcabouço para aqueles que buscam bibliografias que discutam violências contra as mulheres, ou ainda as formas de resistências assumidas pelos cativos.

Portanto, a obra da professora Débora Laianny Cardoso Soares é valiosa não somente para a historiografia piauiense, mas também sob um olhar nacional, visto que possibilita perceber semelhanças e diferenças entre a escravidão no Piauí e em outras províncias. A obra de Débora Cardoso me levou a pensar nos diversos casos de crimes envolvendo escravizados e senhores foram arquivados ou terminaram por caírem sobre o próprio cativo.

Outro ponto que me leva a refletir é a disseminação da ideia de que o escravo era por natureza agressivo e criminoso, pois fico a pensar nas consequências que isso gerou. Ao pensar que identidades são construídas e que existe toda uma questão de poder por trás dessas construções, não é possível inferir sem uma aprofundada análise de fontes, que os discursos proferidos naquele momento foram capazes de formular uma identidade para o indivíduo negro. No entanto, não se pode ignorar e, ao mesmo tempo, esses pontos me fizeram refletir a necessidade de aprofundamento, fazendo dessa obra ainda mais interessante aos leitores e provavelmente os instigarão em suas pesquisas.

REFERÊNCIAS

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista estudos feministas*, v. 10, p. 171-188, 2002.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro. *Evolução Histórica da Economia Piauiense e outros Estudos*. Teresina: FUNDAPI, 2008.

SOARES, Débora Laianny Cardoso. *(In) justiças no sertão: escravidão, processos crimes e o aparato judicial no Piauí (1850-1888)*. Teresina: EDUFPI, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARCAS DA DITADURA MILITAR NO PIAUÍ*

DANTAS, Deoclécio. *Marcas da Ditadura Militar no Piauí*. Teresina: Gráfica do Povo 2008.

Sylvia Lenny Marçal Sousa¹

O escritor Deoclécio Dantas, autor da obra *Marcas da Ditadura Militar no Piauí*, é piauiense nascido em Teresina, em 1938. Foi editor de jornais piauienses; jornalista; redator, noticiarista e diretor de jornalismo da Rádio Pioneira; repórter e apresentador das TVs Clube e Pioneira; assessor de imprensa da Associação Comercial Piauiense; vereador; deputado estadual; vice-prefeito e prefeito interino de Teresina. Na Assembleia Legislativa e na Rádio Pioneira de Teresina, foi líder de diversas campanhas em defesa do rio Parnaíba, dos babaquais, das florestas e nascentes d'águas das regiões norte e extremo sul do Estado. Ele é autor dos livros *Dá Licença?*; *Dom Avelar – uma vida a serviço da Paz*; *Das Vantagens do Gurguêia*; *100 anos de Lutas e Conquistas* (pesquisa sobre o centenário da Associação Comercial Piauiense, em 2003); Coautor da obra *Tibério Nunes - Trajetória e depoimentos*. Além disso, atuou como membro do Conselho Estadual de Educação, do Conselho Estadual de Cultura e membro da Academia Piauiense de Letras. Ele faleceu aos 77 anos de idade, na cidade de Teresina.

* Resenha crítica apresentada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, como requisito parcial para aprovação na disciplina de Historiografia do Piauí, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Lêda Rodrigues Vieira.

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em História, Bloco VI pela Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-Pi. E-mail: sylvialmarcal-sousa@aluno.uespi.br

Essa obra *Marcas da Ditadura no Piauí*, de Deoclécio Dantas, é um livro baseado em pesquisas feitas pelo autor, em vários jornais do Piauí, onde atuou em diferentes cargos. Neste livro, Deoclécio Dantas relata os momentos traumatizantes vividos pela Assembleia Legislativa do Piauí, quando suplentes e deputados foram enquadrados no Art. 10º do Ato Institucional, e a cassação deles durante os anos da Ditadura Civil Militar do Brasil (1964-1985) (Dantas, 2008, p. 8). Assim como o cotidiano desse regime no Piauí, a partir de suas pesquisas nos jornais e como os políticos resistiram nesses anos de ditadura no Estado. O livro de Deoclécio Dantas está organizado em uma breve apresentação, vinte e oito tópicos; uma biografia e onde as pesquisas foram realizadas. De início, o autor destaca a censura imposta às emissoras de rádio, pela Polícia Federal, “que fazia distribuir tirinhas de papel, sem carimbo e sem assinatura, dizendo o que não podia ser divulgado” (Dantas, 2008, p. 8-9). O autor recorda que dentre aquelas tirinhas havia uma censura do tipo: “De ordem superior, nada pode ser divulgado sobre surto de meningite no Estado de São Paulo” (Dantas, 2008, p. 9). No entanto, quando houve a prisão de funcionários públicos, professores, estudantes, militares e advogados, a censura não permitiu comentários acerca do motivo dessas prisões. A partir disso, o vereador Jesualdo Cavalcanti Barros, eleito em 1962 pela legenda do Partido Trabalhista Brasileiro, fora preso em sua própria residência em um sábado, primeiro levado à sede da 26ª CSM e mais tarde levado para a sede do DOPS. Tendo passado alguns dias, foi transferido para a penitenciária de Teresina, onde dividia espaço com “delinquentes de alta periculosidade”, como aponta o autor. No entanto, Jesualdo, estudante do terceiro ano da Faculdade de Direito, como estava preso não pode assistir às aulas, porém depois de um tempo desde sua prisão, pode voltar para realizar as provas que não fez, mas sob tutela dos soldados.

No primeiro tópico intitulado: “Uma Assembléia de Joelhos I”, o autor aborda o pior momento vivido da história da Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 8 de maio de 1964, que foi quando por meio de dois ofícios assinados pelo comandante da Guarnição Federal de Teresina, um deles informava o enquadramento de suplentes e deputados estaduais,

no artigo 10 do Ato institucional. Aborda a prisão de alguns dos deputados e suplentes listados em um dos ofícios, juntamente com a cassação de José Alexandre Caldas Rodrigues, pelo simples fato de que Chagas Rodrigues, seu irmão, não votou no Marechal Castelo Branco, candidato a presidente da República. Já o segundo tópico intitulado: “Assembléia de Joelhos II”, aborda como ocorreu o processo de votação para a cassação dos deputados e suplentes, com 32 votos SIM de deputados.

Nos seguintes tópicos: “Seribolo na Praia (I), “Seribolo na praia (II)” e “Seribolo na praia (III), aborda a rivalidade da comitiva do PTB de Teresina com os aliados da Ditadura Civil Militar brasileira, explanando uma briga na Praia de Atalaia, em Luís Correia, onde a comitiva do PTB de Teresina recebeu a visita do “capitão-de-corveta” chamando-os de comunistas e corruptos, causando agressão física e fazendo repercutir em Parnaíba, Luís Correia e, até em Teresina, levando o comandante da Capitania dos Portos a montar um esquema para prender os “comunistas”.

Nos seguintes tópicos: Tempo de Pânico I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI, o autor critica um destaque achado no *Diário do Povo*, edição de 29 de novembro de 2006, com o seguinte título: “Prefeitos brigam por território e eleitores”, abordando o processo da criação dos municípios do estado e a exigência da ditadura de informações sobre a criação dos municípios, no interesse de revogar as leis que resultaram na criação até 1963, de dezenas de municípios. O autor ressalta as cassações de mandatos de dezenas de deputados envolvidos na criação de municípios, cujos documentos estavam fraudados, que por acaso não aconteceu. Em “Heróis do Braguinha” o autor traz um episódio que diz respeito a uma celebração religiosa, realizada em abril de 1964 na cidade de Teresina. Onde o vereador Braguinha usou de um discurso, agradecendo a Deus e à Bendita Virgem Maria, Padroeira do Brasil, de ter os “libertados de uma crise diabólica, sem que viesse o derramamento do sangue”. Após outro gole d’água Braguinha anunciou que naquele momento cantaríamos o aleluia, dizendo Viva o Cristo Rei, pois só ele é Rei, que o Brasil foi criado com o símbolo da cruz, ou seja, do Cristianismo, e que não queriam outros símbolos vindo do inferno comunista, como a foice e o martelo que

seria o símbolo do comunismo, que assim lutariam por aquela cruz plantada por Pedro Álvares Cabral, pedindo a todos que estavam naquele momento que cassem o mandato do ex-colega Jesualdo Cavalcanti, acusando-o de ser comunista e traidor.

Em “A ética punida”, o autor conta a trajetória do governador Chagas Rodrigues antes de renunciar ao cargo de governador para disputar vaga no Senado Federal e na Câmara Federal. Quando considerado um dos melhores governadores do Piauí, perdeu a vaga no Senado para Sigefredo Pacheco, pouco conhecido.

No tópico intitulado “Capitão” Quin, o autor nos mostra como José Maria Quin, precisou se disfarçar de capitão para poder roubar pertences. Ao frequentar os cabarés de Paissandu e ter chamado a atenção do DOPS após desrespeitar até os gabinetes médicos e odontológicos, José Maria Quin foi preso, tentou falar que foi membro da Academia Militar formada em 1959, mas não conseguiu, e acabou morrendo enquanto cumpria pena na penitenciária. Após a queda de Jango, e Petrônio Portela mostrar seu apoio a Ranieri Mazzili por meios dos jornais, em Parnaíba e em Teresina estudantes e pessoas consideradas “comunistas perigosos” foram presas. O autor discorre como ocorreu a chamada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” no estado do Piauí. Em Serestas na Ditadura, o autor descreve como o oficial do exército que adentrava o jornal toda manhã para verificar a censura nas páginas que seriam postadas no dia seguinte, logo não resistiu e caiu na “nossa divertida gandaia”, como aponta o autor (Dantas, 2008, p. 55-56). O autor conta a trajetória de Osvaldo Sales como político, assim como a sua prisão por Jansen Neto, levado para Parnaíba e sobre sua morte. Um fato curioso destacado pelo autor Dantas (2008, p. 60.) é que o prefeito de Luís Correia cassado pela ditadura é pai de Adrião Neto, um historiador piauiense. “Ditadura é isso”, quando o autor traz o relato de um farmacêutico, uma pessoa bastante prestativa, ajudando todos, mas que foi vítima do golpe de 64, sendo levado e obrigado a prestar depoimentos. Assim como ele, foram vítimas pessoas que liam Karl Marx ou votavam nos candidatos do PTB.

Em 1964, as cidades de Parnaíba e Luís Correia por pouco não viraram campo de guerra.

O livro de Deoclécio Dantas é uma obra que possui informações relevantes para a história do Piauí. Uma vez que muitos piauienses não sabem como a Ditadura Militar atingiu o próprio estado. A publicação desta obra na Gráfica do Povo e disponível no acervo digital do Museu de História do Piauí, pode contribuir para pesquisas futuras sobre a Ditadura militar no Piauí, e outros trabalhos relacionados a esse tema. Assim como futuramente pode ser incluído no ensino de história, não como assunto obrigatório, mas como informações que não são ensinadas para os estudantes das escolas da rede pública do Piauí. Diante disso, gostei dessa obra, com certeza se eu fosse fazer uma pesquisa sobre os impactos da Ditadura Militar no Piauí entre os anos de 1964 e 1985, com certeza usaria essa obra como referência de pesquisa.

REFERÊNCIA

DANTAS, Deoclécio. *Marcas da Ditadura Militar no Piauí*. Teresina: Gráfica do Povo 2008.

SOBRE A ORGANIZADORA E OS(AS) AUTORE(A)S

ORGANIZADORA

Lêda Rodrigues Vieira

Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos-São Leopoldo-RS) em 2024, cuja pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI). Mestre em História do Brasil (2010) e Graduada em Licenciatura Plena em História (2007), ambos pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora Adjunta I da Universidade Estadual do Piauí (UESPI/Parnaíba-PI). Desenvolveu pesquisa sobre o processo de constituição da viação férrea no Piauí, as relações de trabalho e lazer praticados por ex-ferroviários da extinta Rede Ferroviária Federal S. A., antiga Estrada de Ferro Central do Piauí, bem como, sobre o patrimônio industrial ferroviário piauiense. Líder do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Cidade, Memória e Patrimônio (NUPECIMP) cadastrado no diretório dos grupos de pesquisa do CNPq. Atua como Coordenadora Adjunta do GT “História, Cidades e Memória” da Associação Nacional de História - Seção Piauí e Membro Associada da Associação Brasileira de História Oral (ABHO).

E-mail: ledarodrigues@phb.uespi.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-7567-5550>

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0766516852082037>

AUTORE(A)S

PARTE I: HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Antonia Maria de Sousa Queiroz

Discente do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, no campus professor Alexandre Alves de Oliveira - Parnaíba. Atua como bolsista no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES-2024/2026), visando

aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica pública brasileira, além do desenvolvimento de projetos pedagógicos voltados para a educação básica, cadastrado na Pró-Reitoria de Ensino e Graduação (PREG/ UESPI), com vigência entre dezembro de 2024-2026. Tem interesse especial nas temáticas do Sertão e da cultura nordestina, além do estudo de museus e estruturas arquitetônicas que preservam a memória e a identidade regional.

E-mail: antoniamdesq@aluno.uespi.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0639800651714051>

Jardel Santos da Costa

Jardel Santos da Costa é discente de graduação do curso de Licenciatura Plena em História, atualmente cursando o 5º período, na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, em Parnaíba-PI. Ao longo da graduação participou de projetos de monitoria, atuando como monitor das disciplinas de História Medieval e História da América I. Atualmente, integra o quadro de bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Concluiu um curso de espanhol, realizado na Universidade Estadual do Piauí, entre 23 de março a 03 de agosto de 2024, obtendo certificação da Pró-Reitoria de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários (PREX).

E-mail: Jardelsantos1711@gmail.com

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0857082486229786>

Luana Maria de Morais Souza

Graduanda de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí do Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. Atuei entre os anos de 2022 e 2024 no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) como bolsista CAPES. Áreas de interesse em História das Mulheres e História Cultural e História Social.

E-mail: luanamorais634@gmail.com

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9667493828326988>

Luiz Ayrton Silva Furtado

Graduando de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. Bolsista PIBIC 2023 - 2024 na pesquisa: Um balanço sobre a produção de pesquisas no curso de Licenciatura em História - Campus Parnaíba, sob orientação do Prof. Dr. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro. Bolsista PIBIC 2024-2025 na pesquisa: A influência de Terêncio e Tertuliano em Agostinho de Hipona, sob orientação do Prof. Dr. Francisco Antônio de Vasconcelos. Áreas de interesse: Raça, Cinema, Nordeste, Cultura Brasileira, História das Religiões no Brasil, História das Mulheres e História do Imaginário.

E-mail: layrtonsfurtado@aluno.uespi.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9953034079379701>

Maria Eduarda Santos de Sousa

Graduada em Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. Integrou como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) no subprojeto de História entre os anos de 2018 e 2019. Participou de eventos científicos da área de História, apresentando e publicando trabalhos em anais. Desenvolveu pesquisa sobre acervo documental, preservação da História e Memória da Educação local e História da Educação. Tem interesse nas áreas de História e Patrimônio Educacional, História da Educação e História local.

E-mail: mariaessousa@aluno.uespi.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9676514994159519>

Pedro Felipe Oliveira de Melo

Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI, bolsista PIBIC CNPQ 2023-2024 com a pesquisa intitulada Campus Avançado da UESPI de Parnaíba: pesquisa histórica e memória institucional. Atualmente sou bolsista PIBIC-FAPEPI, onde desenvolvo a pesquisa denominada Teologia Negra: um pensamento que

vem de África. Me interesse por temas voltados à religiosidade, cultura, patrimônio, cultura pop e representações sociais.

Email: pfodemelo@aluno.uespi.br

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8184268595443368>

Sandy Kemyllle dos Santos Oliveira

Graduanda do 5º período do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) do Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. Atuei entre os anos de 2022 e 2024 no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) como bolsista CAPES, e retornei ao programa na nova edição de 2024 a 2026.

E-mail: sandykemyllle@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4111346430129656>

Silvia Klariscy Fontenele Vieira

Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Piauí, no campus Alexandre Alves de Oliveira - Parnaíba. Possui interesse em estudos relacionados à historiografia brasileira e cultura nordestina. Almeja aprofundar estudos sobre o papel dos estereótipos regionais e sua relação com a construção da identidade cultural brasileira, buscando compreender como essas narrativas influenciam a percepção da cultura nordestina em diferentes meios. Futuramente, planeja seguir na área acadêmica, com o objetivo de lecionar e produzir pesquisas que colaborem para a valorização da diversidade cultural brasileira e para uma compreensão mais profunda das dinâmicas históricas e sociais que permeiam as diferentes regiões do país.

Email: silviavieira707@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1455489145542836>

Thayla Kaylanne Oliveira Dantas

graduanda do curso de Licenciatura Plena em História (curso atualmente o 5.º período) na Universidade Estadual do Piauí (UESPI) no campus Alexandre Alves de Oliveira em Parnaíba-PI, já participou do PIBID,

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência no período de 2023 a 2024. Atualmente está participando novamente do programa de bolsa PIBID. Seu objetivo de pesquisa é sobre as culturas afrobrasileiras e as religiões de matrizes africanas especial a Umbanda, estudar sobre a vertente da Umbanda Branca, pois é diferente da Umbanda tradicional, da sua trajetória em especial no Maranhão, examinando seus significados culturais e espirituais. Além disso, visa explorar a trajetória dessas religiões no Brasil, com um foco especial no estado do Maranhão. Se interessar também em pesquisar sobre as histórias locais. A investigação sobre a reconstrução de memórias locais também será um ponto central, reconhecendo que, em muitas cidades pequenas, os acontecimentos históricos são preservados pela memória dos habitantes locais, devido à ausência de registros formais.

E-mail: thaylakaylanneodantas@aluno.uespi.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7438555678133102>

PARTE II: HISTORIOGRAFIA PIAUIENSE: RESENHAS

Ana Carolina Oliveira Costa

Graduanda em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, em Parnaíba-PI. Atualmente, cursa o 7º período do curso. Participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) entre 2023 e 2024, atuando no subprojeto de História em escolas da rede pública do Piauí, com projetos voltados para os Direitos Humanos. Participou do projeto de extensão A História do Brasil no Cinema: Pensar as Identidades e seus Significados por Meio da Cultura Audiovisual (14 de abril a 12 de junho de 2024). Foi ouvinte na mesa-redonda A Ausência das Pluralidades e a Luta LGBTQIAPN+ nas Universidades (22 de agosto de 2023) e na VI Semana de História e II Simpósio Regional PROFHISTORIA UESPI/Parnaíba: Protagonismo Social, Modos de Vida, Identidades e (Re)Existência (21 a 23 de novembro de 2024). Integra o Laboratório de Documentação, Digitalização e Pesquisa Histórica (LADDIPH).

Atualmente, é monitora da disciplina História do Brasil Monárquico. Desenvolve seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) relacionando história e literatura, com enfoque nas questões femininas abordadas na obra *As Meninas*, de Lygia Fagundes Telles.

Email: anacarolinaocosta@aluno.uespi.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2010837914870617>

Ana Vitoria Campos Moura

Graduanda de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. Atualmente cursa o 7º período do curso, participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) entre 2022-2024, atuando no subprojeto de História em escolas da rede Estadual do Piauí com projetos sobre Direitos Humanos. Participou como ouvinte e apresentou trabalho em eventos científicos na área de História. Foi colaboradora do Evento de Extensão VI Semana de História E II Simpósio Regional PROFHISTÓRIA UESPI/Parnaíba: Protagonismo Social, Modos de Vida, Identidades e (Re)Existência, realizado no período de 21 a 23 de novembro de 2024. É integrante do Laboratório de Documentação, Digitalização e Pesquisa Histórica (LADDIPH). Teve um resumo publicado em anais de congresso, intitulado “A feira da amizade: normal é ser diferente.” pelos Programas Institucionais PIBID E RP/UESPI: estratégias, experiências e resultados parciais, 2024. Atualmente integra o subprojeto de História do campus de Parnaíba-PI no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) que vigorará de 2025 a 2027. Para a produção do trabalho de conclusão de curso, realiza pesquisa sobre as reproduções sociais de Simplício Dias da Silva. Tem interesse principalmente nas áreas de História Social, História Cultural e Política.

E-mail: aninhamoura1812@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5481224803284757>

Andreza da Costa dos Santos

Graduanda em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), no Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, em Parnaíba-PI, atualmente está no 7º período do curso. Teve participação ativa no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) entre 2022 e 2024, onde atuou no subprojeto de História em escolas da rede estadual do Piauí, desenvolvendo iniciativas voltadas para os Direitos Humanos. Além de seu envolvimento prático, também participou como ouvinte e apresentou trabalhos em alguns eventos científicos na área de História. É membro do Laboratório de Documentação, Digitalização e Pesquisa Histórica (LADDIPH) e teve um resumo publicado nos anais de um congresso com o título “Experiência em sala de aula: dinâmicas executadas no ensino-aprendizagem dos Direitos Humanos”, abordando as estratégias, experiências e resultados parciais dos Programas Institucionais PIBID e RP/UESPI, em 2024. Para a elaboração do seu trabalho de conclusão de curso, realiza uma pesquisa sobre a participação das mulheres na abolição da escravidão na Província do Ceará. Seu interesse acadêmico se concentra principalmente nas áreas de História Social, Cultural e Antropologia.

E-mail andrezadacostadossantos@aluno.uespi.br

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3711434434602538>

Caio Wilson da Rocha Loureno

Graduando de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, em Parnaíba-PI. Participou do projeto de extensão “História e Direitos Humanos”, com encontros presenciais sob a coordenação do professor Dr. Fernando Botton, pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), em 2023. Além disso, atuou no projeto “Conversa Preta com (Ciência): Desafios Contemporâneos para uma Educação Antirracista no Projeto de Ensino”, por meio de aulas assíncronas, sob a coordenação do professor Dr. Miguel Melo Ifadireó, pela Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Salgueiro, em 2023. Atuou como estagiário no Programa de Bolsas

Remuneradas no "Museu do Mar", localizado no Complexo Cultural e Artístico Porto das Barcas, Parnaíba-PI. Além disso, participou do desenvolvimento de propostas educativas para a comunidade e de pesquisas relacionadas à História Social, Cultural e Patrimonial, entre 2023 e 2024. Participou da II Colônia de Férias da instituição Museu do Mar para escolas de ensino básico, em julho de 2024. Concluiu o curso livre "Africanidades", organizado em ambiente online pela "Axovi Educação" e ministrado pelo professor Dr. Senakpon Fabrice Fidèle Kpoholo, em outubro de 2023. Em setembro de 2024, ministrou um minicurso na instituição Casarão Esperança, na cidade de Parnaíba-PI, voltado para crianças, com o tema: "Educação Patrimonial no Complexo Cultural e Artístico Porto das Barcas". Participou de eventos científicos na área de História, tanto como ouvinte quanto como apresentador de trabalhos, incluindo o "África – Brasil, V Encontro Internacional de Literaturas, Histórias e Culturas Afro-brasileiras e Africanas: Narrativas e Cidadania", em 2018, e o evento de extensão "VI Semana de História e Simpósio Regional Pro-história UESPI/Parnaíba: Protagonismo Social, Modos de Vida, Identidades e (Re)Existências", realizado em novembro de 2024. Atuou como monitor nas disciplinas de História Antiga, sob orientação do professor Dr. Makchwell Coimbra Narcizo, e de Teoria da História I, com a professora Dra. Mary Angélica Costa Tourinho. Possui interesse na área de História e cultura afro-brasileira, aprofundando-se por meio de pesquisas sobre gênero, memória e oralidade nos terreiros, tema de estudo do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

E-mail: caioloureno@aluno.uespi.br

Francisco Mateus Machado de Oliveira

Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus Alexandre Alves de Oliveira, em Parnaíba-PI. Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), no subprojeto de História (2022-2024), com financiamento da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e atualmente integra o mesmo programa no subprojeto

de História (2024-2026). Tem interesse por História do Brasil e História cultural, dando ênfase nas pesquisas sobre a capoeira, onde atua como monitor pelo grupo Vila Capoeira. Teve participação na produção do documentário audiovisual “Memórias vivas” (2024), produzido com apoio da lei complementar Paulo Gustavo juntamente com o Ministério da Cultura, Governo Federal do Brasil e Secretaria Municipal de Cultura de Buriti dos Lopes – PI.

E-mail: mateusareiasoliveira@gmail.com

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3998007302752283>

Kaylane Moraes da Costa

Graduanda de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. Atualmente cursa o 7º período do curso, participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) entre 2022-2024, atuando no subprojeto de História em escolas da rede Estadual do Piauí com projetos sobre Direitos Humanos. Participou como ouvinte e apresentou trabalhos em eventos científicos na área de História. Atuou como monitora nas disciplinas de Metodologia da Pesquisa Histórica, ministrada pela professora Dr. Lêda Rodrigues Vieira. Participou da equipe de organização da exposição: Os 60 anos do Golpe Militar no Brasil – A lembrança como resistência, sob coordenação do professor Dr. Idelmar Gomes Cavalcante Júnior. É integrante do Laboratório de Documentação, Digitalização e Pesquisa Histórica (LADDIPH). Teve um resumo publicado em anais de congresso, intitulado “A feira da amizade: normal é ser diferente.” pelos Programas Institucionais PIBID E RP/UESPI: estratégias, experiências e resultados parciais, 2024. Atualmente integra o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Pesquisa (PIBIC) de história do campus de Parnaíba-PI que vigorará de 2024 à 2025. Para produção do trabalho de conclusão de curso e desenvolvimento da pesquisa PIBIC, realiza pesquisa sobre análise de discurso, negacionismo e alteridade em Portugal e Brasil. Tem interesse principalmente nas áreas de História Política.

E-mail: kaylanebandeir19@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2584936830603597>

Larissa Conceição dos Santos

Graduanda em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), no Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, em Parnaíba-PI, atualmente está no 7º período do curso. Teve participação ativa no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) entre 2022 e 2024, onde atuou no subprojeto de História em escolas da rede estadual do Piauí, desenvolvendo iniciativas voltadas para os Direitos Humanos. Além de seu envolvimento prático, também participou como ouvintes e apresentou trabalhos em alguns eventos científicos na área de História. É membro do Laboratório de Documentação, Digitalização e Pesquisa Histórica (LADDIPH) e teve um resumo publicado nos anais de um congresso com o título “Experiência em sala de aula: dinâmicas executadas no ensino-aprendizagem dos Direitos Humanos”, abordando as estratégias, experiências e resultados parciais dos Programas Institucionais PIBID e RP/UESPI, em 2024. Para a elaboração do seu trabalho de conclusão de curso, realiza uma pesquisa sobre a resistência das mulheres escravizadas na Província do Ceará. Seu interesse acadêmico concentra-se principalmente nas áreas de História Social, Cultural e Antropologia.

E-mail: lcdossantos@aluno.uespi.br

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2534389458670383>

Larissa de Abreu Freitas

Graduanda em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), no Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, em Parnaíba-PI, atualmente está no 7º período do curso. Teve participação ativa no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) entre 2022 e 2024, onde atuou no subprojeto de História em escolas da rede estadual do Piauí, desenvolvendo iniciativas voltadas para os Direitos Humanos. Também participou como ouvinte e

apresentou trabalhos em alguns eventos científicos na área de História. É membro do Laboratório de Documentação, Digitalização e Pesquisa Histórica (LADDIPH) e teve um resumo publicado nos anais de um congresso com o título “Experiência em sala de aula: dinâmicas executadas no ensino-aprendizagem dos Direitos Humanos”, abordando as estratégias, experiências e resultados parciais dos Programas Institucionais PIBID e RP/UESPI, em 2024. Integra o subprojeto de História do campus de Parnaíba-Piauí no programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) que vigorará de 2025 a 2027. A elaboração do seu trabalho de conclusão de curso, visa em realizar uma pesquisa em torno da invisibilidade de pessoas negras em livros didáticos distribuídos em escolas de Parnaíba.

E-mail: larissadeabreufreitas@aluno.uespi

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0904623618293045>

Laryssa dos Santos Ribeiro

Graduanda em Licenciatura Plena em História na Universidade Estadual do Piauí (Uespi), Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba -PI. Atualmente cursa o 7º período do curso, participando do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) entre 2022-2024, realizando atividades relacionadas ao subprojeto de História em escolas da rede estadual do Piauí com realizações de atividades voltadas para projetos ligados a Direitos Humanos, também participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) entre 2023-2024 como voluntária ligada ao tema “Tempo e floresta no pensamento ameríndio brasileiro: reflexões indisciplinadas sobre teoria e ensino de história” apresentando em novembro de 2024 no evento “V semana de História” os resultados do projeto, com uma continuação da pesquisa sobre a temática “O tempo e a floresta no pensamento ameríndio brasileiro: Ponderações sobre teoria da história ambiental e perspectivismo” como bolsista do programa entre 2024-2025, ambos os projetos sobre a orientação do Professor Dr. Fernando Bagiotto Botton. É integrante do Laboratório de Documentação, Digitalização e Pesquisa Histórica (LADDIPH),

participou da equipe de organização da exposição “Os 60 anos do Golpe Militar no Brasil – A lembrança como resistência” sob a coordenação do Professor Dr. Idelmar Gomes Cavalcante Junior. Participou no grupo de estudos do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA-UFSC) entre abril e dezembro de 2024. Tem interesse principalmente nas áreas de História Ambiental, História Indígena e História Social.

E-mail: laryssaribeiro1706@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4444513565142712>

Luiz Henrique Galeno Pereira

Graduando de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, em Parnaíba-PI. Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), no subprojeto de História (2022-2024), com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e atualmente integra o mesmo programa no subprojeto de História (2024-2026). Além disso, atua como pesquisador voluntário no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no projeto "Caminhos Digitais para a Pesquisa no Almanaque da Parnaíba (1924-1985)" (2024-2025), sob orientação do Professor Dr. Danilo Alves Bezerra. Possui interesse em História Cultural e, durante a graduação, tem desenvolvido pesquisas voltadas para esse campo, com ênfase na cidade de Parnaíba e suas representações no periódico Almanaque da Parnaíba.

E-mail: oluizhpereira@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8542269688716604>

Maria Julia Silveira Hortencio

Graduanda de Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira localizado em Parnaíba – PI. Participou do Programa Institucional de Bolsas de

Iniciação à Docência - PIBID entre 2022 e 2024. Atualmente integra o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID com vigência de 2025 a 2027. Fez parte do projeto PIBEU da professora Cláudia Virgínia Albuquerque Prazim Brasilino intitulado Metodologias Inovadoras no Ensino da Educação Básica: Teoria da Aplicabilidade. Integrou a equipe de organização da exposição: os 60 anos do Golpe Militar no Brasil – A lembrança como resistência, tendo como coordenador e organizador o professor Dr. Idelmar Gomes Cavalcante Júnior. Integrante do Laboratório de Documentação, Digitalização e Pesquisa Histórica (LADDIPH). Publicou resumo em anais de congresso, intitulado “A feira da amizade: normal é ser diferente.” pelos Programas Institucionais PIBID E RP/UESPI: estratégias, experiências e resultados parciais em 2024. Foi monitora da disciplina de História do Brasil Colonial, sob orientação do professor Danilo Alves Bezerra. Também atuou como monitora na exposição “Aprendendo com Anne Frank – História que ensinam valores”, sob coordenação do professor Randal Vieira. Foi monitora na VI Semana de História e II Simpósio Regional do ProfHistória UESPI/PARNAÍBA: Protagonismo Social, Modos de Vida, Identidades e (Re) existências, onde apresentou trabalho intitulado “A sexualização midiática da mulher negra: uma análise da glôbeleza como continuidade das estruturas coloniais (1993-2020)” em co-autoria com Stephanny Lima Cruz, tendo como orientador o professor Dr. Idelmar Gomes Cavalcante Junior. Se interessa principalmente no campo da História Social e Cultural e História do Brasil. Tem interesse em pesquisar as questões de gênero, mídia, sexualização e cinema.

E-mail: @shmaju44@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5929641421157136>

Sabrina Veras Souza

Graduanda de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. Atualmente cursa o 7º período do curso, participou como ouvinte em eventos científicos na área de História. Atualmente integra o

subprojeto de História do campus de Parnaíba-PI no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) que vigorará de 2025 a 2027. Para a produção do trabalho de conclusão de curso, realiza pesquisa sobre as práticas docentes de historiadores para a compreensão e preservação da democracia brasileira. Tem interesse principalmente nas áreas de ensino de História e História política.

E-mail: sabrineverass@gmail.com

Currículo Lattes: <https://search.app/pfSx7vByNb8uwLuX7>

Stephanny Lima Cruz

Graduanda em Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. Atualmente cursa o 7º período do curso, participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) entre 2022-2024, atuando no subprojeto de História em escolas da rede Estadual do Piauí com projetos sobre Direitos Humanos. Participou como ouvinte e apresentou trabalhos em eventos científicos na área de História. Atuou como monitora nas disciplinas de História das Américas e Historiografia Brasileira, ministradas respectivamente pelos professores doutores Idelmar Gomes Cavalcante Junior e Lêda Rodrigues Vieira. Participou da equipe de organização da exposição: Os 60 anos do Golpe Militar no Brasil – A lembrança como resistência, sob coordenação do professor Dr. Idelmar Gomes Cavalcante Júnior. É integrante do Laboratório de Documentação, Digitalização e Pesquisa Histórica (LADDIPH). Teve um resumo publicado em anais de congresso, intitulado “A feira da amizade: normal é ser diferente” em co-autoria com Maria Julia Silveira Hortencio pelos Programas Institucionais PIBID E RP/UESPI: estratégias, experiências e resultados parciais, 2024. Atualmente integra o subprojeto de História do campus de Parnaíba-PI no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) que vigorará de 2025 a 2027. Para a produção do trabalho de conclusão de curso, realiza pesquisa sobre a objetificação/ sexualização da mulher negra. Tem interesse principalmente nas áreas de História Social, História Cultural e Antropologia.

E-mail: stephannycruz732@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2107365403166941>

Sylvia Lenny Marcal Sousa

Graduanda do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira em Parnaíba-PI. Atualmente cursa o 7º período do curso, participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) entre 2023-2024, atuando no subprojeto de História em escolas da rede Estadual com projetos sobre os Direitos Humanos. É membro do Laboratório de Documentação, Digitalização e Pesquisa Histórica (LADDIPH). Participou como ouvinte de eventos científicos na área de História. Para a produção do trabalho de conclusão de curso, realiza pesquisa sobre a Proibição do Futebol Feminino no Brasil. Tem interesse preferencialmente nas áreas de História Social, História Cultural e História do Brasil.

E-mail: sylvialmarcalsousa@aluno.uespi.br

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9622419771270953>

Para saber mais sobre nossos títulos e autores, visite nosso site:



editora.uespi.br

Formato 14,8 x 21,0 cm

Margens

superior/inferior 2,5 x 2,5 cm

interna/externa 2,0 x 1,5 cm

Fonte Palatino Linotype

245

ARTE
&
SABOR
*Bizcos Masas
Frutos de Mar*



EDUESPI